Artes plásticas
Maria Bonomi retorna à Bienal de Veneza 60 anos depois da primeira participação EU&

Entretenimento
Globo prepara plataforma para conteúdo de criadores individuais independentes B7

Música
Aos 86 anos, Charles Lloyd será o peso pesado da próxima edição do C6 Fest, em São Paulo EU&

Sexta-feira, 12 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5979 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

CAPA PROMOCIONAL

HERMÈS
PARIS
Hermès,
joalheria cavalière

Artes plásticas
Maria Bonomi retorna à Bienal de Veneza 60 anos depois da primeira participação EU&

Entretenimento
Globo prepara plataforma para conteúdo de criadores individuais independentes B7

Música
Aos 86 anos, Charles Lloyd será o peso-pesado da próxima edição do C6 Fest, em São Paulo EU&

Sexta-feira, 12 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5979 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Lira escala crise e chama Padilha de incompetente

Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto, Renan Truffi, Mariana Assis e Julia Lindner
De Brasília

O presidente da Câmara, Arthur Lira, elevou o tom das críticas ao ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, ao chamá-lo de incompetente. O ataque ocorreu um dia após a Casa manter a prisão do deputado Chiquinho Brazão, suspeito de ser um dos mandantes da execução de Marielle Franco em 2018. Um grupo de parlamentares da oposição tentou uma estratégia para soltar Brazão, mas não teve sucesso, o que levou a interpretações de enfraquecimento de Lira. Ele rechaçou a versão, dizendo que foi vazada por Padilha. O ataque foi logo contestado pelo petista, que publicou nas redes sociais vídeo com elogios do presidente Lula. **Página A13**

Dívida com agências e órgãos reguladores é de R$ 96,3 bi, mas só 22% são recuperáveis

Fiscal O valor, registrado no fim de 2023, subiu 3% em um ano, segundo o Balanço Geral da União; governo estuda mudar o sistema de cobrança para elevar receitas

Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

As dívidas de empresas e pessoas físicas com agências e órgãos reguladores federais se aproximam de R$ 100 bilhões, mas no máximo 22% desses créditos são considerados de possível recuperação, já que o restante não deve ingressar nos cofres públicos devido às dificuldades em cobrar os devedores. O governo avalia mudanças no sistema de cobrança, que já esteve na mira do Tribunal de Contas da União (TCU).

No fim de 2023, o governo tinha R$ 96,3 bilhões a receber dos órgãos a partir de multas, taxas de fiscalização e contribuições, alta de 3% em um ano, segundo o Balanço Geral da União (BGU), que consolida dívidas de todas as entidades federais. Em 2020, o total era de R$ 87,4 bilhões.

Há um ajuste para perdas na análise individual de cada valor devido. A União estima que é possível recuperar, dos R$ 96,3 bilhões, apenas R$ 21,4 bilhões. Esse é o valor visto como mais factível de ser arrecadado por meio de ações de execução fiscal.

Os números recuperáveis caíram nos últimos anos. No BGU de 2019, os dados indicavam que 43,7% da dívida com órgãos reguladores era de possível recuperação. Segundo técnicos, a queda ocorreu devido a ajustes contábeis para dar mais transparência ao crédito efetivamente recuperável. Hoje, essas cobranças ficam a cargo da Procuradoria-Geral Federal (PGF), vinculada à Advocacia-Geral da União (AGU) — com exceção do Banco Central, que faz a cobrança por meio de sua procuradoria.

Os números entraram no radar do governo, que estuda mudar o sistema para ampliar a efetividade dessas cobranças, importantes num cenário de dificuldade de cumprimento das metas fiscais. Uma opção é aproximar a PGF da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com o compartilhamento dos instrumentos de cobrança.

A recuperação dos créditos tributários, de responsabilidade da PGFN, chega a 70%, segundo o Tesouro. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o Ibama e o BC respondem por 65,6% do total da dívida dos setores regulados. Os débitos com a Anatel somam R$ 24,5 bilhões. Com o Ibama são de R$ 20,8 bilhões e com o BC, R$ 17,9 bilhões. **Página A9**

Diversificação

GABRIEL REIS/VALOR

O conglomerado cearense Edson Queiroz planeja entrar no segmento de energia, para além de sua atuação em GLP, com a Nacional Gás. "Estamos prospectando. Na prática, pode ser qualquer tipo de energia, seja renovável ou não", disse ao 'Valor' o presidente da empresa, Carlos Rotella. Página B3

CDB ganha mais espaço na captação dos bancos

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

A captação dos bancos com CDBs tem mantido um ritmo forte, se consolidando como a mais importante fonte de financiamento ("funding") para as instituições financeiras. Enquanto isso, a poupança segue em queda e foi ultrapassada pelas emissões de títulos como letras de crédito imobiliário (LCI), do agronegócio (LCA) e financeiras (LF). Levantamento do **Valor** com base nos balanços de Itaú, Caixa, BB, Santander e Bradesco mostra que o volume de Certificados de Depósito Bancário subiu 15,5% em 2023, para R$ 2,2 trilhões. A poupança caiu 2,1%, a R$ 929,1 bilhões, e as letras cresceram 30%, para R$ 960,6 bilhões.

Para os bancos, o CDB é mais caro que a poupança, mas traz a vantagem de não ter o direcionamento obrigatório de parte dos recursos captados para o setor imobiliário. Com o ciclo de redução da taxa básica Selic, era esperado que os CDBs perdessem apelo, pois os juros que pagam diminuem. Mas os investidores têm se mostrado reticentes em migrar para aplicações de maior risco, como ações e fundos multimercados. "Tem uma parte dos investidores que foi para fundos e depois voltou para o CDB, não gostou de ter uma carteira mais volátil. É uma questão de perfil do investidor", diz Luiz Masagão, diretor do Santander. **Página C1**

STF evita perda de R$ 36 bilhões para a União

Marcela Villar
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal decidiu que os valores recebidos por empresas a título de aluguel de bens móveis e imóveis integra o faturamento e, portanto, sobre eles incide a cobrança do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) desde a promulgação da Constituição Federal. A discussão referia-se ao período de 5 de outubro de 1988 ao início da vigência da Lei 12.973/2014, que ampliou o conceito de faturamento. A decisão afeta 157 grandes processos e evita uma perda de R$ 36 bilhões para a União. **Página E1**

EPR vence leilão da BR-040, entre BH e Juiz de Fora

Taís Hirata
De São Paulo

A EPR, formada por Equipav e Perfin, venceu o leilão da BR-040, entre Belo Horizonte e Juiz de Fora (MG), realizado ontem na B3, ao oferecer desconto de 11,21% sobre a tarifa máxima de pedágio prevista no edital. A companhia terá que realizar investimentos de R$ 5 bilhões em obras, além de assumir R$ 3,53 bilhões em custos operacionais ao longo dos 30 anos de concessão. Foi a primeira relicitação de uma estrada concedida à iniciativa privada. O contrato anterior foi rescindido a pedido da concessionária anterior, a Via 040, sob alegação de desequilíbrio financeiro. **Página B1**

Inflação pode atrapalhar planos de Biden

James Politi e Claire Jones
Financial Times, de Washington

Um novo aumento da inflação nos EUA tem minado a mensagem de reeleição do presidente Joe Biden, ameaçando seu esforço para defender o desempenho econômico em uma fase crucial da campanha contra Donald Trump. O aumento acima do esperado do Índice de Preços ao Consumidor (CPI) em março, que atingiu taxa anual de 3,5%, tornou mais difícil para Biden argumentar que a inflação continua em uma trajetória firme de queda desde que atingiu o maior nível em várias décadas no terceiro trimestre de 2022. A inflação pressionada pode levar o Federal Reserve a adiar os cortes nas taxas de juros, que trariam alívio a muitas famílias americanas, que vêm pagando caro pelos empréstimos contraídos. Nas pesquisas de intenção de voto, Biden recuperou algum terreno sobre Trump nas últimas semanas, depois que o ex-presidente manteve pequena vantagem no começo do ano. **Página A17**

Saúde

GABRIEL REIS/VALOR

Professora de psicologia em Harvard, Luana Marques ensina a lidar com a ansiedade. "Não vamos parar de ter pensamentos negativos, mas é possível pausar e exercitar o cérebro." EU&

Destaque

Brasil quer discutir IA no G20
O governo brasileiro pretende aproveitar a posição do país na presidência rotativa do G20 para buscar uma solução de consenso entre as maiores economias do mundo para os desafios impostos pela inteligência artificial, em especial a IA generativa. Para isso, trabalha para incluir um capítulo ou mesmo um parágrafo no documento final a ser anunciado em novembro, no encerramento da cúpula de chefes de Estado, no Rio de Janeiro. **A20**

Indicadores

Ibovespa	11/abr/24	-0,51 %	R$ 19,6 bi
Selic (meta)	11/abr/24		10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	11/abr/24		10,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	11/abr/24		5,0759/5,0765
Dólar comercial (mercado)	11/abr/24		5,0894/5,0900
Dólar turismo (mercado)	11/abr/24		5,1177/5,2977
Euro comercial (BC)	11/abr/24		5,4414/5,4440
Euro comercial (mercado)	11/abr/24		5,4596/5,4602
Euro turismo (mercado)	11/abr/24		5,5163/5,6963

Energia Medida, porém, também prorroga subsídios para o setor, alertam especialistas

MP ajuda nas tarifas de curto prazo, diz diretor da Aneel

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Sandoval Feitosa, diretor-geral da Aneel: com a edição da MP, há a possibilidade de respeitar o contrato e atenuar ao consumidor os efeitos tarifários

Fábio Couto
Do Rio

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, disse nesta quinta-feira (11) que a Medida Provisória 1.212, em vigor desde a véspera, veio atender a um cenário de curto prazo, "urgente". Ele se referiu a reajustes tarifários mais elevados a serem analisados pela Aneel nos próximos meses. A proposta, disse, vai ajudar a destravar o reajuste médio de 34% nas tarifas do Amapá, suspenso em março à espera da MP. A medida antecipa, via bancos, o recebimento de recursos da Eletrobras que foram firmados na privatização da companhia.

A medida, porém, também prorroga subsídios que são um dos principais fatores para a alta tarifária, dizem especialistas. Feitosa salientou que foram concedidos, em 2023, R$ 40 bilhões em subsídios e, para este ano, a perspectiva é de acréscimo de mais R$ 4 bilhões. Ele ressaltou que os subsídios indicados na MP não entram em vigor de imediato. Por ser uma MP, ainda podem ser apresentadas emendas capazes de alterar aspectos que hoje vigoram na MP.

"Com a edição da medida provisória, há a possibilidade de respeitar o contrato e, ao mesmo tempo, atenuar ao consumidor os efeitos tarifários", disse Feitosa. Ele participou ontem do Fórum Brasileiro de Líderes em Energia, no Rio. O diretor-geral da Aneel disse ainda que a multa aplicada à Enel São Paulo foi a maior realizada a uma distribuidora por falhas no fornecimento e acrescentou que avalia outros processos contra a companhia. "Foi um processo recorde."

Na terça-feira (9), a Aneel analisou recurso da Enel SP contra a penalidade de R$ 166 milhões por cortes no fornecimento de energia causados por temporal que afetou a região metropolitana de São Paulo no começo de novembro. A Aneel está com processos administrativos em andamento a pedido do MME sobre a Enel SP, em avaliação, "com todo o cuidado e toda a importância que o caso requer".

No evento, Feitosa minimizou as divergências sucessivas na diretoria da Aneel, que têm despertado temores no setor de paralisia decisória. "Eu e os demais diretores passaremos pela agência, mas a instituição fica com toda sua história. Nossas decisões são públicas. Tenho convicção de que essas questões pontuais serão dissipadas", afirmou.

Presente ao evento, o diretor financeiro de Itaipu Binacional, André Pepitone, afirmou que a usina ainda está em busca de entendimentos com o governo paraguaio em torno de uma tarifa de energia que atenda aos dois lados. O Brasil não quer reajustar as tarifas, mas os paraguaios buscam um aumento no valor do custo da geração. "Estamos no auge do diálogo com o Paraguai, buscando esse consenso", disse Pepitone.

A tarifa de geração, hoje de US$ 17,66 quilowatts (kW) por mês, foi definida em dezembro passado pela Aneel, em caráter provisório. Com o fim do empréstimo para a construção da usina, no ano passado, a expectativa era que a tarifa fosse mais baixa, mas os paraguaios pressionam por um novo aumento nos preços da energia elétrica da hidrelétrica.

O país chegou a bloquear o orçamento da usina, o que impediu, por alguns dias, o pagamento de salários e benefícios, fornecedores e prestadores de serviço. Uma ação judicial desbloqueou as contas da Itaipu para pagamento de salários. "É uma tarefa árdua, em que se busca conciliar interesses de duas nações, que não são convergentes [no momento]", disse Pepitone.

Pepitone disse que o Paraguai possui uma proposta "arrojada" de política pública, o que é compreendido pelo lado brasileiro, e que as discussões buscam equilibrar os interesses dos dois sócios na usina de 14 mil megawatts (MW) de capacidade instalada. O executivo destacou ainda que a tarifa da usina caiu 26% desde o ano passado, ao longo do governo Lula, ficando abaixo da média dos contratos de energia do mercado regulado, hoje de R$ 305 por megawatt-hora (MWh), segundo ele.

> "Brasil ainda busca acordo com Paraguai sobre tarifa de Itaipu"
> *André Pepitone*

Já o diretor-executivo de transição energética e sustentabilidade da Petrobras, Mauricio Tolmasquim, disse que os projetos ligados à transição energética, como os de energia renovável, cumprem uma "série de passos" ligados à governança interna para aprovação. A empresa tem planos de entrar nos segmentos de eólicas offshore, hidrogênio verde, captura e armazenamento de carbono e não descarta projetos de energia solar fotovoltaica e eólica onshore.

Segundo ele, todas as análises estão sendo feitas "sem atropelo", sem prever prazos para definições. Ele evitou comentar sobre os desdobramentos da crise envolvendo o presidente da companhia, Jean Paul Prates, e alas do governo. "Nosso investidor tem que ter confiança de que os investimentos serão feitos depois de passar por toda a cadeia de governança", disse Tolmasquim.

No evento, ele comentou que a empresa é a maior produtora e supridora de hidrogênio cinza, a partir do gás natural, e vê espaço para a substituição desse insumo por um outro produzido por fontes renováveis. Ele destacou que, em reuniões com dois empreendedores, um deles apresentou projeto que usa o biometano para a produção do hidrogênio verde.

Lula e presidente da Colômbia discutem a situação da Venezuela

Murillo Camarotto
De Brasília

A eleição na Venezuela será um dos temas centrais da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia, no próximo dia 17. Após sucederem governos de direita, ele e o presidente colombiano, Gustavo Petro, retomaram as relações diplomáticas com Caracas, mas ambos estão preocupados com os rumos do regime de Nicolás Maduro.

"A situação regional é um tema obrigatório, até porque há uma vocação integracionista dos dois [presidentes]. Então, há interesse em tratar desse tema", disse o ministro João Marcelo Queiroz, diretor do Departamento de América do Sul do Itamaraty.

Recentemente, o governo brasileiro manifestou preocupação com os rumos da eleição presidencial na Venezuela e recebeu uma resposta dura da diplomacia de Maduro. Petro — que também já fez críticas à condução do processo eleitoral — esteve anteontem em Caracas, onde se reuniu com o presidente venezuelano e também com representantes da oposição.

A ideia da viagem era aparar arestas com o regime e apresentar uma proposta de "paz política" para o país. "Falei com o presidente Maduro sobre a proposta que fiz a ele e a setores da oposição, talvez a mais importante neste momento para garantir que este país possa ter paz política", disse Petro. "Fundamentalmente, uma intermediação, uma mediação colombiana para alcançar a paz política", afirmou.

Em Bogotá, Lula e Petro também devem assinar alguns memorandos de entendimentos em áreas como tráfico de pessoas, direitos humanos e gestão de território, além de cooperações nos setores policial e cultural.

Após uma reunião bilateral na Casa de Nariño, sede do Executivo colombiano, os dois presidentes vão participar do encerramento de um fórum empresarial que está sendo organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). Cerca de 70 empresas brasileiras têm filiais na Colômbia, país com o qual o Brasil tem superávit comercial na casa de US$ 1,5 bilhão por ano.

Os temas principais do fórum, segundo o Itamaraty, devem ser os processos de reindustrialização dos dois países, além de discussões sobre segurança alimentar e infraestrutura. Está em negociação a criação do Conselho Empresarial Brasil-Colômbia.

Em seguida, Lula será convidado especial para a abertura da Feira Literária de Bogotá, principal evento cultural da Colômbia, por onde devem passar 600 mil pessoas. Homenageado deste ano, o Brasil será tema do estande de principal da feira. O presidente será acompanhado por uma comitiva de escritores e artistas, entre os quais Ailton Krenak e Hermeto Pascoal.

Outra possível pauta da reunião será a crise entre Equador e México, deflagrada após a invasão da embaixada mexicana em Quito por forças policiais locais. O caso deve ser discutido em âmbito presidencial da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) nesta sexta-feira, em formato virtual.

Pela programação vigente até o momento, Lula deve retornar a Brasília na própria quarta-feira. Seu próximo destino na América do Sul será o Chile.

Abordagem policial baseada apenas em 'perfilamento racial' é ilegal, diz STF

Luísa Martins
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) negou liberdade a um homem que, flagrado com 1,5 grama de cocaína, argumentava ter sido vítima de abordagem policial racista. Por sete votos a três, o plenário afastou a tese do "perfilamento racial" no caso — quando a busca é motivada apenas pela cor da pele, e não por critérios objetivos de atitude suspeita.

Prevaleceu o voto do ministro André Mendonça. Ele foi seguido por Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Nunes Marques, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes. Eles disseram que, embora racismo seja crime, a Polícia Militar considerou outros elementos na condenação por tráfico de drogas.

Foram vencidos o ministro relator, Edson Fachin, acompanhado apenas pelo ministro Luiz Fux e pelo presidente da corte, Luís Roberto Barroso. Ausente da sessão, a ministra Cármen Lúcia não participou do julgamento, que teve início em março do ano passado.

Apesar de ter negado liberdade ao homem por entender que não houve racismo no caso, o plenário foi unânime ao aprovar uma tese — a ser seguida por todas as instâncias inferiores — declarando a ilicitude de abordagens baseadas unicamente no "perfilamento racial".

A defesa do homem alegava que a prova (a apreensão da droga) era ilícita. Isso porque dois PMs, ao prestarem depoimento, narraram ter visto um indivíduo negro em pé, parado no meio-fio, junto a um carro — o ponto central da discussão é o fato de ambos terem, logo de início, citado a cor da pele como elemento concreto da suspeita.

Fachin afirmou que a atitude da PM foi discriminatória, o que deveria levar à nulidade das provas, ao trancamento da ação penal e à liberdade do homem. "Não se pode admitir busca pessoal com base em critérios como raça, cor da pele, aparência física ou qualquer outro que não possua dimensão racional e sistemática, conforme a Constituição."

> "Não se pode admitir busca pessoal com base em critérios como raça e cor da pele"
> *Edson Fachin*

Ao concordar com o relator, Barroso afirmou que a prova foi obtida "depois que se partiu da premissa de que se tratava de uma pessoa negra". O presidente do STF disse que a prisão por 1,5 grama de droga "é muito atípica e reveladora de um perfilamento racial que, se não foi racial, foi pelo menos social".

No grupo majoritário, Marques afirmou que a busca pessoal ocorreu devido a um "conjunto indissociável das circunstâncias objetivas que compõem a cena" em que o homem foi flagrado. "A menção à cor da pele teve finalidade puramente descritiva, em ordem a permitir a sua identificação."

Dino foi na mesma linha: "Não vejo razões para afirmarmos que o vetor predominante da abordagem foi o perfilamento racial. Seria um pouco demais avançarmos ao ponto de presumivelmente identificarmos essa terrível mácula na atuação policial".

valor.com.br
Claudia Safatle excepcionalmente não escreve hoje
www.valor.com.br

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Funcionalismo Esther Dweck quer que parte dos R$ 15,5 bi aprovados esta semana seja concedida a servidores

Crédito extra pode ajudar a reajustar salários

Lu Aiko Otta
De Brasília

Pressionada a encontrar uma solução para reajuste salarial dos servidores, a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, quer usar parte do crédito suplementar de R$ 15,5 bilhões aprovado nesta semana pela Câmara dos Deputados para atender os funcionários do Banco Central, do Ibama e os técnicos de instituições de ensino ainda este ano. A Fazenda é contra.

O tema foi debatido nessa quinta-feira (11) em reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), sem conclusão. Também se avaliou qual o espaço fiscal disponível para reajustes no ano que vem. Essa informação precisa ser incluída no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), a ser apresentada ao Congresso Nacional na próxima segunda-feira (15).

Dweck tenta expandir o que já foi sinalizado aos servidores: aumentos lineares de 4,5% em 2025 e 2026, além dos 9% concedidos em 2023, totalizando pouco mais de 19%. Neste ano, não está previsto reajuste salarial, e sim aumento nos auxílios alimentação, creche e saúde.

"Estamos discutindo internamente no governo um espaço orçamentário, não só para [servidores da área de] educação, mas também para demais servidores, para que a gente tenha um valor um pouco acima desse", disse ela no programa 'Bom Dia, Ministra', transmitido pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). A pergunta tinha foco nos servidores da área de educação, que estão em greve.

Segundo ela, a ideia é apresentar a nova proposta para os funcionários da União em "uma ou duas semanas".

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

Esther Dweck: ideia é apresentar nova proposta a servidores em até duas semanas

As ideias de Dweck encontram resistência. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta semana que não haveria reajuste salarial neste ano, pois o Orçamento já está fechado. Na área técnica, informa-se também que o crédito suplementar de R$ 15,5 bilhões não seria empregado para conceder aumentos salariais.

A ministra quer priorizar o acordo com técnicos das instituições de ensino e com servidores do Ibama e do Banco Central (BC), que fazem paralisações parciais.

No caso do BC, os servidores formulam uma contraproposta. Não foi aceita a oferta feita em março, de correção salarial de 10,9% em janeiro de 2025 e de 10,9% em maio de 2026. Os servidores avaliaram que a proposta não atendia outras reivindicações, como a remuneração por produtividade. Esse é um ponto de impasse, pois o atual governo não concorda em pagar bônus aos servidores.

Nesta semana, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) reuniu-se com a mesa nacional permanente de negociação, composta por várias entidades de servidores. A pasta foi acusada por alguns sindicalistas de tentar cercear o direito de greve.

O atrito ocorreu após a reunião, coordenada pelo secretário de Relações de Trabalho, José Lopez Feijóo. Nela, foi proposto um termo de compromisso pelo qual o Executivo concorda em instalar, até julho, todas as mesas de negociação solicitadas pelas categorias. Uma condição, porém, era que interrupções totais ou parciais dos serviços públicos implicariam na suspensão das negociações.

Após a reação dos sindicatos, essa cláusula foi suprimida e uma nova versão do documento foi enviada aos servidores.

As mesas vão priorizar os entendimentos por categoria, e não para o conjunto dos servidores. "Precisamos virar a chave e deixar de lado o debate sobre reajuste linear", afirmou o secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo. Ele comentou que aumentos concedidos de forma geral não ajudam a diminuir as disparidades salariais entre categorias.

O sindicalista informou que foram solicitadas 84 mesas de negociação, mas pouco mais de 20 foram instaladas até agora.

Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), comentou que os aumentos lineares de 4,5% em dois anos não empolgaram, pois as entidades representativas dos servidores já estavam engajadas em negociações específicas. No caso do Banco Central, por exemplo, o diálogo se arrasta desde setembro.

Na entrevista ao "Bom Dia, Ministra", Dweck reafirmou ser contra a reforma administrativa prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, que acaba com a estabilidade dos servidores. De acordo com a ministra, o MGI tem pensado a reforma por diferentes caminhos, como o plano de gestão de desempenhos, transformação digital e reestruturação e alongamento de carreiras. A ministra classificou, por exemplo, o Concurso Público Nacional Unificado como um instrumento de reforma, já que deve trazer mais diversidade para o serviço público. *(Colaboraram Estevão Taiar, Jéssica Sant'Ana, Gabriel Shinohara e Gabriela Pereira)*

Conjuntura Vendas do comércio restrito crescem 1% em fevereiro ante o mês anterior e reforçam cenário de atividade aquecida no 1º trimestre

Varejo surpreende com crédito, emprego e renda favoráveis

Lucianne Carneiro e Marta Watanabe
Do Rio e de São Paulo

Sustentado por mercado de trabalho apertado, expansão do crédito, reajuste real do salário mínimo e pagamento extra de precatórios, o volume de vendas do varejo no país surpreendeu mais uma vez em fevereiro, com crescimento muito acima do esperado pelo segundo mês consecutivo. Com um conjunto de indicadores que mostram atividade econômica mais aquecida que o esperado, economistas revisam ou pelo menos colocam viés de alta nas projeções de PIB do primeiro trimestre. Para parte deles, porém, esse dinamismo maior pode colocar em risco a desaceleração da inflação e afetar a política monetária em curso.

O volume de vendas no varejo restrito subiu 1% em fevereiro, ante janeiro, na série com ajuste sazonal, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem pelo IBGE. O resultado veio na contramão do que indicava a mediana do Valor Data, apurada junto a 26 consultorias e instituições financeiras, de queda de 1,6%. O desempenho também ficou acima do teto das projeções, cujo intervalo ia de queda de 2% a alta de 0,3%. Em janeiro, frente a dezembro, o comércio restrito avançou 2,8% (dado revisado após divulgação de crescimento de 2,5%) e também ficou acima da expectativa mediana do Valor Data, de alta de 0,1%.

No varejo ampliado, que inclui as vendas de veículos e motos, partes e peças, material de construção e atacarejo, o volume de vendas subiu 1,2% em fevereiro contra janeiro. A mediana do Valor Data apontava queda de 1%.

O resultado da PMC de fevereiro mostra que a demanda continua impulsionada pelo pagamento de precatórios e seu impacto na renda das famílias, destaca o economista Gabriel Couto, do Santander. O resultado, diz, traz viés positivo ao cenário de atividade econômica do primeiro trimestre de 2024. A estimativa oficial do banco para o PIB dos três primeiros meses deste ano é de alta de 0,7% contra o trimestre anterior, embora o acompanhamento indique até agora dos dados disponíveis indique crescimento de 0,8%, diz Couto.

Para Luis Otavio Leal, economista-chefe da G5 Partners, o varejo reflete, além dos precatórios, o ajuste real do salário mínimo, que é a "cereja do bolo".

Com a divulgação da PMC ontem, diz Leal, a projeção da G5 Partners para o PIB do primeiro trimestre foi revisada de alta de 0,5% para alta de 0,9%. Como se estima um segundo semestre mais forte que o primeiro, em razão dos esperados efeitos da queda da taxa básica de juros, a projeção de PIB para 2024 também está sob revisão e deve sair de alta de 2,1% para algo em torno de 2,5%, diz Leal.

Rodolpho Tobler, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), ressalta que o crescimento do varejo em fevereiro veio disseminado. A perspectiva é de que o desempenho do setor neste ano deve ser mais positivo, diz, após o ano "desafiador" de 2023. Isso, avalia, aponta para um crescimento do PIB em 2024 que pode ser menor que a variação em 2023, mas com composição melhor.

"O que mais puxou o comércio em fevereiro foi o segmento farmacêutico, principalmente a parte de medicamentos, e os bens de uso pessoal e doméstico, com dois meses de crescimento forte. Essa atividade vem de base baixa de 2023, por causa da crise das lojas de varejo, que gerou fechamento de lojas físicas. E agora estamos vendo reabertura de lojas", disse ontem o gerente da PMC, Cristiano Santos, ao apresentar os dados. Ele destacou também a mudança no comportamento do consumidor, que deixou de concentrar compras em itens básicos — como supermercado — e passou a diversificar mais.

> "Fatores de expansão do crédito vêm se acumulando"
> *Cristiano Santos*

As vendas do comércio avançaram em seis das oito atividades do varejo restrito em fevereiro, na comparação com janeiro, com ajuste sazonal. Além do crescimento em artigos farmacêuticos, médicos e de perfumaria (9,9%) e em outros artigos de uso pessoal e doméstico (4,8%), houve alta também em livros, jornais, revistas e papelaria, móveis e eletrodomésticos, equipamentos e material para escritório informática e comunicação e tecidos, vestuário e calçados. Houve recuo em vendas de combustíveis e lubrificantes e hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo *(ver quadro)*.

No varejo ampliado, houve alta de 3,9% em veículos, motos, partes e peças e queda de 0,2% no material de construção, na série com ajuste sazonal. O atacarejo ainda não dispõe de índice com ajuste sazonal.

"Há uma questão de tração. Os fatores de expansão do crédito vêm se acumulando e ajudaram a ter o segundo mês seguido de alta do varejo. O efeito não é imediato, o crédito demora a expandir e reflete a trajetória de queda de juros. Além disso, a massa de rendimentos que cresceu", afirma Santos.

Se contribui para melhorar as estimativas de PIB, a PMC "não ajuda em nada" a política monetária, diz Leal, da G5 Partners. Ele lembra que o IPCA de março mostrou alta pequena, de 0,16%, mas medidas subjacentes continuam preocupando. Para ele, uma perspectiva mais apurada deve vir com a divulgação aguardada para hoje da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), também do IBGE.

Com a divulgação ontem da PMC e o conjunto de dados já disponíveis, o C6 Bank adicionou viés de alta para a projeção de 2,4% para o PIB 2024, diz a economista Claudia Moreno. Ela ressalta, porém, que o cenário de crescimento acima do que se considera ser o potencial da economia brasileira dificulta a continuidade da desaceleração da inflação. "Por esse motivo, há chance de a autoridade monetária não chegar a uma taxa terminal de juros de 9,25%, nossa atual projeção para a Selic de 2024."

Surpresa com vendas

2024 começa com forte crescimento do varejo

Desempenho por segmento no mês de fevereiro	Variação ante mês anterior (em %)
Varejo restrito*	1
Varejo ampliado**	1,2
Combustíveis e lubrificantes	-2,7
Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-0,2
Tecidos, vestuário e calçados	0,3
Móveis e eletrodomésticos	1,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	9,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	3,2
Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação	0,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	4,8
Veículos e motos, partes e peças	3,9
Atacado e varejo de material de construção	-0,2

Fonte: IBGE. * exclui veículos, material de construção e atacado de alimentos. ** inclui veículos, material de construção e atacado de alimentos

Após nova surpresa, economistas tentam ajustar ponteiros

Análise

Anaïs Fernandes
São Paulo

Pelo segundo mês seguido, economistas erraram feio as projeções para o comportamento do varejo em 2024.

Para janeiro, eles esperavam, de acordo com o Valor Data, alta de apenas 0,6% no varejo ampliado, que inclui veículos, material de construção e o atacarejo e é o mais relevante para o cálculo do PIB. Ele subiu 2,8% na comparação com dezembro de 2023.

Para fevereiro, a expectativa mediana era de queda de 1%, ante janeiro. Ontem, o IBGE divulgou um crescimento de 1,2%.

O que pode explicar tamanho desvio entre os números projetados e os de fato observados?

Economistas costumam dizer que, depois do choque da pandemia, os modelos que eles usam para fazer suas estimativas e a sazonalidade dos dados ficaram "bagunçados". Tanto que é cada vez mais comum, ao entrevistá-los, ouvir ponderações do tipo "precisamos ter humildade" antes de qualquer consideração mais firme.

Mas parece haver mais, e os especialistas estão sempre buscando outras formas de olhar e entender as relações econômicas.

A equipe do Itaú Unibanco observou que, na média dos anos em que houve reajuste do salário mínimo acima da inflação, aconteceu um pico de consumo no varejo ampliado em março, em relação aos anos em que não houve esse reajuste. Para 2024, o salário mínimo teve reajuste real.

O Itaú também observou que o desempenho da arrecadação de alguns impostos, como PIS, Cofins, IPI e Imposto sobre a Importação, às vezes, antecipam o comportamento das vendas no varejo ampliado. Em fevereiro, todos subiram mais de 16%, em termos reais, ante fevereiro de 2023, acima do crescimento total das receitas, de 12,3%, como aponta a Warren Investimentos a partir dos dados da Receita Federal.

Reportagem do **Valor** antecipou que, ainda que possa vir abaixo da expectativa da Fazenda, a arrecadação diretamente administrada pela Receita deve crescer cerca de 15% em termos nominais em março, ante igual mês de 2023, mantendo o crescimento de dois dígitos de janeiro e fevereiro.

E, se for "menos brilhante" do que nos meses anteriores, provavelmente, será por frustração mais em impostos ligados ao lucro das empresas, como os recolhimentos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

São sinais de que o varejo pode continuar surpreendendo para cima no curto prazo, ainda que o IGet, indicador desenvolvido pelo Santander com a GetNet, mostre uma alta forte do varejo ampliado na primeira quinzena de março e um arrefecimento na segunda.

De qualquer forma, o mercado de trabalho permanece aquecido por muito mais tempo do que os economistas poderiam imaginar e os salários sobem. Além disso, há estímulos fiscais para além do reajuste do mínimo, como o pagamento de precatórios.

O Itaú calcula que o pagamento de R$ 96 bilhões em precatórios extras em janeiro e fevereiro, cerca de R$ 45 bilhões desses de caráter alimentício e voltados às pessoas físicas, gera impacto positivo de 0,3 a 0,4 ponto percentual no PIB, dependendo da propensão marginal a consumir das pessoas — basicamente, famílias de renda mais baixa tendem a gastar o dinheiro novo mais e mais rápido, até pelas necessidades imediatas do dia a dia, como alimentação.

Com mais renda disponível, a solvência das famílias tem melhorado e a recuperação do crédito, sobretudo à pessoa física, prossegue. Não à toa, as vendas do varejo mais associado ao crédito (veículos, por exemplo) cresceram 2,4% em fevereiro, ante janeiro, enquanto aquele mais associado puramente à renda recuou 0,3%, segundo o Bradesco.

Cada vez mais, economistas veem as projeções para o PIB no primeiro trimestre se distanciarem de um patamar de alta de 0,5% para algo próximo de 1%, em relação aos três últimos meses de 2023.

Com isso, tem gente que já tinha uma projeção de PIB para 2024 acima do consenso — 2,4%, por exemplo, ante 1,9% da mediana da pesquisa Focus — e que, agora, ainda vê viés de alta para o número. Alguns outros imaginavam um PIB entre 2,5% e 3% e, agora, veem a atividade chegar cada vez mais perto dessa banda superior.

Bom para o PIB, um alerta para a inflação e, consequentemente, para o espaço que o Banco Central terá para seguir cortando juros.

Na quarta-feira (10), economistas ficaram animados com a divulgação do IPCA de março, que subiu 0,16%, abaixo da expectativa mediana de 0,24%. Os serviços subjacentes — aqueles mais ligados ao ciclo econômico e que o BC acompanha de perto —, no entanto, seguem ao redor de 5% em 12 meses.

Os dados divulgados sobre o varejo reforçam a necessidade de cautela por parte da condução da política monetária — no mercado de juros brasileiro, as taxas foram às máximas do ano ontem, entre outras coisas, por causa disso — e das projeções dos analistas, que aguardam, agora, a divulgação, hoje, dos dados sobre o comportamento dos serviços em fevereiro.

A expectativa mediana, segundo o Valor Data , é de uma desaceleração da alta de 0,7% em janeiro para 0,2% em fevereiro. A ver se os ponteiros de modelos e projeções se ajustam melhor dessa vez.

BNDES dá início a plano de descarbonização

Estevão Taiar
De Brasília

O BNDES receberá a partir desta sexta-feira (12) os primeiros projetos de instituições de pesquisa que "tenham como objetivo a descarbonização" do setor automotivo. Até o fim do ano, estarão disponíveis R$ 40 milhões em recursos não reembolsáveis para esses projetos, que poderão ser elaborados em parceria com empresas. A ação será a primeira leva do BNDES Rota 2030, programa anunciado em outubro de 2023 e que prevê R$ 200 milhões em recursos para o setor pelos próximos cinco anos.

Para receber o aporte, o projeto precisará cumprir uma série de exigências, como ter valor mínimo de R$ 10 milhões. Também precisará ser destinado a: máquinas agrícolas movidas a biometano e outros biocombustíveis alternativos; veículos pesados urbanos, sejam eles elétricos, sejam movidos a gás natural veicular (GNV) ou biometano; veículos leves, sejam híbridos com etanol, elétricos ou movidos a células de combustível; pesados rodoviários movidos a biometano, GNV, biodiesel ou células de combustível.

Além disso, terá que contemplar pelo menos uma das seguintes frentes: baterias e "powertrain" de baixa emissão, "com foco" em veículos híbridos, "incluindo seus componentes e insumos críticos e as soluções para infraestrutura de recarga"; descarbonização "dos processos produtivos de veículos, componentes, insumos críticos e materiais estratégicos", como aço verde, alumínio e novas ligas especiais; biocombustíveis "e suas aplicações" em veículos leves e pesados e em máquinas agrícolas, "com destaque para as soluções de biometano".

Entre os critérios que serão usados pelo BNDES para avaliar os projetos, por sua vez, estarão: impacto econômico e ambiental da tecnologia; desafios tecnológicos envolvidos; grau de ineditismo da tecnologia a ser desenvolvida; potencial de introdução das inovações no mercado; aplicação potencial da tecnologia em outros setores; cooperação na cadeia de fornecedores; capacitação da equipe do projeto e da instituição de pesquisa; alinhamento com outras políticas públicas.

O banco de fomento poderá entrar com até 80% dos recursos necessários, cuja estimativa precisará ser apresentada pelo instituto de pesquisa junto com o projeto. Esse montante subirá para 90% se o projeto for das regiões Norte ou Nordeste.

"Vamos estimular a inovação tecnológica, a capacitação da mão de obra e a geração de empregos qualificados, em linha com as prioridades de desenvolvimento definidas pelo governo", disse o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, em comunicado divulgado pela instituição financeira.

Já o diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Luís Gordon, destacou que a ideia é "apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação, engenharia, estudos, testes, pilotos e certificações que, entre outras ações, estimulem fontes de energia, produtos e processos que minimizem a emissão" de dióxido de carbono.

As propostas poderão ser apresentadas ao BNDES por meio do Portal do Cliente no site do banco.

Servidora pública ganha 13% menos que colega homem

Gabriela Pereira
De Brasília

Assim como acontece no setor privado, as mulheres que trabalham no serviço público têm uma remuneração inferior aos homens. Em 2023, elas receberam 12,9% menos. De acordo com um levantamento realizado pelo ministério da Gestão e Inovação (MGI), a média de salários das mulheres no ano passado foi de R$ 9.998,00, enquanto a dos homens foi de R$ 11.475,98.

O número não sofreu grandes variações desde 2014. Na época, a média dos salários femininos era equivalente a 87,7% dos salários masculinos. A maior discrepância nos salários foi observada em 2019, quando o número chegou a 83,7%. De acordo com o estudo, as diferenças estão relacionadas à "menor proporção de mulheres que ocupam cargos e funções de liderança, que oferecem remunerações mais elevadas".

Desde 2014, o índice de mulheres em cargos de liderança não passou de 41,1%. A menor porcentagem foi em 2020, quando a representação feminina alcançou 38,1% contra 61,9% de representantes masculinos. Em 2023, o número foi de 41%.

O estudo aponta que "o esforço de qualificação empreendido pelas servidoras nos últimos dez anos ainda não resultou em aumento significativo das oportunidades na ocupação de cargos e funções de liderança por elas".

Em janeiro de 2024, o percentual de mulheres no setor público foi de 41,6%, enquanto os homens representaram 58,4% da força de trabalho.

evoltz

Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.625.321/0001-56

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

O ano de 2023 foi de grandes realizações e entrega de resultados consistentes. Mantivemos nossa resiliência e disciplina na operação e manutenção das instalações, bem como nas atividades financeiras e de engenharia com os níveis adequados de desempenho, com foco nas melhores práticas e visando principalmente a preservação da saúde e segurança de nossos colaboradores. Ainda no pilar de segurança e cientes da necessidade de seguir com a construção de uma empresa responsável, seguimos investindo numa sólida agenda de novas tecnologias de monitoramento de atividades em campo, treinamento e capacitação de colaboradores próprios e terceiros e celebramos um ano com o menor nível da taxa de frequência de acidentes. Reafirmamos ainda nosso compromisso com princípios de governança, com investimentos em gestão de riscos, compliance e avançamos com ações para garantir ainda mais um ambiente de trabalho seguro, inclusivo e acolhedor, com palestras de saúde, programas de incentivo a atividades físicas, com a ampliação da presença feminina em cargos de liderança e funções operacionais. Iniciativas fundamentais para o nosso sucesso de longo prazo. Nosso desempenho econômico-financeiro seguiu consistente com um crescimento de 27,8% no EBITDA, alcançando R$358,2 milhões, com uma margem de 88,3%, 4,8 p.p. superior a 2022, resultado da combinação da revisão tarifária de 3,94% (IPCA) e pela disciplina de gastos iniciada em 2022, que resultaram numa redução de custos operacionais em aproximadamente R$9,4 milhões com serviços de terceiros, acrescido do recebimento de indenização de seguros referente aos incidentes ocorridos em outubro de 2021 no montante de R$6,2 milhões. O índice de disponibilidade da linha de transmissão alcançou o patamar de 97,4%, já considerando os efeitos de indisponibilidade causados por atos ilícitos, reafirmando assim nosso compromisso e consistência com a eficiência operacional e gestão do ativo. Excluindo-se os efeitos não recorrentes, atingiríamos 98,6% de disponibilidade, o que reforça a resiliência e disciplina da operação da Companhia. A dívida líquida teve uma redução de R$269,6 milhões, ocasionada principalmente pelo aumento de caixa obtido em detrimento ao cumprimento de uma decisão judicial. Expurgando o efeito do caixa extraordinário, o indicador Dívida Líquida/EBITDA finalizou o exercício em 3,3x, uma redução de 0,9 p.p para o registrado em 2022. Além disso, a Companhia distribuiu dividendos no montante de R$164,4 milhões durante o exercício e projetamos um total de R$95 milhões em dividendos para pagamento em 2024, demonstrando assim uma forte capacidade de geração de caixa e retorno aos nossos acionistas. Seguiremos resilientes, engajados para a contínua jornada de crescimento e criação de valor, investindo no setor de transmissão, com foco na segurança, eficiência e sustentabilidade, garantindo o desenvolvimento da sociedade e a qualidade de vida de todos. Agradecemos a todos os colaboradores pelo comprometimento e dedicação e aos demais stakeholders pela confiança e contribuição para o aprimoramento contínuo da Companhia. **A Administração**

Destaques

- **Lucro Líquido de R$202,3 milhões, crescimento de +90,5% frente ao exercício de 2022.**
- **Resultado Financeiro de R$(96,1) milhões, redução de 30,9% frente ao exercício de 2022.**
- **Pagamento de dividendos de R$164,4 milhões demonstrando a forte geração de caixa da Companhia**
- **Dívida Líquida de R$822,7milhões (-24,7% vs 2022)**
- **Margem EBITDA de 88,3% (+4,8 p.p vs 2022)**

Indicadores Financeiros

(em milhares de reais)	2023	2022	Var.
Receita operacional líquida	405.765	335.797	20,8%
Custos e despesas operacionais	(50.015)	(58.850)	(15,0%)
EBITDA – CVM nº 527 (*)	358.234	280.226	27,8%
EBITDA Ajustado (**)	361.908	286.047	26,5%
Margem EBITDA	88,3%	83,5%	4,8 p.p
Margem EBITDA AJUSTADO	89,2%	85,2%	4,0 p.p
Resultado financeiro	(96.072)	(139.125)	(30,9%)
Lucro líquido	202.270	106.201	90,5%
Dívida Líquida (***)	822.661	1.092.242	(24,7%)
Dívida Líquida/EBITDA	2,3	3,9	(41,1%)
Dívida Líquida/EBITDA AJUSTADO	2,3	3,8	(40,5%)

(*) EBITDA padrão da CVM de acordo com a Instrução CVM nº 527 e EBITDA ajustado desconsiderando os impactos dos itens não recorrentes. (**) **Itens não recorrentes** são ocorrências extraordinárias que afetaram o resultado no período. Algumas despesas são incorridas por razões que não envolvem as operações normais de negócios e consequentemente, não afetam o ciclo operacional da Companhia. (***) Dívida líquida: A dívida líquida corresponde aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, TVM, aplicações financeiras e depósitos vinculados. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Sobre a Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

A Norte Brasil S.A. ("NBTE") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília - DF. A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 007/2008 – ANEEL de 26/02/2009, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão de corrente contínua, na tensão de ±600 kV, com extensão de 2.411 km, tendo origem na Subestação Coletora Porto Velho, localizada no estado de Rondônia e término na subestação Araraquara 2, localizada no estado de São Paulo. A linha de transmissão atravessa 85 municípios em 5 estados: Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, sendo uma das maiores linhas do mundo. A Evoltz Participações S.A., sociedade controlada por fundos geridos pelo Ontario Teachers' Pension Plan Board, detém o controle da Companhia. Abaixo o resumo da concessão:

Nome	Extensão (KM)	Linha de Transmissão	RAP Ciclo 23-24 (R$ milhões)	Data de Despacho	Início da Concessão	Fim da Concessão
NBTE	2.411 Km	LT CC 600kV Porto Velho / Araraquara	365.845	26/02/2009	04/11/2014	25/02/2039

Evolução da RAP nos últimos ciclos

Desempenho operacional

2019	2020	2021	2022	2023
100%	99,88%	96,27%	89,00%	97,4%

A Companhia demonstrou sua performance ágil e diligente em 2023, atingindo o total de disponibilidade de 97,4%, estando assim acima do limite estabelecido pela ANEEL (97%). A disponibilidade da Companhia foi impactada pelos atos ilícitos ocorridos em janeiro de 2023, onde houve queda de torre de sua linha de transmissão após ato de sabotagem em estrutura localizada no Estado de Rondônia, onde os estais de fixação da torre foram intencionalmente cortados. A Companhia de forma ágil mobilizou pessoas e materiais e em 13 de janeiro finalizou a recomposição da torre a linha de transmissão foi disponibilizada com sucesso, demonstrando a agilidade do time operacional a reconstrução foi realizada abaixo do período de franquia regulatória e a Companhia ficou isenta de qualquer desconto de parcela variável. Cabe ressaltar que expurgando o efeito do ato ilícito citado a Companhia atingiu 98,6% reforçando assim seu desempenho operacional acima do limite.

Desempenho econômico-financeiro

Receita Operacional Líquida

A **Receita Operacional Líquida** encerrou o exercício com o total de **R$405,8 milhões** sendo um aumento de **R$70 milhões** comparado ao exercício de 2022. O incremento refere-se basicamente pela atualização da RAP em 11,73% para o ciclo 2022/2023 e a atualização para o ciclo de 2023/2024 em 3,94% e incremento de EUST no montante de R$19,5 milhões

Custos e Despesas operacionais

	2023	2022	Var.
Pessoal	(21.424)	(15.994)	34,0%
Serviços de terceiros	(19.747)	(31.180)	(36,7%)
Recuperação de despesas	6.279	1.055	495,2%
Provisão para devedores duvidosos	(7.269)	(2.606)	178,9%
Outros custos e despesas	(7.854)	(10.125)	(22,4%)
Total	**(50.015)**	**(58.850)**	**(15,0%)**

Os custos e despesas operacionais encerrou o exercício de 2023 no montante total de **R$50 milhões** sendo uma redução total de **R$8,8 milhões** comparado ao exercício de 2022, a redução se refere principalmente a: (i) Redução de **36,7%** basicamente pela eficiência nos custos de O&M representando uma redução de **R$ 9,4 milhões** e (ii) Indenização de seguros recebida em dezembro de 2022 no montante de **R$6,2 milhões** referente aos incidentes ocorridos em outubro de 2021, compensados parcialmente pelo aumento de despesa com pessoal no montante de **R$5,4 milhões** que se refere a: (i) impacto da inclusão da Companhia no contrato de rateio do grupo Evoltz em março de 2022, como efeito de 10 meses em 2022 frente a 12 meses em 2023 e (ii) Reajuste salarial e novas contratações. **EBITDA.** O **EBITDA** foi de **R$ 358,2 milhões** no exercício de 2023, representando um aumento de 27,8% em relação aos **R$ 280,2 milhões** apurados em 2022, explicado basicamente por: (i) atualização de RAP supracitada; (ii) redução de **R$9,4 milhões** pela eficiência nos custos de O&M e (iii) recebimento de indenização de seguros referente aos incidentes ocorridos em outubro de 2021 no montante de **R$6,2 milhões**, compensados parcialmente pela inclusão da Companhia no contrato de rateio de custos e despesas do grupo, em março de 2022, incrementando em **R$5,4 milhões** o gasto com pessoal. O **EBITDA Ajustado** é impactado principalmente pelas atualizações das contingências da Companhia nos períodos e se manteve em linha sem impactos significativos frente ao **EBITDA CVM.**

Endividamento

(em milhares de reais)	2023	2022	Var.
Dívida bruta	1.318.717	1.363.578	(44.861)
Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados	496.056	271.336	224.720
Dívida Líquida	822.661	1.092.242	(269.581)
Índice de endividamento líquido	44,1%	59,2%	(15,1 p.p)
Dívida Líquida/EBITDA	2,3	3,9	(1,6) p.p
Dívida Líquida/EBITDA AJUSTADO	2,3	3,8	(1,5) p.p

Em 2023 a dívida bruta encerrou no montante de R$ 1,3 bilhão, e desta forma uma redução de R$ 44,9 milhões em relação ao mesmo período de 2022. Tal redução se refere principalmente as amortizações realizadas no período no montante total de R$110,0 milhões. A dívida líquida atingiu R$ 822,7 milhões, com o indicador de alavancagem medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA alcançando 2,3x, uma redução 1,6 p.p. causada principalmente pelo caixa obtido em detrimento ao cumprimento a uma decisão judicial ainda sem trânsito em julgado. No entanto, ao expurgar o efeito da decisão judicial, o indicador de alavancagem ficaria 3,3x, uma redução de 0,9 p.p em relação ao registrado em 2022 em razão do incremento do EBITDA. Excluindo efeitos do caixa incremental da decisão judicial, dívida líquida estaria em linha com o ano de 2022.

Governança corporativa

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, contando com Conselho de Administração e Auditoria Externa. Diretoria Executiva é formada por três diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, que acumulará a função de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Operações e Manutenção e os demais diretores sem designação específica, eleitos para cumprir mandato unificado de dois anos, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas no Estatuto Social. O Conselho de Administração ("CA") é formado por três membros titulares. O CA é responsável: (i) por estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções (iii) por manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas da diretoria, elaborados ao término de cada exercício social, dentre outras funções. A Companhia também possui mecanismos e práticas de prevenção, detecção de fraudes e atos ilícitos, por meio de políticas e ações, como políticas de Compliance, Anticorrupção e Prevenção a fraudes, Canal de denúncias e Código de conduta e Ética Profissional.

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**828.720**	**564.132**
Caixa e equivalentes de caixa	4	438.542	209.436
Depósitos vinculados	9	18.988	23.910
Contas a receber	5	51.972	44.495
Tributos a recuperar	7	3	1.541
Ativo de contrato de concessão	8	306.004	272.212
Sobressalentes		9.624	8.458
Outros ativos		3.587	4.080
Não circulante		**3.432.523**	**3.407.773**
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	9	38.526	37.990
Contas a receber	5	403	202
Depósitos judiciais		1.472	1.515
Tributos a recuperar	7	2.473	2.290
Ativo de contrato de concessão	8	3.389.147	3.365.087
Imobilizado		311	342
Intangível		191	347
Total do ativo		**4.261.243**	**3.971.905**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**166.665**	**140.081**
Fornecedores	10	17.044	7.195
Debêntures	11	82.059	86.599
Tributos a recolher	7	9.863	10.788
Dividendos a pagar	16.3	40.633	21.788
Partes relacionadas	6	6.541	3.804
Provisões	12	1.689	2.865
Encargos setoriais		6.003	4.152
PIS e COFINS diferidos	13	2.833	2.890
Não circulante		**2.230.118**	**1.986.349**
Fornecedores	10	38.845	49.442
Debêntures	11	1.209.758	1.245.754
Provisões	12	8.953	11.176
PIS e COFINS diferidos	13	311.196	308.250
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	249.561	251.907
Parcela de ajuste	15	411.805	119.820
Patrimônio líquido		**1.864.460**	**1.845.475**
Capital social	16.1	1.687.300	1.687.300
Reserva legal	16.2	57.390	47.276
Reserva de incentivos fiscais	16.2	61.751	32.125
Reserva de lucros	16.2	58.019	78.774
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.261.243**	**3.971.905**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Distribuição de dividendos adicionais	Reserva legal (Reserva de lucros)	Retenção de lucros (Reserva de lucros)	Reserva de incentivo fiscal (Reserva de lucros)	Lucros Acumulados	Total Patrimônio líquido
Em 31/12/2021		**1.687.300**	**38.986**	**41.966**	**13.410**	**18.386**	**-**	**1.800.048**
Dividendos adicionais aprovados		-	(38.986)	-	-	-	-	(38.986)
Lucro líquido do exercício	16.3	-	-	-	-	-	106.201	106.201
Destinação do resultado do exercício:								
Constituição de reservas	16.3	-	-	5.310	-	13.739	(19.049)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	-	-	(21.788)	(21.788)
Dividendos propostos adicionais	16.3	-	65.364	-	-	-	(65.364)	-
Em 31/12/2022		**1.687.300**	**65.364**	**47.276**	**13.410**	**32.125**	**-**	**1.845.475**
Dividendos adicionais aprovados	16.3	-	(65.364)	-	-	-	-	(65.364)
Distribuição de reservas	16.3	-	-	-	(13.410)	-	-	(13.410)
Lucro líquido do exercício	16.3	-	-	-	-	-	202.270	202.270
Dividendos intercalares pagos	16.3	-	-	-	-	-	(63.878)	(63.878)
Destinação do resultado do exercício:								
Constituição de reservas	16.3	-	-	10.114	-	29.626	(39.740)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	-	-	(40.633)	(40.633)
Dividendos propostos adicionais	16.3	-	58.019	-	-	-	(58.019)	-
Em 31/12/2023		**1.687.300**	**58.019**	**57.390**	**-**	**61.751**	**-**	**1.864.460**

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	17	**405.765**	**335.797**
Remuneração do ativo de contrato de concessão		344.118	338.397
Receita operação e manutenção, deduções e outras, líquidas		61.647	(2.600)
Custos de serviços prestados	18	(21.593)	(35.268)
Lucro bruto		**384.172**	**300.529**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(28.422)	(23.582)
Outras receitas operacionais, líquidas		2.293	3.103
		(26.129)	(20.479)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**358.043**	**280.050**
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		46.858	19.791
Despesas financeiras		(142.930)	(158.916)
		(96.072)	(139.125)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**261.971**	**140.925**
Imposto de renda e contribuição social	14.b		
Corrente		(62.047)	(13.225)
Diferido		2.346	(21.499)
		(59.701)	(34.724)
Lucro líquido do exercício		**202.270**	**106.201**
Lucro básico e diluído por ação	16.4	**0,120**	**0,063**

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**202.270**	**106.201**
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**202.270**	**106.201**

Demonstrações dos valores adicionados para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		**452.423**	**402.410**
Remuneração do ativo de contrato de concessão	17	344.118	338.397
Receita de operação e manutenção	17	26.748	25.788
Outras receitas		81.557	38.225
Insumos adquiridos de terceiros		**(28.962)**	**(41.645)**
Serviços de terceiros		(19.747)	(31.180)
Materiais, energia e outros		(9.215)	(10.465)
Valor adicionado bruto		**423.461**	**360.765**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**423.461**	**360.765**
Valor adicionado líquido recebido em transferência		46.858	19.791
Receitas financeiras	19	46.858	19.791
Valor adicionado total a distribuir		**470.319**	**380.556**
Distribuição do valor adicionado		**470.319**	**380.556**
Pessoal	18	21.424	15.994
Impostos, taxas e contribuições		103.695	99.445
Remuneração de capital de terceiros	19	142.930	158.916
Remuneração de capital próprio		202.270	106.201
Valor adicionado total distribuído		**470.319**	**380.556**

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro antes imposto de renda e da contribuição social		**261.971**	**140.925**
Ajustes de:			
Remuneração do ativo de contrato de concessão	8	(344.118)	(338.397)
Juros sobre debêntures	11	133.275	150.454
Amortização do custo de transação	11	4.325	4.311
Depreciação e amortização		191	176
Rendimentos sobre depósitos vinculados	19	(6.723)	(5.771)
Provisão, reversão e atualização de contingências		1.781	1.563
Baixa de sobressalentes		40	99
Provisão para devedores duvidosos		7.269	2.606
Pis e Cofins diferidos		2.889	3.529
Provisão/Reversão para indisponibilidade - PVI		(19.496)	24.451
Variação no capital circulante:			
Contas a receber		4.549	(38.521)
Partes relacionadas		2.737	3.725
Tributos a recuperar		1.355	15.272
Ativo de contrato de concessão	8	286.266	275.997
Sobressalentes		(1.859)	(2.077)
Fornecedores		(748)	4.837
Tributos a recolher		(7.702)	(1.361)
Provisões	12	(4.567)	(4.206)
Encargos setoriais		1.851	1.556
Parcela de ajuste		291.985	119.820
Outros ativos e passivos		149	127
Caixa gerado nas operações		**615.420**	**359.115**
Juros pagos sobre debêntures	11	(72.888)	(75.020)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(55.270)	(5.161)
Depósitos judiciais		43	611
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**487.305**	**279.545**
Baixa de intangível/imobilizado		378	203
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**378**	**203**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Amortização de principal de debêntures	11	(105.248)	(73.883)
Depósitos vinculados		11.109	(1.318)
Pagamento de dividendos		(164.438)	(51.171)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(258.577)**	**(126.372)**
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		**229.106**	**153.376**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	209.436	56.060
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	438.542	209.436
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		**229.106**	**153.376**

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. ("Norte Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, CNPJ nº 09.625.321/0001-56, de capital aberto e prazo indeterminado, domiciliada no Brasil, com endereço em Brasília/DF, constituída em 6/05/2008, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara 2 (SP), nº 2, em Corrente Contínua, em 600kV bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Norte Brasil encontra-se em operação comercial desde 4/11/2014, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. **1.1. Concessão.** A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 016/2009 – ANEEL de 26/02/2009, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da data de sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica caracterizadas no Anexo 6G-CC do Edital do Leilão 007/08-ANEEL. O prazo de duração da Companhia é determinado, por ser limitado pela conclusão do seu objeto social, que se realizará após o fim da concessão outorgada à Companhia nos termos do Contrato de Concessão nº 016/2009-ANEEL ("Contrato de Concessão"), celebrado em 26/02/2009, entre a União e a Companhia, podendo tal concessão ser renovada nos termos do Contrato Concessão. Em 4/07/2023, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.216, homologou a nova Receita Anual Permitida - RAP do ciclo 2023/24 de R$ 365.845 (R$ 351.991 para o ciclo 2022/2023), com período de vigência/07/2023 a junho de 2024. A linha de transmissão da Companhia foi disponibilizada para operação comercial em 25/09/2014. O Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS oficializou a entrada em operação comercial em 4/11/2014. Em dezembro de 2017, a linha de transmissão da Companhia foi definitivamente conectada ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis relevantes

2.1. Base de preparação e apresentação. Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão. Estas demonstrações financeiras apresentam informações comparativas com o exercício anterior. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva em 22/02/2024. Uso de estimativas e julgamentos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Moeda funcional e de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia. **Políticas contábeis relevantes.** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **2.3. Instrumentos financeiros**. A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º/01/2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. **2.3.1. Ativos financeiros. a) Reconhecimento inicial e mensuração**. ■ **Custo amortizado.** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Em 31/12/2023, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são as contas a receber de clientes. ■ **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31/12/2023, outros ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e depósitos vinculados. ■ **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.** Esses ativos são mensurados a valor justo e mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros. A Companhia não possui ativos financeiros com estas características. b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros. Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. **c) Baixa de ativos financeiros.** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **2.3.2. Passivos financeiros. a) Classificação e mensuração.** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e a contrapartida paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado. **2.3.3. Compensação de saldos.** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Norte Brasil regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. A infraestrutura de transmissão é classificada como "Ativo de contrato de concessão". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do contrato e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o Ativo de contrato de concessão reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do Ativo de contrato de concessão, utilizando a taxa implícita definida no início do contrato. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **2.5. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. **2.6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são mensurados pelo regime de lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos, conforme determina a legislação em vigor. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, também de acordo com a legislação vigente. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **Benefício fiscal – Lucro da exploração.** Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido. Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria. **2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas. (a) Revisadas e Vigentes:** • CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguros. • CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. • CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro. • CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8) - Definição de omissão material. A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas. **(b) Revisadas e não vigentes:** • CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos (Transação de venda e retroarrendamento). • CPC 26 (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante). • CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstrações do fluxo de caixa. • CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos financeiros.

3. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas, julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia estão relacionadas a seguir: ■ Constituição de ativo ou passivo fiscal diferidos. ■ Análise de risco de crédito. ■ Análise de risco para a constituição de provisões, inclusive provisão para riscos fiscais, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota 12); Adicionalmente a seguir as estimativas e julgamentos consideradas as mais críticas na elaboração destas demonstrações financeiras: **3.1. Ativo de contrato de concessão.** No contrato de concessão da Companhia estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis: i) a obrigação de constituição da infraestrutura' que será objeto da concessão por 30 anos, ou pelo seu aprimoramento ao longo da concessão e ii) obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O Ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a primeira obrigação, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim a Companhia faz jus a Receita de Construção durante a fase de construção do projeto, mas só fará jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento. O valor do Ativo de contrato de concessão das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do Ativo de contrato de concessão da concessão são as seguintes: ■ **Ativo de contrato de concessão indenizável** - a Companhia reconhece o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como Ativo de contrato de concessão, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o valor contábil. ■ **Ativo de contrato de concessão amortizável pela RAP** – as adições decorrentes das ampliações, reforços ou melhorias da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de contrato de concessão. ■ **Remuneração do Ativo de contrato de concessão** – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa. ■ **Determinação das receitas de infraestrutura** - Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. ■ **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. **3.2. Provisões para contingências.** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.3 Redução ao valor recuperável ("impairment"). a. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** – um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável. A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Norte Brasil sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados. **b. Ativos não financeiros** - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. **3.4 Demonstração do valor adicionado ("DVA").** A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras. **3.5 Demonstração de fluxo de caixa ("DFC")**. Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº. 641, de 7/10/2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos em conta corrente	6.235	243
Aplicações financeiras (i)	432.307	209.193
	438.542	**209.436**

(i) Referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados por uma taxa média de 99,09% do CDI, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	67.205	71.754
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	(9.875)	(2.606)
Provisão para PVI (ii)	(4.955)	(24.451)
	52.375	**44.697**
Circulante	51.972	44.495
Não circulante	403	202
	52.375	**44.697**

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	55.508	68.472
Vencidos até 360 dias	10.880	3.080
Vencidos mais de 360 dias	817	202
	67.205	**71.754**

(i) A Companhia na condição de agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Entretanto alguns agentes do sistema questionam judicialmente os saldos faturados e julgam os respectivos débitos como improcedentes. Em virtude do desfecho desfavorável destas discussões a Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa. A variação se refere basicamente as multas rescisórias recebidas de alguns clientes no exercício, pela baixa perspectiva de recebimento os montantes foram provisionados. (ii) Em 2022 a provisão constituída refere-se ao excedente da franquia do desligamento ocorrido em 21/11/2022, descontada nos AVCs de fevereiro e março de 2023. Em 2023 o montante se refere ao residual da parcela de indisponibilidade provisionado após indeferido requerimento administrativo junto à ANEEL, em decorrência de evento ocorrido em maio de 2015, penalizando a Companhia em R$ 20,2 milhões, já descontados o montante de R$ 15,2 milhões nos AVCs de novembro e dezembro, e o restante a ser descontado em janeiro de 2024.

6. Partes relacionadas

a) Transações e saldos	Passivo 31/12/2023	Passivo 31/12/2022	Despesa 31/12/2023	Despesa 31/12/2022
Evoltz Participações S.A.	6.541	3.804	(25.099)	(11.240)
	6.541	**3.804**	**(25.099)**	**(11.240)**

O Grupo Evoltz mantém o contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos com suas partes relacionadas, aprovado e homologado pela ANEEL por meio do Despacho Nº 754, de 21/03/2022 tendo como critério de alocação do rateio a Receita Anual Permitida – RAP. **b) Remuneração do membros-chave da Administração.** O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e conselheiros. A remuneração paga ou a pagar ao membros-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e honorários	3.349	2.191
Encargos sociais	663	438
	4.012	**2.629**

7. Ativo de contrato de concessão

Abaixo a movimentação do ativo de contrato:	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	**3.637.299**	**3.574.899**
Remuneração do ativo de contrato	344.118	338.397
Amortização do ativo de contrato	(286.266)	(275.997)
Saldo Final	**3.695.151**	**3.637.299**
Circulante	306.004	272.212
Não circulante	3.389.147	3.365.087

8. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços	55.784	56.607
Outros	105	30
	55.889	**56.637**
Circulante (i)	17.044	7.195
Não circulante (i)	38.845	49.442
	55.889	**56.637**

(i) Refere-se a principalmente a passivo assumido em função de acordo judicial em outubro de 2019, no montante de R$ 85,4 milhões (R$ 45 milhões pagos em 2019), sendo o montante de R$ 40 milhões remanescentes a serem pagos através de confissão de dívida para pagamento em três parcelas assim distribuídas: R$ 10 milhões em 31.10.2024 (saldo em curto prazo, montante atualizado de R$ 12,9 milhões), R$ 15 milhões em 31.10.2025 e R$ 15 milhões em 31.10.2026 (saldo em longo prazo, montante atualizado de R$ 38,8 milhões) que por meio de transferência de direito creditórios será pago para Zonda Fundo de Investimentos corrigido pelo IPCA.

9. Debêntures

	Modalidade	Taxa anual de juros (a.a)	Vencimento	Moeda	Montante liberado	31/12/2023 Circulante	31/12/2023 Não circulante	31/12/2023 Total	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não circulante	31/12/2022 Total
1ª Emissão	Debêntures	IPCA+7,15%	15/09/2026	R$	200.000	30.717	155.004	185.721	36.903	197.115	234.018
2ª Emissão	Debêntures	IPCA+5,07%	15/11/2030	R$	1.000.000	55.622	1.077.374	1.132.996	53.941	1.075.619	1.129.560
Subtotal debêntures	-	-	-	-	-	**86.339**	**1.232.378**	**1.318.717**	**90.844**	**1.272.734**	**1.363.578**
1ª Emissão	Custo de transação	-	-	-	-	(648)	(1.135)	(1.783)	(598)	(1.890)	(2.488)
2ª Emissão	Custo de transação	-	-	-	-	(3.632)	(21.485)	(25.117)	(3.647)	(25.090)	(28.737)
Total líquido de debentures	-	-	-	-	-	**82.059**	**1.209.758**	**1.291.817**	**86.599**	**1.245.754**	**1.332.353**

Em 15/09/2013, a Companhia realizou a 1ª emissão de 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais fidejussórias, em duas séries, com valor unitário de R$1.000,00, totalizando R$200.000. A oferta restrita teve início no dia 21/10/2013 e foi encerrada no dia 24/10/2013 e o montante líquido recebido pela Companhia foi de R$195.230. Em 15/11/2020, a Companhia realizou a 2ª emissão de 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, em série única, com valor nominal unitário de R$1.000,00 totalizando R$1.000.000. Em 28/12/2020, a Companhia recebeu o montante líquido de R$963.620. Os recursos obtidos foram destinados à liquidação antecipada da totalidade do saldo devedor pela Companhia do empréstimo junto ao Banco BNDES e quitação antecipada na totalidade de Notas Promissórias, série única, ambos em 29/12/2020. Abaixo segue movimentação das Debêntures:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**1.332.353**	**1.326.489**
Juros provisionados	133.275	150.454
Custo de transação	4.325	4.313
Amortização de juros	(72.888)	(75.020)
Amortização de principal	(105.248)	(73.883)
Saldo final	**1.291.817**	**1.332.353**

As parcelas de longo prazo têm vencimento nos seguintes anos:

	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Debêntures	116.979	145.842	167.275	802.282	**1.232.378**

Em 31/12/2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes estão devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data.

10. Provisões

	31/12/2023	31/12/2022
Ambientais	6.160	8.262
Fundiárias	3.825	2.754
Sobressalentes	-	613
Provisão para contingências	657	2.412
	10.642	**14.041**
Circulante	1.689	2.865
Não circulante	8.953	11.176
	10.642	**14.041**

a) Movimentação das provisões

	Ambientais	Fundiárias	Sobressalentes	Contin-gências	Outras provisões	Total
Em 31/12/2021	**10.398**	**3.861**	**613**	**1.792**	**20**	**16.684**
Adições	-	492	-	923	-	1.415
Atualizações	178	293	-	210	-	681
Reversões	-	-	-	(513)	(20)	(533)
Pagamentos (i)	(2.314)	(1.892)	-	-	-	(4.206)
Em 31/12/2022	**8.262**	**2.754**	**613**	**2.412**	**-**	**14.041**
Atualizações	814	1.763	-	105	-	2.682
Reversões	-	(65)	(613)	(836)	-	(1.514)
Pagamentos (i)	(2.916)	(627)	-	(1.024)	-	(4.567)
Em 31/12/2023	**6.160**	**3.825**	**-**	**657**	**-**	**10.642**

(i) Referente principalmente a amortização da condicionante à LO Nº 1.265 de acordo com cronograma de pagamento a encerrar-se em 30/07/2024, vide NE 20 – Aspectos Ambientais. **b) Passivos contingentes.** A Companhia é parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, para os quais nenhuma provisão foi constituída em 31/12/2023 e de 2022, em conformidade com o CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	31/12/2023	31/12/2022
Tributário	4.734	2.947
Regulatório (i)	20.812	97.435
Ambiental	4.646	4.117
Trabalhista	1.609	173
Fundiário	3.419	2.571
	35.220	**107.243**

(i) Refere-se a Recurso Administrativo, com pedido de medida cautelar, interposto pela Companhia, com vistas à suspensão da aplicação da Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI sobre as suas receitas, em decorrência de desligamentos provocados pela queda de torres de transmissão entre os dias 13 e 14/10/2020, ocasionado por eventos climáticos extraordinários, e, no mérito, o cancelamento da aplicação da PVI. A variação se refere a (i) requerimento administrativo junto à ANEEL, em 21/09/2019, para impedir desconto de PVI, indeferido em 12/09/2023 pelo despacho nº 3.376 sendo o desconto da parcela variável reconhecida pela Companhia, conforme nota 5; e, (ii) Ação visando afastar a aplicação a PVI, em decorrência dos eventos ocorridos em outubro de 2021, que, em 24/10/2023, a ANEEL via Despacho nº 3.909 indeferiu o pleito. À luz da decisão, a Administração da Companhia decide não questionar a referida decisão, e a mesma não acarretará penalidades a Companhia.

11. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
PIS diferido	56.022	55.508
COFINS diferido	258.007	255.632
	314.029	**311.140**
Circulante	2.833	2.890
Não circulante	311.196	308.250
	314.029	**311.140**

INÊS 249

evoltz

Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.625.321/0001-56

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas	(329.650)	(371.295)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	80.089	119.388
	(249.561)	(251.907)

b) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social. A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	261.971	140.925
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	**(89.070)**	**(47.915)**
Reserva de incentivo fiscal	29.626	13.739
Outras adições	(257)	(548)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no exercício	**(59.701)**	**(34.724)**
Correntes	(62.047)	(13.225)
Diferidos	2.346	(21.499)
	(59.701)	**(34.724)**
Alíquota efetiva	**23%**	**25%**

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. A Companhia espera realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 31/12/2023 de acordo com o seguinte cronograma futuro, com base no prejuízo fiscal e base negativa:

	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
IRPJ e CSLL diferidos	10.246	6.611	8.914	11.338	42.980	80.089

13. Parcela de ajuste

A Companhia pleiteia judicialmente indenização de 562 dias de Receita Anual Permitida (RAP) não recebidos no início da operação, sendo o montante total pleiteado de R$541.970. Embora a ação esteja sujeita a recurso, a ANEEL em cumprimento a uma decisão judicial do Tribunal Federal (TRF-1) incluiu um adicional de R$270.985 no processo tarifário de 2022 da Companhia, que corresponde a 50% do montante da indenização, que foi pago em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de setembro/2022 a junho/2023, e os 50% remanescentes no ciclo 2023-2024 da RAP, sendo o montante total atualizado de R$279.044. Os efeitos dessa decisão foram apurados pela Companhia considerando o CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, dado que não foi homologado o trânsito em julgado da ação, o ativo (Receita) não deve ser reconhecido. Visando a adequação das normas contábeis, a Companhia registrou o ingresso do recurso como "Caixa e equivalentes de caixa", tendo a sua contrapartida como "Parcela de ajuste". Concluindo, apesar de corresponder a um acréscimo no ativo da Companhia, o ganho não é certo, permanecendo, assim, a obrigação de não registrar a receita até o trânsito em julgado da ação. A primeira parcela foi recebida em outubro de 2022 via P.A ("Parcela de ajuste"), no AVC referente a setembro de 2022, e assim tem se seguido desde então, mensalmente, totalizando nesta data base R$411.805, líquido dos respectivos efeitos fiscais (R$119.820 em 31/12/2022).

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social. Em 31/12/2023 e 2022 o capital social da Companhia é representado por 1.687.300.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de ações	Participação %
Evoltz Participações S.A.	860.523.002	51,0%
Leovac Participações S.A.	826.776.995	49,0%
12365359 Canada Inc	1	0,0%
12365341 Canada Inc	1	0,0%
12365367 Canada Inc	1	0,0%
	1.687.300.000	**100,0%**

14.2. Dividendos. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 14/04/2023, foi aprovada a distribuição dos dividendos adicionais propostos em 31/12/2022, no montante de R$65.364, e, adicionalmente, a distribuição da reserva de lucros no montante de R$13.410. Em 19/04/2023 foram pagos aos acionistas o total de R$100.000 de dividendos, sendo R$21.788 dos dividendos mínimos obrigatórios, R$64.802 dos dividendos adicionais propostos e R$13.410 das reservas de lucros de exercícios anteriores. Em 7/11/2023 foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária a declaração de dividendos intercalares no montante de R$63.878 com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30/06/2023, pagos em 16/11/2023.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	202.270	106.201
Reserva legal (5%)	(10.114)	(5.310)
Reserva de incentivo fiscal – SUDAM	(29.626)	(13.739)
Lucro base para determinação dos dividendos	162.530	87.152
% dividendos	25%	25%
Dividendos mínimo obrigatório	40.633	21.788
Dividendos intercalares pagos	63.878	-
Dividendos adicionais propostos	58.019	65.364

14.3. Lucro por ação. O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31/12/2023 e 2022 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Número de ações ordinárias no início do período (milhares)	1.687.300	1.687.300
Número de ações ordinárias ao término do período (milhares)	1.687.300	1.687.300
Lucro líquido do exercício	202.270	106.201
Número médio ponderado das ações ordinárias no exercício (milhares)	1.687.300	1.687.300
Lucro básico e diluído por ação	**0,120**	**0,063**

15. Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta		
Remuneração do ativo de contrato de concessão	344.118	338.397
Receita de operação e manutenção	26.748	25.788
Outras receitas (i)	99.534	59.678
	470.400	**423.863**
Deduções da receita		
Impostos sobre serviços (PIS e COFINS) (ii)	(27.011)	(49.068)
Encargos do setoriais	(17.354)	(14.442)
Provisão de parcela variável de indisponibilidade (PVI)(iii)	(20.270)	(24.556)
	(64.635)	**(88.066)**
Receita líquida	**405.765**	**335.797**

(i) Refere-se a diferença entre a amortização do ativo de contrato e o recebimento (AVC). (ii) A variação refere-se a reversão de PIS e COFINS constituída no exercício de 2022 no montante de R$ 11,1 milhões apurado sobre a parcela de ajuste, preservando os impactos no resultado até o trânsito e julgado da ação. (iii) Refere-se aos eventos de indisponibilidade conforme nota 5.

	31/12/2023	31/12/2022
Operação e Manutenção - O&M		
- Receita	26.748	25.788
- Custos (a)	(19.686)	(34.247)
Margem (R$)	**7.062**	**(8.459)**
Margem percebida (%)	**26,40%**	**(32,80%)**

16. Custos e Despesas operacionais

	Custos		Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(7.090)	(5.187)	(14.334)	(10.807)
Serviços de terceiros (ii)	(12.736)	(24.717)	(7.011)	(6.463)
Meio ambiente	(1.773)	(806)	-	(189)
Contingências	(1.907)	(1.021)	790	(980)
Seguros	(1.754)	(2.059)	(67)	(128)
Provisão para devedores duvidosos (iii)	-	-	(7.269)	(2.606)
Recuperação de despesas (iv)	6.279	1.055	-	-
Outras custos e despesas	(2.612)	(2.533)	(531)	(2.409)
	(21.593)	**(35.268)**	**(28.422)**	**(23.582)**

(i) A partir/03/2022 a Companhia passa a fazer parte do rateio dos macroprocessos compartilhados de custos e despesas com pessoal, vide nota 6. (ii) A redução se refere principalmente a substituição do principal fornecedor de serviços de O&M da Companhia com uma redução no montante total de R$9,4 milhões nos exercícios comparados. (iii) Refere-se aos impactos de provisão de inadimplentes, conforme nota 5. (iv) Ressarcimento das perdas incorridas pelos incidentes de quedas de torres ocorrido em outubro de 2021. Desta forma, em dezembro de 2023 a Companhia recebeu o montante de R$6,2 milhões de indenização da seguradora.

17. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	39.850	12.630
Rendimentos de depósitos vinculados	6.723	5.771
Atualização monetária	213	798
Outras receitas financeiras	72	592
	46.858	**19.791**
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(133.275)	(150.454)
Apropriação do custo de transação	(4.325)	(4.311)
Outras despesas financeiras	(5.330)	(4.151)
	(142.930)	**(158.916)**
Resultado financeiro	**(96.072)**	**(139.125)**

(i) O Aumento refere-se aos rendimentos extraordinários obtidos pelo aumento de caixa através do montante recebido de RAP adicional, conforme nota 15.

18. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

18.1. Gestão de riscos. Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são: **a) Riscos de mercado.** É o risco de alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **b) Riscos de crédito.** É o risco de incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros. **c) Risco de liquidez.** É o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros. As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela Companhia:

31/12/2023	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Partes relacionadas	6.541	-	-	-	6.541
Fornecedores	4.096	12.948	38.845	-	55.889
Debêntures	43.170	43.169	430.096	802.282	1.318.717
	53.807	56.117	468.941	802.282	1.381.147
31/12/2022	**Até 6 meses**	**De 6 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Após 5 anos**	**Total**
Partes relacionadas	3.804	-	-	-	3.804
Fornecedores	7.195	-	49.442	-	56.637
Debêntures	45.422	45.422	364.081	908.653	1.363.578
	56.421	45.422	413.523	908.653	1.424.019

18.2. Gerenciamento do capital. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de debêntures menos o caixa e equivalentes de caixa e dividido por seu patrimônio líquido. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas. O índice de endividamento é apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida	1.318.717	1.363.578
Caixa e equivalentes de caixa	(438.542)	(209.436)
Depósitos vinculados	(57.514)	(61.900)
Dívida líquida	822.661	1.092.242
Patrimônio líquido	1.864.460	1.845.475
Índice de endividamento líquido (Dívida líquida/ PL)	**0,44**	**0,59**

18.3. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros. A seguir a Companhia estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do período. - Cenário II – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável. - Cenário III – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável. A Administração entende que o cenário provável em 31/12/2023 para o IPCA é de 3,9% conforme expectativa de mercado.

	Taxa	Valor exposto 31/12/2023	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures – IPCA	3,90%	1.318.717	51.430	64.287	77.145
Efeito esperado no resultado do exercício e no patrimônio líquido		**1.318.717**	**51.430**	**64.287**	**77.145**

Fonte: IPCA conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana agregada), em 08/01/2024.

18.4. Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Nível	31/12/2023 Valor justo por meio do resultado	31/12/2023 Custo amortizado	31/12/2022 Valor justo por meio do resultado	31/12/2022 Custo amortizado
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	438.542	-	209.436	-
Contas a receber	5	2	-	52.375	-	44.697
Depósitos vinculados	9	2	57.514	-	61.900	-
			496.056	**52.375**	**271.336**	**44.697**
Passivos financeiros:						
Fornecedores	10	2	-	55.889	-	56.637
Debêntures	11	2	-	1.318.717	-	1.363.578
Partes relacionadas	6	2	-	6.541	-	3.804
			-	**1.381.147**	-	**1.424.019**

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Seguradora	Categoria - Ramo	Apólice/ Endosso	Vigência	Limite Indenizável
Tokio Marine	Responsabilidade civil	510.000043336	Dez/23 a Dez/24	15.000
Swiss RE	D&O (i)	51101000771	Jul/23 a Jul/24	100.000

(i) Seguro contratado pela holding Evoltz Participações S.A. e pago mensalmente pela Companhia através de notas de débito.

20. Eventos Subsequentes

O Contrato de Compra e Venda de Ações ("Contrato") firmado em 18 de dezembro 2017 entre o acionista da companhia, a Evoltz Participações ("Evoltz") e a Abengoa Concessões ("Vendedora") antigo acionista, que tem por objeto a aquisição, pela Evoltz, de participações acionárias de concessionárias de instalações para transmissão de energia elétrica, dentre elas a Norte Brasil ("companhia") prevê a obrigação da companhia da transferência de quaisquer Ativos Supervenientes à Vendedora, conforme percentuais e montantes especificados nas cláusulas do referido contrato de compra e venda. O mesmo contrato inclui dentro da definição de ativos supervenientes a ação judicial ajuizada pela Companhia contra a ANEEL que que pleiteia o ressarcimento de prejuízos decorrentes de atrasos na entrada em operação. O referido Contrato ainda estabelece, ao tratar da definição de Ativos Supervenientes, que na medida em que um Ativo Superveniente seja objeto de um litígio, nenhum pagamento será feito à Vendedora a menos e até que uma decisão transitada em julgado seja proferida, outorgando esse Ativo Superveniente em questão de forma definitiva. Uma vez notificada pela Norte Brasil das movimentações financeiras acima descritas, a Vendedora solicitou à Norte Brasil que passasse a depositar o montante líquido da RAP recebida, nos termos do Contrato que possivelmente caberá à Vendedora em conta garantia de movimentação restrita "Conta Escrow". Embora o Contrato não preveja tal obrigação de depósito de tais montantes em Conta Escrow, acordaram as Partes através do instrumento Memorando de Entendimentos celebrado em 2023, que tal medida se afigura a mais adequada para (a) garantir o recebimento pela Vendedora dos valores que eventualmente lhes caibam, e (b) prevenir a eventual geração involuntária de benefícios financeiros às Partes em desacordo com as regras sobre Ativos Superveniente do Contrato. Abaixo seguem os principais termos estabelecidos entre as partes: i. depositar a parcela cabível à Vendedora dos valores já recebidos a título de Acréscimos na RAP, conforme memória de cálculos validada de comum acordo entre as Partes, ressalvadas as hipóteses de suspensão ou pagamento parcial de tais valores, por motivos alheios à vontade da Norte Brasil, até que cesse tal suspensão e/ou seja sanado o inadimplemento. ii. Os valores depositados ficarão retidos na Conta Escrow enquanto perdurar a tramitação dos recursos interpostos até transitar em julgado ou houver aprovação de todas as partes para movimentação. iii. Caso qualquer dos recursos interpostos venha ser julgado improcedente, os montantes depositados deverão ser liberados em favor da Companhia, assim como os seus rendimentos ocorridos no período, tão logo haja provimento judicial para sua devolução. Em razão das obrigações assumidas entre as partes no referido Instrumento, a companhia procedeu o depósito em Conta Escrow no montante de R$112 milhões em 30/01/2024.

Conselho de Administração

Hélio Lima Magalhães - Presidente do Conselho
Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino - Membro do Conselho
Igor Romitelli - Membro do Conselho

Diretoria

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino – CEO
Claudine Furtado Anchite– CFO
Daniel Henrique Lima – COO

Contador

Leandro Tinoco Campos - CRC - RJ 127494/O-2

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. Para maiores informações, acesse o site da companhia através do endereço https://www.evoltz.com.br/resultados.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.** Brasília - DF

Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria. Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Este assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre este assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato. Conforme divulgado na nota explicativa 3.1, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter tal infraestrutura, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31/12/2023, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R$3.695.151 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 – *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de *performance* satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de *performance*, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de *performance* identificada, e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado. A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor. A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras. A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22/02/2024.
EY Building a better working world
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F - Glaucio Dutra da Silva - Contador CRC RJ-090174/O

Brasil

Conjuntura Resposta da arrecadação sobre o lucro de empresas ao PIB foi forte até 2023, mas tende a arrefecer, aponta estudo do Santander

Ajuda da receita das empresas para quadro fiscal deve perder fôlego

Anaïs Fernandes
De São Paulo

As receitas estão respondendo mais ao crescimento da atividade no Brasil, principalmente por causa do comportamento dos impostos sobre o lucro das empresas, aponta um estudo do Santander. Isso tem ajudado o ajuste fiscal pelo lado da receita depois do choque da pandemia e até 2023, mas não deve se repetir na mesma magnitude em 2024, 2025 e nem no longo prazo, reforçando a pressão sobre o governo por novas medidas de aumento da arrecadação e também, na outra ponta, de contenção de gastos.

O Santander calcula que, em 2023, para cada 1% de crescimento do PIB, as receitas com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) cresceram 1,56%. Essa é a chamada "elasticidade da receita", ou seja, como a arrecadação desses tributos "responde" ao PIB.

A elasticidade dessa categoria está 140% acima do observado no período pré-pandemia, segundo o Santander. Como comparação, a elasticidade do Imposto de Renda da Pessoa Física era de 1,4 em 2023, 37,4% acima do momento anterior à covid.

"A gente veio de uma pandemia em que tivemos um choque, o PIB caiu bastante e diversas medidas de estímulo fiscal e monetário foram adotadas. Nas empresas, teve também uma questão de mudanças tecnológicas. Somando tudo, vimos uma recuperação forte, tempestiva da economia, o que fez o lucro crescer mais rápido", diz Ítalo Franca, economista do Santander e autor do estudo junto com Ana Júlia Carvalho.

Uma das possíveis explicações para essa forte resposta das receitas ligadas ao lucro das empresas também foi a mudança de preços relativos, sobretudo das commodities e, mais especificamente, do petróleo, apontam os economistas do Santander.

"Receitas ligadas a empresas sofreram na pandemia no Brasil e no mundo"
Ana Júlia Carvalho

"A empresa tinha um custo parado, não necessariamente ia reajustar salários ou comprar uma nova plataforma, mas, aí, o preço do petróleo foi a US$ 100 o barril; o lucro dessa empresa imediatamente dispara. Isso ajudou na recuperação das contas públicas, mas já está tendo uma volta", diz Franca.

O Santander estima que, ainda que as receitas com tributação sobre as firmas cresçam 10% acima da média histórica em 2025, por exemplo, essa elasticidade de quase 1,6 cairia para 1,36 até o fim do ano que vem. Se elas crescerem na média histórica, a elasticidade iria a 1,23. Isso significa que essa categoria tenderá a ajudar menos o ajuste fiscal pelo lado da receita, impondo desafios.

"Não é ruim, mas podemos concluir que a elasticidade desse tipo de receita, provavelmente, não se manterá no nível observado em 2023", afirma Franca. "Em 12 meses, já vemos que está convergindo, depois do salto; para 2025, 2026, ela tende a voltar à sua tendência", diz.

Impostos destinados à seguridade social, como o PIS/Pasep e a Cofins, por outro lado, respondem menos ao avanço da atividade. Segundo o Santander, para cada 1% de crescimento do PIB, essa categoria de receita cresceu 0,66% em 2023. A elasticidade dessas receitas estava, no ano passado, 20% abaixo do nível observado antes da pandemia.

"Alteramos muito a base de cálculo dessa categoria, ela sofreu muito, foi corroendo", diz Franca. Até por isso, ele pondera que, uma recuperação nesse grupo pode ser um "viés positivo" para o cenário das receitas à frente.

Em relação às receitas totais, o Santander estima que a elasticidade foi de 1,1 em 2023 — 28,4% acima do pré-covid — e pode chegar a 1,2 neste ano, considerando novas medidas de arrecadação que representem cerca de 1% do PIB. Assim, 1% de crescimento no PIB poderia gerar aumento de R$ 31 bilhões nas receitas totais, calculam Carvalho e Franca.

"As receitas das empresas arrefecem, mas continuam em um patamar alto. E essa queda cíclica é compensada, um pouco, pela possibilidade de aumento de PIS/Cofins", explica Franca.

Para reduzir o déficit primário para cerca de 0,5% do PIB neste ano, patamar para o qual projeções de economistas têm convergido, no entanto, o Santander estima que essa elasticidade das receitas totais de 1,2 precisava ser superior a 1,5. "Uma elasticidade de 1,2 não é ruim, o problema é que isso tende a acomodar e, talvez, não seja o suficiente, daí a dependência de outras medidas", diz Franca.

Para 2025, o Santander diz continuar esperando uma elasticidade de curto prazo próxima de 1,2, o que exigirá a aprovação, pelo Legislativo e pelo Executivo, de 0,4% do PIB em medidas adicionais se eles quiserem apenas manter o nível de receitas entre este e o próximo ano.

O governo precisaria ainda, segundo Franca, manter um ritmo de crescimento da economia entre 2% e 2,5%, "o que seria o ideal para uma consolidação fiscal do ponto de vista das receitas", diz.

"Ter novas surpresas positivas, um novo pico como vimos no IRPJ, não parece ser o caso. Por isso que vai precisar também de outras medidas, de controle de despesas", acrescenta Franca.

A queda gradual nos preços das commodities é outro elemento-chave para a percepção de risco fiscal à frente, segundo Carvalho e Franca. "A gente vê o barril girando em torno de US$ 90, um patamar ainda alto, mas que é uma queda em relação ao ano passado. Se o petróleo for, por exemplo, para US$ 60, eu acho que as receitas começam a cair e isso faz pressão, de mexer nas metas e em outras coisas", diz Franca.

O Santander também comparou a elasticidade da receita no Brasil e em seus pares globais. Antes da pandemia, entre 2011 e 2019, o Brasil teve um crescimento das receitas tributárias igual à média dos seus pares, de 8%, em termos nominais, observam os economistas. Além disso, a receita tributária do país cresceu a uma taxa semelhante ao PIB durante esse período, resultando em uma elasticidade da receita total próxima de 1, o que também se assemelha à média dos pares. Durante o surto de covid-19, a maioria dos países enfrentou uma queda nas receitas.

"Olhamos a abertura de contas dos principais países pares do Brasil e vimos que as categorias que mais sofreram foram as que envolviam a renda e muito ligadas à questão das empresas. Por isso, também, focamos a questão do lucro das empresas no estudo da elasticidade", diz Carvalho.

Resposta ao PIB
Elasticidade observada das receitas de IRPJ e CSLL e projeções - %

Fonte: Santander

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Franca: governo vai precisar de medidas adicionais de receita e controle de gastos

Manaus Transmissora de Energia S.A.

evoltz

CNPJ/MF nº 09.584.854/0001-37

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

O ano de 2023 foi de grandes realizações e entrega de resultados consistentes. Mantivemos nossa resiliência e disciplina na operação e manutenção das instalações, bem como nas atividades financeiras e de engenharia com os níveis adequados de desempenho, com foco nas melhores práticas e visando principalmente a preservação da saúde e segurança de nossos colaboradores. Ainda no pilar de segurança e cientes da necessidade de seguir com a construção de uma empresa responsável, seguimos investindo numa sólida agenda de novas tecnologias de monitoramento de atividades em campo, treinamento e capacitação de colaboradores próprios e terceiros e celebramos um ano com o menor nível da taxa de frequência de acidentes. Reafirmamos ainda nosso compromisso com princípios de governança, com investimentos em gestão de riscos, compliance e avançamos com ações para garantir ainda mais um ambiente de trabalho seguro, inclusivo e acolhedor, com palestras de saúde, programas de incentivo a atividades físicas, com a ampliação da presença feminina em cargos de liderança e funções operacionais, iniciativas fundamentais para o nosso sucesso de longo prazo. Nosso desempenho econômico-financeiro segue consistente com um crescimento de 8% no EBITDA, alcançando R$197,3 milhões, com uma margem de 89,4%, resultado da combinação da revisão tarifária de 3,94% (IPCA) e pela disciplina de gastos iniciada em 2022, que resultaram numa redução de custos operacionais em aproximadamente R$8 milhões. O índice de disponibilidade da linha de transmissão alcançou o patamar de 99,86%, reafirmando assim nosso compromisso e consistência com a eficiência operacional e gestão do ativo. Do ponto de vista do resultado financeiro encerramos o ano com uma posição de caixa de R$82 milhões e dívida líquida de R$562 milhões, registrando um índice de 2,9 na relação dívida líquida sobre EBITDA, uma redução de 20,3% em relação ao índice de 2022 causada pela amortização da dívida no exercício e pela forte geração de caixa no exercício. Além disso, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$17 milhões. Já para 2024 projetamos um total de R$90 milhões em dividendos demonstrando assim uma forte capacidade de geração de caixa e retorno aos nossos acionistas. Seguiremos resilientes, engajados para a contínua jornada de crescimento e criação de valor, investindo no setor de transmissão, com foco na segurança, eficiência e sustentabilidade, garantindo o desenvolvimento da sociedade e a qualidade de vida a todos. Agradecemos a todos os colaboradores pelo comprometimento e dedicação e aos demais *stakeholders* pela confiança e contribuição para o aprimoramento contínuo da Companhia. **A Administração.**

Destaques

- **Receita Líquida de R$220,6 milhões, crescimento de +9,5% frente a 2022.**
- **Resultado Financeiro de R$91 milhões, redução de 6,1% frente ao exercício de 2022.**
- **Pagamento de dividendos de R$17,0 milhões.**
- **Dívida Líquida de R$562,1 milhões (-13,9% vs 2022)**
- **EBITDA R$197,3 milhões (+8,0% vs. 2022).**

Indicadores financeiros

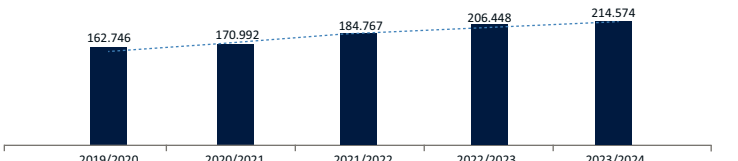
(em milhares de reais)	2023	2022	Variação
Receita operacional líquida	220.616	201.439	9,5%
Custos e despesas operacionais	(38.463)	(33.248)	15,7%
EBITDA – CVM nº 527 (*)	197.291	182.688	8,0%
EBITDA Ajustado (**)	199.802	184.772	8,1%
Margem EBITDA	89,4%	90,7%	(1,3) p.p
Margem EBITDA AJUSTADO	90,6%	91,7%	(1,2) p.p
Resultado Financeiro	(90.967)	(96.834)	(6,1%)
Lucro líquido	69.881	55.313	26,3%
Dívida Líquida (***)	562.069	652.735	(13,9%)
Dívida Líquida/EBITDA	2,9	3,6	(20,3%)
Dívida Líquida/EBITDA AJUSTADO	2,8	3,5	(20,4%)

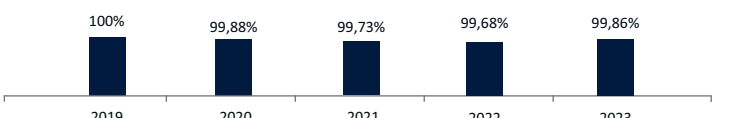
(*) EBITDA padrão da CVM de acordo com a Instrução CVM nº 527. (**) Itens não recorrentes são ocorrências extraordinárias que afetaram o resultado no período. Algumas despesas são incorridas por razões que não envolvem as operações normais de negócios e consequentemente, não afetam o ciclo operacional da Companhia. (***) Dívida líquida: A dívida líquida corresponde aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, TVM, aplicações financeiras e depósitos vinculados. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Sobre a Manaus Transmissora de Energia S.A.

A Manaus Transmissora de Energia S.A. ("MTE") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília - DF. A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 010/2008 – ANEEL de 16/10/2008, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão 500 KV Oriximiná/ Cairiri CD, SE Itacoatiara 500/138 KV e SE Cairiri 500/230 KV, no Anexo 6C do Edital do Leilão nº 004/08-ANEEL. A Evoltz Participações S.A., sociedade controlada por fundos geridos pelo Ontario Teachers' Pension Plan Board, detém 100% do capital social da Companhia. Abaixo o resumo da concessão:

Nome	Extensão (KM)	Linha de Transmissão	RAP Ciclo 23-24 (R$ milhões)	Receitas de Fibra Ótica	Data de Despacho	Início da Concessão	Fim da Concessão
MTE	333 Km	TL Oriximiná (PA) - Itacoatiara (AM)	214.574	15.414	16/10/2008	14/03/2013	15/10/2038
	224 Km	TL Itacoatiara (AM) – Cariri (AM)					

Evolução da RAP nos últimos ciclos

Desempenho operacional

A Manaus demonstra competência técnica e capacidade de manter a disponibilidade dos seus ativos em elevados patamares, demonstrando a eficiência operacional da transmissora. Em 2023, a Companhia apresentou uma disponibilidade de 99,86%, sendo que, para todas as FTs da concessão, as disponibilidades acumuladas são superiores às médias do SIN e aos limites da ANEEL.

Desempenho econômico-financeiro

Receita Operacional líquida. A Receita Operacional Líquida encerrou o exercício com o total de **R$220,6 milhões**, crescimento de **R$19,2 milhões** em relação aos **R$201,4** registrados no mesmo período de 2022 em virtude do reajuste de RAP pelo IPCA de 11,73% para o ciclo 2022/2023, com efeito de seis meses no resultado acumulado de 2023 e a atualização para o ciclo de 2023/2024 em 3,94%

Custos e Despesas operacionais:

Custos e despesas operacionais	2023	2022	Var.
Pessoal	(12.561)	(10.093)	24,5%
Serviços de terceiros	(17.596)	(21.977)	(19,9%)
Seguros	(4.015)	(3.945)	1,8%
Recuperação de despesas	-	9.525	(100%)
Provisão para devedores duvidosos	(1.737)	(1.455)	19,4%
Outros custos e despesas	(2.554)	(5.303)	(51,8%)
Total	**(38.463)**	**(33.248)**	**15,7%**

Os custos e despesas operacionais encerrou o exercício de 2023 no montante total de **R$38,5 milhões** sendo um aumento total de **R$5,3 milhões** comparado ao exercício de 2022, a variação se refere principalmente ao efeito não recorrente em 2022 pelo reconhecimento de indenização após desfecho favorável à Companhia no montante de **R$9,5 milhões**, expurgando esse efeito extraordinário os custos e despesas encerram 2023 com uma redução de **R$4,3 milhões**, sendo justificado principalmente pela redução nos custos de O&M, gerando uma redução nos serviços de terceiros de **19,9%**.

EBITDA

O **EBITDA** foi de **R$197,3 milhões** em 2023, representando um **aumento** de **8,0%** em relação aos **R$182,7 milhões** apurados no mesmo período de 2022, devido principalmente a: (i) reajuste da RAP conforme supracitado; e (ii) eficiência nos custos de O&M com impacto de R$7,6 milhões. O **EBITDA Ajustado** é impactado principalmente pelas movimentações das contingências, sendo o principal impacto em 2022, referente ao pagamento do auto de infração decorrente de fiscalização da ANEEL no montante de R$2,1 milhões. Já em 2023, o principal impacto deve-se basicamente à atualização dos processos.

Endividamento

(em milhares de reais)	2023	2022	Var R$
Dívida bruta	644.515	700.822	(56.307)
Caixa e equivalentes de caixa	82.446	48.087	34.359
Dívida Líquida	**562.069**	**652.735**	**(90.666)**
Índice de Endividamento líquido	41,2%	52,6%	(11,4) p.p
Dívida Líquida/EBITDA	2,9	3,6	(0,73) p.p
Dívida Líquida/EBITDA AJUSTADO	2,8	3,5	(0,72) p.p

No exercício de 2023, a dívida bruta atingiu o montante de R$644,5 milhões, e desta forma uma redução de R$56,3 milhões em relação ao mesmo período de 2022. A redução refere-se principalmente a amortização da dívida no montante total de R$52,5 milhões pagos em abril e outubro de 2023. O indicador de Dívida Líquida/EBITDA finalizou o exercício de 2023 em 2,9, uma redução de 0,73 p.p em relação ao valor apurado no mesmo período de 2022 de 3,6. A dívida líquida teve uma redução de R$90,7 milhões comparado ao mesmo período de 2022, devido principalmente ao montante de R$52,5 milhões de amortizações realizadas entre os períodos e aumento de caixa e equivalentes de caixa no montante de R$34,3 milhões.

Governança corporativa

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, contando com Conselho de Administração e Auditoria Externa. Diretoria Executiva é formada por três diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, que acumulará a função de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Operações e Manutenção e os demais diretores sem designação específica, eleitos para cumprir mandato unificado de dois anos, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas no Estatuto Social. O Conselho de Administração ("CA") é formado por três membros titulares. O CA é responsável: (i) por estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções (iii) por manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas da diretoria, elaborados ao término de cada exercício social, dentre outras funções. A Companhia também possui mecanismos e práticas de prevenção, detecção de fraudes e atos ilícitos, por meio de políticas e ações, como políticas de Compliance, Anticorrupção e Prevenção a fraudes, Canal de denúncias e Código de conduta e Ética Profissional.

Balanços Patrimoniais para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		280.564	240.250
Caixa e equivalentes de caixa	4	73.888	48.087
Contas a receber	5	20.702	19.345
Tributos a recuperar	7	1.757	1.876
Outras contas a receber	9	-	9.405
Ativo de contrato de concessão	8	174.394	151.505
Sobressalentes		5.554	4.922
Outros ativos		4.269	5.110
Não Circulante		2.101.425	2.109.787
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	5	185	138
Depósitos vinculados	10.3	8.558	-
Depósitos judiciais	11(c)	58	17.410
Tributos a recuperar	7	13.465	12.403
Ativo de contrato de concessão	8	2.078.999	2.079.575
Intangível		160	261
Total do ativo		**2.381.989**	**2.350.037**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		108.277	180.899
Fornecedores		5.854	2.197
Debêntures	10	70.004	73.808
Tributos a recolher	7	2.091	2.560
Dividendos a pagar	14.3	16.597	87.246
Partes relacionadas	6	4.279	4.272
Provisões	11	4.722	7.871
Encargos setoriais		2.751	1.982
PIS e COFINS diferidos	12	1.979	963
Não circulante		908.866	927.822
Debêntures	10	568.932	620.677
Provisões	11	17.803	21.297
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	130.157	93.821
PIS e COFINS diferidos	12	191.974	192.027
Patrimônio líquido		1.364.846	1.241.316
Capital social	14.1	1.115.333	1.115.333
Reserva legal	14.2.a	14.906	11.412
Reserva de incentivos fiscais	14.2.c	5.560	5.560
Reserva de lucros	14.2	229.047	109.011
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.381.989**	**2.350.037**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros – Distribuição de dividendos adicionais	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Em 31/12/2021		**1.115.333**	**49.431**	**8.646**	**69.601**	**5.560**	-	**1.248.571**
Lucro líquido do exercício	14	-	-	-	-	-	55.313	55.313
Destinação do resultado do exercício								
Constituição de reservas	14.3	-	-	2.766	39.410	-	(42.176)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.3	-	-	-	-	-	(13.137)	(13.137)
Distribuição de dividendos adicionais	14.3	-	(49.431)	-	-	-	-	(49.431)
Em 31/12/2022		**1.115.333**	-	**11.412**	**109.011**	**5.560**	-	**1.241.316**
Lucro líquido do exercício	14.3	-	-	-	-	-	69.881	69.881
Reclassificação de dividendos a pagar	14.3	-	-	-	70.246	-	-	70.246
Destinação do resultado do exercício								
Constituição de reservas	14.3	-	-	3.494	49.790	-	(53.284)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.3	-	-	-	-	-	(16.597)	(16.597)
Em 31/12/2023		**1.115.333**	-	**14.906**	**229.047**	**5.560**	-	**1.364.846**

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	15	**220.616**	**201.439**
Remuneração do ativo de contrato de concessão		180.517	178.478
Receita operação e manutenção, deduções e outras, líquidas		40.099	22.961
Custos de serviços prestados	16	(21.920)	(16.710)
Lucro bruto		**198.696**	**184.729**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(16.543)	(16.538)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	15.032	14.396
		(1.511)	(2.142)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**197.185**	**182.587**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	12.943	9.546
Despesas financeiras	18	(103.910)	(106.380)
		(90.967)	(96.834)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**106.218**	**85.753**
Imposto de renda e contribuição social			
Diferido	13	(36.337)	(30.440)
		(36.337)	(30.440)
Lucro líquido do exercício		**69.881**	**55.313**
Resultado básico e diluído por ação		0,056	0,044

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	69.881	55.313
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**69.881**	**55.313**

Demonstrações dos valores adicionados para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		**267.715**	**244.458**
Remuneração do ativo de contrato de concessão	15	180.517	178.478
Receita de operação e manutenção	15	21.281	20.517
Outras receitas		65.917	45.463
Insumos adquiridos de terceiros		**(25.583)**	**(22.828)**
Serviços de terceiros		(17.596)	(21.977)
Materiais, energia e outros		(7.987)	(851)
Valor adicionado bruto		**242.132**	**221.630**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**242.132**	**221.630**
Valor adicionado líquido recebido em transferência		**12.943**	**9.546**
Receitas financeiras	18	12.943	9.546
Valor adicionado total a distribuir		**255.075**	**231.176**
Pessoal		12.561	10.093
Impostos, taxas e contribuições		68.723	59.390
Remuneração de capital de terceiros	18	103.910	106.380
Remuneração de capital próprio		69.881	55.313
Valor adicionado total distribuído		**255.075**	**231.176**

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro antes imposto de renda e da contribuição social		106.218	85.753
Ajustes de:			
Remuneração do ativo contratual da concessão	8	(180.517)	(178.478)
Juros sobre debêntures	10	101.828	104.749
Amortização do custo de transação	10	758	775
Rendimento sobre depósitos vinculados	18	(783)	-
Depreciação e amortização		106	101
Provisão e atualização de contingências		(2.704)	2.137
Provisão de crédito para liquidação duvidosa		1.737	1.455
Provisão de parcela variável por indisponibilidade		168	37
Pis e Cofins diferidos		963	1.383
Atualização de depósitos judiciais	18	(874)	-
Baixa de sobressalentes		(360)	5.425
Variação no capital circulante:			
Contas a receber		(3.309)	(3.137)
Outras contas a receber	9	9.405	(9.405)
Partes relacionadas		7	(294)
Tributos a recuperar		(943)	4.293
Ativo de contrato de concessão	8	158.204	152.531
Fornecedores		3.657	(407)
Sobressalentes		(1.973)	(1.214)
Tributos a recolher		(469)	376
Provisões	11	(2.238)	(4.518)
Encargos setoriais		769	486
Outros ativos e passivos		841	(3.395)
Caixa gerado nas operações		**190.491**	**158.653**
Juros pagos sobre debêntures	10	(105.635)	(98.705)
Depósitos judiciais		18.226	(1.577)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**103.082**	**58.371**
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de intangível		(5)	(70)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(5)**	**(70)**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Redução depósitos vinculados	10	(7.776)	-
Amortização de principal de debêntures	10	(52.500)	(48.750)
Dividendos pagos		(17.000)	(15.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(77.276)**	**(63.750)**
Aumento líquido no Caixa e equivalentes de caixa		**25.801**	**(5.449)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		48.087	53.536
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		73.888	48.087
Aumento (redução) líquido no Caixa e equivalentes de caixa		**25.801**	**(5.449)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Manaus Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Manaus") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Brasília – DF. Seu único acionista é a Evoltz Participações S.A. ("Evoltz"). A Companhia foi constituída em 22/04/2008 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. **1.1. Concessão.** A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 010/2008 – ANEEL de 16/10/2008, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão 500 KV Oriximiná/ Cairiri CD, SE Itacoatiara 500/138 KV e SE Cairiri 500/230 KV, no Anexo 6C do Edital do Leilão 004/08-ANEEL. As instalações de transmissão da Companhia foram disponibilizadas para operação em 14/03/2013. Em 4/07/2023, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.216, homologou a nova Receita Anual Permitida – RAP do ciclo 2023/24 de R$214.574 (R$206.448 para o ciclo 2022/23), com período de vigência de julho de 2023 a junho de 2024.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis relevantes

2.1. Base de preparação e apresentação. Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão. Estas demonstrações financeiras apresentam informações comparativas com o exercício anterior. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva em 22/02/2024. Uso de estimativas e julgamentos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Moeda funcional e de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia. **Principais políticas contábeis.** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **2.3. Instrumentos financeiros.** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º/01/2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. **2.3.1. Ativos financeiros. a) Reconhecimento inicial e mensuração. ■ Custo amortizado.** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Em 31/12/2023, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são as contas a receber de clientes. **■ Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31/12/2023, outros ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e depósitos vinculados. **■ Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.** Esses ativos são mensurados a valor justo e mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros. A Companhia não possui ativos financeiros com estas características. **b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.** Conforme o CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. **c) Baixa de ativos financeiros.** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **2.3.2. Passivos financeiros. a) Classificação e mensuração.** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e a contrapartida paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado. **2.3.3. Compensação de saldos.** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Manaus Transmissora regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. A infraestrutura de transmissão é classificada como "Ativo de contrato de concessão". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do contrato e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o Ativo de contrato de concessão reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do Ativo de contrato de concessão, utilizando a taxa implícita definida no início do contrato. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico – NOS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **2.5. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. **2.6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são mensurados pelo regime de lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos, conforme determina a legislação em vigor. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, também de acordo com a legislação vigente. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **Benefício fiscal – Lucro da exploração.** Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a Companhia possui, por meio de laudo constitutivo 078/2019, homologado pela Receita Federal, incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de capital no patrimônio líquido. Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM; (iii) constituição de reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria. **2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas. (a) Revisadas e vigentes:** • CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguros; • CPC 23 (IAS 8) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; • CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro; • CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8) - Definição de omissão material. A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas. **(b) Revisadas e não vigentes:** • CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos (Transação de venda e retroarrendamento); • CPC 26 (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante). • CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstrações do fluxo de caixa. • CPC 40 (R1) (IFRS 7) – Instrumentos financeiros.

3. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas, julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia estão relacionadas a seguir: ■ Constituição de ativo ou passivo fiscal diferidos (nota 13). ■ Análise de risco de crédito; ■ Análise de risco para a constituição de provisões, inclusive provisão para riscos fiscais, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota 11). Adicionalmente a seguir as estimativas e julgamentos consideradas as mais críticas na elaboração destas demonstrações financeiras: **3.1. Ativo de contrato de concessão.** No contrato de concessão da Companhia estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis: i) a obrigação de constituição da infraestrutura que será objeto da concessão por 30 anos, ou pelo seu aprimoramento ao longo da concessão e ii) obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O Ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a Concessionária satisfaz a primeira obrigação, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim a Companhia faz jus a Receita de Construção durante a fase de construção do projeto, mas só fará jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento. O valor do Ativo de contrato de concessão das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do Ativo de contrato de concessão da concessão são as seguintes: **■ Ativo de contrato de concessão indenizável** - a Companhia reconhece o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como Ativo de contrato de concessão, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o valor contábil. **■ Ativo de contrato de concessão amortizável pela RAP** – as adições decorrentes das ampliações, reforços ou melhorias da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de contrato de concessão. **■ Remuneração do ativo de contrato de concessão** – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa. **■ Determinação das receitas de infraestrutura** - Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e/ou melhorias de instalações, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. **■ Receita de operação e manutenção** - a Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras receita de operação e manutenção (O&M) pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. **3.2. Provisões para contingências.** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes à processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"). a. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** – um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável. A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados. **b. Ativos não financeiros** - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. **3.4. Demonstração do valor adicionado ("DVA").** A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras. **3.5. Demonstração de fluxo de caixa ("DFC").** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº. 641, de 7/10/2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos em conta corrente	63	32
Aplicações financeiras (i)	73.825	48.055
	73.888	**48.087**

(i) Referem-se à certificados de depósitos bancários remuneradas por uma taxa média de 101,22% do CDI, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	25.582	22.273
Provisão de PVI	(1.503)	(1.335)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.192)	(1.455)
	20.887	**19.483**

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	20.702	19.345
Não circulante	185	138
	20.887	**19.483**

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	21.595	20.525
Vencidos até 360 dias	3.569	1.308
Vencidos mais de 360 dias	418	440
	25.582	**22.273**

6. Partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Passivo 31/12/2023	Passivo 31/12/2022	Despesa 31/12/2023	Despesa 31/12/2022
Evoltz Participações S.A. (i)	4.279	4.272	(14.814)	(11.478)
	4.279	**4.272**	**(14.814)**	**(11.478)**

(i) O Grupo Evoltz mantém o contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos com suas partes relacionadas, aprovado e homologado pela ANEEL por meio do Despacho Nº 754, de 21/03/2022 tendo como critério de alocação do rateio a Receita Anual Permitida – RAP. **b) Remuneração dos membros-chave da Administração.** O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e conselheiros. A remuneração paga ou a pagar aos membros-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e honorários	1.964	2.567
Encargos sociais	389	513
	2.353	**3.080**

7. Ativo de contrato de concessão

Abaixo a movimentação do ativo de contrato:	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	**2.231.080**	**2.205.133**
Remuneração do ativo de contrato	180.517	178.478
Amortização do ativo de contrato	(158.204)	(152.531)
Saldo Final	**2.253.393**	**2.231.080**
Circulante	174.394	151.505
Não circulante	2.078.999	2.079.575

8. Outras contas a receber

Em 8/09/2022, a Companhia obteve desfecho favorável acerca processo arbitral de caráter indenizatório, para reparação de perdas e danos em ativos operacionais. Nesse sentido, e por entender que a entrada de benefício econômico é praticamente certa, a Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, reconheceu ganho proveniente de processo arbitral no montante de R$9.405. Adicionalmente, em 10/02/2023 a Companhia foi notificada da decisão que deferiu o pedido de complementação da sentença arbitral, para determinar a incidência de juros e correção monetária sobre os valores condenatórios. Em 13/03/2023, a Companhia recebeu o total de R$11.025 como desfecho da sentença, que acrescentou ao valor condenatório o montante de R$1.619 a título de juros e atualização monetária.

9. Debêntures

9.1. Composição

Agente financeiro	Modalidade	Taxa anual de juros	Vencimento	Moeda	Montante liberado	31/12/2023 Circulante	31/12/2023 Não circulante	31/12/2023 Total	31/12/2022 Circulante	31/12/2022 Não circulante	31/12/2022 Total
ITAU, BTG	Debêntures	CDI+2,75% a.a.	15/04/2031	R$	750.000	70.765	573.750	644.515	74.572	626.250	700.822
	Custo de transação					(761)	(4.818)	(5.579)	(764)	(5.573)	(6.337)
						70.004	**568.932**	**638.936**	**73.808**	**620.677**	**694.485**

Em 28/04/2021 foi emitida a terceira série de debêntures privadas para o Itaú, BTG de R$750.000 no valor nominal de R$1,00 cada uma, totalizando R$750.000. As debêntures são conversíveis em ações a serem subscritas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, como garantia real e fidejussória, cujo vencimento se dará em 15/04/2031, ocasião em que a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das debêntures que ainda estejam em circulação pelo valor nominal atualizado, acrescido da remuneração.

Abaixo segue movimentação das debêntures:	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**694.485**	**736.416**
Juros provisionados	101.828	104.749
Amortização de juros	(105.635)	(98.705)
Amortização de principal	(52.500)	(48.750)
Amortização de custo de transação	758	775
Saldo final	**638.936**	**694.485**

As parcelas de longo prazo das debêntures têm vencimento nos seguintes anos:

	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Debêntures	52.500	56.250	82.500	106.875	275.625	573.750

No exercício findo em 31/12/2023, a Companhia não atingiu o índice acima determinado pelo segundo ano consecutivo, uma vez que o índice apurado foi 1,15. Conforme previsto na Escritura das Debêntures, caso não seja atingido o índice de 1,20, e o ICSD apurado seja superior a 1,05, a Companhia poderá curar o inadimplemento ocorrido mediante depósito em conta vinculada do ICSD dos recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20. Em razão do não atingimento do índice a Companhia manteve o depósito efetuado em 7/02/2023, em conta reserva no montante de R$7.776, (saldo atualizado R$8.558 em 31/12/2023) assegurando assim a manutenção do índice financeiro estabelecido contratualmente e não execução do vencimento antecipado da dívida. Com exceção do índice ICSD acima, a Companhia atendeu às cláusulas restritivas no exercício findo em 31/12/2023.

10. Provisões

	31/12/2023	31/12/2022
Ambientais	1.983	4.169
Sobressalentes	17.648	21.197
Contingências	2.894	2.812
Provisão de fornecedores	-	990
	22.525	**29.168**
Circulante	4.722	7.871
Não circulante	17.803	21.297
	22.525	**29.168**

a) Movimentação das provisões

	Ambientais	Sobressalentes	Contingências	Provisões de Fornecedores	Total
Em 31/12/2021	**6.593**	**21.197**	**2.416**	**1.343**	**31.549**
Adições	-	-	3.027	990	4.017
Baixa/Reversões	-	-	(985)	(1.343)	(2.328)
Atualizações	-	-	448	-	448
Pagamentos (ii)	(2.424)	-	(2.094)	-	(4.518)
Em 31/12/2022	**4.169**	**21.197**	**2.812**	**990**	**29.168**
Baixa/Reversões (i)	(18)	(3.549)	-	(990)	(4.557)
Atualizações	-	-	152	-	152
Pagamentos (ii)	(2.168)	-	(70)	-	(2.238)
Em 31/12/2023	**1.983**	**17.648**	**2.894**	-	**22.525**

(i) O montante de R$3.549, refere – se basicamente a baixa de sobressalentes já consumidos no montante de R$1.701 e baixa de provisões pré-operacionais sem expectativa de realização no montante de R$1.848. (ii) Referente basicamente a amortização da condicionante à LO Nº 1.135 de acordo com cronograma de pagamento a encerrar-se em 30/07/2024, vide NE 20 – Aspectos Ambientais. **b) Passivos contingentes.** A Companhia é parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, conforme CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis (i)	1	8.548
Fundiário (ii)	45.869	31.140
Regulatório (iii)	25.946	25.197
Tributários (iv)	37.193	26.614
Trabalhistas	34	44
	109.043	**91.543**

(i) Ações de fornecedor contra a Companhia onde é pleiteado o pagamento de prejuízos sofridos em contrato de empreitada assinado entre as partes decorrentes de descumprimento contratual e cobrança de títulos. A variação decorrente do ganho de causa pela Companhia. (ii)Ações de indenização fundiária relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão. A variação se refere basicamente a correção monetária e mudança de prognóstico referente a causa descrita no item "c" desta nota explicativa. (iii) Ações em face da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica para suspensão ou cancelamento de aplicação de penalidades por indisponibilidade na linha de transmissão. (iv) Refere-se basicamente aos autos de infração impetrados pela SRF de cobrança de PIS/COFINS apurados ao longo do ano 2010 e de manifestação de inconformidade contra despacho decisório que deixou de reconhecer o direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário 2010 e ao processo referente a retificação da DCTF do ano calendário 2015. Adicionalmente, ações de execução fiscal para discussão de valores devidos pelo não recolhimento do ICMS nos estados do MT, PA e AM

c) Depósitos judiciais	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	55	64
Fundiários (i)	3	17.346
	58	**17.410**

(i) Trata-se de ação de constituição de servidão administrativa ajuizada pela Manaus Transmissora, no âmbito da liberação fundiária da faixa de servidão para fins de construção, operação e manutenção do sistema denominado Linha de Transmissão Oriximiná – Itacoatiara – Cariri, Circuito Duplo, em 500 kV, empreendimento de Utilidade Pública. No curso da ação, entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, houve bloqueio judicial no importe total de aproximadamente R$33.000 (valor histórico), sendo que, desse montante, R$17.000 (valor histórico) foram liberados à parte contrária, permanecendo o restante em conta judicial (montante atualizado de R$18.054). Sentença anulada em 27/09/2022 pelo Superior Tribunal de Justiça. Nova sentença proferida em dezembro de 2022, renovando a oportunidade recursal e rediscussão do mérito, fatos e provas. No dia 04/08/2023 foi realizada a devolução do montante depositado corrigido no montante aproximado de R$18.017 à Companhia relativo à decisão anulada pelo Superior Tribunal de Justiça.

11. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
PIS diferido	34.601	34.430
COFINS diferido	159.352	158.560
	193.953	**192.990**
Circulante	1.979	963
Não circulante	191.974	192.027

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas	(236.925)	(199.141)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	106.768	105.320
	(130.157)	**(93.821)**

b) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	106.218	85.753
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(36.114)	(29.156)
Outras adições/(exclusões)	(223)	(1.284)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no exercício	**(36.337)**	**(30.440)**
Diferidos	(36.337)	(30.440)
	(36.337)	**(30.440)**
Alíquota efetiva	**34%**	**35%**

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. A Companhia espera realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 31/12/2023 de acordo com o seguinte cronograma futuro:

	2024	2025	2026	Após 2026	Total
IRPJ e CSLL diferidos	1.359	2.949	4.748	97.712	106.768

evoltz

Manaus Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.584.854/0001-37

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social. Em 31/12/2023 e 2022 o capital social é de R$1.115.333.123, representado por 1.255.333.123 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas, de propriedade integral da Evoltz Participações S.A. **13.2. Reservas de lucros. a) Reserva legal.** Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício social, limitada a 20% do capital social, em atendimento à legislação societária brasileira em vigor. **b) Reserva de retenção de lucros.** Constituída com base no lucro líquido remanescente após as destinações do resultado do exercício aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral. **c) Reserva de incentivo fiscal.** Incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Goiás, concedidos pela SUDAM. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente. **13.3. Dividendos.** Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	69.881	55.313
Reserva legal (5%)	3.494	2.766
Lucro base para determinação dos dividendos	66.387	52.547
% dividendos	25%	25%
Dividendos mínimo obrigatório	**16.597**	**13.137**

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28/04/2023, foi aprovado a reclassificação dos dividendos constituídos nos exercícios anteriores no montante de R$70.246, para Reserva de retenção de lucros. Em 16/11/2023 foi realizado pagamento de dividendos no montante de R$17.000. **13.4. Lucro por ação.** O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31/12/2023 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Número de ações ordinárias no início do exercício (milhares)	1.255.333	1.255.333
Número de ações ordinárias ao término do exercício (milhares)	1.255.333	1.255.333
Lucro líquido do exercício	69.881	55.313
Número médio ponderado das ações ordinárias no exercício (milhares)	1.255.333	1.255.333
Lucro básico e diluído por ação	**0,056**	**0,044**

14. Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta		
Remuneração do ativo contratual	180.517	178.478
Receita de operação e manutenção	21.281	20.517
Outras receitas IFRS (i)	51.477	32.488
	253.275	**231.483**
Deduções da receita		
Impostos sobre serviços (PIS e COFINS)	(22.979)	(20.966)
Encargos do setor	(9.088)	(7.657)
Provisão de parcela variável de indisponibilidade (PVI)	(592)	(1.421)
	(32.659)	**(30.044)**
Receita líquida	**220.616**	**201.439**

(i) Refere-se basicamente a diferença entre a amortização do ativo de contrato e o recebimento (AVC).

	31/12/2023	31/12/2022
Operação e Manutenção - O&M		
- Receita	21.281	20.517
- Custos	(21.807)	(25.323)
Margem (R$)	**(526)**	**(4.806)**
Margem percebida (%)	**(2,5%)**	**(23,4%)**

15. Custos e despesas

	Custos		Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(4.157)	(3.261)	(8.404)	(6.832)
Serviços de terceiros (i)	(11.789)	(17.359)	(5.807)	(4.618)
Contingências resultado (ii)	(113)	(912)	(40)	(2.581)
Impostos e taxas	(162)	(140)	(157)	(187)
Seguros	(3.925)	(3.829)	(90)	(116)
Provisão para devedores duvidosos (iii)	-	-	(1.737)	(1.455)
Recuperação de custos/despesas (iv)	-	9.525	-	-
Outras despesas	(1.774)	(734)	(308)	(749)
	(21.920)	**(16.710)**	**(16.543)**	**(16.538)**

(i) A redução se refere principalmente a substituição do principal fornecedor de serviços de O&M da Companhia no montante total de R$7,6 milhões. (ii) Em despesas de 2022 refere - se ao Auto de Infração decorrente de fiscalização realizada em 2020 pela ANEEL por descumprimento de requisitos regulamentares no montante de R$2,1 milhões, cujo desfecho foi desfavorável para a Companhia, o montante foi liquidado em junho de 2022. (iii) Provisão para inadimplência, conforme nota 5. (iv) Reconhecimento de indenização proveniente de desfecho favorável no processo arbitral por reparação de perdas e danos no valor de R$9,4 milhões conforme nota explicativa 9.

16. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	8.472	5.820
Rendimento de depósitos vinculados	783	-
Atualizações monetárias (i)	2.786	1.949
Atualização de depósito judicial	874	1.705
Outras receitas financeiras	28	72
	12.943	**9.546**
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(101.828)	(104.749)
Apropriação do custo de transação	(758)	(775)
Outras despesas financeiras	(1.324)	(856)
	(103.910)	**(106.380)**
Resultado financeiro	**(90.967)**	**(96.834)**

(i) Conforme mencionado na nota 9 a Companhia recebeu, em 13/03/2023, a título de juros e correção monetária, o montante total de R$1.619, referente ao desfecho de causa arbitral.

17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

17.1. Gestão de riscos. Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são: **a) Riscos de mercado.** É o risco de alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **b) Riscos de crédito.** É o risco de incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros. **c) Risco de liquidez.** É o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros. As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela Companhia:

31/12/2023	Até 06 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Partes relacionadas	4.279	-	-	-	4.279
Fornecedores	5.854	-	-	-	5.854
Debêntures	35.383	35.382	298.125	275.625	644.515
	45.516	**35.382**	**298.125**	**275.625**	**654.648**

31/12/2022	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Partes relacionadas	4.272	-	-	-	4.272
Fornecedores	2.197	-	-	-	2.197
Debêntures	37.286	37.286	243.750	382.500	700.822
	43.755	**37.286**	**243.750**	**382.500**	**707.291**

17.2. Gerenciamento do capital. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida menos o caixa e equivalentes de caixa e dividido por seu patrimônio líquido. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas.
O índice de endividamento está apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida	644.515	700.822
Caixa e equivalentes de caixa	(73.888)	(48.087)
Depósitos vinculados	(8.558)	-
Dívida líquida	562.069	652.735
Patrimônio líquido	1.364.846	1.241.316
Índice de endividamento líquido (Dívida líquida/ PL)	**0,41**	**0,53**

17.3. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros. A seguira Companhia estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do exercício. - Cenário II – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável. - Cenário III – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável. A Administração entende que o cenário provável em 31/12/2024 para o CDI é de 9,25%, conforme expectativa de mercado.

	Valor exposto 31/12/2023	Cenário provável I	Cenário provável II	Cenário provável III
Debêntures - CDI	644.515	59.618	74.522	89.426

Fonte: CDI Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus, em 05/01/2024). **17.4. Instrumentos financeiros por categoria**

	Nota	31/12/2023 Valor justo por meio do resultado	31/12/2023 Custo amortizado	31/12/2022 Valor justo por meio do resultado	31/12/2022 Custo amortizado
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	4	73.888	-	48.087	-
Contas a receber	5	-	20.887	-	19.483
Depósitos vinculados		8.558	-	-	-
		82.446	**20.887**	**48.087**	**19.483**
Passivos financeiros:					
Fornecedores		-	5.854	-	2.197
Debêntures	10	-	644.515	-	700.822
Partes relacionadas	6	-	4.279	-	4.272
		-	**654.648**	**-**	**707.291**

18. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

Seguradora	Ramo	Apólice/Endosso nº	Vigência	Importância segurada
Tokio Marine	Risco operacional	9600000003295	Jan/2024 a Jan/2025	200.000
Tokio Marine	Responsabilidade civil	5100000043372	Dez/2023 a Dez/2024	15.000
Swiss RE	D&O (i)	51101000771	Jul/2023 a Jul/2024	100.000

Seguro contratado pela *holding* Evoltz Participações S.A. e pago mensalmente pela Companhia através de notas de débito.

Conselho de Administração

Hélio Lima Magalhães - Presidente do Conselho
Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino - Membro do Conselho
Igor Romitelli - Membro do Conselho

Diretoria

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino – CEO
Claudine Furtado Anchite– CFO
Daniel Henrique Lima – COO

Contador

Leandro Tinoco Campos - CRC – RJ 127494/O-2

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. Para maiores informações, acesse o site da companhia através do endereço https://www.evoltz.com.br/resultados.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Manaus Transmissora de Energia S.A.** Brasília - DF.
Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Manaus Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principal assunto de auditoria. Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Mensuração do ativo de contrato. Conforme divulgado na nota explicativa 3.1, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter tal infraestrutura, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31/12/2023, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R$2.253.393 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de *performance* satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de *performance*, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de *performance* identificada, e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.
Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado. A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor. A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras. A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Do assunto que foi objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos este assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

EY Building a better working world

Rio de Janeiro, 22/02/2024.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F - Glaucio Dutra da Silva - Contador CRC RJ-090174/O

Brasil

Ambiente Beto Veríssimo diz que políticas públicas precisam ir além do combate ao desmate e à grilagem

Imazon defende plano 'urgente' para Amazônia

Rafael Vazquez
De Oxford

O Brasil precisa desenvolver urgentemente um plano estruturado de desenvolvimento socioeconômico para a Amazônia que incentive a preservação da floresta, mas que eleve a produtividade de atividades econômicas que já ocorrem na região, incluindo a pecuária. Para que isso seja destravado, o fundador do Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia (Imazon), Beto Veríssimo, afirma que algumas políticas públicas que vão além do combate ao desmatamento e à grilagem precisam ser destravadas. Ele aponta como prioridade uma regulação fundiária que não privilegie os grileiros e uma política de carbono que torne o Brasil um grande player global nesse mercado.

"O combate implacável ao desmatamento e à grilagem são fundamentais, mas não bastam. Precisa haver uma regulação fundiária das terras que já foram desmatadas no passado e, partir de uma política de carbono, exportar os nossos créditos e começar a fazer a restauração da floresta acontecer", disse Veríssimo ao **Valor** durante o Skoll World Forum, evento que reúne empreendedores sociais de todo o mundo no Reino Unido.

Segundo o fundador do Imazon, a regulação fundiária permitiria que as atividades econômicas já desenvolvidas na Amazônia perderiam o aspecto de ilegalidade e a tornaria mais produtivas, desde a extração de produtos nativos da floresta como açaí, cupuaçu e cacau até a pecuária. Ele explica que a pecuária na Amazônia não é um problema em si e que o ponto crucial que justifica as críticas dos ambientalista é que os pecuaristas na região têm índices de produtividade muito baixos.

Isso acontece, conforme explica Veríssimo, que é engenheiro agrônomo, porque é comum os grileiros invadirem terras na Amazônia e colocarem gado para marcar o território e assegurar o domínio do espaço. "O problema não é a atividade pecuária, mas sim a especulação para ganhar dinheiro com a terra. É a clássica ocupação em que o gado cumpre o papel, mas não é a atividade real e por isso a pecuária na Amazônia é tão pouco produtiva", afirma.

Nesse sentido, a regularização fundiária, sem anistia para grileiros, seria determinante para separar o produtor real dos agentes criminosos e contribuiria para cessar o avanço do desmatamento, segundo Veríssimo. "A pecuária vai estar na Amazônia. Não tem como acabar com ela. O importante é construir uma agenda para que seja mais produtiva, mais rentável e que participe da economia da região de uma maneira mais positiva. Já há bons casos de pecuária na Amazônia, mas ainda são casos isolados."

DIVULGAÇÃO

Veríssimo: Amazônia precisa de setores que dialoguem e mantenham a floresta

> Todo hectare de floresta em pé deveria ser remunerado"
> *Beto Veríssimo*

Veríssimo comenta que a produção pecuária na Amazônia gira, em média, em torno de 70 a 90 quilos de carne por hectare ao ano e que, se a atividade for feita de maneira legal e organizada, a produção poderia quintuplicar. Ele cita o caso de fazendeiros na região de Paragominas que produzem 11 vezes mais que essa média e que nem mesmo se trata de um desempenho extraordinário.

Ele diz também que espectro de ilegalidade na Amazônia, tanto na atividade pecuária como em outras (extração de madeira, por exemplo), amedronta investidores sérios, que têm receio que acabar tendo a imagem vinculada a algo que pode parecer errado, além de ter que lidar com criminosos nos arredores.

"Os investidores têm muito medo de entrar na Amazônia hoje porque receiam que qualquer negócio deles possa estar associado com atividades ilegais ou eles estarem inseridos em uma região em que no entorno há atividades verdadeiramente criminosas. A empresa faz uma operação para plantar floresta e de repente no entorno tem grilagem, desmatamento e um ambiente de insegurança mesmo. A Amazônia está ficando muito violenta", diz.

Em relação ao mercado de carbono, Veríssimo acredito que o Congresso precisa acelerar o processo de regulamentação desse mercado para que os donos das terras tenham incentivos para manter preservar a floresta, seguindo o conceito de que "a floresta em pé é mais valiosa". Isso aconteceria porque ao preservar ou restaurar suas terras, os proprietários poderão exportar créditos de carbono que recompensaram o esforço de cessar o desmatamento.

"Fortaleceria uma agenda importante com a floresta em pé pelos serviços que ela presta", diz. "Todo hectare de floresta em pé deveria ser remunerado, não importando se é do fazendeiro, do índio, do colono, do extrativista, do ribeirinho ou do governo. A ideia é que o mundo pague [através do mercado de carbono] porque a Amazônia presta um bem para todo o planeta", diz, ressaltando que a iniciativa tende a estimular a restauração da floresta, algo que precisa começar a acontecer com urgência. "E essa indústria da restauração tem um potencial de contribuição socioeconômica para a região sem paralelo, além da entrega climática."

Para o fundador do Imazon, o desafio é enorme, mas ele observa que o momento é favorável que um plano robusto seja estruturado. Ele cita a disposição do atual governo federal para que o movimento seja acelerado e menciona que toda a comunidade de política e de empreendedoras sociais do mundo passou a olhar verdadeiramente para a Amazônia. "Eu venho para o Skoll Word Forum desde 2010 e vejo que este é o primeiro ano em que o Brasil é protagonista. Estão realmente olhando para a Amazônia desta vez", afirma. "A Amazônia precisa de todos os setores da economia que possam dialogar e manter a floresta em pé."

O repórter viajou a convite da Associated Press e do Skoll World Forum

Fiocruz vê piora dos casos de infecção respiratória

Folhapress, de São Paulo

O boletim InfoGripe, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), divulgado nesta quinta-feira (11), mostra aumento da incidência do VSR (vírus sincicial respiratório), que afeta principalmente crianças, em todos as regiões do país. Segundo os dados do boletim, os casos de Srag (síndrome respiratória aguda grave) no país têm um sinal de leve crescimento nas tendências de longo prazo (últimas seis semanas) e de curto prazo (últimas três semanas).

O VSR é o principal agente causador de bronquiolite em bebês, uma doença respiratória comum e altamente contagiosa cujos sintomas principais são tosse e falta de ar. Em geral, os casos são leves, mas podem resultar em internações hospitalares.

A ocorrência de Srag por VSR em crianças de até dois anos supera a incidência de Srag associada a covid nessa faixa etária. A incidência de covid afeta principalmente crianças e idosos, porém, em relação à mortalidade, a população com mais de 65 anos é a principal impactada.

Segundo Marcelo Gomes, pesquisador do Programa de Computação Científica (Procc/Fiocruz) e coordenador do InfoGripe, "nas crianças de até dois anos de idade, os óbitos associados ao VSR superam aqueles associados à covid nas últimas oito semanas epidemiológicas, refletindo o cenário da circulação viral do período", afirma.

Ainda de acordo com a nota, 18 unidades federativas apresentam crescimento de Srag no longo prazo, são elas: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe apresentam crescimento apenas em crianças pequenas, o que pode ser mascarado pela queda na população adulta.

Em 2024, foram notificados 29.702 casos de Srag, 12.903 (43,4%) eram positivos, 11.545 (38,9%) negativos e 3.392 (11,4%) aguardam resultado laboratorial. Nas últimas quatro semanas, os vírus que mais prevaleceram entre os casos positivos foram: VSR (48,6%), covid-19 (21,9%), influenza A (18%) e influenza B (0,3%). Entre os casos de morte com resultado positivo para algum vírus respiratórios, tem-se influenza A (25%), influenza B (0%), VSR (11,2%), e covid-19 (60,6%).

São Paulo, Brasília e Rio registram aumento de casos de gripe. Em São Paulo, entre os dias 24 de março e 6 de abril, houve um aumento de 3,7 pontos percentuais na positividade, que saltou de 27,4% para 31,1% em uma semana. Foi o que aconteceu também com Brasília e com o Rio de Janeiro, cidades que obtiveram aumento de 7 e 2,6 pontos percentuais, respectivamente, no mesmo período.

Gestão pública Dificuldades na cobrança tornam de difícil recuperação maior parte de total que chega a R$ 100 bilhões e levam governo a aprimorar modelo

União vê espaço para reaver só 22% de dívidas com órgãos reguladores

Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

As dívidas de empresas e pessoas físicas com agências, fundações e órgãos reguladores federais têm crescido de forma constante nos últimos anos e totalizam quase R$ 100 bilhões. Apesar disso, a União avalia que no máximo 22% desses créditos são considerados de possível recuperação, já que o restante não deve ingressar nos cofres públicos a partir das dificuldades de cobrar os devedores. O cenário faz o governo avaliar aprimoramentos no modelo de cobrança, que já esteve na mira do Tribunal de Contas da União (TCU).

Dívida ativa com órgãos reguladores
Números mostram baixa efetividade de cobrança

Órgão	Valor devido (em R$ bilhões)
Anatel	24,5
Ibama	20,8
BC	17,9
ANS	7,4
CVM	5,5
Cade	4,7
ANTT	2,9
Fust	2,9
ANP	2,5
SUSEP	1,9
FNDE	0,991
Demais	4
Total	**96,3**
Valor total Recuperável (22,2%)	**21,4**

Fonte: Tesouro Nacional

No fim de 2023, o governo tinha R$ 96,3 bilhões a receber dos órgãos a partir de multas aplicadas, taxas de fiscalização e contribuições, crescimento de 3% em um ano. Em 2020, eram R$ 87,4 bilhões. Os dados são do Balanço Geral da União (BGU), divulgado semana passada pelo Tesouro Nacional, que consolida todas as dívidas de entidades federais.

Do total, há um filtro para perdas na análise individual de cada valor devido. Assim, a União estima que é possível recuperar somente R$ 21,4 bilhões — isso não significa que todo esse montante vai entrar no caixa do Tesouro, tão somente que é mais factível que esses créditos sejam recuperados por meio das ações de execução fiscal em detrimento dos demais.

Os números mostram diminuição nos valores recuperáveis. No BGU de 2019, por exemplo, os dados indicavam que 43,7% do valor devido aos órgãos reguladores era de possível recuperação, mais de 20 pontos percentuais acima ao montante atual. Segundo técnicos envolvidos no processo de cobrança, a queda ocorreu devido a ajustes contábeis determinados pelo TCU para dar mais transparência ao crédito que pode ser retomado.

A cobrança desses créditos fica a cargo da Procuradoria-Geral Federal (PGF), vinculada à Advocacia-Geral da União (AGU) — com exceção do Banco Central, que faz a cobrança por meio de sua procuradoria. Os números entraram no radar de membros do governo, que já estudam aprimorar o sistema de cobrança e elevar as receitas.

Maior êxito na recuperação desses créditos poderia auxiliar o governo no perseguimento das metas fiscais dos próximos anos, defendem as fontes, já que esses valores ingressam no caixa da União como receita primária — com exceção de valores pagos ao BC, classificados como receita financeira.

Uma das alternativas cogitadas, apurou o **Valor**, é aproximar ainda mais a PGF da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com compartilhamento dos instrumentos de cobranças. Dados do Tesouro indicam que a recuperação dos créditos tributários, hoje de responsabilidade da PGFN, são superiores e chegam a até 70%.

No ano passado, houve um acordo de cooperação técnica permitiu que a PGF tenha acesso a informações da PGFN de classificação das dívidas de acordo com seu grau de retomada ("rating") para melhorar a recuperação. Agora, é cogitado centralizar o modelo na de cobrança PGFN, na forma de um "balcão único", mas com a PGF ainda responsável pela cobrança dos valores devidos às agências.

> "Se estou cobrando uma empresa que não tem mais ativos, não há muito o que fazer"
> *Marcos Verissimo*

Outra saída mais complexa também chegou a ser cogitada, segundo apurou o **Valor**: envolveria a transferência da competência da cobrança dos créditos não tributários para a PGFN. Na visão de especialistas, os procuradores da Fazenda têm expertise na cobrança de créditos tributários devidos, o que poderia justificar a cobrança das agências na Fazenda Nacional. Mas como essa mudança poderia representar um "esvaziamento" da PGF, com potencial de ocasionar uma "guerra" entre as carreiras, esse caminho deixou de ser cogitado, segundo fontes do governo.

A procuradora-geral Federal, Adriana Maia Venturini, defendeu o modelo da PGF. "Temos muito orgulho da nossa cobrança, que tem crescido. Os números são realistas, pois temos um diagnóstico efetivo da dívida, das suas eficiências e possibilidades. E o que estamos fazendo é um saneamento contábil das autarquias", afirmou.

Ao **Valor** a PGF enviou um gráfico com dados sobre a arrecadação de dívida ativa das autarquias: em 2019, foram R$ 698 milhões, ante R$ 1,3 bilhão em 2023. Ainda defendeu que, no ano passado, considerando toda a cobrança (não só os órgãos reguladores), recuperou R$ 7,5 bilhões, superando o recorde de 2022, quando R$ 7,2 bilhões ingressaram nos cofres públicos.

Na análise das contas do governo de 2022, o TCU apontou insuficiência nas informações prestadas sobre as dívidas dos órgãos e cobrou maior controle "de modo a permitir a avaliação anual acerca da efetividade das ações de recuperação de créditos".

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL

Adriana Maia Venturini: "O que estamos fazendo é um saneamento contábil das autarquias"

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o BC respondem, juntos, por 65,6% do total da dívida dos setores regulados — as dívidas com a Anatel somam R$ 24,5 bilhões, enquanto são devidos para Ibama e BC R$ 20,8 bilhões e R$ 17,9 bilhões, respectivamente. O BC classifica todo o valor como irrecuperável. Na terça-feira (9), conforme revelou o **Valor**, a AGU permitiu que o BC faça, agora, transações para tentar reaver os créditos devidos pelo sistema financeiro — todos os demais órgãos já poderiam fazer negociações.

As dívidas da Anatel, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) são hoje as mais "recuperáveis", representando 85,6% de todo o valor factível a ser arrecadado.

"O baixo percentual de recuperabilidade do que supostamente é devido constitui uma mensagem preocupante à sociedade, estimulando o mau pagador e prejudicando a chamada justiça fiscal", analisou Ricardo Soriano, ex-procurador-geral da Fazenda Nacional.

Apesar de avanços da advocacia pública na recuperação os créditos, diz que "há muito em que se avançar". "A busca de soluções alternativas de conflitos, como a transação, tem se mostrado exitosa a minorar de forma relevante essa baixa perspectiva de recuperabilidade", sugeriu o procurador. Ele defende uma aproximação entre a PGF e a PGFN para melhorar a cobrança do crédito.

Em sentido semelhante avalia o advogado Marcos Verissimo, ex-conselheiro do Cade e professor da USP. Segundo ele, a lentidão do Poder Judiciário é um dos fatores que prejudicam a cobrança. O especialista defende, também, a aplicação de sanções não financeiras, como inabilitação e proibição de empresas participarem de licitações no caso de condenação. "Se estou cobrando uma empresa que não tem mais ativos, não há muito o que fazer", argumentou.

Flavio José Roman, ministro-substituto da AGU, defendeu que o órgão "está totalmente comprometido com a eficiência da arrecadação da dívida tributária e não tributária da União e de suas autarquias" e que isso é um dos eixos da atual gestão. "O foco é o aperfeiçoamento dos mecanismos de cobrança, bem como a necessidade de dotar todos os órgãos de capacidade material e humana para essa missão, incluindo PGFN, PGU, PGF e PGBC", disse. "Os números expressivos obtidos no último exercício, quando foram recuperados mais de R$ 62 bilhões [toda a AGU], são prova desse compromisso."

As três autarquias que respondem pelas maiores dívidas foram procuradas. A Anatel explica que o valor de R$ 24,5 bilhões é oriundo de um contingente de receita administradas pela agência, como taxas de fiscalização, multas e contribuições. Segundo a agência, do total inscrito, R$ 16,8 bilhões estão em execução fiscal (68,5%), R$ 20,4 bilhões estão parcelados (83,26%) e R$ 4,2 bilhões estão com exigibilidade suspensa por força de decisão judicial (17,1%).

"Ressalta-se que um mesmo débito pode estar em duas situações ao mesmo tempo, exemplo: em execução e parcelado. Vislumbra-se, por exemplo, que o montante objeto de parcelamento (83,26%) é uma parcela recuperável da dívida", diz a Anatel em nota. A agência afirma que antes do envio para a inscrição na dívida ativa, utiliza instrumentos disponíveis para tentar cobrar o débito: notificação dos devedores, inscrição no Cadin, parcelamento e bloqueios ao licenciamento de novas estações, no caso de débitos tributários.

O Ibama disse que o valor de R$ 20,8 bilhões é referente a multas aplicadas não pagas. "Cabe esclarecer que o crédito em questão foi encaminhado à PGF, portanto não está mais sob gestão do Ibama", diz a autarquia. Em relação às iniciativas que visam aumentar a recuperação, destacou a possibilidade de o autuado fazer o pagamento do débito ou converter multas em prestação de serviços ambientais. O BC não se manifestou até a conclusão desta edição.

Governo teve superávit de R$ 1,3 bi em março, calcula Ipea

Lu Aiko Otta
De Brasília

As contas do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) encerraram o mês de março com superávit de R$ 1,3 bilhão, segundo cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base em informações coletadas nas bases da Secretaria do Tesouro Nacional. O resultado oficial será divulgado pelo Ministério da Fazenda no fim deste mês.

De acordo com o Ipea, as receitas líquidas do governo central seguiram fortes, atingindo R$ 166,5 bilhões, crescimento real de 10,1% na comparação com março de 2023. As despesas, por sua vez, chegaram a R$ 165,2 bilhões, alta de 4,2% na mesma base de comparação. Em março do ano passado, o resultado primário apontou um déficit de R$ 7,4 bilhões.

No primeiro trimestre do ano, o resultado primário está positivo em R$ 22,9 bilhões a preços constantes de março, ante o superávit de R$ 33,4 bilhões no mesmo período de 2023. Houve, assim, uma queda de 31,4% nessa comparação.

Nos 12 meses acumulados até março de 2024, o resultado primário do governo central é um déficit de R$ 244,6 bilhões, ante um superávit de R$ 29,5 bilhões nos 12 meses encerrados em março de 2023.

Apesar do bom desempenho das receitas em março, a questão que se coloca entre os técnicos é se a arrecadação crescerá o suficiente para alcançar as projeções do governo que apontam para o cumprimento da meta de zerar o déficit fiscal deste ano.

Nas projeções mais recentes, divulgadas em março, o governo estimou receitas líquidas de R$ 2,175 trilhões e despesas de R$ 2,184 trilhões, resultando em déficit de R$ 9,3 bilhões — dentro da margem de tolerância da meta fiscal.

Os números coletados pelo Ipea mostram um aumento de 10,1% nas receitas líquidas do governo central em março, na comparação com março do ano passado. As receitas administradas diretamente pela Receita Federal cresceram 11,2% no período, ao passo que as não administradas avançaram 9,4%. As receitas previdenciárias mostraram alta de 7,4%.

Nas receitas administradas, o crescimento ocorreu em praticamente todos os itens, aponta o Ipea. O destaque ficou para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com aumento de 37,6%.

> IPI, com 37,6%, e Cofins, com 17,6%, lideraram aumento da arrecadação, calcula instituto

A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) registrou alta de 17,6%, e a contribuição do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) apresentou crescimento de 42,8%.

De grande peso na arrecadação, o Imposto de Renda avançou 5%. As receitas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), por sua vez, ficaram 3% menores.

Nas receitas não administradas, o Ipea destacou a alta de 152,7% nos recolhimentos de dividendos e participações, que somaram R$ 6,1 bilhões no mês. Já as receitas com exploração de recursos naturais ficaram 3,9% menores no mês, com R$ 5,7 bilhões em março. A arrecadação com concessões e permissões somou apenas R$ 100 milhões no mês, queda de 93,3% sobre março de 2023.

Pelo lado das despesas, o levantamento do Ipea mostra crescimento de 4,2% sobre 2023, influenciado principalmente pela conta de benefícios previdenciários, com aumento real de R$ 4,1 bilhões (6,0%) e pelo pagamento de Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV), com crescimento real 18,5%.

Base da pirâmide ainda espera o crescimento

César Felício

A economia melhora no Brasil desde o fim da pandemia, mas não é essa a percepção da população, como deixam evidente as pesquisas de avaliação de governos recentemente divulgadas. A aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva claudicou nos estratos de menor renda.

A mais recente edição do Boletim de Desigualdade das Metrópoles, divulgada pela PUC do Rio Grande do Sul e pelo Observatório das Metrópoles, com os dados fechados do quarto trimestre de 2023, permite entender melhor o porquê.

Os dados mostram o tamanho do baque da catástrofe global da saúde. No conjunto das 22 regiões metropolitanas, a média de rendimento familiar entre o fim do ano passado e o último trimestre de 2019, imediatamente anterior à pandemia, subiu apenas 2,6% em termos reais. O resultado, contudo, tem um viés. A base da pirâmide, ou seja, a renda média dos 40% mais pobres, ficou ainda pior do que já estava. Recebia ínfimos R$ 273,18 per capita no fim de 2019, considerando a média móvel, e R$ 258,40 no encerramento do ano passado.

Essa base da pirâmide, conforme convergem a unanimidade das pesquisas e sinalizam os próprios mapas eleitorais, vota em maioria no presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda que se ressalve que o levantamento trata exclusivamente das regiões metropolitanas, não dos grotões do país. Mesmo no período do governo atual não houve melhora significativa nessa faixa, ao menos não nas regiões metropolitanas: recebia R$ 253,49 no fim de 2022.

O levantamento sugere que a fatia do eleitorado mais pobre não recuou no período 2019/2023 em relação ao todo, sempre ressalvando que aqui trata-se apenas das regiões metropolitanas. De acordo com o estudo, 22,6% dos domicílios tinham renda per capita abaixo de 1/4 do salário mínimo no fim de 2019. No fim do ano passado eram 23,8%. Em 2022 essa fatia representava 23,6%, mas a elevação no período Lula III não deve ser considerada, já que houve aumento real do salário mínimo.

O levantamento indica ainda que o quadro se agravou principalmente nas regiões metropolitanas do Nordeste, onde houve recuo global de renda entre 2019 e 2023 em Fortaleza, Recife, Salvador e Natal. O Nordeste, como se sabe, é um tradicional reduto do lulismo, ainda que isso seja nitidamente atenuado nos grandes centros urbanos.

De acordo com o sociólogo André Salata, da PUC gaúcha, uma possível explicação está no nível de informalidade da economia e de baixa qualificação da mão de obra. "Cerca de um terço das ocupações criadas com o término da pandemia nas grandes metrópoles são elementares, de baixíssima produtividade, o que deixa a renda estagnada na base da pirâmide", afirma o cientista social.

Este quadro se agrava, segundo Salata, na região Nordeste, em função do perfil da formação educacional da mão de obra local. Na média nacional, está tudo caminhando bem: a renda familiar está no pico da série histórica. Mas no cruzamento regional e social, a base mais pobre e com menos qualificação se ressente, pondera o economista. "Mesmo no Sul e no Sudeste há queda de renda nesse segmento", afirma.

A demora para a melhora econômica chegar na base, portanto, está clara. O risco é a paciência acabar antes.

Exaustão da polarização?

Especialista em auscultar a heterogênea "Classe C", o publicitário Renato Meirelles, do Instituto Locomotiva, vai na contracorrente de alguns pesquisadores. Ele acha que a tendência de cristalização da polarização social entre o lulismo e o bolsonarismo caminha para um esgotamento.

Para ele, as rejeições ao atual presidente e a seu antecessor seguem altas, mas em seus grupos focais Meirelles identifica o que chamou de "exaustão das brigas". O palpite do publicitário é que a máxima do falecido marqueteiro Duda Mendonça estará em alta: quem bate perde. O problema é que quem apanhar vai perder também. Para dar nome aos bois, cita o exemplo paulistano. "A rejeição a Ricardo Nunes (MDB) tende a crescer se o prefeito for associado ao bolsonarismo, mas se o ataque direto partir de Guilherme Boulos (Psol), cresce a rejeição dele próprio", arriscou.

Ou seja, a polarização interessa mais aos candidatos se a nacionalização for feita contra o adversário. Há espaço de sobra evidentemente para lulistas e bolsonaristas chegarem a um segundo turno, eventualmente até um contra o outro. O perigo para ambos os polos é se forem obrigados a enfrentar alguém na rodada final com cara de centro. "Isso é transversal. A gente sente que cresce a quantidade de eleitor que tenta evitar esse tema".

E há uma disjunção entre o que o eleitor busca e o que o mapa dos partidos oferece. Quando se olha em conjunto o painel das alianças que vão se desenhando pelo país, percebe-se que o desenho mais frequente é o que nucleia em um polo um conjunto de forças do qual faz parte o PL de Bolsonaro e no outro um acerto de alianças com o PT no meio.

Casos como o de São Luís, onde tanto PL quanto PT podem fazer parte da mesma aliança, no caso em torno de Duarte Júnior, do PSB, são isolados. Explica-se, no particular caso maranhense, pela debilidade de ambos os partidos no cenário local.

A polarização que tende a pesar mais para o eleitor comum é outra. Nas favelas de Salvador e Rio, conforme o noticiário local e os usuários de redes sociais deixam claro, fazer um sinal com as mãos ou usar um boné com determinado símbolo na região errada significa a morte.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Congresso Ativistas e parte dos ministérios defende taxar "ultraprocessados", enquanto indústria e agronegócio buscam alíquota menor

Tributação sobre alimentos se torna embate na reforma

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Paulo Teixeira, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sugere vetar benefícios a ultraprocessados e taxação extra

Raphael Di Cunto, Jéssica Sant'Ana e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A carga tributária que incidirá sobre cada tipo de alimento após a reforma tributária se tornou um dos principais embates na regulamentação, às vésperas de o governo Lula (PT) oficializar sua proposta sobre o tema. Supermercados, a indústria de alimentos e o agronegócio tentam garantir alíquotas menores para seus produtos, enquanto associações de defesa do consumidor e instituições ligadas à saúde e agricultura familiar pressionam por uma taxação maior dos alimentos "ultraprocessados".

A reforma tributária promulgada em dezembro terá uma alíquota padrão para todos os produtos (estimada em 25%), mas com dois redutores possíveis para os alimentos. Os itens da "cesta básica nacional" terão alíquota zerada e não pagarão o IBS/CBS. Já "alimentos destinados ao consumo humano" e produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais "in natura" pagarão alíquota de 40% da padrão (cerca de 10%). Além disso, há possibilidade de incidência do Imposto Seletivo em "produtos nocivos à saúde humana" — o que permitiria taxar a mais alimentos com alto nível de gordura, açúcar ou sal.

Daí já nascem divergências de interpretação do texto. O setor agropecuário e parte do setor alimentício defendem que todos os itens que não estiverem na alíquota zerada serão, automaticamente, beneficiados pelo redutor de 60% por serem "alimentos destinados ao consumo humano". Por essa lógica, não poderia incidir imposto seletivo sobre eles, já que há vedação explícita na reforma à taxação adicional de bens com alíquota favorecida.

"Se a própria Constituição determinou que esses produtos, dada sua importância, terão uma redução da carga tributária, não tem lógica ter uma tributação adicional. Seria conflitante", afirma o advogado Eduardo Lourenço. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) apresentou projeto próprio ainda em março com ampla gama de categorias alimentícias que seriam beneficiadas, incluindo gorduras e açúcares. A lista exata de itens seria definida em ato do Executivo.

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) causou polêmica ao divulgar, na semana passada, estudo que sugeria que itens como caviar, trufas, lagosta e "foie gras" — consumidos por pessoas com alto poder aquisitivo — constassem da cesta básica. Presidente da entidade, João Galassi diz que a lista foi mal interpretada e que o objetivo do estudo foi levantar os códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) de tudo que fosse "elegível" por seu potencial nutritivo, para que depois o Congresso decida quais itens incluir. "Se a lei só tiver as categorias, esse debate ficará no governo e não no Legislativo. Defendemos que a lei já adote o NCM", afirma.

> "O processamento não faz com que percam seu valor nutricional"
> *João Dornellas*

Analista do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Ana Maya afirma que esta é a "janela de oportunidade perfeita" para garantir o acesso a alimentos mais saudáveis para a população de baixa renda. "Sabemos que o custo da alimentação no país é um determinante, mas o consumo de alimentos ultraprocessados causa doenças crônicas e mentais, trazendo malefícios para a população e impacto para o SUS [Sistema Único de Saúde]", diz. Ela acredita que o governo enviará os projetos nos moldes dos defendidos pela entidade. "Nossa preocupação é com a interferência no Congresso de setores econômicos que visam o lucro acima do da população."

A Secretaria Extraordinária para a Reforma Tributária do Ministério da Fazenda ainda não divulgou sua proposta, mas setores dentro do governo apoiaram os ativistas. O Conselho Nacional de Saúde, ligado ao Ministério da Saúde, apontou que os produtos ultraprocessados e agrotóxicos seriam responsáveis por cerca de 50 mil mortes prematuras por ano no Brasil e recomendou ao governo que os inclua no rol de alvos do Imposto Seletivo, assim como o tabaco e o álcool.

Em nota técnica obtida pelo **Valor**, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar também defende que apenas os alimentos "in natura" e minimamente processados sejam beneficiados pela alíquota zerada. "Importante que a regulamentação contemple as diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira e que, portanto, alimentos ultraprocessados não estejam inseridos em qualquer benefício tributário. Inclusive, cabe apreciar junto ao Ministério da Saúde a possibilidade de aplicação do imposto seletivo a alguns alimentos ultraprocessados, conforme já recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS)", sugeriu a Pasta, liderada pelo ministro Paulo Teixeira (PT).

Galassi, da Abras, rebate que a alíquota padrão dos novos tributos já será uma das mais altas do mundo e que mesmo a alíquota favorecida — que deve ficar entre 10% e 12% — já estará no patamar médio dos alimentos no Brasil hoje, que é de 12%. "Você não penaliza ou beneficia o produto por ser industrializado. Isso não quer dizer que ele é um mau produto. O que precisamos entender é se é nutritivo e saudável", diz. Ele ressalta que alimentos sem nenhum valor nutricional, como balas, devem pagar a alíquota padrão, mas é contra a taxação adicional do Imposto Seletivo. "Estamos falando de 25% a 30% [de alíquota]. Não precisamos penalizar mais do que isso, já é extremamente agressiva", diz.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), João Dornellas, contesta a proposta dos ativistas e diz que o termo ultraprocessados "é cientificamente vago". Segundo ele, isso levaria a alta no preço do pão de forma, queijos, iogurtes e outros alimentos consumidos pela população de baixa renda. "O processamento não faz com que percam seu valor nutricional", diz. Ele ressalta que as técnicas industriais visam tornar o produto mais longevo ou saboroso e que há mais riscos em alimentos artesanais feitos sem o devido cuidado sanitário, mas muitas vezes vendidos como mais saudáveis.

A Abia lançou campanha publicitária para defender as qualidades dos produtos industrializados e sugeriu ao governo uma "cesta básica balanceada", de acordo com a OMS, com mistura de carboidratos, gorduras e proteínas. "O Brasil tem 33 milhões de pessoas passando fome. Os produtos "in natura" são mais caros. Vamos elevar o preço dos alimentos processados e dificultar mais o acesso?", questiona.

Procurado, o Ministério da Fazenda informou que recebeu contribuições de diversos órgãos de governo e setores da economia, mas só irá se manifestar após o envio dos projetos. O Ministério da Agricultura não comentou.

Frentes atuam para evitar multas durante transição

De Brasília

As frentes parlamentares ligadas ao setor produtivo querem proibir que autos de infração sejam aplicados às empresas no pagamento dos novos impostos (CBS e IBS) durante o período de transição da reforma tributária. A proposta consta dos projetos de lei que foram protocolados nessa quinta-feira na Câmara dos Deputados para regulamentar a reforma.

Presidente da Frente Parlamentar pelo Empreendedorismo (FPE), o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) afirmou que isso não significa que o contribuinte não será punido por irregularidades. "Mas não poderá ser multado diretamente. O Fisco vai autuar e avisar que está irregular, dar a oportunidade de pagamento. Se não pagar, aí poderá multar", disse.

Uma das advogadas responsáveis pela elaboração dos projetos, Lina Santin defendeu que é importante que o contribuinte tenha oportunidade de regularizar o pagamento. "A gente estará diante de um novo sistema, num momento em que ainda estarão convivendo o sistema antigo e o sistema novo, então é muito possível que erros ocorram sem que aja má-fé", disse.

O prazo de adaptação valeria para o período de transição dos novos tributos: até 2027 para a CBS (que é federal) e até 2032 para a CBS (que é de alçada estadual e municipal). Os textos também exigem um convênio entre a Receita Federal e o Comitê Gestor do IBS para fiscalização, e uma nota fiscal eletrônica e guia única de pagamento dos tributos.

O setor produtivo quer, antes da aplicação das multas pela Receita, a instituição de uma negociação intermediada por mediador independente (que será indicado pela autoridade administrativa). Esse mediador deverá propor uma proposta para pagamento, com abatimento no valor do principal, multas e juros, que poderá ou não ser aceito pelas partes. Se não houver acordo, a autuação será julgada pelas instâncias administrativas antes da cobrança.

As frentes parlamentares sugerem ainda que o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) passe a cuidar apenas de tributos exclusivamente de competência da União e não participe dos julgamentos sobre conflitos na CBS e IBS. Um novo tribunal administrativo de segunda instância seria criado especificamente para dirimir dúvidas sobre esses tributos.

A sugestão dos empresários é criar Câmaras Especializadas por Matéria (Caem), com composição paritária entre homens e mulheres, mandatos de cinco anos, renováveis por mais cinco, e seleção por prova técnica, com análise curricular e entrevista. A composição seria ímpar, para evitar os empates — que hoje são motivo de disputa entre contribuinte e o Fisco.

No caso do Carf, os julgadores são indicados de forma paritária entre a Receita e os contribuintes. A mudança criaria um corpo técnico específico e, em tese, não ligado a nenhum desses lados. "Tem menos pressão por parte dos julgadores das entidades que eles representam, que hoje a gente sabe que é um problema nos julgamentos", disse Lina. Os Caem seriam responsáveis por julgar todas as questões referentes ao IBS e CBS, de modo a evitar divergências de aplicação entre o tributo federal e o imposto estadual/municipal. ***(RDC e MR)***

Poderes Tese de enfraquecimento do presidente da Câmara estaria na origem de novo ataque

Lira chama Padilha de incompetente; ministro rebate com vídeo

Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto, Renan Truffi e Mariana Assis
De Brasília

Em uma nova escalada da crise com o responsável pela articulação política do governo federal no Congresso, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na quinta-feira (11) que o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), a quem considera um desafeto político, é incompetente.

O ataque de Lira foi contestado imediatamente pelo petista, que foi às redes sociais e publicou vídeo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fazendo elogios ao seu desempenho como articulador político. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não acompanhou o colega do Legislativo e destacou que é preciso buscar sempre as convergências.

Os novos ataques ocorreram um dia após a Câmara manter a prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), suspeito de ser um dos mandantes da execução da vereadora fluminense Marielle Franco (Psol-RJ) e do motorista Anderson Gomes em 2018. Um grupo de parlamentares da oposição e do Centrão articulou uma estratégia pela soltura do deputado fluminense, com o objetivo de enviar um recado de insatisfação com recentes ações do Supremo Tribunal Federal (STF) que tiveram congressistas como principal alvo.

Horas após a votação, uma interpretação que ganhou corpo em Brasília é que o desfecho representava um esvaziamento da força de Lira. Essa tese, de acordo com o presidente da Câmara, teria sido vazada pelo governo. Ele direcionou a acusação a Padilha.

"Essa notícia foi vazada do governo e, basicamente, do ministro Padilha, que é um desafeto, além de pessoal, um incompetente. Não existe partidarização. Eu deixei bem claro que ontem [quarta-feira] a votação foi de cunho individual, cada deputado responsável pelo voto que deu. Não tem nada a ver", disse Lira a jornalistas em visita à ExpoLondrina.

"É lamentável que integrantes do governo, interessados na estabilidade da relação harmônica entre os Poderes, fiquem plantando essas mentiras, essas notícias falsas que incomodam o Parlamento. E depois quando o Parlamento reage, acham ruim", completou.

Minutos após a entrevista, Padilha publicou um vídeo de um evento no Palácio do Planalto na quarta-feira (10), quando Lula reconheceu que o Palácio do Planalto teve dificuldades na relação com o Congresso, mas indicou que o auxiliar será mantido no cargo. "O Padilha tem o cargo mais espinhoso da Esplanada porque ele lida com o Congresso Nacional, e a demanda é muito grande. Ele está durando muito tempo no seu cargo e vai continuar pela competência dele. Essa relação [do governo com parlamentares] é muito boa no começo, mas depois não tem entrega pra fazer e começa um martírio".

A publicação não é à toa. O **Valor** apurou que o Palácio do Planalto já havia sido alertado, por interlocutores, que Lira iria fazer novos ataques ao ministro da articulação política.

Nos bastidores, aliados de Lira pontuam que o alagoano apenas repetiu críticas já conhecidas e que já teriam sido feitas publicamente. Eles acusam o ministro de fazer ataques apenas reservadamente.

Desde o ano passado e outros nomes do Centrão não escondem a irritação com Padilha por supostos acordos não honrados e tentativas de fazer "intrigas".

O rompimento entre Lira e Padilha, que já dura alguns meses, é considerado irreversível por quem conhece o estilo de fazer política do presidente da Câmara.

Diferentemente do colega de Legislativo, Pacheco defendeu a boa relação entre os Poderes. "Nós temos que evitar esses problemas. O Brasil já tem muitos problemas, temos que buscar sempre as convergências. Ninguém é perfeito, mas ninguém é tão mau assim. Temos que conviver com as divergências", respondeu Pacheco, ao ser indagado por jornalistas.

"Eu espero que a relação do Parlamento com o Executivo, especialmente com essa peça-chave que é o ministro Alexandre Padilha, possa ser a melhor possível". *(Colaborou Julia Lindner)*

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO — 26/3/2024

Lira: presidente da Câmara acusa ministro de vazar tese de enfraquecimento

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO — 12/9/2023

Padilha: ministro contesta crítica com vídeo elogioso de Lula à sua atuação

Judiciário Procuradoria espera conclusão da análise do material apreendido pela PF na operação que prendeu supostos mandantes

PGR diz ter elementos para denúncia no caso Marielle

DIVULGAÇÃO

Chateaubriand: vice-PGR é responsável pela análise do caso na Procuradoria

Isadora Peron e Luísa Martins
De Brasília

A Procuradoria-Geral da República (PGR) avalia já ter elementos para apresentar denúncia contra os mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol), mas vai esperar a conclusão da análise do material apreendido durante a operação deflagrada pela Polícia Federal (PF) em 24 de março.

Na ocasião, três pessoas foram presas sob a suspeita de ordenar e planejar o crime em 2018, que resultou também na morte do motorista Anderson Gomes: o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Domingos Brazão e o delegado Rivaldo Barbosa.

Na quarta-feira, a Câmara dos Deputados manteve a prisão preventiva de Chiquinho, confirmando a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Marielle e Anderson foram assassinados a tiros em 14 de março de 2018. As investigações foram marcadas por trocas de delegados e poucos avanços, até a PF assumir o caso, no início de 2023. Os policiais chegaram aos mandantes do crime após fechar delações premiadas com dois ex-policiais militares: Élcio de Queiroz e Ronnie Lessa, que confessaram ter participado da execução da vereadora.

Após a operação batizada de "Murder Inc", Moraes deu um prazo de 60 dias para que os investigadores apresentem a análise do material apreendido. Além das três prisões, foram cumpridos 12 mandados de busca e apreensão.

Na PGR, o caso está sendo tocado pelo vice-procurador-geral da República, Hindemburgo Chateaubriand. Interlocutores do órgão admitem a dificuldade de se chegar a uma prova cabal do assassinato, especialmente pelo fato de o crime ter ocorrido há mais de seis anos. Eles apontam, porém, que tudo que foi levantado pela PF até agora não deixa dúvidas em relação aos "autores intelectuais" do crime.

Essa dificuldade foi inclusive registrada pelos próprios investigadores, no relatório que embasou a determinação da prisão dos irmãos Brazão. "Diante do abjeto cenário de ajuste prévio e boicote dos trabalhos investigativos, somado à clandestinidade da avença perpetrada pelos autores mediatos, intermediários e executor, se mostra bem claro que, após seis anos da data do fato, não virá à tona um elemento de convicção cabal acerca daqueles que conceberam o elemento volitivo voltado à consecução do homicídio de Marielle Franco e, como consequência, de seu motorista Anderson Gomes", afirmou a PF no documento.

A corporação, contudo, argumentou que "a concatenação dos fatos trazidos pelos colaboradores, notadamente Ronnie Lessa, e a profusão de elementos indiciários revestidos de um singular potencial incriminador dos irmãos Brazão são aptos a atribuílos a autoria intelectual dos homicídios ora investigados".

Em sua delação, Lessa relatou três encontros com a família Brazão, que teriam sido intermediados por Edmilson de Oliveira, conhecido como Macalé. Não há, porém, provas que confirmem essas reuniões.

Também há lacunas na explicação do que motivou o assassinato de Marielle. A PF apontou que o crime seria uma resposta à atuação da então vereadora contra um esquema de loteamentos de terra em áreas controladas pela milícia na zona oeste do Rio de Janeiro. Na época, Chiquinho era colega de Marielle na Câmara de Vereadores.

O pagamento que Lessa teria recebido pelo crime também é um ponto pouco esclarecido. Segundo o delator, ele ganharia lotes em um empreendimento imobiliário. Mas, como apontou a PF, "não se assina contrato cujo objeto é a encomenda da morte de outrem". Os irmãos Brazão negam envolvimento no crime, assim como Barbosa.

Líder da soltura de Brazão, Elmar se fragiliza na disputa pela Câmara

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

A votação que manteve o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) na prisão fragilizou a candidatura do deputado Elmar Nascimento (União-BA) à presidência da Câmara e embolou o meio de campo dos três nomes mais ávidos na busca pelo apoio do governo: Antonio Brito (PSD-BA), Isnaldo Bulhões (MDB-AL) e Marcos Pereira (Republicanos-SP). Elmar liderou a votação em defesa de Brazão, Brito e Bulhões votaram contra e Pereira se ausentou.

Na contagem dos votos de cada partido, foi o PSD de Brito que saiu mais alinhado à tese vitoriosa, com 35 votos pela manutenção da prisão e apenas dois votos contrários. Foi seguido de perto pelo MDB de Bulhões, com 36 votos a seis. Ambos os partidos encaminharam a votação nesta direção. O Republicanos, de Pereira, liberou a bancada mas colheu 20 votos pela confirmação da prisão e oito contrários. Já o União só perdeu para o PL como o partido mais alinhado a Brazão, com 22 votos pela soltura e 16 contrários.

O erro de cálculo de Elmar foi apostar no corporativismo da Casa num tema tão sensível à opinião pública como a morte de Marielle Franco e Anderson Gomes. Expôs-se excessivamente, dificultou sua aceitação pela base governista e tornou-o excessivamente dependente da capacidade do atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) de fazer seu sucessor.

Não que Lira esteja completamente desprovido de capacidade de arregimentação. A aprovação, na véspera, de um dispositivo que permite ao governo antecipar a expansão do limite de gasto e liberar uma despesa extra de R$ 15,7 bilhões é creditada à articulação do presidente da Câmara. O governo cedeu em troca de um acordo para a votação do Perse, o programa emergencial do setor de eventos, e da volta da cobrança do Dpvat, seguro obrigatório de carro.

Na avaliação de lideranças tanto do PSD quando do MDB, as concessões, excessivas, foram guiadas pela insegurança gerada pela perda de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e não pelos bons números colhidos recentemente pela economia, como uma inflação mais baixa e um consumo das famílias melhor do que as expectativas.

Se a negociação da véspera levou o governo a ceder mais do que precisaria na preservação do arcabouço fiscal, o sucesso de Lira na articulação embaçou a percepção sobre as chances da disputa do dia seguinte, a prisão de Brazão, e estreitou as chances de Elmar.

Já o PSD teve um desempenho convincente para os governistas e espera ter um resultado nas eleições municipais que reforce a demanda do partido pelo comando da mesa. Pesa contrariamente ao partido a força excessiva que o presidente da legenda, Gilberto Kassab, teria se, além do favoritismo de seu aliado, Davi Alcolumbre (União-AP), no Senado, arrebanhar também a presidência da Câmara.

Se Lira não tiver força suficiente para fazer de Elmar seu sucessor, ainda parece ter votos para barrar Isnaldo Bulhões, de quem é adversário na política alagoana. O segundo nome mais palatável para o presidente da Câmara é o do seu vice na atual composição da mesa, Marcos Pereira.

A "bancada da milícia" como está sendo chamado o conjunto de parlamentares que votou pela soltura de Brazão revelou uma maciça presença de parlamentares da "bancada da bala". Dos 12 parlamentares que têm "delegado" ou "capitão" no nome adotado para fins eleitorais e registraram presença, sete votaram pela soltura, um se ausentou, outro se absteve e apenas três optaram pela permanência de Brazão na penitenciária federal de Campo Grande.

A repercussão negativa do voto desses parlamentares da "bancada da milícia" é o que move a sessão do Conselho de Ética. Usada para tentar demover os adeptos da manutenção da prisão, com o argumento de que é a Câmara e não o Supremo Tribunal Federal que cassa mandato de seus pares, a cassação agora será agendada para limpar a barra desses parlamentares junto à opinião pública

Atividade econômica
Indicadores agregados

	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23	jun/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,60	0,82	0,10	0,05	0,03	-0,57	0,29	0,27
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,3	-1,5	1,5	0,6	0,0	0,2	0,4	-0,4	0,0
Indústria de transformação	-	0,0	0,0	0,4	-0,1	0,2	-0,5	1,1	-0,4	-0,2
Indústrias extrativas	-	-0,9	-6,9	3,8	3,4	-0,5	6,2	-4,9	-1,3	2,9
Bens de capital	-	1,8	9,3	-0,4	-0,9	-0,3	-2,5	5,8	-7,4	-2,3
Bens intermediários	-	-1,2	-2,7	1,8	1,6	0,7	0,7	-0,4	-0,5	-0,3
Bens de consumo	-	1,3	-0,9	1,1	-0,1	-0,9	-1,7	2,4	1,4	0,3
Faturamento real (CNI - %)	-	2,4	0,3	1,8	0,7	-0,4	-0,9	1,3	-2,3	0,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,3	0,2	1,5	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8	0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	1,0	0,3	0,9	-0,1	0,9	0,6	1,0	0,8
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,0	2,8	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	2,7	-0,2	1,5	0,0	1,1	-0,4	0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,7	0,7	0,5	-0,2	-0,1	-1,4	1,0	0,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,6	0,1	0,3	0,5	-0,1	-0,3	0,1	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2	2,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300	29.600
Importações	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121	19.524
Saldo	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179	10.077

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
	Em %									Em R$	
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**3,53**	**2,16**	**1,80**	**1,22**	**0,20**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**12,32**	**6,91**	**5,46**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**8,45**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para abril projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central**

Inflação
Variação no período (em %)

	mar/24	fev/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice mar/24	Número índice fev/24	Número índice dez/23	Número índice mar/23
IBGE									
IPCA	0,16	0,83	1,42	4,62	3,93	6.869,14	6.858,17	6.773,27	6.609,67
INPC	0,19	0,81	1,58	3,71	3,40	7.064,43	7.051,03	6.954,74	6.832,32
IPCA-15	0,36	0,78	1,46	4,72	4,14	6.742,72	6.718,53	6.645,93	6.474,42
IPCA-E	0,36	0,78	1,46	4,72	4,14	6.742,72	6.718,53	6.645,93	6.474,42
FGV									
IGP-DI	-0,30	-0,41	-0,97	-3,30	-4,00	1.094,76	1.098,10	1.105,54	1.140,36
Núcleo do IPC-DI	0,27	0,42	1,07	3,48	3,64	-	-	-	-
IPA-DI	-0,50	-0,76	-1,84	-5,92	-6,79	1.270,47	1.276,92	1.294,35	1.362,96
IPA-Agro	0,92	-1,02	-1,59	-11,34	-11,56	1.756,96	1.740,99	1.785,32	1.986,71
IPA-Ind.	-1,02	-0,66	-1,94	-3,77	-4,89	1.073,32	1.084,36	1.094,53	1.128,55
IPC-DI	0,10	0,55	1,27	3,55	2,93	743,02	742,25	733,67	721,89
INCC-DI	0,28	0,13	0,68	3,49	3,36	1.095,74	1.092,69	1.088,31	1.060,12
IGP-M	-0,47	-0,52	-0,91	-3,18	-4,26	1.113,84	1.119,06	1.124,07	1.163,36
IPA-M	-0,77	-0,90	-1,75	-5,60	-7,05	1.310,88	1.321,06	1.334,20	1.410,30
IPC-M	0,29	0,53	1,41	3,40	3,14	726,53	724,46	716,46	704,38
INCC-M	0,24	0,20	0,68	3,32	3,29	1.093,50	1.090,87	1.086,15	1.058,65
IGP-10	-0,17	-0,65	-0,40	-3,56	-4,05	1.138,81	1.140,76	1.143,35	1.186,93
IPA-10	-0,40	-1,08	-1,06	-6,02	-6,77	1.352,24	1.357,71	1.366,78	1.450,40
IPC-10	0,48	0,62	1,56	3,43	3,50	732,11	728,64	720,87	707,37
INCC-10	0,27	0,10	0,76	3,04	3,21	1.078,34	1.075,47	1.070,21	1.044,81
FIPE									
IPC	0,26	0,46	1,18	3,15	2,87	683,22	681,45	675,27	664,14

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 1ª prévia abr/24 -0,25% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana abr/24 0,26%
0

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	fev/24 Valor	fev/24 % do PIB	jan/24 Valor	jan/24 % do PIB	fev/23 Valor	fev/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.693,6**	**60,91**	**6.565,1**	**60,06**	**5.706,7**	**55,70**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-28,1	-0,26	-37,0	-0,34	4,9	0,05
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-743,3	-6,76	-749,0	-6,85	-748,0	-7,30
Dívida fiscal líquida	**7.465,0**	**67,93**	**7.351,1**	**67,26**	**6.449,8**	**62,95**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.340,8	66,80	7.219,4	66,05	6.396,4	62,43
Dívida externa líquida	-647,2	-5,89	-654,3	-5,99	-689,7	-6,73
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.749,5	52,32	5.619,3	51,41	4.806,1	46,91
Governos Estaduais	841,2	7,66	842,3	7,71	807,5	7,88
Governos Municipais	53,5	0,49	54,0	0,49	36,3	0,35
Empresas Estatais	49,4	0,45	49,6	0,45	56,8	0,55
Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	**fev/24 Valor**	**fev/24 % do PIB**	**jan/24 Valor**	**jan/24 % do PIB**	**fev/23 Valor**	**fev/23 % do PIB**
Total nominal	**1.015,1**	**9,24**	**991,9**	**9,07**	**565,9**	**5,52**
Governo Federal**	846,6	7,70	818,0	7,48	458,1	4,47
Banco Central	77,9	0,71	86,3	0,79	75,9	0,74
Governo regional	83,0	0,76	80,4	0,74	25,0	0,24
Total primário	**268,2**	**2,44**	**246,0**	**2,25**	**-93,2**	**-0,91**
Governo Federal	-28,6	-0,26	-44,4	-0,41	-301,4	-2,94
Banco Central	0,7	0,01	0,6	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-15,2	-0,14	-18,4	-0,17	-58,4	-0,57

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mar/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2024	Janeiro-fevereiro 2023	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**164,9**	**148,2**	**11,33**	**56,5**	**48,1**	**17,37**
Imposto de renda pessoa física	5,6	4,7	19,54	2,9	2,4	21,28
Imposto de renda pessoa jurídica	80,2	78,3	2,37	21,2	20,4	3,83
Imposto de renda retido na fonte	79,2	65,2	21,50	32,3	25,3	27,91
Imposto sobre produtos industrializados	11,9	9,8	22,12	5,5	4,3	29,39
Imposto sobre operações financeiras	10,3	10,1	2,31	5,2	4,7	10,72
Imposto de importação	10,3	8,9	16,36	4,8	3,9	22,26
Cide-combustíveis	0,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	64,9	52,5	23,51	30,5	23,9	27,67
CSLL	43,7	39,2	11,53	11,0	10,4	5,45
PIS/Pasep	18,2	15,1	20,57	8,6	6,9	23,94
Outras receitas	142,4	127,0	12,06	64,2	56,7	13,15
Total	**467,2**	**410,7**	**13,74**	**186,5**	**159,0**	**17,31**
	fev/24 Valor**	**fev/24 Var. %***	**jan/24 Valor**	**jan/24 Var. %***	**fev/23 Valor**	**fev/23 Var. %***
ICMS - Brasil	**49,2**	**-18,56**	**60,4**	**-7,24**	**50,7**	**-9,74**
	jan/24 Valor	**jan/24 Var. %***	**dez/23 Valor**	**dez/23 Var. %***	**jan/23 Valor**	**jan/23 Var. %***
INSS	**51,7**	**-32,82**	**77,0**	**58,48**	**46,2**	**-33,50**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2023

Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
		No prazo legal		
1ª ou única	31/05/2023		-	Campo 7
2ª	30/06/2023		1,00%	
3ª	31/07/2023		2,07%	+
4ª	31/08/2023	Valor da declaração	3,14%	Campo 8
5ª	29/09/2023		4,28%	
6ª	31/10/2023		5,25%	+
7ª	30/11/2023		6,25%	Campo 9
8ª	28/12/2023		7,17%	

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/23 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de fevereiro*

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2023	Janeiro-fevereiro 2022	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita total	**470,7**	**431,7**	**9,05**	**189,4**	**160,4**	**18,05**
Receita Adm. Pela RFB**	320,7	288,6	11,11	120,3	101,3	18,81
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	100,1	94,8	5,61	47,9	46,1	4,01
Receitas Não Adm. Pela RFB	49,9	48,3	3,47	21,1	13,0	61,77
Transferências a Estados e Municípios	**98,5**	**91,6**	**7,52**	**56,9**	**53,0**	**7,29**
Receita líquida total	**372,2**	**340,1**	**9,45**	**132,5**	**107,4**	**23,36**
Despesa Total	**350,6**	**299,4**	**17,12**	**190,9**	**149,8**	**27,42**
Benefícios Precidenciários	140,7	134,1	4,92	71,7	68,1	5,41
Pessoal e Encargos Sociais	59,6	57,5	3,63	28,4	27,5	3,45
Outras Despesas Obrigatórias	78,7	43,8	79,68	51,6	21,0	145,60
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	71,5	63,9	12,00	39,2	33,3	17,60
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**21,6**	**40,7**	**-46,94**	**-58,4**	**-42,4**	**37,71**
Discriminação	**fev/24 Valor**	**fev/24 Var. %**	**jan/24 Valor**	**jan/24 Var. %**	**fev/23 Valor**	**fev/23 Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,2	-	0,8	-	-0,1	-
Discrepância estatística	0,8	-27,56	1,1	-140,57	1,6	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-57,8**	**-**	**82,0**	**-**	**-41,0**	**-**
Juros Noniminais	**-56,9**	**-21,18**	**-72,2**	**30,46**	**-57,8**	**23,20**
Result. Nominal do Gov. Central	**-114,7**	**-**	**9,7**	**-**	**-98,8**	**-**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Judiciário Instituições buscam combater voto de cabresto em áreas controladas pelo crime no Rio

TRE e MP adotam ações contra milícia nas eleições

Camila Zarur e Lucas Ferraz
Do Rio

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) estão tomando medidas preventivas contra ações de organizações criminosas nas eleições municipais de outubro. As duas instituições, em conjunto, criaram uma comissão para passar um pente fino nas candidaturas e tentar expurgar indícios de influência de milícias e facções criminosas no pleito deste ano. O TRE também retirou ao menos 50 locais de votação de regiões dominadas por milicianos no Estado.

A cientista política Mayra Goulart, professora da UFRJ e coordenadora do Laboratório de Partidos e Política Comparada, diz que ações como essas podem ter impacto positivo ao evitar a coação ou ameaças capazes de influenciar o resultado das urnas: "Se esses eleitores são obrigados mediante coerção violenta, isso tem que ser impedido. A democracia não é compatível com esse tipo de atuação", afirma.

A decisão do MP e do TRE, que busca evitar uma versão moderna do chamado voto de cabresto, foi tomada a partir de dados de inteligência da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e das polícias civil e militar do Estado. O trabalho envolve ainda o MP-RJ, o Ministério Público Federal (MPF) e a Guarda Municipal do Rio. "Estamos criando mecanismo para que as organizações criminosas não consigam se infiltrar nas Câmaras e prefeituras", disse, em comunicado no fim de março, o procurador-geral de Justiça do Estado, Luciano Mattos.

Em ascensão no Rio há décadas, grupos milicianos se fortaleceram, ampliaram domínio territorial e se infiltraram até mesmo em instituições do Estado e na política, tornando-se o centro da crise de segurança pública vivida pelo Estado. Nesta semana, uma guerra entre milícias rivais deixou um estudante universitário morto e três crianças baleadas em Seropédica, na Baixada Fluminense, na região metropolitana do Rio, onde existe o campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

De acordo com dados do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (Geni), da Universidade Federal Fluminense (UFF), 57,5% da capital fluminense estão nas mãos de milicianos. Essas áreas concentram-se na Zona Oeste, onde há a maior quantidade de eleitores. São, segundo o grupo de estudos da UFF, mais de 2 milhões de habitantes em bairros sob domínio de grupos paramilitares, o equivalente a 33,1% da população carioca.

> "Relação entre crime, política e polícia é fenômeno nacional"
> *Renato de Lima*

Especialistas dizem que para ter acesso ao eleitorado que vive nessas áreas muitas vezes os candidatos precisam ter relação com essas regiões ou se aproximar de quem tem trânsito nesses territórios. Goulart explica: "Uma das formas mais tradicionais de fazer política é ter ação dentro de um território específico. Essa ação ocorre por uma liderança proeminente ou por uma tradição associativa."

Esse vínculo, diz a especialista, pode se dar entre os representantes políticos e a própria milícia: "Embora não possa ser chamado de proeminente no sentido de legitimidade ou legalidade, o crime organizado atua no território e se torna essa figura", completa Goulart. Ela reforça que nem todos os políticos são envolvidos com a milícia. Alguns, afirma Goulart, têm posição de enfrentamento a esses grupos: "É difícil alguém que tenha uma trajetória de atuação no território não ter uma relação ou de confronto, ou de algum tipo de composição com essas forças".

Especialistas dizem que a proximidade entre políticos e milícias existe desde o surgimento desses grupos. Essa proximidade evidenciou-se no assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol) e do motorista Anderson Gomes, em março de 2018. As investigações levaram à prisão, em março, de Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), e Chiquinho Brazão (Sem partido-RJ), deputado federal, suspeitos de serem os mandantes do crime.

Junto com eles, o ex-chefe da Polícia Civil Rivaldo Barbosa também foi preso por ter orquestrado a morte da parlamentar e garantido impunidade, segundo as investigações. Os três negam envolvimento com o crime. "Nenhum desses personagens [do caso Marielle] são ilhas isoladas do resto do sistema político e da institucionalidade no Rio", diz o sociólogo Daniel Hirata, coordenador do Geni, da UFF. "Eles são os fios que apareceram nas investigações. Por isso é importante que o caso seja desdobrado de modo que se exponha toda a teia de relações de outros grupos políticos e agentes públicos que dão sustentação à milícia."

A situação atual remete à escalada de violência nos anos 2000, quando agentes e ex-agentes de segurança alegavam oferecer proteção aos moradores de bairros ou comunidades em que moravam e, em troca, pediam "contribuições". Com o tempo, passaram a cobrar taxas extras por serviços como coleta de lixo e fornecimento de gás, luz e internet. Essa estrutura, que deveria ser ofertada pelo Estado, tornou-se em alguns casos monopólio da milícia, que estabeleceu, com base em ameaças e extorsão, o controle de territórios da cidade.

O sociólogo Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, diz que a relação entre crime, política e polícia não é exclusiva do Rio, sendo um fenômeno nacional verificado em outros Estados como São Paulo, Espírito Santo, Amazonas e Acre.

'Milícia é controle territorial armado. E voto'

Lucas Ferraz
Do Rio

O sociólogo José Cláudio Souza Alves, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), tornou-se nos últimos anos um dos mais destacados especialistas do país na atuação das milícias. O tema, estudado por ele há mais de 30 anos, perpassa toda a história do caso Marielle Franco.

Carioca, 62 anos, Souza Alves vive no município onde está o campus da universidade, Seropédica, na Baixada Fluminense, uma "terra miliciana", como ele mesmo classifica. É autor de "Dos barões ao extermínio — Uma história da violência na Baixada Fluminense", livro seminal para entender o fenômeno miliciano que assola vários territórios do país (não somente o Rio) e que nasceu a partir de seu doutorado na Universidade de São Paulo (USP), no fim dos anos 1990.

Ao **Valor**, Souza Alves disse que o atual modelo criminoso no Rio nasceu na ditadura e que ele se transforma há seis décadas. A seguir, os principais trechos da entrevista.

DIVULGAÇÃO

Souza Alves: sociólogo é professor da UFRRJ, em Seropédica, território dominado por milícia na Baixada Fluminense

Valor: *Como a ditadura ajudou a moldar esse cenário criminoso que temos atualmente no Rio?*

José Cláudio Souza Alves: Os militares dão o golpe e precisam ter o controle maior em territórios que eram importantes, como a Baixada Fluminense. Naquele momento, em 1964, Nova Iguaçu [*na Baixada*] era a oitava cidade mais populosa do país. Eles sabiam que tinham que disputar esses territórios com a oposição de forma decisiva. E veio a decisão do controle armado, legal, com a estrutura do Estado, mas principalmente de forma ilegal, com os grupos de extermínio que vão surgir no final dos anos 60 e que vão dominar esses territórios. Com o discurso do bandido bom é bandido morto, que só será nomeado assim mais para a frente. Há uma estrutura econômica que se cola nessa prática, são empresários e comerciantes que querem manter seus negócios e ampliá-los. Eles vão financiar os grupos de extermínio para limpeza nas áreas onde têm os ganhos, assim a máquina vai funcionar. Isso nunca foi interrompido. Sempre houve essa aliança. Isso está na história do Brasil, é só olhar Canudos.

Valor: *Como isso foi mudando ao longo do tempo?*

Souza Alves: Quando a ditadura chegou ao ocaso, foi hábil ao lançar as pontes para continuar essa estrutura. Policiais deixaram de ser seus operadores e passaram a terceirizar para civis. Aconteceu na Baixada Fluminense. Civis que nos anos 1990, dez anos depois [*do fim da ditadura*], passam a se lançar vereadores, prefeitos, deputados estaduais. Então deu certo. Os policiais voltam, é o momento da milícia, a partir de meados dos anos 90, ela vai se configurar com um leque de ganhos na estrutura urbana de serviços, de bens e também de votos. A novidade agora, de novo, é a parceria com os civis, os acordos entre a estrutura policial militarizada por dentro do Estado e os civis que vêm do tráfico de drogas. É uma retomada do que vivemos nos anos 80. Outra grande novidade é que uma das facções que era inimiga número um dessa estrutura miliciana, o Comando Vermelho, passou a fazer alianças com a milícia. Essa estrutura evolui para estabelecer novos negócios, mostra como a situação é mais complexa e como os grupos armados estão mais fortes.

> "A situação agora é mais complexa, com novos negócios, e os grupos armados estão mais fortes"

Valor: *Na prisão dos três suspeitos de mandar matar Marielle, o nome de Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil do Rio, surpreendeu. Houve surpresa para o senhor?*

Souza Alves: Nenhuma. Lido com o assunto há 32 anos, essa estrutura sempre funcionou assim. O caso Marielle é exceção, ela era vereadora e a repercussão foi muito grande, eles foram obrigados a trazer isso à baila e apresentar essa resposta. No cotidiano do Rio de Janeiro, nessas dinâmicas de morte e de execuções, a estrutura da segurança pública sempre foi comprometida. Sempre analisei esse aspecto, mas na verdade as pessoas não querem aceitar. Quando todo mundo consegue ver, fica apavorado. Para a maior parte dos homicídios, não há investigação. A polícia não produz provas contra si, funciona assim há muito tempo. O caso Marielle é esse esquema funcionando, não vão investigar, vão desvirtuar, e isso faz parte do funcionamento desse grupo de poder.

Valor: *A conclusão da investigação o convenceu?*

Souza Alves: O material tem muita informação e coisas importantes, mas a Justiça não funciona baseado nisso, funciona à base de provas. Parece que a delação do Ronnie Lessa é a espinha dorsal, não sei como o sistema de Justiça vai tratar. Essa vai ser a questão daqui para a frente. Não sei se de fato esse processo vai levar à condenação dos indiciados. Tudo bem que em relação ao Rivaldo Barbosa e o Giniton Lages, os delegados, tem alguma coisa. Agora, de fato, pegar os outros dois [*os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão estão presos suspeitos de serem os mandantes*] com provas além da delação premiada do Lessa... Fico feliz que tenham chegado a dois nomes que, efetivamente, acho que estão vinculados. Não tenho certeza se a Justiça vai chegar à conclusão de que são eles e condená-los.

Valor: *Há um temor sobre o processo Marielle, muita gente questiona se as provas vão levar à condenação dos suspeitos de serem os mandantes do crime. Se o processo cair, como isso afetará o combate ao crime?*

Souza Alves: Vamos entrar num buraco ainda mais fundo, vai provar que todo trabalho foi inútil. Vai ser uma desgraça, aí que não se avança em mais nada. O eixo central é político. Milícia é controle territorial armado, um controle minucioso, econômico, para os negócios operarem ali. E é voto, ela dá muito voto. E voto todo mundo quer. A milícia é um meio político no Rio e no Brasil. Não é igual no país todo, mas é a mesma dinâmica: grupos econômicos e políticos vão se servir da estrutura de grupos armados, de controle territorial, de controle de voto. Esse modelo nasce na ditadura, são seis décadas desse aparato. Estamos numa situação, politicamente falando, muito desfavorável para alterar uma estrutura imensa que funciona há tanto tempo, com tanto poder e que dá benefício a todo mundo que se aproxima. Os milicianos avançam, nessas eleições municipais vão explodir, eles ampliam cada vez mais.

> "Reformar a polícia é ilusão. Quem nomeia o chefe? Sem alterar a estrutura política por trás, não muda"

Valor: *O governo Lula se empenhou no caso Marielle; um enfrentamento estrutural etá entre as prioridades?*

Souza Alves: A conjuntura é desfavorável. A segurança pública em si é essa barbárie cotidiana, principalmente em cima de gente frágil. A Marielle não era o caso, mas acabou sendo por conta da disputa. Acho que ela nunca percebeu. De 2008, da CPI das Milícias, onde ela trabalhou, até dez anos depois, quando é assassinada, ela não percebeu essa evolução. As lideranças do Psol não identificaram o risco que isso representava. A cada período esses grupos estão evoluindo mais, as pessoas não percebem pois eles sabem trabalhar muito bem, estão protegidos por dentro das instituições. Vai ter que confrontar interesses, se expor e ter prejuízo. Não dá para fazer política no conforto, batendo nas costas do matador que está do seu lado. Agora, o mundo real também é o mundo cão. Os pobres e miseráveis querem ir para o tráfico, para a milícia, porque dá dinheiro. Quanto mais tempo passar, mais essa estrutura se fortalece e se amplia.

Valor: *Flávio Dino, ministro do STF, classificou o cenário do Rio de "ecossistema criminoso". A conclusão do caso Marielle expõe a Polícia Civil do Estado, mas ela atuaria sem outras cumplicidades?*

Souza Alves: O Poder Judiciário é o mais protegido e blindado. A Polícia Civil é parte dessa estrutura judiciária. Quanto mais você sobe nessa hierarquia, mais vê a capacidade de se proteger. Então por onde a gente vai? Não sei. Quem tem armas no Brasil é a polícia, a milícia, militares e o tráfico. A população quer entrar nisso para ganhar um trocado, inclusive a população vota nessa estrutura para continuar ganhando um trocado. Quem poderia fazer uma revolução não vai fazer, vai manter a estrutura como está para ganhar dinheiro. Estamos encurralados. Quando se fala em legalizar as drogas, você tiraria essa repressão imensa e não impulsionaria o preço do mercado de drogas do jeito que está hoje. Se fizer isso, desmonta toda uma estrutura de ganhos das facções, da milícia, da polícia e de todos que mamam na estrutura da guerra às drogas.

Valor: *Reformar a polícia não é uma solução?*

Souza Alves: Há colegas do mundo acadêmico que acreditam nisso. Há uma versão hegemônica dentro da academia que fala em reformar o Estado, tornar a polícia mais popular, criar uma polícia comunitária ou de aproximação, usam esses termos. Criamos a ideia da necessidade da estrutura policial que vai nos redimir e salvar. É uma ilusão, os policiais estão envolvidos em estruturas milicianas, ganham em cima do crime, do controle armado sobre os territórios. Quem nomeia o secretário de Segurança Pública, o chefe da Polícia Civil ou da Militar? É a política. Se não alterar a estrutura política por trás, não muda.

Leite e Tatto serão ouvidos em apuração sobre PCC

Cristiane Agostine
De São Paulo

O presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (União), e o deputado federal e ex-secretário municipal de Transportes Jilmar Tatto (PT) foram incluídos como testemunhas na investigação que apura o uso de empresas de ônibus em São Paulo pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) para lavar dinheiro do crime organizado. Leite e Tatto serão ouvidos pelo Ministério Público de São Paulo, no âmbito da operação "Fim da Linha", deflagrada na terça-feira (9).

O pedido de depoimento dos dois parlamentares foi feito em uma das denúncias oferecidas pelo MP-SP contra dez pessoas ligadas à empresa de ônibus Transwolff, investigada pelos supostos crimes de participação de organização criminosa, lavagem de dinheiro, apropriação indébita e extorsão. Leite e Tatto afirmaram que estão à disposição para prestar esclarecimentos.

Além da Transwolff, a Upbus também é investigada. Em 2023, as duas companhias receberam mais de R$ 800 milhões da prefeitura.

Segundo a apuração, o presidente da Câmara tem ligações com o dono da Transwolff, Luiz Carlos Efigênio Pacheco. Conhecido como Pandora, Pacheco foi preso durante a Operação "Fim da Linha" sob acusação de participar do esquema de lavagem de dinheiro.

Em relação a Jilmar Tatto, o MP busca esclarecimentos sobre como a Transwolff venceu a licitação e passou a operar na capital no período em que o petista era secretário de Transporte, durante a gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016). Em 2015, a prefeitura lançou um edital do transporte público e a empresa venceu a licitação para operar em lotes que estavam sob a responsabilidade da Cooperpam, cooperativa supostamente ligada à facção criminosa.

Investigações do MP-SP apontam que a Transwolff teria recebido R$ 54 milhões do PCC para participar da licitação na capital.

Na licitação mais recente, em 2019, a Transwolff foi a única a apresentar proposta para operar em sua área da zona sul — região de influência tanto de Milton Leite quanto da família Tatto e do prefeito Ricardo Nunes (MDB). Na prefeitura, a empresa é responsável também por ônibus elétricos e pelo transporte de barco na zona sul, o Aquático, que ainda não está em operação. O MP apontou irregularidades na proposta e uma decisão judicial paralisou o projeto.

As duas empresas investigadas sofreram intervenção da prefeitura, que ficará responsável pela gestão e operação das companhias.

Poderes Cai eixo principal do projeto, que pretendia sepultar a permissão para que detentos saíssem da cadeia quatro ou cinco vezes por ano

Governo veta fim da 'saidinha' de presos para visita familiar

Renan Truffi, Mariana Assis e Raphael Di Cunto
De Brasília

O governo Luiz Inácio Lula da Silva decidiu vetar o trecho central do projeto de lei que busca acabar com as saídas temporárias da prisão para condenados no regime semiaberto, as chamadas "saidinhas". O anúncio foi feito nessa quinta-feira pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, que, num aceno a segmentos religiosos, justificou a decisão do governo ao dizer que o direito à visita familiar dos presos é um "valor cristão".

Na prática, o governo barrou o eixo principal do projeto. Isso porque a intenção dos parlamentares era sepultar a permissão para que detentos pudessem sair da cadeia — quatro ou cinco vezes por ano por até sete dias seguidos, geralmente em datas comemorativas e feriados — para visitar a família ou participar de atividades de ressocialização.

"Estamos sugerindo simplesmente o veto à proibição de visitar as famílias nos feriados porque a família é um valor do ponto de vista cristão", explicou.

Além de menção à questão religiosa, Lewandowski argumentou que barrar essa prerrogativa é, na interpretação dele, uma medida inconstitucional. "Nós entendemos que a proibição atenta a valores fundamentais da Constituição", explicou em pronunciamento à imprensa.

No anúncio, o ministro da Justiça admitiu que o governo não tinha intenção de vetar também a saída temporária para atividades de ressocialização — o que inclui também visitas a centros acadêmicos, escolas e trabalho remunerado —, mas explicou que isso não foi possível porque ambas as possibilidades foram incluídas pelos congressistas no mesmo artigo do projeto.

"O veto do presidente atinge, por arrastamento, o artigo que trata da possibilidade de os presos saíram para atividades que facilitem sua ressocialização e seu convívio social", explicou.

Na avaliação de especialista ouvidos pelo **Valor**, não seria possível dissociar a ressocialização em si do direito à visita familiar.

"Não há que se falar em separação [entre direito à visita familiar e atividades de ressocialização] porque a visita familiar é uma espécie do gênero ressocialização, sendo a ressocialização um dos núcleos centrais da finalidade da pena", explicou Bruno Borragine, sócio na área penal da Bialski Advogados.

Segundo o advogado, com isso, continuam permitidas saídas temporárias para atividades sociais além da visita a familiares. "De fato, o ministro acertou quando deixou claro que, em termos práticos, haverá possibilidade de tanto do interno visitar sua família quanto frequentar atividades laborais que visem sua ressocialização", complementou.

Numa tentativa de atenuar o veto, Lewandowski buscou enfatizar, por outro lado, o fato de o Palácio do Planalto ter "preservado" todas as outras sugestões de endurecimento penal propostas pelos congressistas em relação à "saidinha". Como exemplo, ele citou a questão da exigência do uso de tornozeleira eletrônica e também a restrição a que pessoas condenadas por crimes hediondos sejam beneficiadas por esse tipo de medida.

"Nós preservamos todas as outras restrições estabelecidas pelo Congresso Nacional, como o uso de tornezeleiras eletrônicas. E o presidente também vai sancionar uma restrição bastante drástica, na minha opinião, que diz que todos aqueles que tenham praticado crime hediondo não terão direito à saída temporária", ponderou.

Segundo Lewandowski, da forma como o texto será sancionado, o número de presos beneficiados com a saída temporária deve ser "bastante limitado" no Brasil. "Esse número de pessoas contempladas [pela saidinha] se resume a 118 mil homens e mulheres", enfatizou.

A questão do veto ao projeto foi discutido entre Lula e o ministro da Justiça numa reunião na terça-feira, mas a decisão em si estava prevista para ser publicada em edição extra do "Diário Oficial da União" (DOU) de quarta-feira, o que não aconteceu até o fechamento desta edição.

Antes da decisão de Lula, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que é preciso respeitar a decisão do Executivo, mas defendeu a decisão dos parlamentares pela aprovação do projeto e não descartou que o Congresso opte pela eventual derrubada do veto presidencial no futuro.

Apesar de todas as ponderações feitas pelo ministro da Justiça, a bancada da bala já anunciou que vai trabalhar para derrubar o veto. O presidente do grupo, deputado Alberto Fraga (PL-DF), tem dito desde a votação que o placar da aprovação da proposta indica que há apoio suficiente para isso. Segundo ele, esse recado já havia sido levado, inclusive, ao próprio Lewandowski.

Na Câmara, foram 311 votos favoráveis e 98 contrários ao projeto. Para derrubar o veto, serão necessários 257 votos.

No Senado, o texto foi aprovado por 62 votos a 2, com apoio inclusive de parte do PT. A rejeição ao veto depende do apoio de 41 senadores. Embora esteja prevista sessão do Congresso para quinta-feira, dia 18, o veto ainda não deve entrar na pauta.

O assunto vem preocupando o Palácio do Planalto já que se trata de um tema que costuma engajar o eleitorado bolsonarista e parte do Centrão, bloco que comanda a Câmara dos Deputados.

REPRODUÇÃO DA TV

Lewandowski à imprensa: "Nós entendemos que a proibição atenta a valores fundamentais da Constituição"

Pesquisa mostra disputa pelo espólio de Bolsonaro

César Felício e Renan Truffi
De Brasília

Pesquisas Quaest/Genial divulgadas na quinta-feira (11), realizadas em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, quatro Estados governados por aliados do bolsonarismo, mostram que a herança do espólio eleitoral do ex-presidente Jair Bolsonaro, inelegível após condenação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), está em aberto. As pesquisas mediram o potencial de voto para presidente em uma lista de candidatos, em relação à qual o eleitor indicou se poderia votar ou se rechaçaria o nome. Neste tipo de levantamento, o eleitor pode indicar mais de um nome com potencial para ter voto ou rejeição.

Bem avaliados, todos os governadores lideram em potencial nos Estados em que governam, suplantando Lula com folga. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) tem rejeição equivalente à do marido.

Os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de Minas, Romeu Zema (Novo), do Paraná, Ratinho Junior (PSD), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União), têm o maior potencial de voto em seus próprios Estados, mas são ultrapassados por Lula, pelo próprio Bolsonaro, por Michelle e pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), nos demais.

Em todos os casos, contudo, a rejeição a Lula, Bolsonaro, Michelle e Haddad suplanta 40%, o que não acontece com os governadores, populares em sua base e pouco conhecidos fora delas.

A melhor situação dentro do bolsonarismo é a de Tarcísio, que lidera no Estado que governa e consegue mais de 20% de possível voto nos demais, sempre com baixa rejeição. Nenhum outro governador consegue 20% fora de casa.

A aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) supera a desaprovação nos dois principais colégios eleitorais do país (São Paulo e Minas Gerais), segundo a pesquisa. Lula consegue aprovação significativamente superior à votação obtida por ele nesses colégios eleitorais no segundo turno de 2022, contra Bolsonaro.

Lula consegue 50% de aprovação em São Paulo, ante 48% de reprovação, e 52% em Minas Gerais, ante 47% de desaprovação. São Paulo representa cerca de 20% do eleitorado brasileiro e Minas, 10%.

Em São Paulo, Lula perdeu para Bolsonaro por 11 pontos percentuais (55% a 44%). Em Minas Gerais, o presidente venceu, mas pela estreita margem de 50,2% a 49,8%.

Os levantamentos da Quaest mostram ainda um resultado relativamente bom para o presidente em Goiás, onde Lula é desaprovado por 50% e aprovado por 49%. Em 2022, o petista ficou com 40%, ante 59% para o adversário.

Mesmo no Paraná, onde o levantamento mostrou Lula desaprovado por 54%, ante 44% de aprovação, há uma melhora relativa em relação ao segundo turno de 2022. Na ocasião, Lula teve 38% de votos, ante 61% de Bolsonaro.

O bom resultado de avaliação de Lula foi registrado pelo pesquisador do Quaest, Felipe Nunes. "Percebemos que Lula tem conseguido ampliar a aprovação do seu governo para além dos votos que obteve em 2022, mesmo em Estados onde perdeu a eleição", afirmou Nunes, em redes sociais. A pesquisa foi bem recebida no Palácio do Planalto, onde petistas usaram o mesmo argumento.

MARCELO S.CAMARGO/GOVERNO DO ESTADO DE SP/4-4-24

Tarcísio de Freitas: o governador de São Paulo lidera projeções de voto em seu Estado e ainda teria 20% em outros

O dado negativo para o presidente é que em todos os Estados há uma percepção de piora acentuada da economia em relação aos últimos 12 meses. Em São Paulo, esta foi a percepção de 42% dos pesquisados, ante 23% que veem melhora. Em Minas, a sensação de piora foi ainda maior, de 45% a 23%. Em Goiás, a diferença fica entre 45% de piora e 24% de melhoria. Paraná mostra a percepção mais adversa para o presidente, de 49% a 21%.

A pesquisa foi encomendada pela Genial Investimentos e ouviu eleitores com 16 anos ou mais entre os dias 4 e 7 de abril.

O levantamento apurou também a percepção dos eleitores sobre as gestões dos governadores dos quatro Estados. Caiado é o mais aprovado dentro do seu próprio Estado entre os governadores cogitados para herdar o apoio de Bolsonaro.

Há diferenças entre os levantamentos e na própria situação dos governadores. Ao contrário dos demais, Tarcísio está em seu primeiro mandato. A margem de erro da pesquisa no Paraná e em Goiás é de 2,9 pontos percentuais. Em São Paulo, é de 2,4 pontos percentuais e em Minas de 2,5 pontos percentuais.

Tarcísio e Zema empatam com a aprovação de 62% dos seus eleitores, mas ficam atrás de Ratinho Junior (79%) e de Caiado (86%).

A questão da segurança pública é um diferencial positivo de Caiado. 53% dos goianos avaliam de forma positiva neste quesito a gestão do governador, ante 17% que o fazem de forma negativa.

Segurança é uma das áreas em que Tarcísio demonstra mais fragilidade. A avaliação positiva (33%) quase empata com a negativa (31%).

Tarcísio é o único dos quatro que pode se apresentar à reeleição nas eleições de 2026. Em contrapartida, um dado regional torna o governador de São Paulo o mais competitivo entre os quatro para uma eleição presidencial: São Paulo isoladamente representa um em cada cinco eleitores do país, o dobro de Minas Gerais, seis vezes mais do que Goiás e quatro vezes mais do que o Paraná.

Wagner atua para regulamentar uso da cannabis medicinal

Julia Lindner
Brasília

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), atua pessoalmente por um projeto de lei que regulamente o uso e a produção da cannabis para fins medicinais no país. Wagner defende o tema como uma contrapartida ao avanço da proposta de emenda à Constituição (PEC) que criminaliza a posse e o porte de qualquer quantidade de drogas.

A PEC das Drogas — que já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e aguarda votação em plenário — é uma reação do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que flexibiliza o porte da maconha para uso pessoal.

Na terça-feira (9), Wagner conseguiu aprovar um requerimento para um debate público sobre o tema com especialistas no assunto, entre eles o médico Drauzio Varella e o conselheiro Ubiracir Lima, do Conselho Federal de Química. A audiência ocorrerá na segunda (15), no plenário da Casa.

Na semana passada, Wagner também levou representantes de entidades que defendem a flexibilização das drogas para uma audiência fechada com Pacheco. Eles saíram do encontro com a garantia de que a audiência para discutir o uso medicinal da cannabis seria realizada antes da deliberação da PEC.

Participaram da conversa representantes de entidades como Conectas, Plataforma Brasileira de Política de Drogas, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Wagner argumenta que, se de um lado Pacheco busca manter o endurecimento das regras para o uso recreativo de drogas, do outro pode permitir as discussões sobre o aproveitamento da substância para o tratamento de doenças, como a epilepsia.

> "Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa"
> *Carlos Portinho*

Diferentemente da PEC das Drogas, que tem forte convergência na oposição, o PL que libera o uso medicinal da cannabis tem respaldo até mesmo entre parte da ala mais conservadora.

O líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), diz que o debate tem chance de evoluir "sem a mesma polêmica" da PEC das Drogas. "São debates completamente diferentes, que devem ser tratados separadamente", declarou Portinho ao **Valor**.

"Eu não tenho purismo para essa discussão, não. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. O uso medicinal é controlado, então tem como você saber quem está plantando, quem está vendendo", acrescentou.

Um PL de autoria da senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) que trata da regulamentação do uso da cannabis, desde o cultivo até a comercialização e prescrição, aguarda designação de relator desde novembro de 2023.

Na justificativa, a senadora destaca que estudos indicam que o canabidiol apresenta ação ansiolítica, antidepressiva, antiinflamatória, antioxidante, anticonvulsivante e analgésica.

"A regulação da cadeia produtiva da cannabis para fins medicinais, industriais e científicos, em nosso país, trará inúmeros benefícios aos brasileiros, tanto aos pacientes, no que se refere ao acesso, ao custo e à qualidade dos produtos terapêuticos dela derivados, quanto ao impacto favorável, oportunidades e avanços para o setor industrial", diz Gabrilli no projeto.

"A regulação da cannabis contribuirá para um maior desenvolvimento técnico e científico do país, pois manter a atual situação de ilegalidade inibe as pesquisas nacionais e mantém o Brasil em situação de atraso e dependência tecnológica. Não se pode furtar os brasileiros dos benefícios das pesquisas e dos avanços medicinais e industriais possíveis com a regulamentação da cadeia produtiva da cannabis. É contrassenso pensar em tanto potencial e permanecer como mero espectador, enquanto o mundo todo protagoniza os êxitos dessa regulamentação."

A Anvisa permite desde 2015 a importação de produtos à base de cannabis.

Cenário Preços ao consumidor estão subindo rapidamente e na hora errada para presidente dos EUA

Inflação ameaça plano eleitoral de Biden

James Politi e Claire Jones
Financial Times, de Washington

Um novo aumento da inflação nos EUA está minando a mensagem de reeleição de Joe Biden, ameaçando o esforço do presidente para defender seu histórico econômico em uma fase crucial da campanha contra Donald Trump.

O aumento anual de 3,5% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) em março seguiu-se a uma alta de 3,2% em fevereiro e de repente tornou mais difícil para Biden argumentar que a inflação continua em uma trajetória firme de queda desde que atingiu o maior nível em várias décadas no terceiro trimestre de 2022.

Se os números da inflação continuarem aumentando nas próximas semanas, isso poderá também levar o Federal Reserve (Fed), o banco central americano, a adiar os cortes nas taxas de juros que trariam alívio a muitas famílias americanas, que vêm pagando caro pelos empréstimos contraídos.

Embora a economia tenha criado mais de 15 milhões de empregos no governo Biden, o aumento da inflação durante seu mandato provocou dúvidas sobre a maneira como ele vem conduzindo a economia e continua sendo uma de suas maiores fraquezas políticas no caminho para as eleições de novembro.

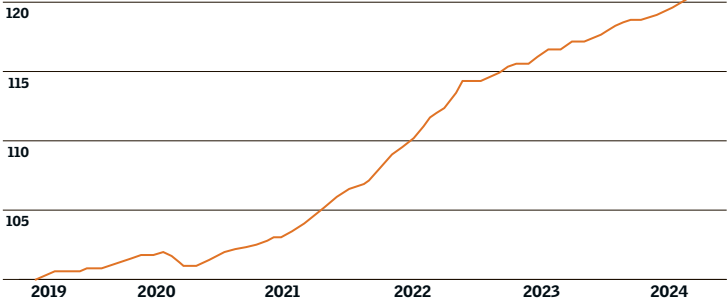
Desde que Biden chegou à Casa Branca, em 2021, os preços ao consumidor subiram 19%.

Durante entrevista conjunta com o premiê do Japão, Fumio Kishida, também na quarta-feira, Biden disse que ainda acredita que o Fed — que tem uma meta oficial de inflação de 2% — reduzirá os juros este ano. "Isso poderá atrasar um mês ou mais", afirmou ele.

Nas pesquisas nacionais de intenção de voto, Biden recuperou algum terreno sobre Trump nas últimas semanas, depois que o ex-presidente manteve uma pequena vantagem no começo do ano. A disputa agora está empatada, segundo a média das pesquisas da Realclearpolitics.com.

Mas o perigo político para o presidente é significativo. O IPC subiu 18,9% desde que ele assumiu o cargo em janeiro de 2021.

Qualquer estagnação no processo de redução da inflação poderá ameaçar um avanço de Biden a apenas sete meses das eleições. "As pessoas ainda sentem que os EUA estão com um problema significativo com a inflação", disse ao "Financial Times" Larry Summers, professor da Universidade Harvard e ex-secretário do Tesouro dos EUA. "Seja por se lembrarem do passado, ou porque os juros altos aumentaram o custo do dinheiro, as pessoas ainda sentem que a inflação não está totalmente sob controle."

Sob Biden, inflação subiu 19%
Preços ao consumidor (Janeiro de 2021=100)

Fonte: Federal Reserve / FT

Os republicanos aproveitaram os dados mais altos da inflação para atacar as políticas econômicas de Biden. "Claramente há uma falta de conexão enorme entre a Casa Branca e a narrativa deles de que a economia está forte e o custo de vida exorbitante que os americanos estão experimentando", disse em uma entrevista Andy Barr, um membro republicano por Kentucky da Câmara dos Deputados. "A crise inflacionária deste governo continua dolorosa e persistente", acrescentou ele.

Os assessores econômicos de Biden insistem que sua prioridade é combater o ressurgimento das pressões sobre os preços e propuseram políticas elaboradas especialmente para reduzir as despesas das famílias americanas.

O presidente falou sobre os esforços no discurso sobre o Estado da União, no mês passado, e desde então repetiu a mensagem em vários eventos.

"Vamos manter a cabeça baixa e seguir lutando para reduzir os custos de tudo — dos medicamentos sob prescrição até taxas indevidas e os custos com moradia e cuidados infantis", disse Jared Bernstein, presidente do Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca.

As autoridades do governo Biden também estão confiantes de que a inflação ainda poderá ser domada. Janet Yellen, secretária do Tesouro e ex-presidente do Fed, disse à CNBC na segunda-feira que sua "expectativa" é de que a inflação diminua com o tempo. "Tenho esperança de que certamente conseguiremos chegar nos 2%", disse ela, em uma referência à meta oficial de inflação do Fed.

Mas outros problemas estão surgindo — especialmente se os preços da gasolina, algo politicamente sensível, continuarem aumentando. Um galão (3,7 litros) de gasolina comum estava custando US$ 3,62 na quarta-feira, número que era de US$ 3,39 há um mês. O aumento mensal de 1,7% em março deu grande contribuição para o índice mais alto da inflação.

Um porta-voz da Casa Branca disse que os preços da gasolina nas bombas estão "bem abaixo do pico de 2022" e afirmou que as autoridades "sempre observam atentamente o mercado e as tendências". O governo está "empenhado em reduzir os preços nas bombas", disse o porta-voz, observando que a produção de petróleo dos EUA atingiu um recorde.

Mas o aumento dos custos dos combustíveis sempre foi um problema para os presidentes americanos e sob Biden a gasolina no geral está muito mais cara do que durante o mandato de Trump.

Mike Lux, um estrategista democrata, disse que "a inflação tem sido um desafio [durante a campanha] e continuará sendo". Mas, afirma ele, eleitores estão começando a atribuir a culpa às grandes companhias e não a Biden.

"Eles estão entendendo muito bem que a principal causa da inflação é a ganância corporativa e a manipulação dos preços", disse Lux. "Acho que a campanha de Biden e de outros democratas pode atacar com força esse assunto e contar uma história convincente."

Biden acena a Filipinas e Japão para aliança contra Pequim

AL DRAGO/BLOOMBERG

O presidente dos EUA, Joe Biden, empenhado em conter a influência da China na Ásia, recebeu ontem os líderes das Filipinas e do Japão para uma reunião trilateral em Washington. Biden considera a China como potência com intenção e capacidade para alterar a ordem global e ameaçar a estabilidade regional — principalmente no que diz respeito à tensão com Taiwan. O presidente filipino, Ferdinand Marcos Jr., e o premiê do Japão, Fumio Kishida, ouviram de Biden que os EUA estão dispostos a apoiar as duas nações na região do Mar do Sul da China, palco de disputas que envolvem também outras nações asiáticas. Filipinas e China disputam a posse de um banco de recifes na região, conhecido como Segundo Atol de Thomas e área econômica importante. Na véspera, também com atenções voltadas para China e Rússia, Biden e Kishida renovaram os pactos de defesa. Na foto, Marcos Jr. (à esq.), Biden (centro), e Kishida chegam à Casa Branca para reunião.

Morre O.J. Simpson, ex-atleta marcado por fama e suspeita

Agências internacionais

O astro e ex-jogador de futebol americano, O.J. Simpson, que acabou julgado — e considerado "não culpado" — pela acusação de matar a ex-mulher e um amigo dela nos anos 90, morreu aos 76, em decorrência de complicações de um câncer de próstata. A informação foi transmitida ontem pela família por meio de um comunicado.

"No dia 10 de abril, nosso pai, Orenthal James Simpson, sucumbiu à batalha contra o câncer. Ele estava cercado por seus filhos e netos. Durante este período de transição, a família pede respeito a seus desejos de privacidade", disse o comunicado divulgado nas redes sociais.

Simpson evitou a prisão quando foi considerado "não culpado" pelo assassinato a facadas em 1994 de sua ex-mulher Nicole Brown Simpson e seu amigo Ronald Goldman em Los Angeles.

Ele posteriormente cumpriu nove anos em uma prisão de Nevada após ser condenado em 2008 por 12 acusações de roubo à mão armada e sequestro de dois negociantes de artigos esportivos em um hotel de Las Vegas — essas acusações não estavam relacionadas aos crimes de 1994.

Apelidado de "The Juice", Simpson foi um dos melhores e mais populares atletas do final dos anos 60 e 70. Após uma carreira de recordes na NFL com o Buffalo Bills e San Francisco 49ers, ele foi incluído no Hall da Fama do Futebol Americano Profissional.

Após encerrar sua carreira como atleta, começou a se destacar como ator, ampliando sua fama convertendo-o em uma grande celebridade nos Estados Unidos.

Essa realidade mudou quando sua ex-mulher e Goldman foram encontrados mortos a facadas no do lado de fora da casa dela, em Los Angeles. Simpson rapidamente surgiu como suspeito no caso, que foi um marco midiático e motivou diversas produções sobre o assunto, como o filme "OJ: Made in America", que recebeu o Oscar de melhor documentário em 2017.

POOL VIA AP

Simpson, na foto tentando calçar luvas em julgamento de 1995, lutava contra câncer de próstata

Réu do "julgamento do século", Simpson atraiu a atenção de milhões de telespectadores americanos — em um caso gerou debates sobre raça, gênero, violência doméstica, justiça de celebridades e má conduta policial.

As evidências encontradas no local — como pegadas e uma luva ensanguentada — pareciam esmagadoramente contra Simpson. Em uma das imagens mais icônicas do processo, o réu tentou calçar as luvas a pedido da equipe de acusação.

"Eles são muito pequenas", foram as únicas palavras pronunciadas por Simpson no julgamento. Ele acabou sendo considerado "não culpado" pelo júri.

Economia global tem década morna, diz FMI

Agências internacionais

A economia global enfrenta uma década de "crescimento morno" e "descontentamento popular", mas uma tão temida recessão será evitada, afirmou a diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva.

"A realidade preocupante é que a atividade global é fraca segundo os padrões históricos e as perspectivas de crescimento têm desacelerado desde a crise financeira global", disse Georgieva ontem.

Segundo ela, "a inflação não foi totalmente derrotada, as reservas orçamentárias foram esgotadas e a dívida aumentou, representando um grande desafio para as finanças públicas em muitos países".

Combater os elevados níveis de dívida seria difícil num ano em que há um número recorde de eleições pelo mundo e num momento de maior ansiedade "devido à incerteza excepcional e a anos de choques", disse ela, acrescentando que as tensões geopolíticas "aumentam os riscos de fragmentação da economia mundial".

Em discurso no Atlantic Council, um centro de estudos de temas internacionais com sede em Washington, a diretora do FMI disse ainda que sem medidas para aumentar a produtividade e reduzir o peso da dívida, o mundo lida com "uma década lenta e decepcionante", um período que ela rotulou como os "anos 20 mornos".

Na semana que vem, Georgieva recebe chefes de bancos centrais e ministros das finanças em Washington, para reuniões do FMI e do Banco Mundial. A expectativa é que ela obtenha apoio para um novo mandato, a partir do segundo semestre. Também na semana que vem, o fundo publicará projeções atualizadas que, segundo ela, mostrarão um quadro melhor do que o que foi apresentado nas projeções divulgadas em janeiro. Na época, o FMI disse que o PIB global permaneceria em 3,1% em 2024 e aumentaria para 3,2% em 2025.

O forte crescimento nos EUA e nas grandes economias em desenvolvimento, como Indonésia e Índia, além de uma queda da inflação mais acentuada do que o esperado no final de 2023, ajudaram a impulsionar a economia global.

Por outro lado, o principal fator que levou a um crescimento mais fraco foi uma redução significativa da produtividade. Embora juros mais elevados tenham sido eficazes contra a inflação, também afetaram custos do serviço da dívida dos governos. "Nas economias avançadas, excluindo os EUA, os pagamentos de juros sobre a dívida pública representaram, em média, cerca de 5% das receitas este ano", disse ela. "Mas o custo do serviço da dívida é mais doloroso nos países de baixo rendimento."

3,2%
PIB global de 2025 deverá ser revisto

Mais sobre o FMI na pág. C2

Hamas pode não ter reféns vivos suficientes para pacto

Summer Said, Nancy A. Youssef e Jared Malsin
Dow Jones Newswires

Aumentam os temores sobre o destino dos reféns ainda retidos pelo Hamas na Faixa de Gaza, depois de membros do grupo terrorista afirmar não ter certeza se conseguiria incluir 40 civis israelenses cativos como parte de uma proposta de trégua apoiada pelos EUA, segundo autoridades que acompanham as negociações.

Esses 40 reféns, incluindo mulheres, crianças, idosos e pessoas com saúde frágil, seriam libertados como parte de um plano apoiado pelos EUA para um cessar-fogo de seis semanas na guerra. Em troca, Israel libertaria centenas de prisioneiros palestinos.

Mas o Hamas não conseguiu confirmar se dispõe de reféns civis vivos suficientes para cumprir a sua parte do acordo na fase inicial do plano proposto, complicando as negociações para uma trégua na guerra que já dura seis meses e destruiu grande parte de Gaza.

Um militante do Hamas disse que o grupo não se comprometeria a libertar 40 reféns vivos, mas poderia comprometer-se com um total de 40 reféns — o que poderia significar vivos ou mortos.

A admissão do Hamas, que tomou mais de 240 reféns durante o ataque letal de 7 de outubro a Israel, aumentou os temores entre as famílias dos cativos, que pressionam o governo israelense para fechar um acordo com o grupo.

"Cada dia sem acordo os coloca em mais risco. Há meio ano, eles brincaram com suas vidas, permitindo que seu sangue fosse derramado", disse Hadas Kalderon, mãe de duas crianças que foram sequestradas pelo Hamas e posteriormente libertadas, falando ontem em um protesto em frente ao gabinete do premiê israelense, Benjamin Netanyahu. O pai das crianças permanece em cativeiro.

O governo israelense rejeita a acusação das famílias de que não fez dos reféns uma prioridade e afirma que libertar os cativos é uma das prioridades da guerra.

Militares israelenses recusaram-se a comentar estimativas de quantos reféns estariam vivos.

O número exato de reféns vivos é questão central nas negociações para uma trégua. A ambiguidade em torno do número de catvos vivos e suas identidades pode impedir o avanço das conversas.

Estima-se em cerca de 130 o número de reféns ainda em poder do Hamas. Destes, as autoridades israelenses confirmaram publicamente que 34 estão mortos, mas funcionários de Israel e dos EUA estimam, em privado, que o número de mortes pode ser muito maior. Mais de 100 outros reféns foram libertados num acordo com o Hamas, em novembro.

240
reféns foram tomados pelo Hamas

Curtas

Ataque à usina na Ucrânia
A Rússia destruiu ontem a maior central elétrica de Kiev, segundo autoridades ucranianas. O presidente Volodymyr Zelensky acusa países aliados de "fecharem os olhos" à necessidade de mais defesas aéreas. A Ucrânia interceptou só 18 de 42 mísseis russos contra instalações de energia do país.

México recorre à ONU
O México solicitará a suspensão do Equador como país-membro da ONU. É uma resposta à invasão da polícia equatoriana à Embaixada do México em Quito, no dia 5. Na ocasião, a polícia prendeu o ex-vice-presidente do Equador Jorge Glass, acusado de corrupção, que tinha obtido asilo do México.

Valor ECONÔMICO

Pioram cenários externo e interno para a inflação

Uma das possíveis guinadas dos mercados globais está ocorrendo agora: a inflação nos Estados Unidos prega peças nos investidores e, em vez de cair, ensaia alta ou mantém-se firme fora da meta. Com isso, o dólar sobe, pressiona as moedas dos emergentes e realinha as expectativas para as taxas de juros em países como o Brasil. O movimento mudou as apostas sobre o nível final da Selic — uma parte importante dos analistas o vê agora mais perto da faixa 9,5%-9,75% do que de 9%, aposta anterior.

O alerta para os investidores soou quando o índice de preços ao consumidor (CPI) nos EUA aumentou de novo, de 3,2% para 3,5% em março. Em fevereiro, havia subido de 3,1% para 3,2%. Como o Federal Reserve não mexeu nos juros, que permanecem os maiores em 22 anos, o cenário piorou bem. Os títulos do Tesouro americano de dois anos passaram a pagar perto de 5% e os de 10 anos, acima de 4,5%. Anteontem, o Fed divulgou a ata da reunião mais recente, e a maioria dos argumentos passa longe da ideia de iniciar em breve o processo de corte dos fed funds.

Em primeiro lugar, os membros do Fed não viram qualquer sinal que lhes desse confiança de a inflação está se movendo sustentavelmente rumo à meta de 2%. Alguns participantes da reunião indicaram que há riscos geopolíticos em cena que podem criar gargalos importantes na oferta ou aumentos relevantes nos custos do transporte marítimo que podem pressionar os preços para cima, derrubando as taxas de crescimento. Os ataques de Israel a Gaza e da Rússia à Ucrânia, além dos ataques houthis nas rotas de escoamento de petróleo no canal de Suez, podem aumentar os preços da energia, colocando um risco altista na inflação.

Antes da divulgação da inflação ao consumidor de março, os mercados já registravam um recuo no ritmo previsto de cortes futuros nos fed funds, de três para duas reduções de 0,25 ponto percentual até o fim do ano. Depois que a ata do Fed não sinalizou a menor urgência de que o BC americano vá reduzir os juros em futuro próximo, as apostas dos investidores se distanciaram ainda mais dos prognósticos otimistas do início do ano. Com a alta discreta do CPI e de seu núcleo, alguns investidores passaram a sugerir que o afrouxamento da política monetária não mais terá início em julho, mas depois de setembro, com chance crescente de apenas um corte em 2024. Uma ala dos investidores começou a desenhar a paisagem de "no landing", ou seja, a economia americana não desaceleraria, apesar da forte restrição monetária, e a inflação se manteria acima da meta.

Apesar de ingressar tardiamente no ciclo de aperto monetário, o Banco Central Europeu hoje parece estar em uma posição mais confortável para invertê-lo do que o Fed, contra todas as expectativas anteriores. Um dos motivos é que a desaceleração econômica foi bem mais forte na zona do euro, com alguns países, como a Alemanha, aproximando-se da recessão. O índice de inflação no bloco monetário caiu a 2,4%, bem mais perto da meta do que está o Fed. Ainda assim, na reunião de ontem o BCE manteve os juros em 4%. Ao contrário do congênere americano, porém, alguns membros do banco central se mostraram favoráveis a iniciar logo a queda dos juros.

A reversão das expectativas coloca problemas para o processo de acomodação monetária nos emergentes. No Brasil, as taxas futuras chegaram a saltar acima das vigentes quando se iniciou o processo de redução dos juros, em agosto. O boletim Focus mostrou ligeiro deslocamento no sentido contrário às metas do IPCA de 2024 e 2025, e pode se afastar mais dependendo de variáveis domésticas como o nível de evolução dos salários e do emprego — que começa a ser considerado incompatível com reduções adicionais da inflação —, o diferencial de juros em relação aos EUA, o desempenho fiscal e, como resultado da interação desses fatores, o grau de valorização do dólar em relação ao real.

A aprovação pela Câmara dos Deputados, sob inspiração do ministro da Casa Civil, Rui Costa, de um jabuti que subiu no dorso da recriação do Dpvat, seguro contra acidentes com veículos, para permitir já um aumento de gastos de R$ 15,7 bilhões, e assim obter recursos para emendas parlamentares vetadas pelo presidente Lula, que serão derrubadas, arranhou ainda mais a credibilidade das metas fiscais. A fragilidade delas aumentou depois que os ministros da área econômica insinuaram que o tímido superávit planejado para 2025, de 0,5% do PIB, se tornou impraticável.

A redução de 0,5 ponto da Selic na próxima reunião do Copom está assegurada, mas os passos seguintes se tornaram incertos. Para o presidente do BC, Roberto Campos Neto, o que ocorre nos EUA pode não ocorrer aqui. Ontem, ele apontou o canal do câmbio como fator de transmissão da mudança, que primeiro afeta as expectativas de inflação e "depois afeta a inflação". Ele afirmou que essa dinâmica não está acontecendo. O dólar, no entanto, se valoriza em relação ao real, o que é uma oscilação recorrente, mas uma mudança de patamar consolidada seria preocupante para a evolução do IPCA. O horizonte de queda da inflação tornou-se nublado e duvidoso.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br) Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br) Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br) Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br) Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios Patrick Cruz patrick.cruz@valor.com.br
Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br) Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br) César Felício (cesar.felicio@valor.com.br) Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br) Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br) João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br) Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br) Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br) Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br) Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br) Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Empresas podem e devem ajudar a sociedade a alcançar o tripé da sustentabilidade. Por **João Amato Neto**

Economia circular e simbiose industrial

O aprofundamento das crises climática, ambiental e social coloca em xeque as tradicionais práticas de empresas, governos, consumidores e investidores. Mais do que questões pontuais e soluções simples, os atuais desafios da sociedade e do modelo de desenvolvimento econômico implicam um profundo e complexo processo de mudança de paradigmas.

No mundo dos negócios, da produção material e de energia ocorre o mesmo. Houve uma grande mudança de paradigma na produção de artefatos com o surgimento do sistema fordista de produção no início do século passado. O intenso processo de industrialização do pós-guerra trouxe novas exigências em termos de aumento de produtividade e qualidade dos produtos nas empresas de manufatura.

Agora, o apelo por desenvolvimento sustentável e por uma economia circular e de baixo carbono deve ser abordado sob uma perspectiva sistêmica, como a mudança de paradigmas em curso, demandando a participação dos diversos atores da sociedade. As ações mais efetivas para a aceleração desta transição de paradigma, em particular nos sistemas de produção, começam a despontar.

No artigo seminal sobre o tema sustentabilidade, "Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business", seu autor, John Elkington, propunha que as empresas podem e devem ajudar a sociedade a alcançar os três objetivos interligados de prosperidade econômica, proteção ambiental e equidade social — o tripé da sustentabilidade. Esse tripé, sugiro, pode ser desdobrado em três escalas.

Do ponto de vista ambiental e na perspectiva macro, identificam-se as grandes diretrizes estabelecidas nos encontros internacionais, como as conferências do clima e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Embora nem sempre imponham compromissos vinculantes, os acordos resultantes dessas interações orientam as ações de governos nacionais e blocos regionais nos aspectos regulatórios e legislativos.

Mas os desafios também devem e podem ser tratados no nível meso, ou em outras palavras, nas relações entre empresas que compõem uma dada cadeia produtiva ou participam de um dado cluster (aglomeração regional e setorial), como os conhecidos distritos industriais. Aqui o princípio da cooperação interempresarial, com a participação do poder público local/regional e entidades de apoio, deve ser considerado requisito fundamental.

A formação dos ecoparques industriais, fundamentada nos princípios da ecologia e da simbiose industrial, configura-se como o modelo mais desenvolvido na perspectiva da economia circular e da produção sustentável em um dado espaço territorial.

Hoje a economia circular atualiza esta noção, definindo como alvo a criação de sistemas de produção de circuito fechado. A simbiose industrial é a base da economia circular. Essa simbiose diz respeito à conexão de processos de empresas de maneira que os resíduos de uma sirvam de insumos (matéria-prima) para a outra, em tantas relações quanto forem necessárias para que seja constituído um ciclo fechado, sem desperdícios.

A experiência da região de Kalundborg na Dinamarca é exemplar. Este ecoparque foi construído a partir da década de 1980 com base na compra e venda de subprodutos entre as empresas dos ramos de energia, construção civil, agricultura, piscicultura, petróleo, farmacêutico e fertilizantes. Tal prática difundiu-se mundo afora nos últimos anos, e outros casos interessantes podem ser encontrados, como no Canadá (Parque Industrial de Burnside) e na China.

SZABO VIKTOR/UNSPLASH

No Brasil, cabe destacar o caso do ecoparque da empresa de cosméticos Natura, localizado no estado do Pará. Aqui também, os exemplos de boas práticas se restringem a pouquíssimos casos. Na realidade o que se observa de fato é que há muito marketing (greenwashing) referente a ações pontuais de melhoria de processos industriais, no âmbito da simbiose industrial e da economia circular.

Já no plano micro, que envolve as decisões da empresa, a literatura especializada apresenta uma série de propostas. Por exemplo: concepção e projeto de produtos ambientalmente amigáveis (design for environment) sob o princípio do "berço ao berço": o produto deve ser concebido e projetado para "não morrer" e, no limite, não ser descartado e transformado em lixo. As ações de reutilização do produto, a reciclagem, a redução no uso de matérias primas virgens e a remanufatura contribuem neste sentido. Igualmente, medidas de prevenção da poluição nos processos produtivos, com a incorporação de máquinas e equipamentos projetados com novas funcionalidades de prevenção de emissões ambientais. Ainda no nível micro, a busca por ecoeficiência no uso de energia e da água complementa este conjunto de ações.

O que se constata, porém, é que ainda há um baixo nível de adesão por parte da grande maioria das empresas dos mais variados ramos e segmentos da economia a estas boas práticas mais sustentáveis, que transitam no rumo de uma economia circular.

Na esfera social, ainda nos defrontamos com situações insustentáveis de trabalho precarizado (e, em alguns casos ainda, em condições análogas à escravidão) e de uberização de muitas atividades profissionais. Por outro lado, a extrema desigualdade social se expressa pela acentuada concentração de renda e riqueza, o que se reflete, também, nas desigualdades de oportunidades.

Segundo estudo da World Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais) da Escola de Economia de Paris, codirigido pelo economista francês Thomas Piketty (autor do bestseller "O Capital no Século 21"), o Brasil permanece um dos países com maior desigualdade social e de renda do mundo. Dos mais de 100 países analisados neste estudo, o Brasil é um dos mais desiguais. Após a África do Sul, é o segundo com maiores desigualdades entre os membros do G20. A metade mais pobre do Brasil ganha 29 vezes menos do que os 10% mais ricos. O relatório aponta, ainda, que as diferenças salariais no país foram reduzidas desde o ano de 2000, principalmente em função das políticas de transferência de renda do Bolsa Família e do aumento do salário mínimo.

Ainda que possam ser identificadas ações pontuais de algumas empresas e governos no sentido de reverter tais situações, ainda há um longo caminho a se percorrer na direção de uma economia circular, de baixo carbono e de uma sociedade realmente sustentável. No século XX, no auge da sociedade industrial, alguns países conseguiram criar modelos de bem-estar social. E agora, na era da economia digital, conseguiremos organizar sociedades sustentáveis?

João Amato Neto é presidente da diretoria executiva da Fundação Vanzolini e professor titular (sênior) da Poli-USP, Departamento de Engenharia de Produção.

Mais do que nunca, hora da EPT é agora

Ana Inoue

Artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completa 75 anos em dezembro deste ano: "Todo ser humano tem direito ao trabalho".

Artigo 205 da Constituição Federal do Brasil: a educação visa "ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Começo com estas citações para marcar a importância que tem o trabalho para as nossas vidas.

O trabalho é uma das mais importantes vias de acesso ao pleno exercício da cidadania, compõe a nossa identidade e organiza formas de participação social efetiva. O trabalho também é o que produz riqueza e define o desenvolvimento social e econômico do país. É preciso valorizar o trabalho e o trabalhador! E mais do que isso, valorizar a formação de qualidade, atualizada e moderna para o trabalho.

E como a nossa sociedade se organiza para formar seus cidadãos para o trabalho? Principalmente por meio do ensino superior. No entanto, de acordo com o Censo Escolar, apenas 25% dos nossos jovens estão matriculados nesta etapa e não há vagas para todos. E, então, cabem outras perguntas: como formar estes que, por razões diversas, não estão no ensino superior? O que é possível oferecer hoje a 75% das juventudes brasileiras para que não fiquem expostas a um trabalho indigno e precário?

Tenho insistido na busca de caminhos que garantam às juventudes uma perspectiva real de desenvolvimento pessoal e profissional. Isso significa trazer o trabalho articulado e integrado à formação geral, potencializando o desenvolvimento integral dos jovens. Este é o desejo e a expectativa deles e é responsabilidade dos governantes e da sociedade. A educação profissional de qualidade é parte da solução.

A boa notícia é que o Brasil está diante de um momento muito importante e potente para o avanço da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com qualidade. Destaco, a seguir, os movimentos recentes que merecem ser celebrados:

1) o debate em torno da EPT na proposta da Política Nacional de Ensino Médio, aprovada na Câmara dos Deputados e que ainda passará pelo Senado, explicitou que a educação técnica é um desejo das juventudes brasileiras, como apontou a consulta pública sobre o Ensino Médio organizada pelo Ministério da Educação, referendando o resultado de outras pesquisas, realizadas anteriormente, e fortalecendo e consolidando essa modalidade de ensino na educação básica;

2) o programa "Juros por Educação", anunciado recentemente pelo governo federal, vem se somar como uma iniciativa inovadora de política pública com potencial para direcionar bilhões de reais à formação profissional das juventudes e acelerar o desenvolvimento da EPT de qualidade;

3) e, por último, nesta semana, foi publicado o Decreto 11.985/2024, que institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional com a finalidade de subsidiar a construção da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito da lei 14.645/2023, que dá condição para iniciar as atividades previstas na legislação.

Estas boas notícias trazem também pontos de atenção. O primeiro deles é respeitar e proteger o princípio da qualidade com equidade, ou seja, garantir a educação pública de qualidade com equidade, para todos. Nesse sentido, a ampliação da carga horária de Formação Geral Básica (FGB) na Política Nacional de Ensino Médio é muito bem-vinda. O desafio está em garantir condições iguais aos estudantes independentemente do Itinerário Formativo escolhido, proporcionando igualdade de oportunidades, em especial à carga horária da FGB e às avaliações e processos seletivos nacionais, não prejudicando o jovem que optou pela EPT e não inviabilizando a formação técnica profissional.

Jovem quer EPT robusta, de qualidade e que responda a seus anseios e às necessidades do século XXI

Outro ponto que requer atenção é a ampliação da articulação entre educação e trabalho dentro do Ensino Médio. É fundamental que haja esta articulação, dando espaço para que a dimensão do trabalho seja tratada de forma integrada à formação geral. No entanto, será importante garantir a implementação do conceito de trabalho como princípio educativo, no âmbito de uma política pública. Neste sentido, é recomendável restringir essa articulação às relações de trabalho já previstas em lei e regulamentadas, como o estágio e a aprendizagem profissional, e ter muita cautela com a introdução do trabalho voluntário e remunerado nessa articulação, para não incorrer em um incentivo à contratação precária de adolescentes ou à experiência formativa frágil e sem qualidade.

Da mesma forma, no programa Juros por Educação, é preciso garantir que essa redução de juros seja compensada pelo investimento, especificamente, para a Educação Profissional e Tecnológica e considere não apenas a sua expansão, mas também a qualidade da oferta. Para isso, será fundamental construir mecanismos de acompanhamento e controle nos Estados.

O país nunca deu tanta atenção para a EPT como hoje, com a modalidade na agenda educacional e nacional. Com a oferta de políticas e ações bem estruturadas e inovadoras, estamos no momento de concretizá-las e avançarmos. Os jovens desejam uma EPT robusta, de qualidade e que responda aos seus anseios e às necessidades do século XXI. E o país precisa de uma juventude bem-preparada para alcançar o futuro promissor que tanto queremos e merecemos como sociedade. Precisamos de atenção e colaboração. A hora, mais do que nunca, é agora.

Ana Inoue é superintendente do Itaú Educação e Trabalho, frente da Fundação Itaú com foco em educação profissional, juventudes e sua inclusão no mundo do trabalho.

Entusiasmo dos mercados gera questões sobre bolha especulativa. Por **Carlos Primo Braga**

Momentos de euforIA

Há uma excitação crescente sobre o potencial transformador da inteligência artificial (IA), termo usado no contexto de máquinas e sistemas que imitam funções cognitivas humanas. Desde o lançamento do ChatGPT da empresa OpenAI, em novembro de 2022, o interesse por IA vem crescendo, particularmente em mercados financeiros.

A história moderna da IA tem suas origens na década de 1950. Como discuti anteriormente ("Oppenheimer, Turing e o Apocalipse", **Valor**, 23/10/2023), Alan Turing já havia observado, em 1951, que máquinas poderiam "pensar" como seres humanos no futuro. No início, a IA se baseou em "sistemas especializados" que utilizavam árvores de decisão lógica (se isso-então aquilo) para, por exemplo, oferecer uma interface digital para consultas médicas ou, com base em funções probabilísticas, calcular estratégias "ótimas" para vencer um jogo de xadrez.

À medida em que o poder computacional aumentou, outras estratégias foram adotadas. Características comuns de vozes, frases e imagens passaram a ser identificadas com base em grandes bancos de dados, utilizando a "força bruta" de computadores modernos. Ao utilizar padrões de reconhecimento para diferenciar a imagem de um gato da imagem de um cachorro, técnicas digitais começaram a explorar novas formas de operação para sistemas de IA.

O passo seguinte foi a adoção de redes neurais digitais, programas que permitem a identificação de fenômenos e de opções de conduta com o objetivo de elaborar conclusões, imitando o funcionamento do cérebro humano. À medida em que esses modelos evoluem, a possibilidade de atingirmos o limiar de uma IA Geral, qual seja, sistemas que reproduziriam com perfeição atividades cognitivas humanas, se torna mais viável. O tempo necessário para que isso ocorra, no entanto, ainda é um tema controverso.

O que é indiscutível é que há uma euforia nos mercados financeiros com relação a empresas associadas com o desenvolvimento da IA. Empresas diretamente envolvidas na produção de software, como a Open AI, e empresas que "pavimentam" a infraestrutura digital necessária, como as produtoras de chips, estão acumulando resultados impressionantes em Wall Street. As ações da Nvidia, por exemplo, aumentaram cerca de 290% nos últimos 12 meses.

O episódio atual tem as características de bolha produtiva, em que os excessos especulativos associados com a euforia dos mercados ocorrem em paralelo com o desenvolvimento de uma infraestrutura que permitirá que a IA vire uma tecnologia de propósito geral

O entusiasmo dos mercados financeiros inevitavelmente gera questões sobre a possibilidade de estarmos observando uma bolha especulativa. A trajetória das ações da Nvidia ilustra tal preocupação. Mas também é claro que não estamos diante de um fenômeno como o que caracterizou a euforia com as dotcoms no final do século passado.

O episódio atual tem as características de uma bolha produtiva, em que os excessos especulativos associados com a euforia dos mercados financeiros ocorrem em paralelo com o desenvolvimento de uma infraestrutura que permitirá que a IA se transforme em uma tecnologia de propósito geral. Essa evolução terá impactos significativos na produtividade econômica, como foi o caso da eletricidade e da Internet no passado. A grande diferença com relação a outras revoluções tecnológicas diz respeito à velocidade com que a IA e os modelos de negócio relevantes para o seu uso estão sendo desenvolvidos. Cabe assinalar que questões relativas à propriedade intelectual e ao acesso a fontes confiáveis de informação podem gerar barreiras ao progresso da IA.

Tecnologias disruptivas inevitavelmente geram preocupações com relação a suas implicações para o emprego e para a distribuição de renda. No longo prazo, revoluções tecnológicas sempre tiveram um impacto líquido positivo na criação de empregos. "Tecno-otimistas" acreditam que esse resultado também prevalecerá no caso da IA. É importante, no entanto, monitorar o processo e adotar salvaguardas para evitar surpresas.

Com relação à distribuição de renda, a preocupação é ainda mais imediata na medida em que o poder econômico das big techs cresce de forma acelerada. Além disso, a presunção dominante é de que a IA será benéfica principalmente para trabalhadores com mais qualificação. O futuro, porém, pode surpreender na medida em que a IA empodere trabalhadores a desempenharem funções decisórias que hoje são o monopólio de elites intelectuais.

Recentemente, a iniciativa Imagine Brasil, da Fundação Dom Cabral, (https://imaginebrasil.fdc.org.br/) organizou um debate sobre o impacto da IA na produtividade do trabalho. O debate foi conduzido na plataforma strateegia da TDS Company. Especialistas de diversas áreas discutiram, com ajuda de agentes inteligentes, o impacto econômico da IA abordando desde as promessas de automação e eficiência operacional até os desafios éticos, sociais e de qualificação profissional.

O debate validou uma perspectiva otimista com relação ao impacto da IA no Brasil como descrito no eBook "IA e a Produtividade do Trabalho". Ao mesmo tempo identificou a qualidade do sistema educacional brasileiro como nosso "calcanhar de Aquiles". Uma observação interessante que emergiu desse debate foi a possibilidade de estarmos observando os primeiros sinais de criatividade em sistemas de IA. Quando aplicamos o conceito de "algoritmos de/para criatividade" à criação de um soneto, por exemplo, a IA pode não apenas seguir as regras estruturais de métrica e rima, mas também incorporar elementos de estilo, tom e emoção que são característicos da poesia de um autor.

A capacidade de gerar obras originais, porém, permanece como um desafio. O compositor canadense Leonard Cohen precisou de cerca de cinco anos para compor a sua obra-prima: Hallelujah. Em termos de tempo, mas também com respeito a eficiência de sua produção (estima-se que ele produziu de 80 a 180 versões iniciais dos versos da canção), o seu processo criativo não seria capaz de competir com a IA. Mas certamente a humanidade se beneficiou dos seus esforços, com um resultado bem além das capacidades atuais da IA.

Carlos A. Primo Braga é professor associado da Fundação Dom Cabral e ex-diretor de Política Econômica e Dívida do Banco Mundial.

Frase do dia

"A Câmara deixou claro que está incomodada com algumas interferências do Judiciário no seu funcionamento".

De Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, sobre o resultado da votação que manteve Chiquinho Brazão na prisão

Cartas de Leitores

Inflação abaixo de 4%

Segundo IBGE, no mês de março a inflação desacelera e ficou em 0,16%, contra a expectativa do mercado de 0,24%. A boa notícia é que no acumulado de 12 meses, finalmente, a inflação ficou em 3,93%, porém ainda distante da meta de 3% perseguida pelo BC. Mas nem tudo são flores.

Com o Planalto, acéfalo no diálogo com o Congresso, que não privilegia austeridade com recursos dos contribuintes e que não cria condições sustentadas para o equilíbrio fiscal, a continuidade de desaceleração da inflação e de cortes maiores da taxa Selic pelo BC ficam ameaçadas. Até porque a inflação cheia nos EUA subiu em março dos 3,2% para 3,5% e os juros por lá não devem começar a cair em junho como era esperado.

As reações negativas já começaram, com a nossa bolsa despencando e o dólar subindo. Neste sentido, urge prudência ao nosso governo, porque coisa boa não vem por aí.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Abaixo os "jabutis"

É simples acabar com esta "malandragem" de "jabuti", que eu chamaria de "jabuti/jabuticaba", como chamam no Congresso matérias que pegam carona em projetos de lei que tratam de temas totalmente diferentes (com alteração do arcabouço fiscal na matéria de recriação do DPVAT).

Basta o Congresso emitir uma portaria proibindo que temas diferentes dos temas em votação sejam incluídos nos mesmos. Agora, vontade política de mudar, da esquerda à direita, não há nenhuma.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Julgamento de Moro

Creio que no Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, o hoje senador Sergio Moro dificilmente terá seu cargo mantido. Aqui em Curitiba, o TRE votou em sua maioria pela manutenção de seu mandato, mas muitos integrantes da corte são "compadres" do ex-juiz, então a votação foi mesmo uma lavação de mãos. Os togados da Justiça eleitoral paranaense apenas transferiram a competência para os magistrados mais experientes e isentos, política e juridicamente.

Célio Borba
celioborbacwb@gmail.com

•

Sergio Moro, eleito senador com quase 2 milhões de votos, conseguiu algo inédito na política contemporânea brasileira: ser odiado com igual intensidade tanto pelo PT de Lula como pelo PL de Bolsonaro, origens do pedido de sua cassação a ponto de os advogados de ambas as agremiações afirmarem que farão recurso ao TSE contra o resultado do recente julgamento do ex-juiz, no qual foi inocentado pelo TRE-PR, acusado de abuso do poder econômico nas eleições de 2022. Cenário digno de ser emoldurado por toneladas de jabuticabas.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Especial

Relações externas Ideia é ampliar acesso à tecnologia, combater desinformação e proteger dados

Brasil busca solução conjunta para equilíbrio no emprego de IA

Vivian Oswald
"O Globo", de Brasília

A batalha pública entre o bilionário Elon Musk e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, talvez seja o prenúncio do que promete se tornar uma guerra de titãs na arena global. Mais do que nunca, informação é sinônimo de poder econômico e político mundo afora. É nesse front que governos e empresas — sobretudo as gigantes da tecnologia — se enfrentam. Vence quem tiver o domínio do fluxo internacional de dados. O avanço exponencial da Inteligência Artificial (IA), especialmente a generativa, só potencializa o embate. É isto o que está em jogo no debate sobre sua regulamentação e aplicação que ocorre dentro de cada país, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), e, agora, no G20.

"Desde o surgimento da internet, há esse debate. Temos que ter autonomia, soberania. A partir disso, se fazem negócios. Acontece que [esse dados] têm dono. As plataformas têm dono e você esbarra nisso", disse a ministra de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, que comanda a vertente da IA no grupo de trabalho sobre economia digital do G20.

O tema está na mira da presidência brasileira do G20, que quer uma resposta de consenso das 19 grandes economias do mundo mais União Europeia e União Africana aos desafios impostos pela IA. Não por acaso, o Brasil trabalha para que um capítulo ou mesmo um parágrafo do documento final a ser anunciado em novembro na cúpula de chefes de Estado no Rio trate do assunto. A ideia é buscar no multilateralismo equilíbrio entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento e força para enfrentar os grandes conglomerados, alguns com peso econômico maior do que o de muitas economias internacionais. A IA permeia as agendas de diversos grupos de engajamento no âmbito, entre eles o S20 (de ciência) e B20 (de empresas). É também preocupação da sociedade civil.

A ministra afirma que a economia digital pode elevar as desigualdades à enésima potência. Esta é uma das preocupações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que recebeu alertas reservados da ONU de que o Sul Global precisa estar protegido por regras e punições, sem estar a reboque das nações ricas.

"É como a fabricação de automóveis. Um carro na Europa tem mais itens de segurança do que no Brasil. Quanto mais cauteloso o país, mais empresas têm menos possibilidade de explorar ou deixar pontos falhos", disse Fernando Ferreira, pesquisador do Netlab da UFRJ.

Na Europa, segundo ele, já se fala em proteção aos dados e a regulação do uso de IA. No Brasil, há a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que fala em dados sensíveis. Mas não há nada sobre responsabilidade das plataformas de redes sociais e uso de IA. Há plataformas dando acesso a dados só para países europeus. É neste contexto que um punhado de gigantes da tecnologia tentam marcar seu território. Na corrida pelo domínio da informação, têm investido muitos bilhões de dólares em aumento da velocidade do processamento de dados e seu armazenamento para garantir os seus tentáculos neste mercado estratégico. Acumulam dados de economias, empresas e cidadãos, mas não necessariamente os compartilham. Querem evitar regras demais ou tributos sobre o ganho que obtêm com as informações que acumulam. Esse é um dos grandes temores de governos em meio a segmento cada vez mais concentrado.

"Como o X [de Musk], umas vão comprando as outras e concentrando todo tipo de poder, econômico, político. Não podemos assistir isso sem reação", afirma Santos.

Para a ministra, é fundamental se fazer um diagnóstico de quanto o Brasil e outros países em desenvolvimento são produtores ou consumidores dessas tecnologias, porque isso também vai determinar seu lugar nesta corrida. Ela afirma que a IA pode ser revolucionária, mas também pode causar efeitos deletérios para as economias e as democracias.

"Já há uso da IA em cadeias produtivas, do agronegócio, por exemplo, saúde privada, poder judiciário e educação, mas também na luta política. Vimos na eleição na Argentina, com o uso 'deep fakes'. Por isso mesmo, a luta para que se regulamente. Isso pode se dar em vários ângulos, pode ser usado de maneira criminosa, para difamar pessoas, criar fake news, não é só a luta política, isso reflete na vida do cidadão comum", salienta.

O G20 tem um grupo de trabalho de economia digital, no qual o Brasil resolveu tratar de quatro temas prioritários interligados: a IA, a integridade da informação (que inclui combate à desinformação e discurso do ódio), tema trazido pelo Brasil pela primeira vez para a agenda do grupo, governo digital e conectividade significativa. Mas a IA passa por outras agendas, de saúde, a mudança do clima, passando por comércio eletrônico, ou físico.

Regulação

Neste momento, o Brasil discute internamente a sua própria estratégia de IA, que deve ser apresentada ao presidente Lula, por exigência dele próprio, em junho. O debate nacional deve municiar as posições brasileiras no G20. Também deve balizar a discussão o rascunho que acaba de ser divulgado do Pacto Digital Global, que será aprovado pela ONU em setembro na Cúpula do Futuro em Nova York. O principal ponto do documento é a IA e o tratamento internacional do tema.

"Não adianta olhar para o G20 como se fosse uma sala fechada", disse João Brant, secretário de Políticas Digitais, na Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Segundo Brant, é preciso evitar que as redes sejam multiplicadores de informações falsas e garantir que remunerem propriamente os produtores de conteúdo.

"O jornalismo está sofrendo economicamente no mundo inteiro. Tem mais investimentos, mas as plataformas absorveram parte muito significativa das receitas", diz.

Outra tarefa do G20 é a de mapear as chamadas evidências do impacto do discurso do ódio nas redes. Isso é subsídio fundamental para o desenho da regulamentação.

Para Ferreira, da UFRJ, a questão mais preocupante está justamente no desenvolvimento de modelos de inteligência. "Chegamos num ponto em que o poder dos desenvolvedores de IA é muito grande. Têm capacidade impressionante de geração de conteúdo, de análise. Tem de reconhecimento de face, na mesma capacidade do homem. Estamos falando sua performance e alcance. O ChatGPT, o Bing da Microsoft vão ser acessados por todo mundo, cada vez mais. Várias startups estão usando. Falava-se antes do domínio de nações, mas estamos falando de empresas. Parte da produção de papers da China de IA é patrocinada por Microsoft, Amazon. Quais dados são usados, qual o viés e como o viés está sendo usado? Como se dá a validação desta tecnologia. Nesse momento não tem regra para nada. As tecnologias são importadas. É uma questão de segurança nacional. Qual é o modelo nacional? Como o Brasil aborda?", questiona o pesquisador do Netlab da UFRJ.

O especialista lembra que, na UE, que acaba de publicar uma lei abrangente para IA, se discute a criação de um centro de inteligência artificial nos mesmos moldes do CERN (Organização Europeia de Pesquisa Nuclear) . "Na década de 1950, falava-se de centros de pesquisa nuclear."

No Brasil, segundo a ministra, está em discussão a criação de agência reguladora, pois o tema exige mais do que um comitê de gestor de internet.

Nem só de riscos vive a IA. Para Milton Beck, diretor geral do LinkedIn, que tem 1 bilhão de usuários no mundo, sendo 75 milhões só no Brasil, a IA é um ponto de inflexão e as pessoas querem usá-la para livrar-se de tarefas repetitivas e ganhar produtividade.

Novas habilidades

Segundo dados levantados pelo LinkedIn, que usa IA desde 2007, as conversas sobre a IA na rede aumentaram em 70% nos últimos nove meses. O interesse em empregos com IA subiu 12% no mundo. No Brasil em particular, o percentual cresceu 18%. Segundo Beck, a maior parte dos usuários quer saber mais sobre IA (56%), ou aprender mais, mas não sabe como (62%). Cerca de 50% dos usuários dizem ter experimentado o ChatGPT e 76% acham que a IA vai lhes permitir dizer adeus a tarefas repetitivas.

"Claro que existe receio da IA em termos de emprego. E alguns devem deixar de existir. Muitas tarefas vão deixar de ser exercidas. Foi assim quando surgiram o Visicalc, o Lotus 123 e o Excel. Achava-se que os contadores iam sumir. Mas isso não aconteceu. Diminuiu o número de bookeepers, mas aumentou o de analistas", comentou.

O LinkedIn monitora a habilidade exigida pelo mercado de trabalho. E, segundo Beck, de 2015 até agora elas mudaram em 25%. Só que, daqui até 2030, esse percentual vai chegar a 65%. Ele afirmou que a LinkedIn respeita a legislação em todos os países onde atua e, para além delas, ainda segue um código de princípios da equidade e valores para ser benéfica, e não maléfica, para as pessoas.

"Hoje, o LinkedIn é plataforma muito segura porque tem muitos mecanismos de checagem para evitar racismo, ódio. Tem informações úteis para as pessoas desenvolveram suas carreiras. Isso é feito com IA, pessoas, relatórios. É parte do nosso DNA", disse.

Um gargalo importante no mercado brasileiro está na formação de capital humano. Até 2025, segundo a ministra, o país terá um déficit de 500 mil profissionais para preencher as vagas abertas neste setor.

"Naturalmente vamos ter que ser autônomos naquilo que é mais estratégico , em que não podemos ser dependentes. E principalmente no que diz respeito ao aspecto econômico. Temos de estar alinhados com a agenda da nova política de industrialização, a transição energética, o combate à mudança do clima, o enfrentamento da pobreza e da fome", destaca a ministra, lembrando que o G20 também pode promover cooperação entre as nações e o compartilhamento de experiências bem-sucedidas.

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

A ministra Luciana Santos: "Temos que ter autonomia, soberania; a partir disso, se fazem negócios"

> "Chegamos num ponto em que o poder dos desenvolvedores de IA é muito grande. Têm capacidade impressionante de geração de conteúdo"
> *João Brant*

Finanças
Funding de bancos muda de perfil e tem menos poupança e mais CDBs e letras
C1

Estratégia Afetada pela queda da siderurgia no país, RHI Magnesita adia planos, diz Sampaio B4

Energia Light fecha acordo de R$ 800 milhões com bancos credores B3

Mineração DEV vai investir R$ 1,7 bi para retomar projeto de minério de ferro no AP B4

Veículos Entenda o que muda numa apólice de seguro de um carro elétrico B10

Valor B
Sexta-feira, 12 de abril de 2024

Empresas

Estratégia Empresa, com R$ 13 bilhões sob gestão, vai adquirir imóveis, construir sob demanda e ofertar serviços financeiros

Gestora HSI entra em saúde com aporte inicial de R$ 1 bi

Beth Koike
De São Paulo

A gestora de investimentos HSI, que tem sob gestão ativos de R$ 13 bilhões, está entrando no setor de saúde. A meta é alocar ao menos R$ 1 bilhão em diferentes frentes, desde aquisição de imóveis e construção sob demanda até oferta de serviços financeiros, como antecipação de recebíveis e crédito para expansão de empresas médicas.

"A área da saúde é um tipo de setor que gostamos porque tem resiliência, tem demanda garantida devido ao envelhecimento da população. Inicialmente, vamos usar recursos próprios. Nossa intenção, mais para frente, é levantar um fundo específico", disse Maximo Lima, CEO da HSI.

Nesse novo negócio, a empresa de Max Lima fez uma joint venture com Enrico De Vettori, ex-UnitedHealth (UHG)/Amil, Deloitte e Hospital Santa Joana (PE) — ambos se conheceram há alguns anos na UHG para formatação de um fundo imobiliário, cujo projeto, na época, acabou não saindo do papel.

A equipe da HSI já fez prospecção de 50 a 60 ativos no país e há várias conversas em andamento com empresas do setor tanto para transações puramente imobiliárias quanto oferta de crédito para hospitais, laboratórios, clínicas médicas e operadoras de planos de saúde.

"Com a venda do imóvel do hospital há uma injeção de caixa e a empresa se recupera mais rapidamente. Mas também pode ser linha de crédito para expansão de uma ala do hospital, compra de equipamentos, construção do zero. Vamos modelando conforme a demanda. Somos uma gestora de investimentos alternativos", explicou o CEO da HSI. Lima acredita que 50% dos negócios de saúde devem envolver operações imobiliárias e a outra parcela será proveniente de concessão de crédito. Na gestora, os negócios de imóveis representam dois terços.

> "Não estamos investindo no setor de saúde para sermos pequenos" *Max Lima*

A iniciativa acontece num momento em que o setor de saúde enfrenta uma crise, com muitas empresas endividadas e sem recursos para crescer. Levantamento da Anahp, entidade que reúne os principais hospitais do país com 66 associados, mostra que 72,5% não conseguiram executar a expansão e 63% estavam sem capital suficiente para renovar o parque tecnológico, em 2023. As operadoras de planos de saúde (que são a fonte de financiamento do setor), por sua vez, amargaram prejuízo operacional de R$ 6 bilhões, nos nove primeiros meses de 2023.

"Nossa estratégia e diferencial é a oferta de serviços customizados para o setor que está passando por um momento difícil. Os prazos de pagamento aos hospitais chegam a ser de cinco meses de faturamento, podemos fazer essa antecipação. E, também podemos alongar para as operadoras, fornecedores. Nos contratos de 'sales leaseback' [contrato casado de venda e aluguel], será possível incluir uma cláusula de recompra do imóvel, caso o proprietário queira", disse De Vettori que, no último ano, esteve fora do país cumprindo um acordo de 'non compete.'

De Vettori lembrou que, muitos grupos de saúde promoveram grandes aquisições em 2020, época em que a taxa de juros estava na casa dos 3,5%, mas ficaram alavancadas com a guinada dos custos financeiros e hoje se encontram alavancadas com dificuldades para captar financiamentos em boas condições. A HSI pretende ocupar esse espaço.

GABRIEL REIS/VALOR
Enrico De Vettori (à esq.) e Maximo Lima: Há cerca de 50 ativos já prospectados

Questionado se diante de empresas tão endividadas, não há receio de calotes em fundos imobiliários ou nos aluguéis das transações de 'sales leaseback', Lima disse que está acostumado a ambientes estressados. "No auge da covid, os shopping e hotéis ficaram vazios", disse. "Sabemos precificar e ver a qualidade dos ativos. Não estamos entrando na área da saúde para sermos pequeno", complementou.

A gestora de investimentos alternativos HSI administra uma carteira com 17 hotéis — sendo que a aquisição mais recente foi do Hotel Hilton, no Rio de Janeiro, por R$ 550 milhões — e 11 shopping centers no país. Há ainda 1,2 milhão de m² em galpões e cinco empreendimentos comerciais. No braço financeiro, a HSI trabalha com fundos imobiliários e de private equity e concessão de crédito.

Destaques

Credor dá aval ao GPA

O GPA, dono da rede Pão de Açúcar, obteve na quarta-feira (10) aval de 92,9% de seus credores para a alteração no controle acionário da empresa sem que isso antecipe o vencimento da dívida de R$ 500 milhões em aberto com estes investidores. A decisão foi tomada em assembleia especial dos titulares de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) de 1ª e 2ª séries da 80ª emissão da Virgo Companhia de Securitização lastreados em debêntures da 19ª emissão da empresa. Esses 92,9% representam 26,24% dos CRIs em circulação. Os votos contrários atingiram 2,06% dos investidores presentes, ou 0,58% dos papéis em circulação — o percentual restante se refere a abstenções.

Wongtschowski na Unigel

A família Slezynger, fundadora do grupo petroquímico Unigel, contratou Pedro Wongtschowski, acionista minoritário e ex-chairman da Ultrapar, para assessorar os Slezynger na reestruturação da companhia, que está em dificuldades financeiras. Fundador do grupo, Henri Slezynger segue à frente do conselho de administração. Um de seus filhos, Marc, ocupa a vice-presidência. Hoje, dois dos cinco assentos do colegiado estão vagos. Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, Wongtschowski poderia assessorar o grupo a partir do conselho — o ex-presidente do Ultra já fez parte do colegiado da Unigel, há cerca de uma década, quando a companhia estava fortemente endividada, por causa dos investimentos em expansão e na aquisição de operações no Brasil e no México, e lutava para superar outra grave crise financeira. O papel de Wongtschowski será de um conselheiro, mas ainda não está claro se ele vai assumir uma função, de fato, no colegiado. Ele também estava sendo cotado para assumir o posição de CEO, mas não há um consenso nesse sentido ainda.

EPR leva BR-040 e diz ter espaço para crescer

Rodovia

Taís Hirata
São Paulo

A EPR (formada por Equipav e Perfin) venceu o leilão da BR-040, entre Belo Horizonte e Juiz de Fora (MG), realizado na quinta-feira (11). O grupo fez uma proposta de 11,21% de desconto sobre a tarifa de pedágio máxima prevista no edital. Com isso, superou com folga seus concorrentes na disputa: a CCR ofereceu apenas 1% de deságio, e o consórcio Vetor Norte, formado por construtoras de médio porte, que propôs 0% de desconto na licitação.

No leilão, um quarto consórcio, liderado pela Azevedo & Travassos, chegou a entregar oferta, porém, não foi habilitado por apresentar problemas na garantia da proposta, que estavam em desconformidade com as regras do edital, segundo a comissão da licitação. O grupo entrou com pedido de liminar na Justiça para participar da concorrência, mas sem sucesso.

Com a vitória, a EPR terá que realizar investimentos na ordem de R$ 5,1 bilhões em obras, além de custos operacionais estimados em R$ 3,53 bilhões ao longo dos 30 anos de contrato.

O projeto será o segundo contrato federal da companhia, que despontou em 2022 como um novo ator no mercado de concessões rodoviárias e que vem em crescimento acelerado desde então. Em 2023, o grupo conquistou o Lote 2 de rodovias do Paraná. Antes disso, também já havia arrematado três concessões estaduais em Minas Gerais — no Triângulo Mineiro, no Sul de Minas e na rota Varginha-Furnas.

Após a vitória no leilão da BR-040, o presidente da EPR, José Carlos Cassaniga, afirmou que o grupo segue estudando novas concessões rodoviárias. "Tem espaço. Prezamos por qualificar projetos e estudos, mas tem espaço. Estamos olhando todo o 'pipeline' de projetos federal e de alguns Estados. Para nós é importante a relação risco-retorno", disse ele, após o leilão.

Questionado sobre o interesse na PPP do Lote Litoral Paulista, que será licitado na próxima terça-feira (16) pelo governo de São Paulo, Cassaniga disse que não há definição. "Temos como base estudar todos os projetos. Essas decisões dependem muito de configurações finais." Segundo fontes, o grupo também vinha estudando o ativo paulista.

O leilão da BR-040 também é emblemático por ser parte da relicitação da Via040, concessão da Invepar que está em processo de devolução. A empresa tenta devolver a concessão desde 2017, mas só em 2020 conseguiu firmar o contrato de relicitação. Naquele momento, a previsão era que o novo leilão se desse até 2022, mas houve uma série de atrasos. Em 2023, a Justiça teve de garantir que a Invepar seguiria operando até que o novo operador assumisse.

> **11,21%** foi o desconto sobre o pedágio oferecido

O leilão de quinta-feira, porém, não resolve todo o problema: ainda falta relicitar outro trecho da Via 040, de Belo Horizonte a Goiás, a chamada Rota dos Cristais. Este projeto, que será alvo de uma concessão separada, está em fase final de estudo pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo o ministro dos Transportes, Renan Filho, a expectativa é que o órgão libere o edital até a próxima semana, disse ele, na quinta.

Para que as discussões sobre a relicitação sejam concluídas, porém, será preciso fechar um valor de indenização que o governo pagará à Invepar, pelos investimentos feitos e não amortizados, algo que ainda não está definido. Questionado sobre o tema, o ministro disse que o assunto caberia à agência reguladora.

Além da concessão da Rota dos Cristais, o ministério espera que o TCU aprove até a próxima semana a nova modelagem da concessão da BR-381, entre Belo Horizonte e Governador Valadares. O projeto da estrada, chamada de "Rodovia da Morte", chegou a ir a leilão no fim de 2023, mas não houve interessados. Desde então, o governo promoveu mudanças, que agora estão sendo analisadas pelo TCU.

"Houve alterações, que são a elevação da taxa interna de retorno do projeto, por conta do risco, que é mais elevado que os outros, o compartilhamento do risco de engenharia e do risco geológico, a retirada de dois lotes da saída de Belo Horizonte, que serão executados cm recursos públicos. Isso tudo amplia muito a atratividade da concessão da BR-381. Acredito que leilão será bem-sucedido", disse Renan Filho. A expectativa é que a licitação seja feita em agosto ou setembro.

A pasta tem oito concessões rodoviárias em análise pelo TCU, com expectativa de aprovação pelo tribunal nos próximos três meses, o que possibilitaria a realização do leilão até o fim de 2024.

Hoje, no mercado, a principal dúvida é sobre a capacidade dos investidores de absorver o grande volume de leilões rodoviários no país. Porém, analistas do setor apontam que a licitação trouxe um sinal positivo. "Tivemos a participação de atores com perfis diferentes e que viram atratividade no ativo. Isso sinaliza que para bons ativos haverá concorrência de grupos importantes", afirma Rodrigo Campos, sócio do Vernalha Pereira Advogados.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL
A concessão da rodovia BR-040 vai exigir da EPR investimento de R$ 5,1 bilhões em obras, além de R$ 3,5 bilhões de custos operacionais ao longo de 30 anos

Ler mais na página B2

Logística Recursos virão da repactuação das concessões de Vale, Rumo e MRS, diz ministro

Governo prepara plano nacional de ferrovias de R$ 20 bilhões

Taís Hirata
De São Paulo

Ministro de Transportes, Renan Filho, ao lado do secretário-executivo, George Santoro, e da secretária de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, no leilão

O governo federal deverá lançar neste semestre um plano nacional de ferrovias de cerca de R$ 20 bilhões, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho, na quinta-feira (11), após o leilão de concessão da BR-040, realizado na sede da B3, em São Paulo.

Os recursos virão principalmente das renegociações com as operadoras ferroviárias Vale, Rumo e MRS, pelas renovações antecipadas firmadas pelas empresas no governo passado. "Foram renovações que subestimaram o valor dos ativos. Agora, estamos recuperando dinheiro ao país", disse o ministro. O acordo com a Vale — que deverá ser o mais volumoso — está perto de sair. "Estamos muito próximos de um acordo, já tem proposta formal."

Em outubro do ano passado, a Rumo já havia fechado a repactuação da Malha Paulista, na qual concordou em desembolsar cerca de R$ 1,2 bilhão a mais — R$ 500 milhões em investimentos na malha e R$ 670 milhões como pagamento de "adicional de vantajosidade". Segundo o ministro, também há acordo com a MRS.

> "Estamos próximos de um acordo com a Vale, já tem proposta formal"
> *Renan Filho*

Procurada, a Vale reiterou o comunicado publicado nesta semana no qual diz que está em "discussões avançadas" com o ministério. A MRS não quis comentar.

Além disso, está perto de ser fechada a renovação antecipada da FCA (Ferrovia Centro Atlântica), da VLI. O projeto passou por turbulências nos últimos anos, que incluíram resistência de Estados atravessados pela malha e, no atual governo, questionamentos sobre os investimentos. Após negociações duras, as partes estão perto de um acordo, segundo pessoas a par do tema.

O ministro disse que em breve o governo federal deverá publicar uma portaria, estabelecendo novas premissas para renovações antecipadas. "Depois da portaria é que vamos verificar se a FCA deseja fazer a renovação antecipada ou se vai a leilão", afirmou.

"Com a possibilidade da renovação antecipada da FCA, se gerar outorga, isso entra também no plano [nacional]. Será no mínimo R$ 20 bilhões. Não estou querendo dizer exatamente quanto é, porque não se sabe direito quanto é o valor da FCA, quanto vai ser o acordo", disse Renan Filho.

Os projetos incluídos no plano nacional ainda serão debatidos com a sociedade, afirmou. Ele diz que o ministério planeja propor a realização da Ferrogrão — o governo, porém, tem dito que não pretende colocar recursos públicos no empreendimento.

3
renovações passam por rediscussão

Um dos projetos em estudo é o leilão dos demais trechos da Fico (Ferrovia de Integração Centro-Oeste) e da Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), que poderá sair em um bloco único.

A ideia é que os cerca de R$ 20 bilhões públicos entrem como aportes em concessões patrocinadas, explica George Santoro, secretário-executivo da pasta. Dessa forma, no leilão, os interessados oferecem desconto sobre o aporte público, o que pode reduzir o cheque do governo.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Giestas (esq.) e Mitre: serviços e unidades de alto padrão são indissociáveis

Mitre e AHI apostam no alto padrão com serviços como diferencial

Imóveis

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A Mitre e a Atlantica Hospitality International (AHI) firmaram parceria para oferecer serviços hoteleiros em residenciais de alto padrão da incorporadora, com a bandeira Radisson Service Apartments, inédita no país.

O acordo inclui, inicialmente, dois empreendimentos, na rua Itapeva e no Brooklin, em São Paulo, que somam 481 unidades, da linha Haus Mitre. Os projetos têm apartamentos grandes e estúdios. As unidades compactas estão à venda e podem ser incluídas em um pool da Atlantica, para locação de curta a longa temporada.

Os apartamentos maiores não ficam no pool, mas poderão ser atendidos pelos serviços de hotelaria, como concierge, arrumação e alimentação, pagos à parte.

É uma evolução de parceria já firmada em 2020, para estúdios de padrão médio. Naquele caso, a Atlântica adotou a marca Roomo, que cobra preços até 25% abaixo de hotéis da mesma área, segundo o CEO Eduardo Giestas. No caso da Radisson Service Apartments, a tarifa deve ser mais "dinâmica". Nos apartamentos da Mitre, a operação tem dado retornos entre 8% e 12% ao ano para os investidores, segundo a incorporadora.

A associação com marcas de hotelaria tem sido uma saída do setor imobiliário para lidar com estúdios, que acabaram incentivados pelo Plano Diretor de 2014, em São Paulo. A revisão da lei, feita no ano passado, tornou esses incentivos mais "flexíveis", o que pode reduzir a oferta de compactos em lançamentos futuros.

De qualquer forma, a incorporadora quer manter o laço entre hospitalidade e alto padrão. "Ainda que não faça apartamentos compactos, por questões de mudança de Plano Diretor, essa fusão é indissociável", afirma o CEO Fabrício Mitre.

O primeiro projeto com a Radisson Service Apartments deve começar a operar no início de 2025. O segundo será lançado neste trimestre.

Segundo Mitre, essa fusão também é uma forma de diferenciar seu produto da concorrência, que correu para o alto padrão com a subida dos juros do financiamento imobiliário. "Nos diferenciamos trazendo esse tipo de coisa que ainda não é muito usual no Brasil", diz, citando o empreendimento Fasano Itaim, entregue pela Even no ano passado, como exemplo de residencial que conseguiu unir serviço e marca e ser valorizado.

A própria Even tem outro projeto nesse sentido, o Faena São Paulo, que vai trazer a bandeira americana e mesclar residencial e hotel.

A Helbor entregou em março os apartamentos residenciais do seu empreendimento W, que terá no segundo semestre a operação da bandeira W Hotels, da Marriott, também inédita no país. As unidades residenciais também poderão contratar os serviços do hotel.

481
unidades estão incluídas no acordo

A Cyrela faz algo similar por meio da Charlie, empresa de locação na qual tem participação, e que opera empreendimentos vendidos para fundos. A empresa inaugurou em dezembro o primeiro prédio inteiro da marca Charlie, com serviço de hotelaria.

Giestas afirma que a cidade tem uma rede hoteleira defasada e que os residenciais com serviços de hotelaria podem suprir a demanda que não está sendo atendida adequadamente. "Vemos oportunidade de grande para esse produto se disseminar e a marca se estabelecer no mercado em São Paulo", diz.

A Mitre comprou em 2022 a marca Daslu e cogita usá-la também no segmento de residenciais com serviços, segundo o diretor de hospitalidade Leandro Cássio. "Queremos parceiro que tenha background forte em serviços para acoplar isso com a marca". A empresa quer lançar um empreendimento Daslu nos Jardins.

Empreendimento da JHSF é embargado por liminar

De São Paulo

O empreendimento Boa Vista Village, em Porto Feliz (SP), da incorporadora JHSF, foi embargado por decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicada na quarta-feira (10).

A ação civil pública foi movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, e a decisão dada pela juíza Raisa Alcântara Cruvinel Schneider, da segunda vara da cidade.

O MP pediu a interdição e embargos judiciais da obra. A principal alegação é de que a magnitude do empreendimento não foi considerada na elaboração dos estudos de impacto ambiental durante o licenciamento, porque as licenças foram obtidas de forma parcelada. A decisão pede a nulidade das licenças e autorizações dadas pelos órgãos públicos.

Em comunicado ao mercado, a JHSF afirma que os projetos Fazenda Boa Vista (FBV), Boa Vista Village (BVV) e Boa Vista Estates (BVE) foram aprovados nos devidos processos de estudo de impacto ambiental e licenciamento, inclusive com audiências públicas, e obtiveram licenças e autorizações legais. Diz ainda ser "público e notório que a FBV foi lançada há 17 anos, em 2007. Somente após 12 anos do lançamento comercial da FBV, ou seja, em 2019, é que foi lançado o BVV, empreendimento autônomo à FBV."

Afirma que, posteriormente, por causa da demanda por segunda residência durante a pandemia, adquiriu o terreno do BVE, "que constituiu mais um empreendimento autônomo e fica, inclusive, em área separada da FBV e do BVV pela Rodovia Castelo Branco".

É no BVV que está localizada uma praia artificial com piscina de ondas para surfe, inaugurada no ano passado. O complexo terá ainda um shopping de 14 mil m², previsto para este ano, campos de golfe, casas e prédios residenciais.

A decisão do MP cita laudo com base em fotografias feitas da área do projeto, que constatou "diversos danos ambientais", confirmados pela Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo). São citados a supressão de vegetação nativa e intervenções em áreas de preservação permanente (APP) para abertura de vias de acesso não licenciadas, a intervenção em cursos d'água e o impacto no aquífero tubarão, que abastece a região, mediante captação de água por dois poços profundos. Parecer técnico citado na decisão afirma haver, "aparentemente", um subdimensionamento do consumo de água nos empreendimentos.

Para a juíza, faltaram licenciamentos que considerassem o projeto "de forma global".

São citadas JHSF Participações S/A, Canárias Administradora de Bens Ltda e Polônia Incorporações Ltda, além do município de Porto Feliz e do Estado de São Paulo.

A decisão afirma, ainda, que há "risco de dano irreparável" aos compradores de unidades do projeto. "Quanto às consequências inerentes ao deferimento da medida liminar, vislumbro a ocorrência de prejuízos econômicos", diz a magistrada, ponderando que, no conflito entre direitos patrimoniais e humanos, o que inclui direito à água e meio ambiente, "é evidente a necessidade de prevalência destes últimos".

No comunicado, a JHSF afirma que está atuando com seus advogados para esclarecer o assunto e tomar as medidas cabíveis, mantendo informados os clientes, agentes do mercado e acionistas.

Foram interditadas e alvo de embargo as obras dos empreendimentos Boa Vista Village, Residências do Village fases 1 e 2, Complexo Village e da área remanescente. Também entram na decisão o loteamento Canárias e outros que os réus pretendam fazer na área.

A decisão impede obras ou intervenções "até a elaboração de licenciamento ambiental único que envolva todo o megaempreendimento", sujeito a multa diária com valor inicial de R$ 500 mil, podendo atingir R$ 20 milhões.

> "O MP traz discussões mais ou menos legítimas, é importante cautela"
> *Edemilson Vicente*

O advogado Edemilson Wirthmann Vicente, sócio do escritório WV e especialista em direito imobiliário, diz que a liminar traz reflexos para compradores do projeto. Segundo ele, os clientes têm um "leque de opções", de rescisão de contrato, se a obra atrasar, a discussão sobre taxas condominiais enquanto o embargo durar.

De acordo com Vicente, um passo possível para a JHSF é um termo de ajustamento de conduta, que permita a continuidade das obras. Outro é a judicialização, para tentar provar que agiu corretamente.

O advogado diz ainda ser "fundamental" que os clientes analisem o que consta no processo, incluindo laudos técnicos. "O Ministério Público muitas vezes traz discussões mais ou menos legítimas, então é importante ter cautela". *(ALT)*

Diversificação Com sede no Ceará e atuação em distribuição de gás, bebidas e linha branca, família está avaliando ativos em energia

Grupo Edson Queiroz busca expansão no setor de infraestrutura no país

Taís Hirata, Mônica Scaramuzzo e Carlos Prieto
De São Paulo

O grupo Edson Queiroz estuda desenvolver uma plataforma de energia, que poderá ir além do gás natural e incluir outras fontes, segundo o presidente da companhia, Carlos Rotella. "Estamos abertos a isso, estamos prospectando. Na prática pode ser qualquer tipo de energia, seja renovável ou não", disse o executivo, em conversa com o **Valor**.

O conglomerado, sediado no Ceará, é formado por negócios de segmentos variados: a Nacional Gás (de gás liquefeito de petróleo), a Esmaltec (de linha branca), a Minalba (de bebidas) e a Verdes Mares (de rádio e TV). Hoje, a companhia estuda entrar em novos setores, mas sempre adjacentes às áreas em que já atua.

Em março deste ano, a empresa formalizou a criação de uma nova empresa, a OT Gás Nordeste (OTGN), para a construção e operação de um novo terminal de gás liquefeito de petróleo (GLP) no Porto de Suape (PE), com investimento previsto de R$ 1,2 bilhão. O grupo Edson Queiroz terá 42,5% do negócio, ao lado da Oiltanking Logística Brasil (também com 42,5%) e a Copa Energia (15%). A parceria já havia sido anunciada em 2021. Segundo ele, trata-se de um exemplo do tipo de expansão que a empresa pretende fazer, em setores ligados aos negócios existentes.

Hoje, a Nacional Gás é a principal plataforma do grupo e é também aquela com o maior potencial de crescimento, em especial a divisão voltada a clientes empresariais — que poderá incorporar novas soluções de energia. A empresa também conta com uma área voltada a clientes residenciais, que consomem o gás de cozinha conhecido pela maior parte dos brasileiros. Neste segmento, Rotella diz que ainda há potencial de crescimento, porém, muito mais associado a uma redução da pobreza, já que o botijão concorre com a lenha.

> "Estamos abertos [a investir] em energia, seja renovável ou não"
> *Carlos Rotella*

Desde o fim de 2023, o grupo fez uma separação das duas divisões — a residencial e a empresarial —, que hoje têm equipes separadas. O grupo também não descarta fazer uma cisão total dos negócios, com um "spin off" da parte industrial, mas ele diz que ainda não há uma perspectiva para isso.

Apesar da natureza variada dos negócios do grupo, Rotella diz que neste momento não há planos para se desfazer de nenhuma das empresas. No passado, a companhia chegou a colocar à venda a Esmaltec, marca popular de eletrodomésticos, mas desistiu. Segundo fontes do mercado, não houve interessados na aquisição. Rotella reconhece que não se trata de um setor atrativo, mas diz que também houve uma reflexão interna de que era necessário modernizar a empresa para gerar mais valor.

Com isso, em 2023 a empresa iniciou uma modernização da fábrica de Maracanaú (CE). O plano é lançar novos produtos neste ano e otimizar a produção, por exemplo, reduzindo drasticamente o número de componentes usados na linha de fabricação. "Hoje, não tem a menor chance de a gente vender [a Esmaltec]", diz ele.

Em 2023, o grupo como um todo registrou faturamento bruto de R$ 12,2 bilhões, uma retração de 9,6% em relação ao ano anterior, em que a receita foi de R$ 13,5 bilhões. O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ficou em R$ 1,2 bilhão e 2023, alta anual de 25%.

> **R$ 12,2**
> **bilhões foi a receita do grupo em 2023**

Rotella tem o mandato da família fundadora para nacionalizar a companhia. Egresso da Votorantim, o executivo conta que a empresa busca maior visibilidade no Centro-Sul e, para isso, está montando um escritório em São Paulo. Não há planos de ir à bolsa, no entanto. Segundo ele, o grupo tem caixa para bancar a expansão dos seus negócios.

GABRIEL REIS/VALOR

Carlos Rotella, presidente do conglomerado, diz que grupo poderá entrar em novas áreas e não descarta parcerias

Justiça de SP suspende presidente do conselho da Petrobras por conflito

Governança

Kariny Leal
Do Rio

A Justiça Federal de São Paulo determinou a suspensão, em decisão liminar, do presidente do conselho de administração da Petrobras, Pietro Mendes. Segundo o juiz Paulo Cezar Neves Junior, da 21ª Vara Cível Federal, a permanência de Mendes no cargo de secretário do Ministério de Minas e Energia (MME) afronta o estatuto social da companhia "com potencial ocorrência de amplo conflito de interesses".

Mendes foi eleito em abril de 2023 para o colegiado da Petrobras juntamente com outros indicados pela União, controladora da empresa. Desde o começo, ele sofreu questionamentos. As instâncias internas de governança da Petrobras apontaram supostos conflitos de interesse de Mendes pelo fato dele acumular a secretaria de óleo e gás do MME e o cargo de presidente do conselho da Petrobras, vinculada diretamente ao ministério.

Mas como o parecer das instâncias internas de governança da Petrobras era apenas uma orientação ao conselho, Mendes acabou eleito na assembleia de acionistas de abril do ano passado. Mesmo assim, em setembro, a área técnica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu um processo sancionador, ainda em curso, para apurar responsabilidades da União Federal e dos conselheiros Pietro Mendes e Efraim Cruz. Cruz, que também era ligado ao MME, do qual saiu, terminou renunciando ao conselho da Petrobras este ano.

> **11**
> **é o número de conselheiros**

Agora a suspensão de Mendes do cargo se deu a partir de uma ação popular do deputado estadual Leonardo de Siqueira Lima (Novo-SP). Na ação, o autor argumenta pela não observância de aspectos previstos no estatuto social da companhia. Cita nominalmente "a ausência de elaboração de lista tríplice" e a não contratação de empresa de seleção de executivos para indicação de Mendes, além do suposto conflito de interesses.

Em outubro do ano passado, o próprio Siqueira havia entrado com ação popular pedindo o afastamento de três conselheiros da Petrobras sob o argumento que as indicações não seguiam as regras do estatuto, eram eles: o próprio Mendes, Efrain Cruz, que à época era secretário-executivo do MME; e Sérgio Machado Rezende, que era filiado ao PSB até março de 2023. Rezende também foi suspenso do conselho da Petrobras por decisão judicial nesta semana.

A suspensão do presidente do conselho da Petrobras se dá em momento de tensão sobre o comando da petroleira. Nos últimos dias, cogitou-se a possibilidade de demissão do presidente da empresa, Jean Paul Prates, que trava uma queda-de-braço com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira desde o começo do governo. Trata-se, em síntese, de uma disputa de poder político na Petrobras. Dos 11 conselheiros da empresa, há seis indicados pelo MME e ligados a Silveira, inclusive Mendes. Prates controla a diretoria, mas tem ficado isolado no colegiado. Há ainda quatro minoritários e uma representante dos empregados. A suspensão também ocorre há poucos dias da assembleia de acionistas da Petrobras que irá eleger o conselho para o período 2024-2026. Mendes tenta a recondução para mais um período. Em fato relevante no fim da noite de ontem, a Petrobras informou que vai recorrer da decisão.

Curta

Direcional cresce no 1º tri

A incorporadora Direcional, que atua no segmento popular, terminou o primeiro trimestre com R$ 653,5 milhões em valor geral de venda (VGV) lançado, crescimento de 7% sobre o mesmo período de 2023. Do total lançado, 60% foram de unidades da marca Riva, usada pela Direcional em empreendimentos que não se enquadram no programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). As vendas líquidas somaram R$ 1 bilhão no mesmo intervalo, crescimento de 56,2% em termos anuais.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Rbritorezende Comércio de Móveis Ltda. Epp -** CNPJ: 10.684.372/0001-38 - Endereço: Sia Trecho 03, Lotes 910 e 920, S/nº, Zona Industrial, Guará - Requerente: Rbritorezende Comércio de Móveis Ltda. Epp - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **S. A. M. Sinalização Ltda. Ou S. A. M. Sinalização Unipessoal Ltda. -** CNPJ: 35.634.604/0001-74 - Endereço: Rua Teixeira de Freitas, 239, Bairro Utinga - Requerente: Aços G3 Comércio e Beneficiamento Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Telhaferro Comércio de Perfilados Ltda. ME -** CNPJ: 32.018.200/0001-68 - Endereço: Av. Saudade, 1325, Bairro Mirante - Requerente: Br Steel Indústria e Comércio de Aço Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Via Sul Engenharia Ltda. Ou Viasul Engenharia Ltda. -** CNPJ: 08.107.711/0001-71 - Endereço: Av. Álvares Cabral, 1777, 6º Andar, Bairro Santo Agostinho - Requerente: Renner Silva Fonseca - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Falências Decretadas

Empresa: **Chocolate do Parke Ltda. -** CNPJ: 91.385.310/0001-27 - Endereço: Estrada do Moreira, 141, Pavilhão 02, Fundos, Sala A, Bairro Várzea Grande, Gramado/rs - Administrador Judicial: Dr. Tiago Leno Alpi - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Destilaria Água Limpa S/a, Nome Fantasia Dalsa -** CNPJ: 48.303.333/0001-16 - Endereço: Estrada Vicinal M a Z 0.70 Ângelo Pivaro, S/nº, Km 01, Zona Rural - Administrador Judicial: Laspro Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro - Vara/Comarca: 1a Vara de Monte Aprazível/SP

Empresa: **Frankal Indústria e Comércio de Aço Ltda. -** CNPJ: 97.554.203/0001-61 - Endereço: Rua Augusto Calheiro, 1211, Bairro Jardim Silvia Maria - Administrador Judicial: Dr. Absalão de Souza Lima - Vara/Comarca: 1a Vara de Mauá/SP

Empresa: **Gass Indústria e Beneficiamento de Calçados Ltda. -** CNPJ: 05.749.580/0001-38 - Endereço: Rua Valentin Weschenfelder, 366, Bairro Industrial, Dois Irmãos/rs - Administrador Judicial: Giacomini & Valdez Advogados Associados, Representada Pelo Dr. Dani Leonardo Giacomini - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Schneider Participações e Investimentos Ltda. -** CNPJ: 11.506.588/0001-76 - Endereço: Rua Vereador Theodoro Michaelsen, 40, Sala 01b, Bairro Mato Queimado, Gramado/rs - Administrador Judicial: Dr. Tiago Leno Alpi - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Trp Express Transportes Ltda. -** CNPJ: 11.075.831/0001-49 - Endereço: Rua Valdir Roberto de Camargo, S/nº, Quadra 07, Bairro Recanto Campestre Joia - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Adnan Abdel Kader Salem Sociedade de Advogados - Vara/Comarca: 3a Vara de Indaiatuba/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **A. Duarte de Queiroz -** CNPJ: 06.372.124/0001-84 - Requerente: A. Duarte de Queiroz - Vara/Comarca: 8a Vara de Maceió/AL - Observação: Pedido de auto falência indeferido.

Requerido: **Lyska Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda. -** CNPJ: 15.486.670/0001-37 - Endereço: Av. Dos Financeiros, 105, Lote 29, Quadra V, Bairro Vila Bancária - Requerente: São Paulo Invest Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Nl Comércio de Pneus e Serviços Ltda. Ou Olinda Pneus Comércio e Serviços Ltda. -** CNPJ: 24.185.522/0001-73 - Endereço: Rua José Damião, 225, Bairro Santo Antonio - Administrador Judicial: Não Citado No Despacho - Vara/Comarca: 6a Vara de Mossoró/RN

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

INÊS 249

Mineração Programa integrado de minério de ferro nasceu na MMX e contempla mina, ferrovia e porto

DEV investirá R$ 1,7 bi no Projeto Ferro Amapá

Stella Fontes
De São Paulo

Antigo projeto da MMX, mineradora fundada por Eike Batista, e desativado há sete anos, o Projeto Ferro Amapá está a caminho de retomar operações, pelas mãos da DEV Mineração. Empreendimento integrado de mineração de ferro, ferrovia e porto, vai receber US$ 320 milhões (cerca de R$ 1,7 bilhão ao câmbio atual) em investimentos nos próximos 24 meses, somente para reativação da mina de Pedra Branca do Amapari (AP) e da ferrovia que liga Pedra Branca ao Porto de Santana.

Ontem, a DEV entregou à Secretaria de Estado do Meio Ambiente os pedidos de reativação das licenças ambientais da mina e da ferrovia, condição precedente para o início das obras, previsto para o segundo semestre. São novos estudos, que atualizam o relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) produzido nos anos 2000.

A DEV pertence à Pedra Branca Alliance, uma joint venture entre a trading Indo Sino (de Cingapura), com uma fatia de 70%, e a britânica Cadence Minerals, que detém participação de 30%. A mineradora assumiu o projeto em 2019, incluindo dívidas, e concluiu a aquisição de 100% em 2022, quando chegou a um acordo com um grupo de sete bancos credores.

"O plano é iniciar as obras pela ferrovia, por sua relevância para o Estado" *Raquel Dalseco*

A caminho de encerrar um processo de recuperação judicial, a mineradora planeja levar os estudos referentes ao terminal portuário — o Relatório de Controle Ambiental e o Projeto de Controle Ambiental —, também para renovação da licença, nos próximos 40 ou 50 dias, disse ao **Valor** a diretora-geral das operações da mineradora, Raquel Dalseco.

"Decidimos pedir a reativação das licenças sepadaramente por uma questão de agilidade", explicou a executiva. Conforme Dalseco, o governo do Amapá se comprometeu a entregar as licenças em 90 dias. "O projeto já existia. Essa etapa do licenciamento foi um meio de saber quais são as condições atuais", acrescentou.

Os US$ 320 milhões serão aplicados na reativação da mina e da malha de 190 quilômetros que forma a ferrovia, cujas operações estão paralisadas desde 2019. Segundo a executiva, parte dos recursos será própria e outra, captada no mercado. As atividades no Porto de Santana também estão suspensas, desde 2014. A DEV planeja reconstruir o terminal, numa segunda etapa de investimentos.

De acordo com Dalseco, a ideia é iniciar as obras pela ferrovia dada sua relevância para o Estado. Além de minério de ferro, um acordo com o governo estadual garante que outros tipos de carga poderão passar pela malha ferroviária. Ainda não está decidido se a DEV, que detém a concessão, fará a operação da ferrovia ou se contratará os serviços de terceiros.

A mina em Pedra Branca pode produzir 6 milhões de toneladas

7 anos é quanto tempo o projeto está parado

por ano, com vida útil de 16 anos. A expectativa é iniciar os trabalhos assim que os órgãos ambientais derem seu aval, com a criação de 1,1 mil postos de trabalho diretos e 2,2 mil indiretos quando o complexo estiver em operação.

Conforme a DEV, vendas realizadas no passado e testes com amostras do minério explorado no Amapá indicaram que ali o concentrado é de "alta qualidade, com baixo teor de contaminantes". A informação consta de relatório encaminhado ao governo federal.

Depois da MMX e antes da DEV, o projeto de mineração no Amapá teve donos como a Anglo American e a Cliffs Natural Resources, que venderam a operação à Zamin Ferrous em 2013.

RHI Magnesita revê planos para crescer no Brasil

Cibelle Bouças
De Contagem (MG)

A RHI Magnesita, uma das maiores fabricantes globais de produtos refratários para a indústria, mudou os planos de investimentos no Brasil, acompanhando o enfraquecimento do setor siderúrgico no país, a maior clientela da companhia. A siderurgia brasileira encolheu 6,5% no ano passado e tem previsão de recuar mais 3% em 2024.

A empresa inicia no dia 15 a operação do novo forno rotativo, em Brumado (BA), que recebeu investimento de R$ 541 milhões — bem acima da previsão inicial de R$ 180 milhões. A unidade vai ampliar em 50% a capacidade da empresa produzir sínter de magnesita, matéria-prima dos refratários. Por outro lado, reduziu de R$ 334 milhões para R$ 281,5 milhões o investimento em Contagem (MG), que ampliaria em 50% a capacidade de produção de refratários, para 60 mil toneladas por mês.

O presidente da RHI Magnesita para América do Sul, Wagner Sampaio, disse que a intenção é aproveitar a alta qualidade do mineral da mina de Brumado e transformar a operação em um dos principais fornecedores de matéria-prima para refratários do mundo.

Atualmente, metade da produção de sínter de magnesita em Brumado é exportada para outras fábricas da companhia, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. A outra metade vai para Contagem para a produção local de refratários. Globalmente, a companhia cresce fazendo aquisições onde o consumo de aço está aquecido, como Índia e Estados Unidos. Na América do Sul, a demanda "anda de lado", segundo Sampaio.

"O investimento ficou pesado. A companhia decidiu concentrar os recursos em Brumado no momento", afirmou. O plano original era instalar um forno com capacidade para até 85 mil toneladas por ano, mas o projeto foi ampliado para um forno de 140 mil toneladas. Em Contagem, a empresa iria elevar em 50% a capacidade de produção de refratários, atualmente de 40 mil toneladas por mês.

Sampaio acrescentou que a RHI Magnesita vai substituir a produção de outros fornos de Brumado a partir de maio, quando o forno rotativo deve estar em plena capacidade, mantendo, no curto prazo, a produção em torno de 300 mil toneladas de sínter de magnesita por ano. A ampliação da capacidade produtiva será feita quando o mercado reagir.

"Tudo depende da evolução do mercado. Acreditamos que o mercado voltará a crescer, com investimentos na siderurgia, na indústria de cimento. Quando isso acontecer poderemos operar com todos os fornos", disse Sampaio.

O executivo salientou que o investimento feito no Brasil, mesmo com mudanças, mostram a confiança da companhia no futuro da

CAROL REIS/DIVULGAÇÃO

Sampaio, presidente: "O mercado voltará a crescer, com investimentos na siderurgia, em cimento. Quando isso acontecer poderemos operar com todos os fornos"

operação. A RHI Magnesita emprega 5 mil pessoas na América do Sul, sendo 4,5 mil no Brasil.

No Brasil, a empresa encerrou 2023 com receita de € 371,1 milhões (R$ 2,01 bilhões), resultado estável em relação a 2022. Para 2024, a expectativa é que a operação mantenha estabilidade em relação ao ano passado.

No mundo, a empresa encerrou 2023 com lucro líquido de € 171 milhões, alta de 2,4% em relação a

"A companhia decidiu concentrar os recursos em Brumado" *Wagner Sampaio*

2022. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) cresceu 8,6%, para € 543 milhões. A receita global avançou 7,7%, para € 3,57 bilhões. O desempenho foi sustentado por seis aquisições na Índia, China, Alemanha e Estados Unidos. Este mês, a empresa anunciou a intenção de compra da Resco Group, produtora de monolíticos de alumina e refratários com sede nos Estados Unidos, por valor em torno de US$ 430 milhões. As siderúrgicas respondem por 69% das vendas globais da companhia.

O forno rotativo de Brumado é o maior da companhia no mundo. A sua produtividade é 25% maior em relação aos fornos verticais. A empresa possui quatro linhas de produção com fornos verticais em Brumado. O forno rotativo é diferente.

"Esse forno permite produzir um portfólio mais amplo de componentes e consome materiais que antes eram descartados", afirmou o presidente. Com o forno rotativo, a RHI Magnesita vai usar finos de minério (rejeitos) para produzir o sínter de magnesita. Hoje esse material é empilhado e descartado na mina. Com isso, a RHI Magnesita prevê aumentar a vida útil da mina de 27 para 60 anos.

O novo forno é bicombustível, o que permitirá a substituição do óleo industrial pelo gás natural em 2026, quando o gasoduto sudoeste da Bahiagás deve chegar à região. A empresa assinou contrato com a Bahiagás para consumo de 259 mil metros cúbicos de gás natural por dia, sendo 82 mil metros cúbicos de gás por dia para o

4,5 mil funcionários tem a empresa no Brasil

forno rotativo e o restante para as outras linhas de produção. Com a substituição do óleo industrial pelo gás natural, a empresa espera reduzir as emissões de carbono em 60 mil toneladas por ano.

A RHI Magnesita é listada na bolsa de Londres e tem sede em Viena . No acumulado de 12 meses, a companhia registra alta de 55,37%. No mundo, a companhia emprega 15 mil funcionários em 47 unidades de produção, 7 instalações de reciclados e 70 escritórios de vendas.

DNV analisa potencial da eólica offshore no país

Energia

Paula Martini
Do Rio

No ano em que completa meio século de operações no Brasil, o grupo de consultoria e certificação norueguês DNV vê o país como um mercado estratégico a médio e longo prazos. As operações brasileiras estão concentradas na área de óleo e gás, mas a companhia vê potencial na futura geração de energia eólica em alto mar, ainda pendente de regulação.

A pedido do Banco Mundial, a empresa começou, no ano passado, uma análise sobre os cenários da indústria de energia eólica offshore no Brasil. A iniciativa faz parte do Programa de Desenvolvimento Eólico Offshore do Grupo Banco Mundial, com apoio do Programa de Assistência à Gestão do Setor Energético (ESMAP) e da Corporação Financeira Internacional (IFC).

A DNV atua na área de gerenciamento de risco e certificação de projetos. Ajuda as empresas a atenderem padrões internacionais de segurança, faz avaliação de risco e de custo de investimento.

Ao menos 96 projetos de exploração eólica no mar foram apresentados ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A DNV calcula que os projetos somam cerca de 190 gigawatts, dos quais 50 gigas foram comercialmente avaliados pela empresa norueguesa.

A consultoria não informou por quais empresas foi contratada. "O nosso trabalho se inicia em uma fase incipiente, antes que esses projetos comecem a operar de fato, com análise do aspecto técnico e a viabilidade econômica", explicou Alex Imperial, vice-presidente e gerente regional do grupo DNV nas Américas.

A consultoria avalia que a demanda de petróleo deve cair após um movimento de pico, mas não chegará a zero em 30 anos. Por isso, a descarbonização dos processos associados à produção de óleo e gás deve se tornar uma janela de oportunidade. Como equilibrar o consumo mundial e o direcionamento de investimentos para fontes renováveis, por outro lado, deve ser o maior desafio para a indústria nos próximos anos.

Mas o Brasil está em posição privilegiada na transição energética. "Vemos oportunidades com energia eólica e solar onshore, onde já temos um posicionamento forte", diz o

LEO PINHEIRO/VALOR

"Vejo oportunidade com energia eólica e solar onshore, onde já temos forte posicionamento" *Alex Imperial*

presidente global do grupo, Remi Eriksen. "Também há muito potencial na exploração eólica offshore pela experiência do óleo e gás, o que geraria mais atividades náuticas para dar suporte", acrescenta.

O pleno desenvolvimento da atividade no Brasil depende de marco regulatório. O Projeto de Lei 11247/2018 foi aprovado em novembro passado pela Câmara, mas ainda precisa ser analisado pelo Senado. "Nós estamos trabalhando em workshops com o Ministério de Minas e Energia para ajudar na regulamentação. É um papel que já desempenhamos em outros países", observa Eriksen.

Petrobras, Yara, Modec, SBM e Grupo OBC estão entre os principais clientes da DNV no Brasil, que está se entre os 15 maiores mercados da companhia. A operação no país se destaca por apresentar uma das maiores taxas de crescimento entre os demais. É o que assinala o presidente global do grupo.

Eriksen conversou com o **Valor** nesta quarta-feira (11), na passagem pelo Rio para as comemorações do cinquentenário da empresa no Brasil. No mercado brasileiro, a DNV tem 300 funcionários e nove escritórios em seis Estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará e Bahia.

De acordo com o executivo, as receitas da operação brasileira cresceram 65% entre 2019 e 2023, enquanto o crescimento global foi de 50% no mesmo intervalo. "Nesse período tivemos a covid-19, o que torna esses 65% ainda mais significativos", destacou Eriksen. "Há potencial de crescimento em vários setores no Brasil", indicou.

Com 160 anos, a DNV está presente em 100 países. O ranking em receitas é liderado por Estados Unidos, Noruega, Alemanha, Holanda, Reino Unido e China. No Brasil, a companhia atua em diferentes frentes — como indústrias de alimentos e bebidas e empresas de saúde —, mas os setores naval e de energia seguem sendo as principais atividades no país.

"A Noruega descobriu o gás na década de 1960, e começamos no Brasil em 1974. É por isso que o petróleo, o gás e o transporte marítimo têm sido os principais impulsionadores do nosso crescimento por aqui", diz o CEO. "E hoje essa é uma indústria muito madura e muito bem regulamentada. São nesses mercados onde gostamos de atuar", completa Alex Imperial.

Curta

PE contesta decisão

Em posicionamento sobre a decisão mais recente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que suspende a transferência do controle da Eldorado, a Paper Excellence, sócia da J&F Investimentos na produtora de celulose, ressaltou seu caráter temporário e indicou que sua manutenção "pode desencadear um efeito prejudicial de grande escala nos investimentos estrangeiros no Brasil". Conforme a Paper, a liminar que barra a transferência voltará a ser apreciada no julgamento do mérito, quando será avaliado o recurso do ex-prefeito de Chapecó (SC) Luciano José Buligon, autor da ação popular, contra a sentença de primeira instância, que extinguiu o processo. A juíza entendeu, lembra a empresa, que não estavam presentes "os requisitos mínimos necessários para prosseguimento da ação popular. Se os desembargadores concordarem com os argumentos da Paper, o processo será novamente encerrado e a liminar perde efeito. "A Paper confia que o julgamento do mérito reconhecerá que seus reais interesses na transação da Eldorado envolvem um complexo industrial e não a aquisição de terras rurais", diz, na nota.

INÊS 249

Demonstrações Financeiras & Relatório da Administração 2023

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(conforme Parecer de Orientação da CVM nº 39 de 16/12/2021)

DECLARAÇÕES

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Empresa demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://valor.globo.com/valor-ri/; b) furnas.com.br.

As indicações para as notas explicativas, constantes nesta publicação, são referentes às demonstrações financeiras completas.

BALANÇO PATRIMONIAL CONDENSADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
A T I V O	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4.457.297	3.766.459	5.141.038	4.764.303
Caixa restrito	197.628	180.551	197.628	180.551
Títulos e valores mobiliários	2.629.221	6.538.334	2.629.221	6.538.334
Clientes	1.624.735	1.304.052	2.211.929	1.771.246
Remuneração das participações societárias	265.785	117.409	163.929	117.409
Ativo Contratual de Transmissão	5.049.428	4.145.344	5.137.477	4.145.344
Impostos e Contribuições	81.675	–	88.020	5.148
Imposto de renda e contribuição social	1.272.961	566.715	1.297.156	592.381
Cauções e depósitos vinculados	–	–	125.181	137.708
Outros	166.384	323.144	383.651	576.979
	15.745.114	**16.942.008**	**17.375.230**	**18.829.403**
Ativos mantidos para venda	530.000	–	530.000	–
NÃO CIRCULANTE				
Caixa restrito	1.245.994	902.780	1.293.807	902.780
Clientes	205.753	238.051	205.753	238.051
Cauções e depósitos vinculados	1.228.976	1.080.726	1.461.847	1.131.005
Ativo Contratual de Transmissão	19.073.233	20.618.273	20.035.107	20.618.273
Impostos e Contribuições	–	–	12.869	12.125
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	4.531.856	2.077.784
Outros	145.149	135.447	173.166	209.087
	21.899.105	**22.975.277**	**27.714.405**	**25.189.105**
Investimentos	23.750.232	5.867.941	5.031.317	5.076.612
Imobilizado	5.559.155	6.533.501	23.968.557	24.725.671
Intangível	20.908.340	21.220.758	23.171.245	22.525.941
	72.116.832	56.597.477	79.885.524	77.517.329
TOTAL DO ATIVO	**88.391.946**	**73.539.485**	**97.790.754**	**96.346.732**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
CIRCULANTE				
Fornecedores	872.553	851.363	1.133.000	1.068.576
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.930.496	1.427.306	2.699.516	2.617.176
Imposto de renda e contribuição social	–	–	29.675	–
Impostos e Contribuições	178.512	243.642	248.605	296.767
Remuneração aos acionistas	673.158	742.797	708.947	742.797
Concessões a pagar	2.079	1.980	32.420	29.943
Provisões para litígios	–	–	297.958	62.450
Obrigações com pessoal	371.125	487.257	395.822	511.151
Encargos setoriais	95.324	117.584	173.850	186.837
Benefício aos empregados	1.080	36.815	1.080	36.815
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	598.781	405.668	598.781	405.668
Outros	49.031	25.734	309.234	324.068
	4.772.139	**4.340.146**	**6.628.888**	**6.282.248**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.160.955	6.557.188	14.170.434	25.900.525
Impostos de Renda e Contribuição Social	3.342.293	4.040.376	3.812.227	4.242.878
Impostos e Contribuições	127.434	144.934	157.097	202.010
Concessões a pagar	37.404	37.439	345.653	327.256
Provisões para litígios	2.672.314	2.491.221	2.869.748	2.706.968
Benefício aos empregados	117.406	127.291	119.841	127.291
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	10.600.735	9.966.484	10.600.735	9.966.484
Contratos Onerosos	48.531	–	48.531	–
Encargos setoriais	141.503	196.963	167.252	221.777
Outros	361.334	387.664	764.134	885.933
	25.609.909	**23.949.560**	**33.055.652**	**44.581.122**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	35.344.145	15.439.373	35.344.145	15.439.373
Reservas de capital	5.053.045	5.053.045	5.053.045	5.053.045
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	–	8.400.000	–	8.400.000
Reservas de lucros	19.778.277	18.054.370	19.778.277	18.054.370
Dividendos adicionais propostos	–	299.121	–	299.121
Outros resultados abrangentes	(2.037.555)	(1.996.130)	(2.037.555)	(1.996.130)
Ações em tesouraria	(128.014)	–	(128.014)	–
	58.009.898	**45.249.779**	**58.009.898**	**45.249.779**
Participação dos acionistas não controladores	–	–	96.316	233.583
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**58.009.898**	**45.249.779**	**58.106.214**	**45.483.362**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**88.391.946**	**73.539.485**	**97.790.754**	**96.346.732**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONDENSADO DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita Operacional Líquida	10.854.135	10.270.771	15.066.795	12.438.188
Custos Operacionais	(5.494.238)	(5.019.281)	(8.064.290)	(6.521.383)
RESULTADO BRUTO	**5.359.897**	**5.251.490**	**7.002.505**	**5.916.805**
Despesas Operacionais	(1.791.461)	(1.798.127)	(1.859.334)	(1.829.307)
Remensuração regulatórias - Contratos de transmissão	–	19.874	–	19.874
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**3.568.436**	**3.473.237**	**5.143.171**	**4.107.372**
Resultado Financeiro	(1.003.836)	(989.796)	(3.271.743)	(1.719.913)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	**2.564.600**	**2.483.441**	**1.871.428**	**2.387.459**
Resultado das participações societárias	2.664.186	556.907	745.049	638.397
Outras receitas e despesas	333.453	(1.338.982)	336.662	(1.338.982)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS	**5.562.239**	**1.701.366**	**2.953.139**	**1.686.874**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(199.499)	(137.427)	(210.393)	(138.593)
Imposto de renda e contribuição social diferido	692.493	94.304	3.154.595	98.309
	492.994	**(43.123)**	**2.944.202**	**(40.284)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**6.055.233**	**1.658.243**	**5.897.341**	**1.646.590**
Parcela atribuída aos controladores	6.055.233	1.658.243	6.055.233	1.658.243
Parcela atribuída aos acionistas não controladores	–	–	(157.892)	(11.653)
RESULTADO POR AÇÃO	**0,047**	**0,025**	**0,046**	**0,024**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE CONDENSADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	6.055.233	1.658.243	5.897.341	1.646.590
Outros componentes do resultado abrangentes:				
Ajuste ganho (perda) atuarial	(16.442)	(2.891)	(16.442)	(2.891)
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	5.590	983	5.590	983
Aquisição ações dos minoritários da SPE MESA	(30.573)	–	(30.573)	–
Total do resultado abrangente do exercício	**6.013.808**	**1.656.335**	**5.855.916**	**1.644.682**
Parcela atribuída aos controladores	6.013.808	1.656.335	6.013.808	1.633.029
Parcela atribuída aos não controladores	–	–	(157.892)	11.653
Total do resultado abrangente do exercício	**6.013.808**	**1.656.335**	**5.855.916**	**1.644.682**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONDENSADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Dividendos Adicional Proposto	Lucro Acumulado	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Controladores	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**6.531.154**	**–**	**5.053.045**	**17.071.392**	**160.458**	**–**	**(1.994.222)**	**26.821.827**	**209**	**26.822.036**
Reversão de dividendos (Vide nota 29.2)	–	–	–	160.458	(160.458)	–	–	–	–	–
Reserva especial de dividendos não distribuídos (Vide nota 29.2)	–	–	–	337.277	–	–	–	337.277	–	337.277
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	–	17.308.219	–	–	–	–	–	17.308.219	–	17.308.219
Integralização de capital (Vide nota 29.3)	8.908.219	(8.908.219)	–	–	–	–	–	–	–	–
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	–	–	–	–	–	–	(2.891)	(2.891)	–	(2.891)
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	–	–	–	–	–	–	983	983	–	983
Ajuste de participação junto à não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	245.027	245.027
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	1.658.243	–	1.658.243	(11.653)	1.646.590
Constituição de reservas (Vide nota 29.2)	–	–	–	784.364	–	(784.364)	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios e Juros s/ Capital Próprio	–	–	–	–	–	(393.833)	–	(393.833)	–	(393.833)
Dividendo Adicional Proposto (Vide nota 29.2)	–	–	–	(299.121)	299.121	(480.046)	–	(480.046)	–	(480.046)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**15.439.373**	**8.400.000**	**5.053.045**	**18.054.370**	**299.121**	**–**	**(1.996.130)**	**45.249.779**	**233.583**	**45.483.362**

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Dividendos Adicional Proposto	Lucro Acumulado	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido Controladores	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**15.439.373**	**8.400.000**	**5.053.045**	**18.054.370**	**299.121**	**–**	**(1.996.130)**	**–**	**45.249.779**	**233.583**	**45.483.362**
Integralização de capital	11.504.772	–	–	–	–	–	–	–	11.504.772	–	11.504.772
Aumento de capital AFAC	8.400.000	(8.400.000)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Variações em participações em controladas	–	–	–	–	–	–	(30.573)	–	(30.573)	–	(30.573)
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	–	–	–	–	–	–	(16.442)	–	(16.442)	–	(16.442)
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	–	–	–	–	–	–	5.590	–	5.590	–	5.590
Ajuste PL participação - Controladas						(39.325)			(39.325)	–	(39.325)
Lucro Líquido do Período	–	–	–	–	–	6.055.233	–	–	6.055.233	(157.892)	5.897.341
Constituição de reservas (Vide nota 28.2)	–	–	–	4.252.407	–	(4.252.407)	–	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios e Juros s/ Capital Próprio	–	–	–	(2.528.500)	–	(1.763.501)	–	–	(4.292.001)	–	(4.292.001)
Ações em tesouraria adquiridas	–	–	–	–	–	–	–	(128.014)	(128.014)	–	(128.014)
Ajuste de participação junto à não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	20.625	20.625
Dividendos Aprovados	–	–	–	–	(299.121)	–	–	–	(299.121)	–	(299.121)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**35.344.145**	**–**	**5.053.045**	**19.778.277**	**–**	**–**	**(2.037.555)**	**(128.014)**	**58.009.898**	**96.316**	**58.106.214**

INÊS 249

Demonstrações Financeiras & Relatório da Administração 2023

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas 2023

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONDENSADO DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**5.562.239**	**1.701.366**	**2.953.139**	**1.686.874**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação e amortização	609.024	432.030	1.464.557	927.427
Variações cambiais e monetárias líquidas	386.222	(87.777)	475.288	(149.831)
Encargos financeiros	350.722	1.077.573	2.371.940	1.869.744
Resultado da equivalência patrimonial	(2.664.186)	(556.907)	(745.049)	(638.397)
Receitas do ativo contratual - transmissão	(6.673.215)	(5.964.018)	(6.673.215)	(5.938.201)
Receita de construção - geração	–	(7.324)	–	(7.324)
Custo de construção - transmissão	1.225.582	312.221	1.225.582	312.222
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	–	(19.874)	–	(19.874)
Baixa de ativo financeiro	–	1.067.028	–	1.067.028
Baixa de ativo imobilizado	541.218	283.632	571.275	284.858
Provisões (reversões) operacionais	893.822	247.863	852.949	306.606
Baixa de intangível	–	–	–	12.756
Baixa de investimentos	–	282	–	282
Resultado atuarial - benefícios pós-emprego	–	(46.567)	–	(46.567)
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	11.653
Outros	(198.927)	(46.285)	(202.136)	(21.876)
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais	32.501	(1.560.472)	2.294.330	(320.744)
Clientes	(339.003)	(122.536)	(408.385)	(138.994)
Tributos a recuperar	80.519	(52.397)	(83.616)	(68.147)
Outros	(368.649)	(125.026)	(614.436)	(345.354)
	(627.133)	(299.959)	(1.106.437)	(552.495)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais				
Fornecedores	14.056	264.690	64.424	358.659
Tributos a recolher	(118.401)	(97.522)	(93.075)	(126.928)
Obrigações com pessoal	(135.257)	78.811	(120.026)	90.690
Provisão para litígios	(370.352)	–	(390.138)	–
Obrigações de ressarcimento	–	–	–	–
Encargos setoriais	–	–	(67.512)	17.629
Adiantamentos	–	–	(64.270)	–
Credores diversos	–	–	–	(5.843)
Outros	(763)	25.580	(131.782)	(943.283)
	(610.717)	271.559	(670.597)	(620.862)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa proveniente das atividades operacionais				
Pagamento de encargos financeiros	(919.006)	(765.207)	(2.384.958)	(1.284.502)
Recebimento da RAP e indenizações	7.314.171	5.719.527	7.314.171	5.688.876
Recebimento de encargos financeiros	19.919	23.887	19.919	23.887
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	519.062	682.859	519.339	682.859
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.647.999)	(508.883)	(1.647.999)	(508.883)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal	(32.374)	(28.818)	(32.374)	(28.818)
Pagamento de previdência complementar	(95.694)	(96.813)	(95.694)	(96.813)
Pagamento à entidade de previdência complementar - dívida (FRG)	–	(15.979)	–	(15.979)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**3.952.730**	**3.421.701**	**4.209.700**	**2.966.526**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos e debêntures obtidas	3.514.604	2.500.000	3.514.604	2.500.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures - principal	(1.548.330)	(1.546.596)	(4.375.735)	(1.796.604)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(4.016.961)	(599.151)	(4.016.961)	(599.151)
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	–	(71.562)	–	(71.562)
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	–	8.400.000	–	8.400.000
Recebimento pela integralização de capital	–	8.030.659	–	8.030.659
Pagamento aos acionistas dissidentes - incorporação de ações	(128.014)	–	(128.014)	–
Pagamento de arrendamentos - principal	(24.264)	(27.592)	(24.264)	(30.063)
Pagamento das obrigações da Lei 14.182/2021	(391.302)	(10.239)	(391.302)	(10.239)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	**(2.594.267)**	**16.675.519**	**(5.421.672)**	**16.423.040**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimento de empréstimos e financiamentos	42.086	40.201	42.086	40.201
Aquisição de ativo imobilizado	(471.258)	(368.630)	(717.666)	(397.041)
Alienação de imobilizado	–	–	–	–
Aquisição de ativo intangível	(20.352)	(9.570.045)	(67.292)	(9.594.457)
Infraestrutura da transmissão - ativo contratual	(1.225.582)	(312.221)	(1.225.582)	(312.222)
Aplicações financeiras (TVM)	4.996.057	(4.538.950)	4.996.057	(4.538.950)
Caixa restrito	(236.463)	(5.555)	(236.463)	(698)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	(3.743.954)	(1.605.719)	(1.427.132)	(23.854)
Caixa líquido na combinação de negócios	–	–	245.244	180.191
Outros investimentos	(8.159)	15.754	(20.545)	(95.233)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	**(667.625)**	**(16.345.165)**	**1.588.707**	**(14.742.063)**
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	**690.838**	**3.752.055**	**376.735**	**4.647.503**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.766.459	14.404	4.764.303	116.800
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.457.297	3.766.459	5.141.038	4.764.303
	690.838	**3.752.055**	**376.735**	**4.647.503**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO CONDENSADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	11.484.014	11.585.217	16.336.685	14.061.576
Receita de construção	1.249.585	487.436	1.249.585	487.436
Outras receitas e despesas operacionais	372.839	(447.622)	379.677	(352.192)
PECLD - Consumidores e Revendedores	(12.680)	(85.625)	(12.680)	(85.625)
Efeito da Lei 14.182/2021	–	(1.338.982)	–	(1.338.982)
	13.093.758	10.200.424	17.953.267	12.772.213
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(749.003)	(795.847)	(1.021.514)	(955.181)
Energia comprada para revenda	(1.359.138)	(1.695.429)	(2.108.014)	(2.197.557)
Encargos de uso da rede elétrica	(938.946)	(836.995)	(1.620.856)	(1.177.689)
Custos de construção	(1.225.582)	(319.545)	(1.225.582)	(319.545)
Combustível para produção de energia elétrica	(284.941)	(611.060)	(284.941)	(611.060)
Perda / Recuperação de valores ativos	(881.142)	(209.566)	(840.269)	(268.309)
	(5.438.752)	(4.468.442)	(7.101.176)	(5.529.341)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**7.655.006**	**5.731.982**	**10.852.091**	**7.242.872**
RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(609.024)	(432.030)	(1.464.557)	(927.427)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**7.045.982**	**5.299.952**	**9.387.534**	**6.315.445**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	2.664.186	556.907	745.049	638.397
Receitas financeiras	1.609.772	604.119	1.704.139	719.926
	4.273.958	1.161.026	2.449.188	1.358.323

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**11.319.940**	**6.460.978**	**11.836.722**	**7.673.768**
PESSOAL				
Remuneração direta	725.922	888.877	803.825	948.307
Benefícios	102.729	107.238	122.733	117.245
FGTS	54.941	82.269	60.331	85.275
Outros	134.526	254.042	134.526	254.042
	1.018.118	1.332.426	1.121.415	1.404.869
TRIBUTOS				
Federal	946.559	1.099.685	(1.019.496)	1.341.421
Estadual	151.759	190.038	184.507	195.454
Municipal	11.203	11.389	11.203	11.804
	1.109.521	1.301.112	(823.786)	1.548.679
ENCARGOS SETORIAIS	577.028	584.270	724.334	646.478
TERCEIROS				
Juros	2.539.960	1.566.693	4.896.658	2.407.310
Aluguéis	20.080	18.234	20.760	19.842
	2.560.040	1.584.927	4.917.418	2.427.152
ACIONISTAS				
Participações de acionistas não controladores	–	–	(157.892)	(11.653)
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.763.501	873.879	1.763.501	873.879
Lucros retidos	4.291.732	784.364	4.291.732	784.364
	6.055.233	1.658.243	5.897.341	1.646.590
	11.319.940	**6.460.978**	**11.836.722**	**7.673.768**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

FURNAS - Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa"), denominada ELETROBRAS FURNAS, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Eletrobras" ou "Controladora"), com sede à Av. Graça Aranha, 26, Centro, Rio de Janeiro.

Furnas e suas controladas atuam nas atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Tocantins, Rondônia, Ceará e Bahia. A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres de todo o território nacional. A Empresa detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, conforme demonstrada na nota explicativa 3 - Concessões e Autorizações, nos segmentos de geração e transmissão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 13 de março de 2024.

1.1 Jornada Ambiental, Social e Governança (EESG - Economic, Environmental, Social and Governance)

Ao longo do exercício findo em 2023, a Eletrobras estabeleceu o compromisso de alcançar emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2030 (NetZero), por meio do desinvestimento em usinas térmicas, redução de emissões de escopo 2 com certificados de energia renovável e compensações com créditos de carbono provenientes de ações de reflorestamento. Como resultado desse compromisso, foi iniciada a venda do portfólio de térmicas a gás.

2. PINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS EM 2023

2.1 Reestruturações societárias

2.1.1 Aquisição das empresas Baguari

Em outubro de 2023, Furnas passou a consolidar 100% do capital social de Baguari I Geração de Energia S.A. (Baguari I) e Baguari Energia S.A. (Baguari Energia), que juntas compõem o Consórcio Baguari. Maiores informações, vide nota 13.

2.1.2 Aquisição UHE Retiro Baixo

Em novembro de 2023, foi concluída a aquisição de 100% de participação na UHE Retiro Baixo (RBE). Maiores informações, vide nota 13.

2.1.3 Aquisição de Transmissoras

Em dezembro de 2023, foi concluída a aquisição das participações de 51% do FIP Milão nas SPEs Vale do São Bartolomeu S.A. (VSB) e Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (TMT), passando a participação de Furnas para 90% e 100%, respectivamente. Maiores informações, vide nota 13.

2.2 Leilão de Transmissão

Em junho de 2023, a empresa arrematou o lote 4 do Leilão de Transmissão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com investimento estimado de R$786.600. Este lote é composto pela Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 6 - Presidente Juscelino, com 303 km, em Minas Gerais.

Lote	Característica	Localização	RAP máxima	RAP arrematada	Deságio	Capex ANEEL	Prazo ANEEL	Prazo da concessão
4	Lote 500 KV Janaúba 6 - Presidente Juscelino - 300 KM	MG	126,65	68,70	45,75%	786,62	60 meses	30 anos

2.3 Plano de Demissão Voluntária

No exercício findo em dezembro de 2023, a Empresa reconheceu uma despesa no valor de R$135 milhões, representando a adesão de 418 empregados ao plano de demissão voluntária. Vide nota 30.

2.4 Emissão de notas comerciais

Em setembro de 2023, ocorreu o encerramento da oferta referente à 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em 5 séries, no valor total de R$3.500.000. Maiores informações, vide nota 18.

2.5 Deliberação de Juros sobre o Capital Próprio

Em 28 de setembro 2023, a assembleia geral extraordinária aprovou a distribuição de Juros sobre o Capital próprio, no montante bruto de R$3.500.000, sendo R$ 971.501 distribuídos sobre o lucro apurado até junho e o R$ 2.528.499 sobre as reservas de lucros. O pagamento foi realizado em outubro de 2023.

Em 27 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a proposta de antecipação da distribuição de JCP no valor de R$792.000 (R$673.158 líquido de IRRF à alíquota de 15%) com base no lucro registrado nas demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2023. O pagamento foi realizado em janeiro de 2024.

2.6 Reestruturação Dívida Santo Antônio Energia (SAESA) e Aumento de Capital

Em novembro de 2023, foi concluída a reestuturação das dívidas da controlada indireta Santo Antônio Energia S/A e aumento de capital. Maiores informações, vide nota 13.

2.7 Aumento de Capital Social Furnas

Em novembro de 2023, foi realizado o aumento de capital da Empresa, no valor de R$19.904.772, mediante a emissão de 38.828.150.625 (trinta e oito bilhões, oitocentos e vinte e oito milhões, cento e cinquenta mil, seiscentos e vinte e cinco) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo integralizado com o AFAC realizado em dezembro de 2022 no valor de R$8.400.000 e mediante créditos detidos contra a Santo Antônio Energia S.A..

2.8 Incorporação de Furnas pela Eletrobras

Em agosto de 2023, a Eletrobras divulgou fato relevante sobre o inicio dos estudos para avaliar a possibilidade de integração das operações entre a Eletrobras e sua subsidiária integral Furnas. Conforme divulgado na nota 37.1, em de janeiro de 2024, a Controladora aprovou em AGE a incorporação de Furnas.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS®"(IFRS® *Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2 Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Empresa, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 5 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

3.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional de Furnas. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

3.4.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

Norma revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 8/CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	As emendas introduziram a definição de estimativas contábeis e incluíram outras alterações para auxiliar as Companhias a distinguirem as mudanças nas estimativas contábeis de mudanças nas políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras	As emendas introduziram a substituição da divulgação de "políticas contábeis significativas" pela divulgação de "políticas contábeis materiais" e a orientação para auxiliar as entidades na aplicação da definição de "material" ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis materiais.	01/01/2023
IAS 12/CPC 32: Tributos sobre o lucro	As emendas introduziram o requerimento do reconhecimento de um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido quando uma única transação gera diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis no mesmo momento.	01/01/2023

3.4.2 Adoção de novas normas e interpretações não vigentes

A Empresa não espera impactos materiais nas suas demonstrações contábeis quanto às aplicações das alterações normativas emitidas abaixo, as quais tem sua adoção aplicável para o exercício iniciado em 2024:

Norma revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas determinam que um passivo deve ser classificado como circulante se a entidade não puder adiar a liquidação por pelo menos doze meses após o período de reporte. A classificação é impactada apenas por covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do final do período de reporte, visando proporcionar orientações sobre a classificação de passivos com cláusulas contratuais.	01/01/2024
IFRS 16/CPC 6 (R2): Arrendamento	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecido como receita de venda - e retro arrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
IAS 7/CPC 3: Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ('Reverse factoring'), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novo requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024

A empresa não adotou antecipadamente nenhuma norma e não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis para outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

3.5 Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações no capital social das controladas, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento, inicialmente, pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros sobre o capital próprio (JCP). Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa das controladas são integralmente considerados e classificados de acordo com sua natureza. A inclusão dos saldos contábeis das controladas nas demonstrações consolidadas inicia na data em que o controle é detido pela Empresa e é interrompido a partir da data em que a Empresa deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Empresa.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. O investidor tem poder sobre a investida quando tem direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e de suas controladas.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Empresa são completamente eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Empresa tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Empresas

Televisão Empresa vai ampliar em breve a captação de conteúdo audiovisual de criadores e produtores individuais independentes no Brasil

Globo usa IA, mas o protagonismo é da criatividade humana

Daniela Braun
Do Rio

A Globo está ampliando a captação de conteúdo audiovisual de criadores e produtores individuais independentes no Brasil e já está usando inteligência artificial (IA) em séries e novelas, mas reforça que o protagonismo é da criatividadehumana.

Em breve a empresa lança uma plataforma de conteúdo audiovisual de criadores e produtores individuais no país, complementando a plataforma Script, voltada a produtoras brasileiras, informou Amauri Soares, diretor dos Estúdios Globo, TV Globo e Afiliadas, nesta quinta-feira (11). "Vamos expandir essa abertura porque estamos muito interessados em fazer collabs [colaborações]", disse Soares no Festival Acontece, realizado nos Estúdios Globo, no Rio, para debater o mercado audiovisual no país.

O diretor-presidente da Globo, Paulo Marinho, reforçou o compromisso da empresa em ampliar a produção de conteúdo no país. "Quero reforçar o compromisso da Globo com o mercado brasileiro, o conteúdo nacional e na nossa crença de contar histórias de brasileiros e para brasileiros no mundo", disse Marinho.

"A Globo vem, diferentemente do que se tenta propagar, investindo mais em produção e conteúdo ao longo dos últimos anos, em investimento financeiro, em volume de produções próprias e em parceria com o mercado", completou o executivo.

Neste ano a empresa vai produzir 33 mil horas de conteúdo, de entretenimento, esporte e jornalismo, sendo 35% da produção em parceria com o mercado, disse Soares. A projeção inclui 450 programas regionais em parceria com produtoras locais, e 180 debates entre os candidatos às eleições municipais em todo o país. "Quando a gente olha para o mercado, a possibilidade de produção é infinita", notou Soares.

Um exemplo de novos formatos de colaboração, segundo o diretor dos Estúdios Globo, foi um "pitch" (uma apresentação verbal resumida de projetos) com produtoras de conteúdo para avaliar 30 novos projetos audiovisuais de humor voltados aos canais de TV aberta, paga e vídeo sob demanda. A empresa também criou, recentemente, núcleos de programas de auditório, para avaliar novos formatos, bem como núcleos de filmes e de documentários, em parceria com produtoras independentes.

A produção nacional gerada internamente pela Globo e por parceiros, representa 75% dos conteúdos exibidos pela plataforma Globoplay, de vídeos sob demanda, disse Manuel Belmar, diretor das áreas de finanças, infraestrutura, jurídico, produtos digitais e canais pagos da Globo. "Particularmente, nasci em um berço de parcerias das mais diversas formas", comentou o executivo, que assumiu em fevereiro as áreas de produtos digitais e canais pagos da empresa.

No primeiro trimestre, o consumo de vídeos no Globoplay alcançou 1 bilhão de horas, alta de 50% em relação ao volume registrado em igual período do ano passado. Em todo o ano de 2023, 3 bilhões de horas de conteúdos foram consumidas na plataforma de streaming da Globo.

A entrada da IA generativa na produção audiovisual também foi discutida durante o evento. Aplicações de IA já vêm sendo adotadas pela Globo para acelerar a inserção de recursos em séries e novelas como a audiodescrição, ferramenta que traduz imagem em palavras e ajuda, por exemplo, pessoas com deficiência visual, e o áudio imersivo, que permite uma experiência sonora tridimensional, com o usuário imerso no som.

A inovação apresentada pela IA, no entanto, requer responsabilidade, ponderou Manoela Zózimo, coordenadora de pós-produção da Globo, no painel "IA e novas tecnologias".

Com a ajuda da IA, a empresa acelerou a inserção do recurso de audiodescrição em 40 episódios de séries exibidas na plataforma de streaming Globoplay. E também aplicou o padrão de som imersivo Atmos nas três principais novelas exibidas atualmente na programação da TV aberta (novelas das 18h, das 19h e das 21h). "Com essa escala, sem a IA, não seria viável", disse Zózimo.

O uso da IA generativa em pesquisas avançadas dentro de vídeos, itens de cenografia e campanhas de publicidade foram exemplos práticos mencionados por Fernanda Jolo, líder do time técnico de IA do Google Cloud na América Latina. "Podemos informar ao anunciante em que momento exato foi feita a inserção [de um anúncio] ou quanto o narrador citou a marca durante um jogo", citou Jolo.

DIVULGAÇÃO

"Quero reforçar o compromisso da Globo com o mercado brasileiro"
Paulo Marinho

A inovação acelerada da IA no audiovisual exige cautela, ponderou Zózimo. "Uma coisa é a ferramenta, mas o potencial criativo é nosso", frisou. "A palavra de ordem é responsabilidade".

Para quem está imerso no processo criativo como o autor George Moura e o diretor Fabio Mendonça, que também participaram do painel, a IA ainda é um recurso de planejamento, mas não faz parte da criação. "A gente paquerou um pouco a IA para construir o sertão", contou Moura, autor da nova série "Guerreiros do Sol", situada no sertão nordestino. A IA foi aplicada nas referências para a composição e a construção dos cenários do sertão, nos estúdios de gravação, mas nas oficinas de preparação dos atores "levamos o elenco ao sertão real", frisou o autor.

Mendonça, diretor da produtora O2 e da primeira temporada da série "Cangaço Novo", exibida na plataforma Prime Video, contou que usa ferramentas de IA para ajudar no planejamento, quando está "trabalhando com a razão". O diretor previu usos futuros da IA como montar personagens com atores conhecidos. "Posso querer fazer um filme com o Nicholas Cage, comprando a versão de IA do ator."

O potencial da IA generativa foi visto na abertura do painel quando a jornalista Aline MIdlej, apresentadora do Jornal das 10, na Globonews, interagiu com Lígia, um avatar realista criado pela equipe de tecnologia da Globo.

Moura acredita que o uso da IA não deve ser ignorado, mas que não substitui a criatividade humana. "O desespero daquela página em branco a ser preenchida, tem que ser [resolvido] com a sua cabeça, porque se for dada a tarefa a uma máquina, percebo que essa criação será amorfa."

ESPECIAL PUBLICITÁRIO PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Imóveis de Valor

Arquitetos e incorporadores de São Paulo analisam positivamente o legado da primeira década do documento, mas o meio acadêmico faz ressalvas

Mercado vê impacto positivo do Plano Diretor após 10 anos

PEDRO MASCARO/AFLALO/GASPERINI/DIVULGAÇÃO

Edifício na Avenida Rebouças, projeto de uso misto com fachada ativa e apartamentos compactos, tem 32 andares e fica em eixo de mobilidade

Há dez anos, quando virou lei municipal em 31 de julho de 2014, o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE) promovia uma quebra de paradigma. Até então, uma cidade orientada para facilitar a vida de quem andava de carro, a capital viu essa lógica ser invertida. As ações priorizaram o adensamento populacional próximo aos eixos de transporte público — a fim de reduzir o uso de veículos particulares —, estimular a circulação de pedestres e criar centralidades nos bairros para evitar deslocamentos desnecessários.

Assim, surgiram fenômenos como a verticalização acelerada no entorno das grandes avenidas e estações de metrô, a onda dos apartamentos compactos, as lojas no térreo dos prédios e os empreendimentos de uso misto, reunindo residências e espaços corporativos. Esse legado já foi percebido na paisagem paulistana e aprovado, embora com ressalvas, por arquitetos, incorporadores e acadêmicos.

Segunda geração no comando de um dos escritórios de arquitetura mais importantes do Brasil, Roberto Aflalo Filho, da aflalo/gasperini, destaca que um dos grandes méritos do PDE de 2014 foi a ideia de adensar a população onde havia infraestrutura urbana e transporte.

"Foi um conceito interessante, que trouxe a verticalização e a criação de estúdios, que, em tese, pretendia garantir que mais famílias morassem próximo ao transporte de massa. Tudo isso levou a grandes transformações urbanas nos bairros atravessados por esses eixos", avalia.

DANIEL DUCCI/DIVULGAÇÃO

Galeria de lojas acompanha a fruição pública no edifício JFL 125: foco no pedestre

VALDIR NIEMEYER/DIVULGAÇÃO

Estimulados pela nova lei, os estúdios viraram tendência bem-sucedida: a linha The Collection é sucesso de vendas

Para Aflalo, era óbvio que o foco no pedestre causaria mudanças drásticas na cidade nem sempre compreendidas de imediato. "Não se fazem omeletes sem quebrar os ovos, mas ainda não houve tempo para consolidar uma posição clara a esse respeito."

Sócia do escritório, Grazzieli Gomes destaca as fachadas ativas como outro bom reflexo do plano: áreas comerciais no térreo dos edifícios, que mudaram a dinâmica de diversas vias da cidade.

"A Avenida Rebouças, por exemplo, era subutilizada e servia apenas para conectar o Centro e a Marginal Pinheiros. Hoje, há pessoas caminhando pela calçada por conta de lojas, restaurantes e rede de serviços que se instalaram no nível das ruas em novos empreendimentos construídos ali", diz Grazzieli.

SKR/DIVULGAÇÃO

Sem muros e com espaços comerciais no térreo, o edifício Loef pretende agregar vitalidade ao bairro da Vila Clementino

VOCAÇÃO

A exigência de ocupação não residencial nas fachadas dos prédios, prevista na primeira versão do documento, gerou críticas de incorporadores. Para eles, nem todo bairro ou térreo de edifícios tinha circulação de pessoas que justificasse a presença de comércio. Na revisão do plano, em 2023, a questão foi flexibilizada, mas, ainda assim, continua demandando esforço extra das empresas do setor para ser equacionada com sucesso.

"A capital paulista tem várias 'cidades' dentro dela, e é preciso entender a vocação de cada bairro antes de desenvolver um projeto de fachada ativa", afirma João Leonardo Castro, diretor de Desenvolvimento e Gestão de Projetos da SKR Construtora, que tem diversos empreendimentos com esse perfil.

Em Pinheiros, tem lojas com grandes vitrines para atrair a atenção das pessoas que passam pela calçada; perto do Metrô Vila Madalena, o formato é de galeria, acompanhando a fruição pública que passa pelo condomínio; já no Campo Belo, a escolha foi por espaços mais compactos para oferecer serviços rápidos aos moradores.

"Para performar bem a fachada ativa, é preciso entender a dinâmica da região. Por isso, é fundamental caminhar antes pelas ruas e observar o comportamento das pessoas", diz Castro.

ESTÚDIOS

Os estúdios — decorrência da adaptação dos projetos à cota máxima prevista no Plano, que define o número mínimo de habitações no terreno — também criaram uma onda no mercado que tem sido bem surfada pelas incorporadoras.

A Trisul, por exemplo, lançou em 2020 a linha The Collection, com estúdios próximos a faculdades e eixos de mobilidade. São cinco projetos até aqui, totalizando 1,5 mil unidades lançadas.

"As vendas têm sido bem-sucedidas, atraindo novas famílias, compradores de outros estados que buscam uma base em São Paulo e investidores", comenta Lucas Araújo, diretor de Marketing e Inteligência de Mercado da Trisul.

Para o executivo, o plano deixou outro legado positivo: a qualificação das incorporadoras. "As empresas tiveram que responder rapidamente à lei, e isso exigiu profissionais capacitados e mais ágeis para adaptar tipologias de plantas e criar diferenciais para vencer a concorrência."

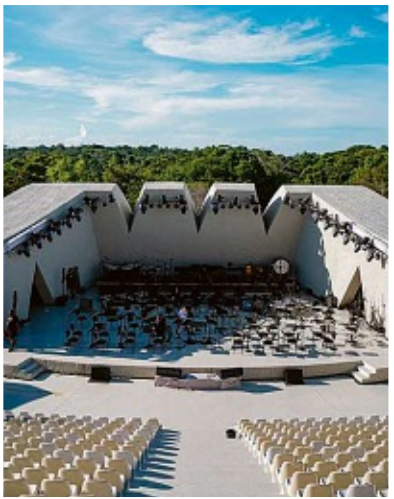
Para Sérgio Lessa, coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, o documento de 2014 teve diversos acertos. "Adequar o investimento para promover o adensamento populacional foi muito assertivo. As zonas de uso misto também foram positivas, assim como o estímulo à caminhada de pedestres na cidade", analisa.

Mas ele faz ressalvas sobre pontos que não foram considerados na versão original, tampouco na revisão do ano passado. Dentre eles, incentivos para garantir a diversidade de renda na ocupação dos novos empreendimentos, mais investimentos para fomentar negócios no Centro da cidade, atenção à preservação da memória dos bairros e avanço significativo na questão ambiental.

"Preservar a paisagem do entorno, construir muros verdes e ter permeabilidade no piso para drenagem das águas foi um bom começo, mas não é suficiente. Para que as cidades deixem de ser ilhas de calor, a urbanização não deve se contrapor aos ambientes naturais. Isso deve estar em pauta nas próximas revisões", propõe.

Imóveis de Valor

CASA e JARDIM Sua casa linda do seu jeito.

FOTOS DE TEATRO L'OCCITANE/DIVULGAÇÃO

Acima, auditório ao ar livre tem palco de 246 metros quadrados, com 1.067 lugares

Vista do Teatro L'Occitane em Trancoso, na Bahia, projetado pelo arquiteto francês François Valentiny

Construção imponente tem dois palcos e área para múltiplas atividades em meio a falésias e à Mata Atlântica

Arquitetura confere estética única a complexo de teatro em Trancoso

REDAÇÃO CASA E JARDIM

A vila de Trancoso, na Bahia, é famosa por suas belezas naturais e clima acolhedor que encantam pessoas do mundo inteiro. Nesse cenário, emerge o Teatro L'Occitane, que sedia o Festival Música em Trancoso e se destaca não apenas por sua vocação em entretenimento, mas também por sua arquitetura singular, com um prisma de possibilidades. A estrutura imponente abriga dois palcos, cada um projetado para oferecer uma experiência única.

O projeto é do arquiteto francês François Valentiny, admirador de Oscar Niemeyer (1907-2012), que tem especial afeição pelo Brasil, principalmente pela vila de Trancoso, que lhe serviu de inspiração para conceber o arrojado teatro, que celebra dez anos em 2024.

O complexo arquitetônico, que atende múltiplas atividades em meio às falésias e à Mata Atlântica de Trancoso, é encabeçado por Reinold Geiger, proprietário da marca de cosméticos L'Occitane, que investiu recursos pessoais nesse projeto. O empresário austríaco mora atualmente na Suíça, mas mantém uma casa na vila, onde pode ser visto frequentemente.

Abaixo, apresentação no Festival Música em Trancoso no palco do auditório coberto, que tem como um dos destaques construtivos os espaços triangulares que integram a área ao exterior

Em sua estrutura, o auditório aberto tem 1.067 lugares e um palco espaçoso de 246 metros quadrados, enquanto o local coberto tem capacidade para 1.066 espectadores e um palco de 237 metros quadrados. Ambos são dotados de infraestrutura técnica de última geração, que pode ser comparada às melhores salas de espetáculos do mundo, visando atender às mais diversas demandas de público.

Além dos palcos, o teatro possui uma área integrada, chamada Facilities, concebida para fornecer suporte a todos os tipos de eventos. Sete salas de 35 metros quadrados, sendo duas modulares, fazem parte desse anexo marcado por espaços vazados triangulares, que conferem uma estética única à construção.

Ademais, há um espaço-so bar, com capacidade para 300 pessoas, que representa mais uma opção para eventos no complexo.

A arquitetura é um show à parte, com formas orgânicas misturadas a espaços vazados triangulares

Por dentro do mercado

CASA PROJETADA POR NIEMEYER À VENDA EM SP

AGUILNA NO CELEIRO/DIVULGAÇÃO

Única casa projetada por Oscar Niemeyer em São Paulo está à venda por R$ 16,5 milhões. O imóvel fica no Alto de Pinheiros e foi construído em 1974 pelo engenheiro José Mitidieri, com quem Niemeyer trabalhou no projeto de Brasília. A casa tem 880 metros quadrados, cinco suítes, seis garagens e área externa com vegetação no terreno de 1,8 mil metros quadrados.

COMPLEXO ABRIGA QUASE TRÊS MIL ÁRVORES NA CAPITAL

E-BUSINESS PARK/DIVULGAÇÃO

O complexo empresarial E-business Park, na Zona Oeste da capital paulista, abriga 2.963 árvores catalogadas, divididas entre 1.495 nativas e 1.468 exóticas, em um terreno de 30 mil metros quadrados de área verde. O complexo também investe em diversas práticas ambientais para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU antes de 2030.

LELLO LANÇA PROGRAMA PARA SELEÇÃO DE STARTUPS

PEKIC/GETTY IMAGES

A administradora de condomínios Lello lança programa para selecionar iniciativas de startups, empreendedores e universidades sobre sustentabilidade e inovação. Os aprovados serão parceiros do laboratório de inovação Lellolab e receberão apoio técnico e financeiro para desenvolver e implementar soluções nos prédios gerenciados pela empresa. Inscrição até 19/4 pelo link: lellolab.com.br/para-startups/

G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP: João Meyer – jomeyer@edglobo.com.br | CONTATO COMERCIAL RJ: Marcelo Lima – mlima@oglobo.com.br | DEMAIS REGIÕES: ana.lima@edglobo.com.br | SUGESTÕES DE PAUTA: imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

Xiaomi O sedã tem autonomia de até 830 km e, no mercado chinês, é mais barato que o seu principal concorrente, o Tesla Model 3; outro rival de peso é o BYD Seal

SU7, fabricado pela empresa de tecnologia, vende quase 90 mil unidades em 24 horas

Jady Perone
Da Autoesporte

A Xiaomi anunciou que recebeu exatos 88.898 pedidos do seu mais novo carro elétrico em apenas 24 horas. Trata-se do SU7, o primeiro sedã da marca, que chega ao mercado com autonomia de 830 km. Mas o que explica tanto sucesso em tão pouco tempo?

Para começar, o modelo da empresa de tecnologia chinesa parte de 215.900 yuans, o equivalente a R$ 150 mil na conversão direta. A título de comparação, é mais barato que o principal rival, o Tesla Model 3, que parte de 245.900 yuans (aproximadamente R$ 170 mil).

O sedã da Xiaomi chega em três versões: Standard, Pro e Max. A última, topo de linha, alcança a faixa dos 299.900 yuans (algo em torno de R$ 210 mil). O posicionamento também o coloca como rival de outros modelos como, por exemplo, o BYD Seal.

No design, o sedã traz um estilo que remete ao da Tesla, com uma pegada cupê. A dianteira baixa se destaca pelos faróis de LEDs pontiagudos e a entradas de ar na parte inferior do para-choque. Segundo a marca, abaixo do conjunto óptico há dutos de ar reais para ajudar a dissipar o calor do sistema de freio.

A traseira se destaca com as lanternas conectadas e o nome da Xiaomi logo acima. Como falamos, há caída de teto proeminente, bem como um para-choque robusto que comporta as luzes de freio. As rodas, aliás, podem ser de 19 a 21 polegadas, a depender da versão.

Feito sobre a plataforma Modena da Xiaomi, o sedã tem 4,99 metros de comprimento, 1,96 m de largura, 1,45 m de altura e 3 m de entre-eixos. Ou seja, maior que o Model 3 em todas as dimensões.

DIVULGAÇÃO

O estilo do sedã remete ao da Tesla, com uma pegada cupê; a dianteira baixa se destaca pelos faróis de LED pontiagudos e a entradas de ar na parte inferior do para-choque

Além disso, o SU7 tem um porta-malas dianteiro de 105 litros de capacidade, bem como um traseiro com 517 litros. Nesse quesito, o sedã elétrico da Tesla fica à frente com 594 litros.

Na versão de entrada, é equipado com um motor elétrico traseiro de 295 cv e 40,8 kgfm de torque. O modelo traz as baterias Blade, da BYD. Na configuração Standard é a de 73,6 kWh, que entrega uma capacidade de alcance de 700 km com uma única carga (no ciclo chinês). Segundo a empresa, é possível recuperar até 350 km em 15 minutos.

Logo em seguida, a versão intermediária Pro tem o mesmo propulsor da versão de entrada. No entanto, a bateria é de 94,3 kWh, que permite um alcance de 830 km. Pode recuperar até 510 km com 15 minutos de carregamento em estações de alta voltagem.

Por fim, a topo de linha Max oferta dois motores elétricos. Ou seja, tem tração integral (AWD). Neste caso, são 663 cv de potência e 85,5 kgfm de torque. A bateria é CATL Qilin de 101 kWh. Assim, a autonomia média é de 800 km no ciclo chinês. De acordo com a empresa, o 0 a 100 km/h é feito em 2,78 segundos e a velocidade máxima é de 265 km/h.

> O Xiaomi SU7 tem dois porta-malas: um dianteiro, de 105 litros, e um maior na traseira, com 517 litros

Com esses números, o SU7 supera o rival da Tesla. Afinal, o Model 3 está disponível em opções com motor elétrico traseiro ou dois propulsores elétricos (com tração integral). A primeira opção oferta até 512 km de autonomia e 283 cv de potência. Já na segunda são 629 km de alcance, segundo o ciclo europeu WLTP, e 497 cv de potência máxima. Isso também colabora com os números de vendas surpreendentes.

A cabine do SU7 é bastante sofisticada e até lembra o design de modelos da BYD. O painel, por exemplo, traz um acabamento em tecido, bem como uma central multimídia de 16,1 polegadas com resolução 3K. A empresa ainda não detalhou, mas deve ter o sistema mais atualizado da Xiaomi. No entanto, a marca resolveu manter os botões físicos para facilitar as configurações do ar-condicionado, por exemplo.

Outro detalhe interessante é o painel de instrumentos de 7,1 polegadas com um design mais retilíneo. Além disso, o sedã oferta um volante de três raios, bancos em couro Nappa com estilo esportivo, bem como uma espécie de geladeira. Por fim, há suporte para tablets, smartphones e outros equipamentos nos encostos dos bancos dianteiros.

Em termos de equipamentos, o sedã da Xiaomi oferece recursos de assistência ao motorista. Na versão topo de linha, há o sistema ADAS Xiaomi Pilot Max, que traz sistemas inteligentes.

Como é o seguro de um carro elétrico?

Vitória Drehmer
Da Autoesporte

As vendas de carros elétricos crescem cada vez mais. Para se ter uma ideia, o número de comercializações no segmento quase triplicou em um ano. E com o início da popularização desses veículos, surgem dúvidas em relação aos cuidados necessários para se ter um eletrificado na garagem. A procura pelo seguro automotivo é um exemplo. "Autoesporte" conversou com Marcia Camacho, diretora de operações da corretora Minuto Seguros, para explicar o que muda na apólice desses veículos.

Para começar, por terem especificidades relacionadas à bateria, os elétricos costumam receber um atendimento exclusivo por parte das seguradoras. Isso significa que, além das coberturas tradicionais, para colisões, roubos e acidentes, por exemplo, os clientes ainda podem ter serviços extras em suas apólices.

De acordo com a executiva da Minuto, entre os diferenciais oferecidos para veículos dessa categoria estão coberturas em casos de furto, reparo e empréstimos de cabos para recarregamento, socorro em situações de falta de carga, oficinas especializadas para reparos e pontos de recarga gratuitos. No entanto, é preciso esclarecer que tudo depende do tipo de plano escolhido pelo proprietário e da empresa responsável pelo serviço. Em alguns casos, atendimentos específicos podem ser cobrados como adicionais. Além disso, nem todos os benefícios estarão disponíveis em todos os locais do país.

"Existe uma concentração quando a gente fala, por exemplo, de postos de assistência para elétricos. Em cidades menores, a gente pode não ter uma oficina especializada para receber esse tipo de veículo, mas o que a gente pode dizer é que a seguradora vai te levar para um município que tenha a assistência necessária. E tudo indica que isso vai acabar se expandindo", explica Marcia.

Com os serviços exclusivos, a pergunta é se o preço do seguro fica mais caro para os elétricos. Mas a resposta é não. "Não é porque é elétrico que vai ser mais caro ou mais barato. A experiência individual de cada seguradora em relação ao modelo é que vai determinar a tarifa. Então, segue o mesmo padrão de carros a combustão para precificar", esclarece a executiva.

Portanto, fatores como idade, estado de civil, gênero e localidade do dono do carro, por exemplo, além da quantidade de furtos e rouvos dos modelos, também interferem no valor do prêmio do seguro de um carro movido somente por baterias.

"Se eu tenho um tipo de carro que tem mais roubo, esse seguro vai ser mais caro. Se é um carro menos visado, com menos roubo, é mais barato. Esse é o processo de precificação", justifica a profissional.

A título de exemplo, o preço médio do seguro de um BYD Dolphin no mês passado era de R$ 3.774,31 para condutor do sexo masculino e de R$ 3.646,05 para motoristas mulheres, conforme levantamento na plataforma da Minuto Seguros.

Hyundai estuda volta do Elantra

André Schaun
Da Autoesporte

O Hyundai Elantra chegou ao Brasil em agosto de 2011 e saiu de linha logo no início de 2020 após vender 82 unidades no ano anterior. Mas pode ser que o sedã volte em breve, e dessa vez como Elantra N, versão de quase 300 cv preparada pela divisão esportiva da marca. Um exemplar do carro já está no país para que os concessionários conheçam melhor essa opção.

O Elantra N foi lançado em 2021 e passou pela primeira reestilização em novembro de 2023. Justamente para não ficar ultrapassado no Brasil, Autoesporte apurou que a Hyundai decidiu que vai vender a versão mais atual do esportivo por aqui, caso haja aprovação nos atuais estudos de mercado feito com seus concessionários.

Uma coisa é certa: o lançamento deve ser no ano que vem ou até mesmo em 2026. Isso porque, depois de assumir totalmente as operações no Brasil, a Hyundai confirmou que vai lançar três carros este ano em nosso mercado: Ioniq 5, um hatch médio elétrico, e o Palisade, um SUV de oito lugares, que chegam entre agosto e setembro. O outro escolhido ficará entre a segunda geração do Kona ou do novo Santa Fe.

Uma versão do Ioniq 5 N com 650 cv existe em alguns mercados do mundo. Porém, de acordo com nossa apuração, não faz parte da estratégia trazer como primeiro modelo N uma versão elétrica — pelo menos não há planos por enquanto. Um dos motivos também está no preço, já que é vendido no Europa por quase € 70 mil, o equivalente a mais de R$ 370 mil, na conversão direta.

> **290cv**
> **É a potência da nova versão do modelo**

Mesmo após mudar, o Elantra N mantém o mesmo motor de antes: 2.0 turbo de 280 cv de potência e 40 kgfm de torque — no modo N Grin Shift ativado, a pressão do turbo aumenta e a potência vai para 290 cv. Para satisfazer todos os gostos, o carro traz duas opções de câmbio: manual de seis marchas ou automatizado de dupla embreagem e oito velocidades. Não há qualquer informação sobre qual transmissão deve vir, ou se virão as duas, o que é mais difícil de imaginar.

Com câmbio manual, a aceleração de 0 a 100 km/h é feita em 5,3 segundos — no automatizado não há número divulgado. Já a velocidade máxima é de 290 km/h nas duas opções.

Em relação às mudanças visuais, o sedã reestilizado traz novos para-choques dianteiro e traseiro, e alterações nos faróis e lanternas, ambos de LED. As rodas de 19 polegadas estão com novo design, porém mantém os pneus 245/35 Michelin Pilot 4S. Dutos de ar para resfriar os

DIVULGAÇÃO

Se confirmada sua vinda ao Brasil, o preço poderá superar R$ 300 mil

freios, suspensão eletronicamente ajustável e sistema de escape variável foram mantidos.

No interior, novos bancos esportivos foram modificados, assim como as posições de ajustes do volante. Visando melhorar as relações de marchas, o câmbio também passou por melhorias, segundo a Hyundai.

Uma parte do centro de desenvolvimento da divisão N fica na Alemanha e esses carros sempre passam por testes na lendária pista de Nürburgring, na cidade de Nürburg, no oeste do país. Entretanto, a produção de todos os modelos são feitas na Coreia do Sul.

Quanto ao preço no Brasil, ainda não dá para especular, afinal, o carro está em fase de estudos. Para ter apenas um parâmetro, o Elantra N parte de US$ 34.850, o equivalente a R$ 173.450 na conversão atual, nos Estados Unidos. O valor por aqui, com certeza, deve ser muito mais alto e ficar na faixa dos R$ 300 mil ou mais.

Música A maior gravadora do mundo havia retirado as músicas da artista americana da rede social devido a uma disputa por royalties

Taylor Swift volta ao TikTok, apesar da briga com Universal

Anna Nicolaou e Cristina Criddle
Financial Times, de Nova York e Londres

Taylor Swift está de volta com sua música no TikTok, colocando-a em conflito com sua própria gravadora, a Universal Music, que entrou em guerra com a rede social chinesa em fevereiro, silenciando as músicas da cantora americana e o resto de seu vasto catálogo devido a uma disputa por royalties.

Uma seleção de músicas de Swift foi disponibilizada novamente no TikTok nesta quinta-feira, antes do lançamento de um novo álbum da artista na próxima semana.

Swift, que detém os direitos autorais de suas gravações por meio de um acordo de 2018 com a Universal, pode controlar onde seu trabalho será mostrado, ao contrário de muitos outros artistas. Seu retorno ao TikTok já estava em andamento há algum tempo, disseram pessoas a par do assunto.

A Universal Music não respondeu a vários pedidos de comentários, nem o TikTok ou um representante da Swift.

A decisão de Swift ressalta seu poder sobre seu próprio trabalho – um ponto que ela enfatizou ao regravar seu catálogo depois de ter sido vendido a grupos de private equity.

A Universal começou a solicitar que o TikTok silenciasse as músicas em 31 de janeiro, após um colapso nas negociações sobre o pagamento de royalties e como tratar as músicas criadas por inteligência artificial.

BUDA MENDES/GETTY IMAGES

A cantora Taylor Swift deve lançar o álbum "The Tortured Poets Department" em 19 de abril

O impasse está entre os confrontos mais acirrados entre gigantes da tecnologia e grupos de mídia na memória recente. Isso deixou os artistas sem uma de suas ferramentas promocionais mais importantes, enquanto os usuários do TikTok viram um grande número de seus vídeos silenciados. As duas empresas ainda estão em um impasse.

O retorno da maior estrela da música à plataforma ressalta a importância do TikTok para os artistas. Swift deve lançar um novo álbum, intitulado "The Tortured Poets Department", em 19 de abril.

A Universal Music é a maior gravadora do mundo, controlando cerca de um terço do mercado de música global. As grandes gravadoras ganham bilhões de dólares em royalties pagos pelas plataformas de streaming e empresas como Spotify, Apple e Meta. As gravadoras geralmente renegociam esses contratos a cada dois anos.

Quando as negociações fracassaram, o TikTok se ofereceu para pagar à Universal uma porcentagem "baixa de um dígito" de sua receita publicitária pelo uso de sua música, segundo fontes que acompanharam o assunto. Para se ter uma ideia, o YouTube paga uma taxa de cerca de 20%.

O outro grande obstáculo é a inteligência artificial. A Universal quer que o dinheiro dos royalties do TikTok vá para os músicos, enquanto o TikTok quer que o dinheiro também seja compartilhado com fãs que usam IA para fazer suas próprias faixas.

A própria Swift travou batalhas com empresas de tecnologia no passado. Em 2014, ela retirou sua música do Spotify, explicando que "não estava disposta a contribuir com o trabalho da minha vida para um experimento". Ela voltou em 2017.

Vult decora salões de beleza com mulheres de perfis diversos

Marketing

Natália Flach
De São Paulo

É comum encontrar salões de beleza com as paredes cobertas por pôsteres que mostram mulheres com padrões estéticos que, muitas vezes, destoam das feições das clientes que frequentam esses locais. Por isso, em sua estreia na categoria de cabelos, a marca de cosméticos Vult decidiu fazer uma campanha para imprimir pluralidade a essas imagens.

Em parceria com o grupo de empreendedores de impacto social G10 Favelas e com a agência de publicidade AlmapBBDO, a companhia — que pertence ao Grupo Boticário — vai substituir os cartazes de 240 salões por retratos de brasileiras de diferentes perfis culturais e étnicos.

A iniciativa está em consonância com a nova linha de produtos da marca, que traz 50 opções para mulheres com cabelos crespos, cacheados, ondulados e lisos. "A nossa entrada na categoria foi realizada após estudo que começou em 2021", diz Marcela De Masi, diretora-executiva de branding e comunicação do grupo. "Isso transcende a decoração; é uma expressão tangível de inclusão, empoderamento e celebração da beleza."

A executiva diz que a campanha é o maior investimento de marketing da marca no ano, mas o valor não foi informado. Contará com dois vídeos. Um dos vídeos vai ser veiculado nas redes sociais da empresa, mostrando a troca dos pôsteres. O outro será veiculado no intervalo da final do programa de TV Big Brother Brasil (BBB) para anunciar a entrada da Vult na categoria de cabelos, com a apresentação do portfólio de produtos.

Também está sendo lançado o movimento #RespeitaMeuCapelo, em conjunto com a agência GUT, recriando o chapéu de formatura para pessoas negras que têm cabelos crespos ou volumosos. A parceria conta com o apoio da Dendezeiro, marca baiana de roupas e acessórios agêneros que ajudou na produção de quatro modelos de capelos. Produziu cerca de 1.000 capelos para as formaturas previstas no segundo semestre das instituições Zumbi dos Palmares e Universidade Federal do Sul da Bahia.

Curta

DocuSign atualiza marca

Conhecida pelos seus serviços de gerenciamento de softwares de assinatura eletrônica, a DocuSign anunciou nesta quinta-feira (11) uma reestruturação de seus serviços e da marca ("rebranding"), durante evento em Nova York. A companhia lançou a plataforma Intelligent Agreement Management (IAM), com recursos de inteligência artificial, para analisar o conteúdo de acordos e contratos. Além disso, fez a revisão visual, do logotipo e da arquitetura de funcionamento on-line.

Por

Prorrogação no Cade afeta planos de Marfrig e Minerva

Frigoríficos

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A possibilidade de uma nova extensão nos prazos de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para o acordo de venda de ativos que Minerva e Marfrig fecharam em 2023 vai impor novos desafios às empresas, duas das três maiores do segmento de carnes do país. Em agosto do ano passado, a Minerva fechou a comprar, por R$ 7,5 bilhões, de 16 plantas da Marfrig na América do Sul, sendo 11 no Brasil. Do valor total, R$ 1,5 bilhão já foram pagos.

Mas, nesta semana, a Superintendência-Geral do Cade declarou que a operação de compra de ativos é "complexa". Nesses casos, a Superintendência-Geral poderá requerer ao tribunal a prorrogação do prazo de análise — que é de 240 dias, mas o eventual acréscimo pode ser de até 90 dias. Com isso, o período total de avaliação do negócio ficaria em até 330 dias, a contar do protocolo de petição ou de sua emenda, com chances do resultado vir somente no fim do ano.

Para o estrategista-chefe da Rb Investimentos, Gustavo Cruz, a morosidade no processo é prejudicial para as companhias. "A Minerva, com a presença internacional, precisa de mais plantas, enquanto a Marfrig, após a compra de participação da BRF, aproveitaria muito os recursos da venda de unidades", avaliou.

Desempenho na B3
Cotação diária - em R$/ação

Marfrig ON: 12; 11; 10; 9; 8; 7 — 7,41; 7,18; 10,04; 9,20; 10,37 — 1/ago 2023; 2/out 2023; 1/dez 2023; 1/fev 2024; 11/abr 2024

	No dia	No ano	12 meses
Minerva ON – Variações - em %	0,62%	-12,99%	-30,66%
Marfrig ON – Variações - em %	-0,67%	6,91%	54,51%

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Em seu último balanço financeiro, divulgado no mês passado, a Marfrig chegou a fazer um exercício com o cálculo da redução na alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado) que viria com a aprovação da venda de ativos. A companhia espera que a alavancagem em reais caia de 3,72 vezes para 3,07 vezes à medida que os R$ 6 bilhões restantes entrem no caixa. "O mercado já tinha precificado esse benefício", disse Cruz.

No caso da Minerva, o especialista avalia que a maior exportadora de carne bovina da América do Sul tem aproveitado muito as aberturas comerciais do Brasil para a proteína, como o crescimento de embarques para o México e Indonésia, por exemplo, além da recente rodada de habilitações pela China a frigoríficos brasileiros. A chegada de novas plantas ajudaria nesse processo.

Lucas Bonventi, analista da Genial Investimentos, acredita que a Minerva é a que mais pode sair perdendo com a demora no Cade, "uma vez que, quanto mais a aprovação atrasar, menos tempo ela terá para aproveitar o ciclo favorável do gado no Brasil com as plantas que comprou", disse. A oferta de animais para abate ainda será de ampla neste ano. Ou seja, o custo para a indústria será menor.

Outro fator a ser considerado é que a demora na aprovação pode levar a uma correção pelo CDI do valor que as empresas acertaram no negócio. Isso pode gerar um pagamento adicional de R$ 500 milhões, alertou Bonventi.

O fundador e presidente do Conselho de Administração da Marfrig, Marcos Molina, já havia citado essa correção em março, durante teleconferência com analistas. Na ocasião, o empresário disse ainda que "todo o risco de Cade é do Minerva", em referência à demora no processo.

A nota técnica que embasa a decisão da Superintendência do Cade como uma operação complexa aponta a necessidade de uma série de diligências no processo. O recebimento e processamento de dados que o órgão antitruste solicitou aos envolvidos e afetados pelo negócio é um dos itens na lista de exigências.

Ao longo do percurso, ocorreu a solicitação de informações a associações e pecuaristas de Goiás, Mato Grosso e Rondônia, Estados em que poderia haver sobreposição nas operações.

"Esses dados deverão ser processados para que seja construído um teste de mercado que permita melhor caracterizar o cenário hodierno da cadeia de carne bovina no país, incluindo condições de rivalidade com frigoríficos menores, poder de mercado das Requerentes e dos maiores frigoríficos do país, dentre outras variáveis concorrencialmente sensíveis presentes nesta operação e para os mercados dos relevantes afetados por ela", informou o texto da nota técnica. Procuradas pelo **Valor**, Marfrig e Minerva não comentaram.

No ano passado, quando anunciaram a operação de compra de ativos ao Cade, as empresas apresentaram o negócio como "ato de concentração sumário", formato destinado a operações consideradas simples. Nesses casos, o prazo para resposta é de 30 dias.

Em seguida, a Superintendência do órgão antitruste considerou que não se tratava de uma operação simples e modificou para ato ordinário, com um prazo de análise que poderia chegar a 240 dias. Esse prazo começou a ser contado em 22 de janeiro, e não mais a partir da data de apresentação. Isso ocorreu porque foi em janeiro que a Superintendência pediu novas informações a respeito da operação.

valor.com.br

Máquinas

Rede Brasif vai estrear no agro

A Brasif, que distribui equipamentos para construção, mineração e usinagem e representa a marca Case IH, da CNH, na Bahia e no Piauí, acertou a compra, por valor não informado, da rede de concessionárias Maxum Máquinas. O negócio marca a estreia da Brasif no segmento agro. A conclusão do acordo depende de aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

valor.com.br/agro

Cereais

Embrapa e Basf lançam arroz para GO

A Embrapa Arroz e Feijão desenvolveu, em parceria com a Basf, uma variedade de arroz para plantio em terras altas (sequeiro), destinada especialmente a produtores de Goiás. Os agricultores goianos esperam elevar a produção para que o volume seja suficiente para atender o consumo local. Hoje, Goiás compra de outros Estados 85% do arroz que consome.

valor.com.br/agro

Soja

Tempo seco favorece colheita no RS

O tempo seco tornou possível um avanço expressivo da colheita de soja no Rio Grande do Sul nesta semana. Até quinta-feira (11/4), os trabalhos de campo haviam terminado em 38% da área de cultivo prevista, um avanço de 18 pontos percentuais em sete dias, segundo a Emater-RS. Até o momento, a produtividade no Estado está 70,8% acima da que se registrou na safra passada.

valor.com.br/agro

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Políticas Entidades do setor receiam que parte dos agricultores fique desassistida e que recursos realocados para seguro rural sejam insuficientes

Mudanças no Proagro preocupam produtores

Luciana Franco
Para o Valor, De São Paulo

As mudanças no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) anunciadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) nesta semana devem ter impacto negativo para produtores rurais de menor porte, na avaliação de representantes do setor e especialistas. As medidas devem permitir, segundo o Banco Central, uma economia de R$ 2,9 bilhões até o fim de 2025 no Proagro, montante que será realocado para o Programa de Subvenção de Seguro Agrícola (PSR).

O Proagro é um programa do governo federal que garante o pagamento dos empréstimos de custeio agrícola em caso de perdas de safras causadas por adversidades climáticas ou pragas. Funciona como uma espécie de seguro rural, bancado com recursos da União, que indeniza médios e pequenos produtores. Com as novas regras, o Banco Central, que gere o Proagro, busca tornar o programa mais eficiente e evitar fraudes.

Uma das alterações mais importantes é a redução do limite de enquadramento para cobertura pelo Proagro, que sai de R$ 335 mil para R$ 270 mil por ano agrícola. Com isso, parte dos produtores que era atendida pelo programa terá de recorrer ao PSR ou ficará sem seguro.

Segundo uma fonte do governo, que pediu anonimato, a estimativa é que 25 mil a 30 mil produtores sejam excluídos do Proagro.

Em tese, esse seria o número de produtores que migrará para o PSR, e o receio no setor é que os recursos que serão realocados não sejam suficientes para atender essa demanda adicional.

Para Guilherme Rios, assessor técnico de política agrícola da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), haverá economia, mas estão sendo criados outros problemas. Segundo ele, além de o Proagro ser mais acessível, há regiões onde o produtor terá dificuldade para acessar o seguro rural.

Ele observa que por essa razão a CNA já havia solicitado ao governo, no Plano Safra 2023/24, aumento do limite de enquadramento do Proagro de R$ 335 mil para R$ 370 mil. Agora, a entidade vai pedir a manutenção do teto de R$ 335 mil, com as propostas para o Plano Safra 2024/25 que será entregue ao ministro da Agricultura Carlos Fávaro até o fim do mês.

> "Há um grupo que se não for amparado vai ficar sem cobertura"
> *Claudio Brisolara*

A avaliação na CNA é que os produtores de soja e milho que deixarem de se enquadrar no Proagro após a redução do limite de cobertura vão conseguir buscar o seguro rural. Mas há uma preocupação com as cadeias de produção que não possuem seguro de forma estruturada, segundo Rios.

"Outras cadeias, cebola, alho, mandioca, que não possuem seguros aderentes e não tem disponibilidade tão grande, não terão nenhuma ferramenta de gestão, o que pode também atrapalhar a tomada de crédito", diz.

Claudio Brisolara, engenheiro agrônomo e gerente do departamento técnico e econômico da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) concorda. "Há um grupo que se não for amparado vai ficar sem cobertura".

Outra preocupação no setor é com a redução das indenizações prevista nas novas normas anunciadas. O Banco Central criou um escalonamento para o valor indenizado de acordo com as faixas de risco cobertas pelo Proagro, reduzindo o pagamento de indenizações em operações com emergência nos períodos de Zoneamento Agrícola de Risco Climático.

Assim, quem plantar dentro da janela do zoneamento, será avaliado com risco de 20% e receberá 100% de indenização em caso de perda. Já quem plantar fora da janela terá um risco 30% ou 40%, dependendo do atraso, e irá receber 75% ou 50% de indenização em caso de perda. Para o BC, a medida incentiva a adoção de boas práticas agronômicas por produtores.

Os números do Proagro do ano passado indicam que existe problema de governança. Foram pagos R$ 9,4 bilhões em indenizações em 2023. "Esse orçamento é dez vezes maior que o do PSR, e o Proagro cobriu uma área 20% menor que o PSR", observa Rios.

Por outro lado, o Programa de Subvenção ao Seguro Rural contou em 2023 com orçamento de R$ 1 bilhão, com a menor área coberta desde 2021. "Não foi suficiente e com o cenário catastrófico de mudança climática, os produtores solicitando renegociação e prorrogação das dívidas, o setor esperava mais recursos este ano", diz.

A demanda do setor para 2024 é de R$ 3 bilhões para o PSR.

Outra alteração no Proagro foi a redução da garantia de renda mínima. O CMN simplificou a fórmula de cálculo para pagamento de Garantia de Renda Mínima (GRM) em operações do Proagro Mais para R$ 9 mil. "Antes eram de R$ 40 mil para culturas permanentes e R$ 22 mil para as demais culturas. Embora não esteja explícito, o pequeno produtor também ficará desamparado", avalia Rios.

Procurado, o Ministério da Agricultura não comentou as medidas.

WENDERSON ARAUJO/CNA

Rios, da CNA: haverá economia, mas estão sendo criados outros problemas

Conab faz novo corte em estimativa de colheita

Grãos

Fernanda Pressinott
De São Paulo

O clima adverso, agravado pelo fenômeno El Niño, levou a mais um corte nas estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a safra de grãos 2023/24. No levantamento que publicou na quinta-feira (11/4), o sétimo da temporada, a estatal estimou produção de 294,1 milhões de toneladas no país, um volume 1,5 milhão de toneladas inferior à projetação do mês passado. Caso a nova estimativa se confirme, a colheita será 8% menor que a da safra 2022/23, que foi recorde.

O El Niño afetou as lavouras desde o início do plantio da safra até as fases de desenvolvimento das plantações. Isso reduziu a produtividade média, que saiu de 4.072 quilos para 3.744 quilos por hectare, segundo a Conab.

Safra 2023/24
Nova estimativa da Conab para a atual temporada (milhões de toneladas)

Cultura	2021/22	2022/23	2023/24 Prev. mar	2023/24 Prev. abr
Algodão (pluma)	2,554	3,173	3,560	3,600
Arroz	10,789	10,032	10,550	10,567
Feijão	2,990	3,036	3,026	3,213
Milho	113,130	131,892	112,752	110,963
Soja	125,550	154,609	146,858	146,522
Trigo	10,554	8,096	9,587	9,729
Total	**272,429**	**319,812**	**295,591**	**294,072**

Fonte: Conab

De acordo com a nova projeção, a colheita de soja, que está em fase final, deve cair 5,2% em relação à temporada passada, para 146,5 milhões de toneladas. A estimativa deste mês é 0,2% menor que a de março.

A projeção para o milho de verão, de 23,4 milhões de toneladas, ficou praticamente estável em comparação com a anterior, mas é 14,7% inferior ao resultado de 2022/23. Já para a colheita de milho de inverno, a Conab fez um corte de 2% na estimativa, para 85,6 milhões de toneladas, volume 16,4% menor que o de 2022/23. O plantio fora da janela ideal afetou a produção, segundo a Conab. Consideradas as três safras de milho, o país deve colher 110,9 milhões de toneladas, ou 15,9% menos do que no ciclo passado.

Com a queda na produção do cereal, a Conab também reduziu as estimativas de exportação do produto na safra 2023/24. A nova projeção é de embarques de 31 milhões de toneladas, volume 43,3% menor que o do ciclo passado.

No caso do feijão, a Conab elevou a estimativa em relação ao cálculo anterior, e no do arroz, manteve a projeção. A melhora da oferta dos dois produtos pode aliviar a inflação no mercado doméstico.

Para o feijão, que tem três ciclos de cultivo dentro da temporada, a Conab estima agora colheita de 3,2 milhões de toneladas, ou 5,8% mais que em 2022/23 e 200 mil toneladas acima da projeção do mês passado. A colheita de arroz, por sua vez, deve somar 10,57 milhões de toneladas, ou 5,3% a mais do que na safra passada.

A estatal também prevê crescimento na produção de algodão em pluma, que deve chegar a 3,6 milhões de toneladas, ou 13,4% mais que em 2022/23. Em relação à estimativa anterior, o aumento foi de 1,1%. Segundo a Conab, o crescimento da produção reflete a expansão da área de plantio, que passou de 1,7 milhão de hectares para 1,9 milhão de hectares. O aumento de área deveu-se, principalmente, dos altos preços da pluma no mercado externo.

Para o trigo, a Conab estima produção de 9,73 milhões de toneladas. O volume é 1,5% superior à previsão de março e 20,2% maior que o da safra 2022/23.

Também na quinta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou sua estimativa para a safra brasileira de grãos, que tem número superior à estimativa da Conab. A colheita da safra 2024 deve somar 298,3 milhões de toneladas, segundo o IBGE. O volume ficou 0,8% abaixo da previsão anterior e, caso se confirme, será 5,4% inferior ao de 2023. *(Colaborou Lucianne Carneiro, do Rio)*

USDA contraria mercado com previsão de safra de soja robusta no Brasil

Paulo Santos
De São Paulo

O Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) também divulgou novas projeções para a safra de soja do Brasil na quinta-feira, e mais uma vez foi na contramão da Conab e das expectativas de analistas de mercado. Em seu relatório mensal de oferta e demanda global, o órgão projetou uma safra brasileira de 155 milhões de toneladas em 2023/24, estável em relação à estimativa de março.

Pesquisa feita pelo The Wall Street Journal com analistas de mercado indicou uma produção, em média, de 151,7 milhões de toneladas de soja no Brasil.

Na bolsa de Chicago, os preços ficaram alheios às novas projeções. Os contratos com vencimento em maio, os mais líquidos caíram 0,47% e fecharam a US$ 11,5925 o bushel.

"Essa disparidade entre as projeções vem sendo observada há meses. Por isso os preços em Chicago não reagiram como muitos esperavam", disse Alef Dias, analista da Hedgepoint Global Markets.

Apesar de uma diferença de quase 10 milhões de toneladas entre as estimativas da Conab e do USDA, Dias acredita que os números da estatal brasileira estão com um pouco mais de credibilidade entre os agentes de mercado. Nos cálculos da Hedgepoint, a colheita de soja no Brasil deve atingir 150,1 milhões de toneladas em 2023/24.

Diferentemente da soja, o mercado de trigo em Chicago foi afetado pelas novas estimativas divulgadas pelo USDA. Os contratos com vencimento maio recuaram 1,21%, negociados a US$ 5,5175 o bushel. O departamento americano aumentou em 3,7% sua estimativa mensal para os estoques finais de trigo do EUA em 2023/24, para 18,98 milhões de toneladas.

"Além dos estoques, Chicago respondeu também ao bom momento das exportações de trigo da Ucrânia, que estão bastante competitivas em comparação com as da Europa e da Rússia", disse Dias.

Cade
Extensão do prazo para aval a negócio entre Marfrig e Minerva vai afetar empresas B11

Política monetária
BCs devem resistir à tentação de cortar juros cedo demais; inflação é risco, diz Georgieva, do FMI C2

Crédito
Técnicos da equipe econômica colocam na mesa liberação de compulsórios C3

Investimentos
CS chama AGE para votar migração de fundos para o Pátria, com novo administrador C2

Finanças

Captação Depósitos a prazo tiveram novo salto em 2023, com a migração de clientes que saíram de fundos para produtos de menor risco

Com menos poupança, CDBs e letras avançam no 'funding' dos bancos

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

O início da queda da Selic, em agosto do ano passado, não foi suficiente para aumentar o apetite dos investidores por risco. Enquanto os fundos de investimento tiveram saque R$ 127,9 bilhões em 2023, a captação dos bancos com CDBs voltou a ter alta, consolidando-se como a maior fonte de financiamento ("funding") para as instituições financeiras. Enquanto isso, a poupança continuou em queda e foi ultrapassada pelas emissões de títulos, como letras de crédito imobiliário (LCI), do agronegócio (LCA) e financeiras (LF).

Levantamento do **Valor** com base nas demonstrações de Itaú, Caixa, Banco do Brasil, Santander e Bradesco mostra que o volume de depósitos a prazo — os CDBs — subiu 15,5% no ano passado, para R$ 2,2 trilhões. Enquanto isso, as letras saltaram 30%, a R$ 960,6 bilhões e a poupança caiu 2,1%, a R$ 929,1 bilhões. As emissões de bônus feitas pelos grandes bancos no exterior estão praticamente estáveis nos últimos anos e têm uma fatia bem menor, de R$ 117,1 bilhões. Cada instrumento tem suas vantagens e desvantagens. A poupança é mais barata que o CDB, mas tem o direcionamento obrigatório para o setor imobiliário. As letras, por sua vez, são mais caras do que esses primeiros, mas sobre elas não incide compulsório.

Desde que o rendimento da poupança foi alterado, em 2012, os CDBs vêm ganhando força, movimento que foi reforçado a partir de 2018 com a ascensão das plataformas de investimento, que passaram a distribuir títulos de terceiros, incluindo de bancos médios, que oferecem rendimentos mais atrativos. Na pandemia, com o pagamento do auxílio emergencial e a restrição à circulação de pessoas, que ficaram sem tantos lugares onde gastar, inicialmente houve um salto nos depósitos bancários. Depois, com a Selic nas mínimas históricas, o instrumento se manteve competitivo, mas teve de disputar a atenção dos investidores com fundos multimercados e outras classes de ativos com maior possibilidade de retorno.

Em 2022 e 2023, com a inversão do cenário e alta dos juros, os CDBs voltaram a brilhar. Esse pêndulo começa a oscilar novamente agora, quando já há sinais de fluxo para fundos de investimento. Mesmo assim, a captação dos depósitos continua forte e alimenta uma disputa pelo bolso dos clientes.

Além dos grandes bancos, as instituições de médio porte — como Inter, PagBank, ABC e Daycoval — se beneficiaram da demanda e aproveitaram para diversificar o funding. É comum ver anúncios oferecendo taxas promocionais ou destacando o rendimento dos papéis. A cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) — de R$ 250 mil por CPF — foi um fator que deu confiança aos investidores para colocar dinheiro mesmo em instituições financeiras com as quais têm pouca familiaridade.

O sucesso das plataformas de investimento e dos CDBs de bancos médios não afetou a disponibilidade de funding para os grandes, mas há indícios de que possa ter contribuído para um aumento de preços. Alguns anos atrás, era comum ver as maiores instituições pagando retornos bem abaixo do CDI. Hoje, o deságio em relação ao diferencial é geralmente pequeno, enquanto concorrentes de médio porte muitas vezes oferecem taxas de 115% e até 130% do CDI.

"Nos últimos anos, houve essa migração estrutural da poupança para outros instrumentos e agora, mesmo com a queda da Selic, acho que isso não será totalmente revertido", afirma Luiz Masagão, diretor de tesouraria do Santander. "Tem uma parte dos investidores que foi para fundos e depois voltou para o CDB, não gostou de ter uma carteira mais volátil. É uma questão de perfil do investidor mesmo."

O Santander tem um mix de funding um pouco diferente dos rivais privados, mais concentrado no atacado, mas nos últimos dois anos tem tentando aumentar a fatia do varejo. Para isso, o banco reforçou a assessoria de investimento e reformulou o segmento de alta renda. Segundo Masagão, obteve com isso um resultado muito positivo em captações de recursos de clientes no ano passado.

Eric Altafim, diretor de produtos e vendas corporativas do Itaú, diz que, com os juros ainda elevados e problemas no mercado de crédito corporativo em 2023, houve uma migração de recursos para o CDB. "Isso engordou o caixa dos bancos, deu uma boa oferta de liquidez. Mas é preciso lembrar que excesso de liquidez é diferente de excesso de capital. E isso foi em 2023. Nos últimos meses começamos a observar sinais de uma certa reversão dessa tendência de migração para CDBs, voltou a ter uma competição por esses recursos".

O executivo também lembra que, se houve um aumento da liquidez na pandemia, a carteira dos bancos cresceu de forma acelerada naqueles anos, com a expansão vindo a moderar só em 2023.

No Bradesco, Roberto Paris, diretor-executivo responsável pela área de tesouraria, diz que o desenvolvimento do mercado de letras financeiras foi tão forte nos últimos anos que, hoje, os bancos não precisam tanto emitir bônus internacionais. Ao mesmo tempo, após a crise financeira global de 2008 as exigências de liquidez bancária se tornaram muito mais conservadoras. "Antes de 2008, a única barreira de proteção em momentos de volatilidade eram os depósitos compulsórios. Agora, há uma série de regras, exigências de liquidez. Então, acho que temos condições de ter compulsórios menores".

> "Migração para CDBs engordou o caixa, deu uma boa oferta de liquidez, mas carteira também cresceu"
> *Eric Altafim*

A alta nas captações de depósitos não significa, necessariamente, que os bancos vão ter mais dinheiro para conceder crédito e investir. Se tomam mais recursos de um lado e não veem grandes possibilidades de aplicar esse dinheiro no negócio, eles vão ajustando o mix de funding, reduzindo a emissão de instrumentos mais caros, por exemplo. Além disso, no caso dos depósitos, a instituição financeira é obrigada a deixar compulsórios parados no Banco Central.

Uma mudança recente que pode afetar a composição do funding bancário é a restrição aos chamados títulos incentivados, ou seja, que têm isenção para Imposto de Renda (IR) para pessoa física (LCI, LCA, CRI, CRA e LIG). Com a limitação do que pode ser usado como lastro, anunciada no início de fevereiro, as emissões estão caindo. O aumento do prazo mínimo para nove meses na LCA e 12 meses na LCI também deve provocar mudanças no perfil do comprador.

Em paralelo a essas alterações, estão os desafios da poupança. A caderneta teve em 2023 o terceiro ano seguido de saques. O cenário afeta o financiamento imobiliário, pois esse é o principal instrumento de funding para o segmento. No ano passado, pela primeira vez, a poupança perdeu para o mercado de capitais a liderança como fonte de recursos para o crédito habitacional, com fatias de 36% e 38% do total, respectivamente.

Em fevereiro, o presidente da Caixa, Carlos Vieira, afirmou que o orçamento de 2024 está resolvido, mas alertou que, se nada for feito em relação à poupança, haverá problemas em 2025. O banco é líder na concessão de crédito imobiliário no país. De acordo com o executivo, há algumas alternativas a se discutir, como a liberação de parte do compulsório.

Procurada, a Caixa informou que desde 2021 reposicionou sua estratégia de captação com foco em letras, sobretudo LCI, de forma a compensar as saídas de poupança sob o ponto de vista de funding para a habitação. Questionada se está discutindo uma eventual redução do compulsório com o BC, a instituição respondeu apenas que "vem debatendo com todos os atores envolvidos alternativas para ampliação do funding para o crédito imobiliário".

Já o BB, por meio de nota, informou que sua captação comercial vem crescendo nos últimos períodos, alcançando mais de R$ 1 trilhão em dezembro. "O BB, assim como o sistema financeiro, vem experimentando uma redução gradual do volume captado por meio de poupança, o que é natural em um contexto de evolução dos produtos de captação disponíveis aos clientes. O banco está permanentemente avaliando as alternativas de funding mais adequadas".

DIVULGAÇÃO

Masagão, do Santander, diz que mesmo com queda da Selic poupança não deve retomar todos recursos que perdeu

Captação em alta

CDBs ganham espaço no funding dos bancos - em R$ bilhões

Fonte: BC e balanços de Itaú, Bradesco, BB, Caixa e Santander

Impacto das mudanças em LCI e LCA ainda é incerto

De São Paulo

Criadas em 2004, as letras de crédito imobiliário (LCI) e do agronegócio (LCA) caíram no gosto do investidor brasileiro ao oferecer isenção de Imposto de Renda (IR), prazo curto e cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Do ponto de vista dos bancos, tornaram-se uma importante fonte de "funding", especialmente para aqueles com atuações significativas nesses dois setores. Em fevereiro, o Conselho Monetário Nacional (CMN) alterou as regras dos instrumentos, restringindo o que se qualifica como lastro e aumentando o prazo mínimo. A medida deve ter impacto no mix de funding das instituições, sobretudo as de menor porte, mas ainda é cedo para dizer qual será a magnitude.

Para Claudio Gallina, diretor sênior da área de bancos da Fitch, as mudanças nos títulos incentivados devem trazer alterações no perfil e no custo de captação. E elas devem ter um efeito maior, ao menos no curto prazo, para os bancos pequenos e médios, avalia. Isso porque os grandes já têm atuação consolidada nos setores imobiliários e agrícola e, por isso, não devem ter grandes dificuldades para encontrar lastros elegíveis para novas emissões. No caso de instituições menores, esse pode ser um desafio e levar a aumentos no custo de funding.

"Em geral, os ativos têm um prazo maior de vencimento do que os passivos [o lado da captação], existe um 'gap' [lacuna], é normal. Então, o banco vai precisar fazer essa rolagem e, se não conseguir emitir um título isento, vai originar outro tipo, um CDB, uma letra financeira. Com o tempo, ele pode ir ajustando os ativos também", diz.

As letras financeiras, no entanto, apresentam algumas diferenças importantes em relação às LCIs e LCAs. Elas costumam ter prazos mais longos, mercado secundário mais restrito e concentração em clientes institucionais.

De acordo com o diretor da Fitch, apesar de a agência enxergar uma possível compressão de margem para instituições menores, não estão no radar dificuldades substanciais nem uma mudança na estrutura de captação de nenhuma delas. Ele observa que a disseminação da distribuição de investimentos via corretoras, por exemplo, nos últimos anos também reduziu a concentração e permitiu uma melhor gestão de passivos por bancos médios.

Uma fonte ligada aos bancos afirma que a mudança nos prazos mínimos dos títulos incentivados pode ser até mais significativa para o mercado que a restrição do lastro. Para ele, a medida afasta parte do público de varejo do instrumento e pode impactar, em última instância, a oferta de crédito.

"Quem investe por um prazo mais longo exige um retorno um pouco maior. Então, isso pode trazer algum aumento no custo de captação dessas letras para os bancos, o que, no limite, pode ir para o ponta do crédito", diz esse interlocutor. Além disso, a diferença de prazo entre os instrumentos cria uma assimetria entre os títulos, desfavorecendo os bancos mais ligados ao crédito imobiliário em detrimento dos que atuam mais no agro, acrescenta.

Essa visão, no entanto, não é unânime. Participantes do mercado apontam, por exemplo, que a falta de lastro pode reduzir a oferta das letras, o que levaria a um aumento de preço e, consequentemente, queda de taxas.

Do ponto de vista do investidor, Gallina observa que esses prazos podem ser menores na prática se as corretoras, por exemplo, decidirem dar liquidez comprando antecipadamente os títulos dos clientes. "Vai depender muito das dinâmicas, é preciso observar."

Daniel Goretti, diretor de tesouraria do Itaú, diz que esses títulos incentivados representam uma fatia pequena do funding total do banco, entre 10% e 15%, e que o diferencial de custo em relação ao CDB não é tão elevado. "Será um impacto muito marginal. A demanda continua. Talvez tenha mudado um pouco o perfil do investidor, que é alguém que tem uma renda maior, pode deixar esses recursos parados ali um ano. Mas ainda precisamos ver como o mercado vai se acomodar, em termos de preço e volumes de emissão".

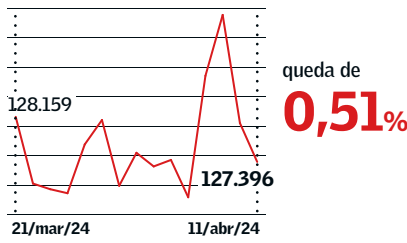
Outro participante do mercado aponta que a indústria é criativa e já tem fundos de debêntures de infraestrutura (que também são isentas de imposto) fazendo swap com CDI e oferecendo carência de 30 dias. "Isso cria uma falsa sensação de segurança, mas o investidor continua correndo o risco de crédito daquelas empresas que emitiram as debêntures. Talvez o governo tenha de estabelecer um prazo mínimo de resgate para fundos de infraestrutura", comenta.

A mudança na LCI e os saques na poupança podem acabar levando a alterações também na Letra Imobiliária Garantida (LIG). Regulamentada em 2018, ela tem prazo mínimo de dois anos e uma dupla garantia, do banco emissor e de um conjunto de ativos imobiliários. Com a Selic alta, tinha perdido atratividade, mas começava a se tornar mais interessante à medida que a taxa básica caminha para um dígito. Entretanto, o CMN proibiu que a LIG tenha duplo lastro, igualando-a à LCI. "A LIG perdeu o sentido de ser", comenta um interlocutor. *(AC e MR)*

Leia mais na página C3

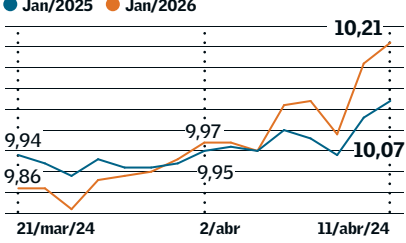
Ibovespa
Em pontos

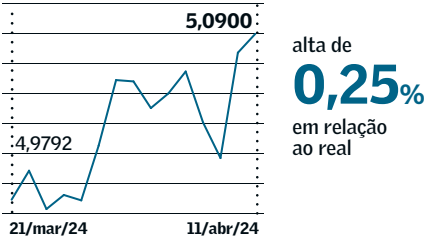
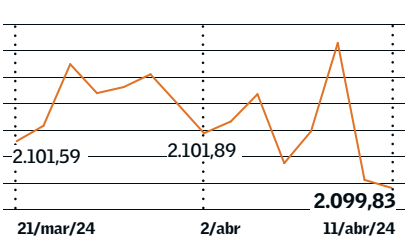
128.159 — 127.396 — 21/mar/24 — 11/abr/24

queda de **0,51%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 11/abr/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,01
S&P 500	0,74
Euronext 100	-0,42
DAX	-0,79
CAC-40	-0,27
Nikkei-225	-0,35
SSE Composite	0,23

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

alta de **0,25%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Mercados Dólar sobe a R$ 5,09, Ibovespa tem novo dia de queda e juros futuros vão às máximas do ano

Mau humor continua a afetar ativos locais

Victor Rezende, Gabriel Roca, Eduardo Magossi e Augusto Decker
De São Paulo

Os desdobramentos da inflação ao consumidor acima do esperado nos Estados Unidos em março continuaram a pressionar os mercados domésticos na sessão de ontem. Mesmo a tentativa de alívio no exterior não conseguiu impedir que o mau humor em relação aos ativos brasileiros predominasse, o que gerou uma nova sessão de queda do Ibovespa, alta do dólar e escalada dos juros futuros aos níveis mais altos do ano.

A curva de juros continuou a sofrer diante da exigência maior dos investidores por prêmios e, assim, o mercado passou a embutir nos preços a chance de o ciclo de cortes na Selic terminar em junho, com uma taxa próxima a 10%. A forte surpresa com as vendas do comércio varejista brasileiro em fevereiro adicionou incerteza às perspectivas para o ciclo de flexibilização monetária no Brasil. Assim, a taxa do DI para janeiro de 2025 subiu de 10,02% para 10,09%.

O profissional da tesouraria de um banco local aponta que, aparentemente, a exposição dos fundos locais aos juros dos EUA desempenhou papel relevante no "sell-off" (venda generalizada) no Brasil na quarta-feira. "E isso é especialmente importante porque a qualidade e o nível da inflação doméstica foram muito bons, para dizer o mínimo", diz o profissional, referindo-se ao IPCA. Nas redes sociais e em mensagens que circularam em grupos com participantes do mercado, o desempenho negativo de alguns fundos macro na terça-feira foi um sinal de alerta.

Esse profissional afirma, ainda, que operadores relataram diferentes fundos multimercado "tomando" juros (apostando na alta das taxas) e liquidando a exposição às NTN-Bs, títulos públicos indexados à inflação. "Isso está causando muitas distorções na curva de juros e também na curva de inflação", aponta. Não por acaso, as taxas das NTN-Bs de longo prazo voltaram a subir ontem e já ultrapassaram o nível simbólico de 6% com alguma folga. A taxa da NTN-B para maio de 2045 chegou a 6,025%.

6,025%
foi o nível da taxa da NTN-B 2045 no fim do dia, o maior do ano

O estresse na renda fixa se estendeu, ainda, ao mercado de câmbio, onde o dólar voltou a renovar a máxima do ano, ao subir 0,25%, a R$ 5,09. O real, inclusive, voltou a sustentar um dos piores desempenhos entre as moedas mais líquidas do globo na sessão de ontem, o que foi atribuído por alguns operadores a fatores técnicos locais.

"O real tem tido um desempenho pior que os pares recentemente. Acho que uma parte é o pessimismo local e outro fator pode ser esse fluxo pontual das NTN-As", avalia um gestor de moedas. Para ele, o câmbio pode mostrar um comportamento mais volátil amanhã na esteira desse fator técnico. "Amanhã [hoje] será um dia chave para saber se quem comprou dólar foi por pessimismo com o real ou só por causa do fluxo das NTN-As."

De acordo com dados da B3, somente na sessão de terça-feira o investidor estrangeiro elevou sua posição comprada em dólar via derivativos (dólar futuro, cupom cambial, swap cambial e dólar mini) em significativos US$ 3,1 bilhões. Já o investidor institucional doméstico reduziu a posição vendida em dólar em US$ 712,8 milhões.

Na renda variável, a tentativa de recuperação das bolsas em Nova York, com alta de 0,74% do S&P 500 e de 1,68% do índice eletrônico Nasdaq, não se refletiu no desempenho da bolsa brasileira, que foi atingida pela alta dos juros futuros. O Ibovespa, assim, terminou o pregão em queda de 0,51%, aos 127.396 pontos.

Apesar da alta das bolsas em Nova York, os investidores continuam apostando em menos cortes de juros este ano nos EUA, com o início do afrouxamento monetário devendo acontecer em setembro. Segundo os contratos futuros dos Fed funds, compilados pelo CME Group, há 45% de possibilidade de um primeiro corte em setembro, enquanto há 30% de chance de que o Federal Reserve (Fed) mantenha os juros inalterados nessa reunião.

Em revisão de cenário publicada ontem, os economistas do Bank of America passaram a ver apenas uma redução nos juros americanos neste ano, em dezembro.

Na visão da presidente da distrital de Boston do Fed, Susan Collins, os dados de inflação corrente mostram que não há necessidade de cortar os juros imediatamente e sugerem paciência, não urgência. Na leitura do mercado, as declarações da dirigente reforçam a percepção de que uma possível flexibilização monetária nos EUA deve ocorrer somente no segundo semestre.

A tentação dos bancos centrais e o risco

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Os bancos centrais devem resistir à tentação de cortar juros cedo demais e correr o risco de um ressurgimento da inflação e de um novo período de aperto monetário, disse ontem a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva. Em discurso antes de uma reunião semestral de formuladores de política econômica do mundo todo, na próxima semana, ela celebrou o progresso na redução das taxas de inflação ao longo do ano passado, após aumentos acentuados dos juros pelos bancos centrais, mas fez um alerta. "Quando necessário, os responsáveis por política monetária devem resistir aos pedidos de cortes antecipados nas taxas de juros", disse. "A flexibilização prematura pode trazer novas surpresas de inflação que podem até exigir um novo período de aperto monetário." Georgieva falou um dia após dados de inflação ao consumidor nos EUA abalarem os mercados financeiros, aumentando o temor de que o Federal Reserve (Fed) não cortará juros tão cedo.

BCE mantém juros e mercado vê corte em junho, antes do Fed

Eduardo Magossi
De São Paulo

O Banco Central Europeu (BCE) manteve as taxas de juros inalteradas na reunião do comitê de política monetária realizada ontem e, pela primeira vez desde que começou a subir os juros, em julho de 2022, acenou com a possibilidade de iniciar o afrouxamento monetário em breve. Com o aceno, o mercado passou a apostar em um primeiro corte em junho. Se isso acontecer, o BCE irá mostrar que segue um caminho independente das decisões do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), que não deverá cortar juros tão cedo.

Com a decisão de ontem, a taxa de referência foi mantida em 4%, a taxa de refinanciamento ficou em 4,5% ao ano e a taxa de empréstimos, em 4,75%. "Se a avaliação atualizada do banco central sobre as perspectivas e dinâmica da inflação subjacente e a força da transmissão da política monetária aumentarem ainda mais sua confiança de que a inflação está convergindo para a meta de forma sustentada, seria apropriado reduzir o nível atual de restrição", diz o comunicado, que retirou cirurgicamente a frase "manter os juros em território restritivo por um longo período", presente nos comunicados anteriores.

Em entrevista coletiva após a decisão, a presidente do BCE, Christine Lagarde, disse que as pressões inflacionárias seguem em queda na zona do euro, mas que os membros do comitê de política monetária precisam de mais confiança de que a inflação seguirá para a meta. "Não vamos ter uma desaceleração linear da inflação nos próximos meses, e enfrentaremos alguns solavancos no caminho", disse ela. Lagarde estima que a meta de inflação de 2% será atingida apenas em 2025, mas diz que não vai esperar chegar a esse objetivo para agir.

"Na próxima reunião teremos muito mais dados e projeções para ter mais confiança para cortar juros"
Christine Lagarde

"Estamos dependentes de dados e na próxima reunião, em junho, teremos muito mais dados e novas projeções para ter mais confiança para cortar os juros", disse. Questionada sobre o impacto do aumento da inflação americana — que na terça-feira veio acima do esperado em março e pode levar o Fed a adiar os cortes de juros previstos até então para junho — nas decisões do BCE, Lagarde reiterou que a autoridade monetária europeia é "dependente de dados, e não do Fed".

A frase dita por Lagarde levou economistas a projetarem que o BCE vai trilhar caminho independente do Fed nos próximos meses. Segundo eles, a expectativa é que, começando em junho, o BCE reduza sua taxa de referência em 1 ponto percentual até o fim do ano, de atuais 4% para 3%.

Segundo Jack Allen-Reynolds, economista da Capital Economics, ao dizer na coletiva que o BCE depende de dados e não do Fed, Lagarde aponta para o momento do primeiro corte em junho, diferente do BC americano, que deverá manter seus juros inalterados na próxima reunião. Nick Bennenbroek, economista do Wells Fargo, tem a mesma opinião. Segundo ele, o comunicado do BCE pavimentou o caminho para um corte de juros em junho. "O BCE citou a desaceleração da inflação subjacente e a moderação do crescimento salarial. Além disso, Lagarde sugeriu que, se as projeções atualizadas confirmarem uma melhora no cenário de inflação, o afrouxamento da política seria apropriado na reunião de 6 de junho", disse.

Para o economista Carsten Brzeski, do banco ING, mesmo que o anúncio de ontem não mencione explicitamente junho como o momento para um primeiro corte nas taxas, a reunião parece ter sido a última antes do corte. "A queda mais rápida do que o esperado da inflação, bem como o crescimento anêmico, abriram a porta para alguns cortes nas taxas. No entanto, a relutância demonstrada na coletiva ilustra que o BCE não tem qualquer intenção de reverter totalmente o aumento das taxas iniciado em julho de 2022, mas sim fazer ajustes, com um ligeiro afrouxamento de uma posição ainda restritiva", disse ele, que espera redução de não mais que 0,75 ponto percentual em 2024.

CS põe a tropa na rua para aprovar migração de fundos para o Pátria

Adriana Cotias
De São Paulo

A corretora Credit Suisse Hedging-Griffo, administradora dos fundos imobiliários do grupo suíço, adquirido pelo UBS no ano passado, convocou os cotistas para votar a mudança de gestão das carteiras para o Pátria Investimentos. A gestora brasileira arrematou a divisão em dezembro por US$ 130 milhões, o equivalente a R$ 650 milhões.

O acordo previu o pagamento em duas tranches, uma na assinatura da transação, e a outra depois que os investidores aprovassem a transferência das carteiras em assembleias extraordinárias, com os trâmites legais finalizados. Não é uma tarefa trivial. Em jogo estão quase R$ 12 bilhões, de sete veículos que reúnem quase 1 milhão de cotistas.

Os investidores têm até as 23h59 de 24 de maio para votar as mudanças, que incluem a contratação do Banco Genial como novo administrador dos fundos — que assim ganha um atalho de crescimento numa tacada só. No fim de fevereiro, o banco detinha R$ 91,6 bilhões sob seu guarda-chuva, sendo R$ 20,1 bilhões em ativos imobiliários. O Pátria não é uma instituição financeira e não exerce esse tipo de atividade.

A venda dos fundos imobiliários do CS para o Pátria contemplou no pacote a migração dos profissionais que integram o time da CSAM RE, a área de gestão de "real estate", liderada por Augusto Martins.

Para aprovar as alterações, será preciso ter o voto favorável de maioria dos cotistas presentes, que representem, no mínimo, 25% das cotas emitidas pelo fundo, excluídas as participações de pessoas conflitadas ou que não disponham de direito de voto.

A necessidade de aprovação formal e com quórum qualificado para fundos pulverizados — só o CSHG Logística tem mais de 450 mil investidores — se dá pelo fato de a corretora do CS, hoje pertencente ao UBS, tem outros negócios relevantes do grupo no Brasil, não só as carteiras imobiliárias, explica Martins. "Se a corretora só fizesse fundo imobiliário nem precisaria, haveria a troca de controle da companhia, mantendo ativos e passivos debaixo dos fundos e os funcionários. Nesse caso não é possível, porque há outros negócios que não fazem parte da transação."

Para mobilizar os investidores, a equipe de Martins teve um trabalho "hercúleo" nessa primeira fase só para fazer a convocação. Foram enviados 960 mil e-mails para os cotistas. "Primeiro, ele precisa saber que existe a convocação." Em paralelo, há uma estratégia de mídia, com um vídeo explicando a importância da votação. Foi criada uma página dedicada às assembleias na internet e está em curso uma rodada de apresentações para sensibilizar os cotistas e "tirar a inércia do investidor de não votar", afirma Martins.

Para que não haja fricção no processo há três sistemas de votos. O analógico, com o formulário de tradicional, um módulo de votação na área do investidor no sistema da B3 e o por e-mail, na plataforma Cuore, em que o investidor recebe um link e vai direto para a votação quando clica nele. Vai ser um grande teste para o voto a distância no mercado brasileiro.

A escolha do Banco Genial passou por um processo competitivo, em que sete instituições participaram. Não foi só pelo preço, diz Martins. O principal ponto foi a avaliação qualitativa combinado com a análise das rotinas operacionais, a exemplo do tempo em que processa o pagamento com validação fiscal e a aderência ao modelo de negócio.

Crédito Leitura é que liberação pelo BC amenizaria efeito da perda de recursos da poupança e fortaleceria financiamento imobiliário

Equipe econômica defende cortar depósitos compulsórios

Estevão Taiar
Brasília

Técnicos da equipe econômica do governo federal consideram que a liberação de depósitos compulsórios pelo Banco Central (BC) fortaleceria o "funding" do crédito imobiliário neste momento. O assunto foi tratado pelo menos uma vez desde o fim do ano passado entre integrantes da equipe econômica, autoridade e instituições financeiras.

Os compulsórios são arrecadados pelo BC por meio de alíquotas cobradas sobre recursos captados pelas instituições financeiras. Eles servem tanto como um "colchão" de liquidez para o sistema bancário em momentos de crise quanto para regular a oferta e a demanda por crédito.

Em fevereiro, esses recursos estavam em R$ 620,2 bilhões, segundo a série histórica do BC. Em março de 2020, somavam R$ 354,9 bilhões. Na ocasião, pouco antes de medidas de estímulo adotadas durante a pandemia, a autoridade monetária vinha colocando em prática uma agenda estrutural de redução desses recursos.

Em cerimônia na quarta-feira no Palácio do Planalto, a vice-presidente de Habitação da Caixa Econômica Federal, Inês Magalhães, voltou a defender a liberação desses recursos, com o objetivo de "aumentar a oferta de crédito". Semanas antes, ela já tinha afirmado que estavam "se construindo convicções" a respeito da importância de cortes.

LEANDRO CHEMALLE/THENEWS2/FOLHAPRESS

Magalhães: 'construindo convicções' sobre 'medida importante para economia'

"A gente tem conversado com o Banco Central, com a Fazenda, e também estão se construindo convicções de que isso seria uma medida importante para a economia, sobretudo", disse.

R$ 620 bi
é o 'colchão' no BC de depósitos compulsórios

A equipe econômica também defende há tempos a medida como forma de fortalecer a captação de recursos para o crédito imobiliário. Em pelo menos uma ocasião no fim do ano passado, integrantes da equipe se reuniram com técnicos do Departamento de Regulação do BC e de instituições financeiras para tratar do assunto.

Uma fonte da equipe econômica diz que a liberação de compulsórios seria uma "forma de tentar amenizar a perda de recursos da poupança e, a partir daí, [direcionar esses recursos] para a habitação". O estoque da caderneta de poupança direcionado para o crédito imobiliário registrou saque líquido de R$ 207,4 bilhões entre o início de 2021 e março deste ano. Com isso, o saldo recuou de R$ 786 bilhões para R$ 739,4 bilhões. A queda só não foi maior por causa dos rendimentos, que somaram R$ 145,4 bilhões nesse mesmo intervalo.

Outra fonte da equipe econômica afirma que os técnicos vêm "acompanhando com muita atenção a questão do funding do crédito imobiliário".

"Nossa avaliação é que algo precisa ser feito. Houve mudanças tanto estruturais quanto conjunturais na questão do funding", diz, afirmando que os técnicos estão "empenhados em arranjar uma solução de médio e longo prazo sustentável para o setor".

Independentemente da redução de compulsórios, outras propostas devem ser apresentadas em breve pelo governo federal para fortalecer o crédito imobiliário. Há duas semanas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que uma Medida Provisória (MP) em elaboração conteria alterações para fortalecer o mercado secundário de títulos imobiliários. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) discutiu, inclusive, detalhes da MP em reunião ministerial realizada na manhã de ontem no Palácio do Planalto.

Procurados, BC e Ministério da Fazenda optaram por não comentar.

Mercado de capitais tem captação recorde de R$ 131 bi no 1º tri

Rita Azevedo
De São Paulo

O volume de ofertas no mercado de capitais brasileiro cresceu 90,7% no primeiro trimestre, para R$ 130,9 bilhões, segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). A captação foi recorde, segundo a entidade, e puxada pelo desempenho da renda fixa, especialmente as debêntures.

"Os fundos, que são os principais motores do mercado de capitais, captaram bastante, o que contribuiu para o resultado", diz Guilherme Maranhão, presidente do Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais da Anbima. "Esperamos que a melhora e a resiliência do mercado no primeiro trimestre permaneça pelo menos nos próximos meses."

Fatores como a expectativa de queda da Selic e mudanças nas regras para emissão de certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio (CRI e CRA) impulsionaram as ofertas de debêntures, que somaram R$ 71,9 bilhões nos três primeiros meses do ano. Só em março, a emissão desses títulos chegou a R$ 41,1 bilhões — o maior volume mensal da série histórica da Anbima.

No total, foram 101 emissões concluídas de janeiro a março, sendo que 22 delas movimentaram a partir de R$ 1 bilhão. Os setores de infraestrutura (energia elétrica, transporte e logística, e saneamento) representaram quase 43,5% das ofertas e o prazo médio ficou em sete anos.

As debêntures incentivadas, especificamente, movimentaram R$ 19,9 bilhões de janeiro a março, o maior resultado para esse período do ano. Mais da metade do volume captado nos três primeiros meses de 2024 foi por empresas de energia, transporte e logística.

O volume movimentado com emissões de CRI e CRA mais do que dobrou no primeiro trimestre, em comparação ao mesmo intervalo de 2023. Os dados ainda não refletem as recentes mudanças nas regras para emissão desses papéis, segundo Maranhão. "Muitas empresas já estavam com ofertas protocoladas e acabaram não sentindo o efeito das mudanças", disse.

As emissões de CRI somaram R$ 15,07 bilhões no primeiro trimestre, ante R$ 5,75 bilhões no mesmo período do ano passado. Já os CRA chegaram a R$ 12,54 bilhões de janeiro a março. Nos mesmos meses de 2023, foram emitidos R$ 5,37 bilhões.

Na renda variável, quatro ofertas subsequentes de ações ("follow-on") foram concluídas no primeiro trimestre de 2024, totalizando R$ 3,8 bilhões. No mesmo período de 2023, as ofertas desse tipo somaram R$ 3,9 bilhões. Não foram realizadas ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês).

Para Maranhão, do ponto de vista de precificação, um IPO não faz muito sentido para as empresas atualmente. Com o mercado de dívida fortalecido, é mais provável que as companhias olhem para a possibilidade de emitir um título de dívida do que para o "equity", disse.

O principal "driver" para a retomada dos IPOs continua sendo a taxa de juros americana. "À medida que tiver um corte efetivo de juros, o pipeline deve ficar mais robusto" afirmou, ressaltando que hoje a Anbima não analisa nenhuma operação desse tipo. "Se os IPOS acontecerem serão no segundo semestre [...] pessoalmente, acredito que há mais chance de serem três a cinco operações do que cinco a dez operações."

Finanças

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 11/04/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.615,6124080	0,01	0,23	2,70
IRF-M	1+**	20.110,2675660	-0,06	-0,52	0,85
IRF-M	Total	18.191,7593820	-0,04	-0,29	1,39
IMA-B	5***	9.152,7621700	-0,03	-0,09	1,96
IMA-B	5+****	11.293,0661150	-0,03	-1,20	-2,69
IMA-B	Total	9.858,2390490	-0,03	-0,67	-0,49
IMA-S	Total	6.585,9994550	0,04	0,36	3,06
IMA-Geral	Total	8.071,5814020	0,00	-0,10	1,53

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	27/03	26/03	Há 1 semana	No fim de fevereiro	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	30,23	32,47	35,16	29,19	34,03	34,25
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,06	23,89	26,46	23,72	26,32	24,97
Conta garantida pré - a.a.	43,13	43,07	44,12	42,54	43,57	54,21
Desconto de duplicata pré - a.a.	23,85	23,88	24,01	24,46	24,26	28,64
Vendor pré - a.a.	15,73	15,10	15,72	15,88	16,35	19,41
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,54	19,09	18,19	17,00	15,48	21,92
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	16,99	16,41	17,05	15,91	16,92	19,26
Conta garantida pós - a.a.	24,35	24,29	25,36	24,86	24,97	26,56
ACC pós - a.a.	9,02	8,87	8,72	9,05	8,42	8,68
Factoring - a.m.	3,31	3,34	3,30	3,33	3,32	3,64

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	11/04/24	10/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3200	5,3400	5,3100	4,8000
1 mês	-	5,3300	5,3287	5,3224	5,3186	4,7334
3 meses	-	5,3481	5,3476	5,3506	5,3535	4,5731
6 meses	-	5,3898	5,3896	5,3888	5,3883	4,2034
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9070	3,9120	3,8990	3,9050	2,8970
1 mês	-	3,9130	3,9123	3,9121	3,9125	2,7141
3 meses	-	3,9250	3,9247	3,9239	3,9228	2,3621
6 meses	-	3,9423	3,9420	3,9414	3,9297	1,8493
1 ano	-	3,7034	3,6938	3,6738	3,6078	0,7872
Euribor ***						
1 mês	-	3,854	3,877	3,855	3,847	2,889
3 meses	-	3,912	3,891	3,892	3,929	3,108
6 meses	-	3,830	3,844	3,851	3,905	3,356
1 ano	-	3,689	3,663	3,669	3,712	3,582
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,00
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
T-Bill (1 mês)	5,37	5,37	5,33	5,38	5,36	4,12
T-Bill (3 meses)	5,39	5,39	5,35	5,36	5,37	4,99
T-Bill (6 meses)	5,37	5,37	5,28	5,31	5,31	4,96
T-Note (2 anos)	4,97	4,98	4,65	4,63	4,59	4,03
T-Note (5 anos)	4,64	4,61	4,30	4,22	4,15	3,53
T-Note (10 anos)	4,60	4,55	4,31	4,20	4,15	3,43
T-Bond (30 anos)	4,68	4,63	4,48	4,35	4,31	3,62

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	abr/24*	mar/24	fev/24 (Mês)	jan/24	dez/23	nov/23	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,36	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	2,99	12,35
CDI	0,36	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	2,99	12,35
CDB (1)	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	0,98	3,04	10,72
Poupança (2)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
Poupança (3)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
IRF-M	-0,29	0,54	0,46	0,67	1,48	2,47	1,39	14,03
IMA-B	-0,67	0,08	0,55	-0,45	2,75	2,62	-0,49	11,81
IMA-S	0,36	0,86	0,82	0,99	0,92	0,91	3,06	12,58
Renda Variável								
Ibovespa	-0,55	-0,71	0,99	-4,79	5,38	12,54	-5,06	25,74
Índice Small Cap	-2,33	2,15	0,47	-6,55	7,05	12,46	-6,33	24,13
IBrX 50	-0,19	-0,81	0,91	-4,15	5,31	12,01	-4,24	24,88
ISE	-1,93	1,21	1,99	-4,96	6,04	15,06	-3,79	26,03
IMOB	-2,92	1,10	1,27	-8,46	8,69	14,85	-9,01	41,74
IDIV	1,01	-1,20	0,91	-3,51	6,90	10,70	-2,83	27,20
IFIX	0,28	1,43	0,79	0,67	4,25	0,66	3,21	23,44
Dólar Ptax (BC)	1,61	0,26	0,60	2,32	-1,91	-2,41	4,86	-1,66
Dólar Comercial (mercado)	1,49	0,86	0,71	1,75	-1,28	-2,49	4,89	-1,06
Euro (BC) (4)	0,85	0,07	0,25	0,54	-0,63	0,75	1,73	-2,29
Euro Comercial (mercado) (4)	0,93	0,71	0,38	-0,34	0,32	0,36	1,69	-1,60
Ouro B3	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	-2,85	20,77	8,20
Inflação								
IPCA	-	0,16	0,83	0,42	0,56	0,28	1,42	3,93
IGP-M	-	-0,47	-0,52	0,74	0,59	0,50	-0,91	-4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 11/abr/24. ** Até mar/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 08/04/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.377.939,80					4.819,09	13.252,97	145.875,57	118.187,03
RF Indexados (2)	154.608,42	0,02	0,00	1,61	10,40	-261,87	139,46	1.368,09	-3.049,01
RF Duração Baixa Soberano (2)	664.294,22	0,04	0,22	2,65	11,52	2.524,82	15.624,34	39.897,02	34.581,27
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	794.414,12	0,04	0,25	3,05	13,04	1.450,48	593,09	17.771,85	9.438,28
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	124.154,11	0,05	0,05	3,08	12,64	237,32	1.194,96	21.636,41	27.582,86
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.594,53	0,03	0,15	2,57	9,12	382,92	928,74	-769,53	-5.025,40
RF Duração Livre Soberano (2)	227.395,76	0,04	0,17	2,43	11,25	309,47	-3.614,68	4.457,50	-7.026,69
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	672.539,05	0,03	0,18	2,68	11,95	-401,12	-2.847,60	11.661,65	-16.402,49
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	315.545,05	0,05	0,13	2,93	14,21	843,76	6.497,15	37.475,38	91.570,02
Ações	623.484,08					-399,28	-670,57	-1.019,55	25.886,40
Ações Indexados (2)	11.098,65	1,63	0,56	-3,88	27,47	-1,04	45,71	973,28	-1.086,30
Ações Índice Ativo (2)	35.561,79	1,50	0,08	-3,08	27,10	-10,30	-62,41	-1.299,58	-3.495,90
Ações Livre	228.264,53	0,89	0,02	-0,44	30,91	-262,92	-502,58	-288,44	-13.222,04
Fechados de Ações	127.106,87	0,55	0,13	-1,89	8,47	33,45	132,65	-1.033,27	29.112,48
Multimercados	1.658.172,41					597,45	-2.758,71	-32.653,54	-173.857,64
Multimercados Macro	163.752,90	-0,02	-0,30	0,88	8,22	-439,80	-2.495,85	-12.352,42	-45.208,74
Multimercados Livre	626.821,51	0,03	0,05	1,61	10,43	1.461,78	3.211,64	6.925,58	-44.211,44
Multimercados Juros e Moedas	54.388,64	0,03	0,15	2,77	12,34	-2,00	-127,22	-2.275,23	-12.520,27
Multimercados Invest. no Exterior (2)	733.165,57	-0,11	0,13	1,76	11,41	-412,82	-3.484,89	-25.786,11	-64.712,77
Cambial	6.027,36	-0,75	0,58	5,30	5,56	-22,70	-27,95	-201,76	-1.382,86
Previdência	1.403.364,51					407,47	898,22	12.071,00	37.630,62
ETF	42.229,07					-292,34	-933,79	-3.292,37	-1.127,40
Demais Tipos	1.961.255,09					-27,42	-4.510,60	25.911,31	31.522,55
Total Fundos de Investimentos	**7.111.217,24**					**5.109,68**	**9.760,16**	**120.779,36**	**5.336,14**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.565.412,47**					**2.433,08**	**8.528,01**	**4.964,86**	**75.622,12**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.439,24**					-	-	-	-
Total Geral	**8.724.068,94**					**7.542,76**	**18.288,18**	**125.744,21**	**80.958,26**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de fevereiro de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	11/04/24	10/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,75	10,75	10,75	11,25	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,15	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8425	0,9181
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,15	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8425	0,9181
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,46
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9832
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,34
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9747
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,29	10,28	10,33	10,36	10,53	13,61
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,12	10,09	10,06	10,05	10,11	13,40
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,56	10,56	10,63	10,66	10,82	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,41	10,47	10,50	10,68	13,63
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,29	10,29	10,34	10,37	10,53	13,61
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,19	10,19	10,22	10,25	10,38	13,56
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,09	10,09	10,06	10,06	10,12	13,41
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,02	10,02	9,89	9,85	9,75	12,73

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 11/04/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	99.439,05	10,656	258.413	10,654	10,662	10,660
Vencimento em jun/24	98.628,53	10,454	23.128	10,446	10,458	10,456
Vencimento em jul/24	97.875,36	10,340	583.160	10,324	10,354	10,338
Vencimento em ago/24	97.029,72	10,232	24.930	10,220	10,250	10,250
Vencimento em set/24	96.235,04	10,154	1.519	10,140	10,170	10,165
Vencimento em out/24	95.470,49	10,135	1.282.289	10,095	10,170	10,140
Vencimento em nov/24	94.646,76	10,107	745	10,090	10,130	10,105
Vencimento em dez/24	93.968,80	10,095	718	10,090	10,100	10,095
Vencimento em jan/25	93.234,77	10,069	2.058.593	10,025	10,130	10,090
Vencimento em fev/25	92.458,52	10,067	105	10,060	10,060	10,060
Vencimento em mar/25	91.759,59	10,064	3.235	10,045	10,085	10,085

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.099,74	0,18	336.645	5.068,50	5.103,50	5.102,00
Vencimento em jun/24	5.112,25	0,19	4.615	5.091,50	5.114,50	5.113,00
Vencimento em jul/24	5.125,77	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.141,76	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.155,39	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.473,78	0,06	15	5.462,00	5.462,00	5.462,00
Vencimento em jun/24	5.495,16	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.517,21	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em abr/24	127.502	-0,54	88.855	127.160	128.315	127.410
Vencimento em jun/24	129.237	-0,55	120	129.070	129.935	129.300
Vencimento em ago/24	131.064	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 11/04/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,0759	5,0765	0,22	1,61	4,86	1,27
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,0894	5,0900	0,25	1,49	4,89	1,66
Dólar Turismo (R$/US$)	5,1177	5,2977	0,10	1,72	4,96	2,03
Euro (BC) - (R$/€)	5,4414	5,4440	0,08	0,85	1,73	-0,43
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,4596	5,4602	0,10	0,93	1,69	-0,08
Euro Turismo (R$/€)	5,5163	5,6963	-0,04	0,99	1,59	0,19
Euro (BC) - (US$/€)	1,0720	1,0724	-0,14	-0,74	-2,99	-1,68
Ouro*						
B3 (R$/g)[1] [2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.372,91	1,60	5,64	14,90	18,37
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.331,75	-0,64	5,65	13,06	16,50

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação. ² Contrato = 250g

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
25/03 a 25/04	0,1125	0,6131	0,6131	0,7933
26/03 a 26/04	0,1100	0,6106	0,6106	0,7907
27/03 a 27/04	0,1061	0,6066	0,6066	0,7868
28/03 a 28/04	0,0785	0,5789	0,5789	0,7490
29/03 a 29/04	0,0515	0,6028	0,6028	0,7118
30/03 a 30/04	0,0769	0,6028	0,6028	0,7474
31/03 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830
01/04 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830
02/04 a 02/05	0,0857	0,5861	0,5861	0,7563
03/04 a 03/05	0,0850	0,5854	0,5854	0,7556
04/04 a 04/05	0,0807	0,5811	0,5811	0,7512
05/04 a 05/05	0,0462	0,5464	0,5464	0,7065
06/04 a 06/05	0,0227	0,5228	0,5228	0,6829
07/04 a 07/05	0,0486	0,5488	0,5488	0,7189
08/04 a 08/05	0,0843	0,5847	0,5847	0,7549
09/04 a 09/05	0,0840	0,5844	0,5844	0,7546
10/04 a 10/05	0,0836	0,5840	0,5840	0,7542

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 11/04/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	127.396	-0,51	-0,55	-5,06	19,94
IBrX	53.801	-0,53	-0,42	-4,69	19,71
IBrX 50	21.275	-0,45	-0,19	-4,24	19,53
IEE	87.815	-1,05	-0,95	-7,52	14,46
SMLL	2.204	-0,52	-2,33	-6,33	17,53
ISE	3.621	-0,81	-1,93	-3,79	19,59
IMOB	920	0,03	-2,92	-9,01	30,69
IDIV	8.817	-0,31	1,01	-2,83	23,86
IFIX	3.418	-0,03	0,28	3,21	23,59
Variação % em dólares					
Ibovespa	25.095	-0,73	-2,13	-9,46	18,44
IBrX	10.598	-0,75	-1,99	-9,11	18,21
IBrX 50	4.191	-0,67	-1,76	-8,68	18,03
IEE	17.298	-1,27	-2,51	-11,81	13,02
SMLL	434	-0,74	-3,88	-10,67	16,05
ISE	713	-1,02	-3,48	-8,25	18,09
IMOB	181	-0,19	-4,46	-13,23	29,05
IDIV	1.737	-0,53	-0,59	-7,34	22,31
IFIX	673	-0,24	-1,31	-1,58	22,04

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 11/04/24	Spread 10/04/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	280	274	6,0	-14,0	-65,0
África do Sul	368	356	12,0	-11,0	42,0
Argentina	1.284	1.275	9,0	-168,0	-623,0
Brasil	205	206	-1,0	-5,0	10,0
Colômbia	255	252	3,0	-14,0	-10,0
Filipinas	74	68	6,0	-6,0	16,0
México	161	160	1,0	-7,0	-6,0
Peru	102	101	1,0	-4,0	0,0
Turquia	244	232	12,0	-23,0	-32,0
Venezuela	15.460	15.859	-399,0	-2.663,0	-8.632,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
ago/23	344.177	01/04/24	353.974
set/23	340.324	02/04/24	353.904
out/23	340.247	03/04/24	354.152
nov/23	348.406	04/04/24	354.763
dez/23	355.034	05/04/24	354.616
jan/24	353.563	08/04/24	354.188
fev/24	352.705	09/04/24	354.798
mar/24	355.008	10/04/24	352.975

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	11/04/24	10/04/24	09/04/24	08/04/24	05/04/24	04/04/24
Índice	2.099,83	2.100,13	2.105,29	2.101,96	2.100,76	2.103,36
Var. no dia	-0,01%	-0,24%	0,16%	0,06%	-0,12%	0,05%
Var. no mês	-0,20%	-0,19%	0,06%	-0,10%	-0,16%	-0,04%
Var. no ano	1,68%	1,69%	1,94%	1,78%	1,72%	1,85%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 11/04/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,5300	36,5500	0,13890	0,13900
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,0759	5,0765
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,0978	36,1883	0,1403000	0,1406000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7241	0,7400
Colon (Costa Rica)	501,7500	515,0000	0,009856	0,010120
Coroa (Dinamarca)	6,9560	6,9570	0,7296	0,7298
Coroa (Islândia)	140,3400	140,5200	0,03612	0,03617
Coroa (Noruega)	10,8533	10,8568	0,4675	0,4677
Coroa (Rep. Tcheca)	23,6570	23,6720	0,2144	0,2146
Coroa (Suécia)	10,7572	10,7602	0,4717	0,4719
Dinar (Argélia)	134,3202	134,8736	0,03763	0,03779
Dinar (Kuwait)	0,3079	0,3080	16,4802	16,4875
Dinar (Líbia)	4,8226	4,8449	1,0477	1,0526
Direitos Especiais de Saque ***	1,3200	1,3200	6,7002	6,7010
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6721	3,6726	1,3821	1,3825
Dirham (Marrocos)	10,0160	10,0310	0,5060	0,5068
Dólar (Austrália)***	0,6523	0,6525	3,3110	3,3124
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,0759	5,0765
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,4965	2,5405
Dólar (Canadá)	1,3704	1,3709	3,7026	3,7044
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,0789	6,1533
Dólar (Cingapura)	1,3536	1,3542	3,7483	3,7504
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,0759	5,0765
Dólar (Hong Kong)	7,8369	7,8370	0,6477	0,6478
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5978	0,5982	3,0344	3,0368
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7616	6,8260	0,7436	0,7508
Euro (Comunidade Européia)***	1,0720	1,0724	5,4414	5,4440
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,7890	2,8448
Franco (Suíça)	0,9106	0,9110	5,5718	5,5749
Guarani (Paraguai)	7386,7900	7403,2800	0,0006856	0,0006872
Hryvnia (Ucrânia)	39,2300	39,3300	0,1291	0,1294
Iene (Japão)	153,1800	153,1900	0,03313	0,03314
Lev (Bulgária)	1,8247	1,8251	2,7812	2,7821
Libra (Egito)	47,5000	47,6000	0,1066	0,1069
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000057	0,000057
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00039	0,00039
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2534	1,2538	6,3621	6,3649
Naira (Nigéria)	1246,1700	1248,1700	0,00407	0,00407
Lira (Turquia)	32,3106	32,3206	0,1570	0,1571
Novo Dólar (Taiwan)	32,1990	32,2290	0,15750	0,15770
Novo Sol (Peru)	3,7091	3,7098	1,3682	1,3687
Peso (Argentina)	865,5000	866,0000	0,00586	0,00587
Peso (Chile)	958,0300	960,0300	0,005287	0,005299
Peso (Colômbia)	3820,2400	3822,2400	0,001328	0,001329
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2115	0,2115
Peso (Filipinas)	56,4270	56,4470	0,08992	0,08997
Peso (México)	16,4510	16,4560	0,3085	0,3086
Peso (Rep. Dominicana)	59,0300	59,4100	0,08544	0,08600
Peso (Uruguai)	38,4900	38,5300	0,13170	0,13190
Rande (África do Sul)	18,7527	18,7677	0,2705	0,2707
Rial (Arábia Saudita)	3,7508	3,7510	1,3532	1,3534
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001208	0,0001209
Ringgit (Malásia)	4,7450	4,7500	1,0686	1,0699
Rublo (Rússia)	92,8670	93,7670	0,05413	0,05466
Rúpia (Índia)	83,3261	83,3461	0,06090	0,06092
Rúpia (Indonésia)	15840,0000	15850,0000	0,0003202	0,0003205
Rúpia (Paquistão)	277,5200	278,4200	0,01823	0,01829
Shekel (Israel)	3,7474	3,7534	1,3523	1,3547
Won (Coréia do Sul)	1367,6900	1368,3000	0,003710	0,003712
Yuan Renminbi (China)	7,2373	7,2375	0,7013	0,7014
Zloty (Polônia)	3,9753	3,9765	1,2765	1,2770

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2344,34	0,01327	382,5094	382,5546

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	11/04/24	10/04/24	No fim de mar/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	166.842,09	167.786,82	171.154,28	173.997,89	-0,56	-2,52	-4,11
Valor-Coppead Mínima Variância	97.042,52	97.043,88	96.143,88	93.533,91	0,00	0,93	3,75

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 11/04/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 11/04/24

Índice	11/04/24	10/04/24	Em 28/03/24	Em 29/12/23	Em 11/04/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	178,71	178,43	177,78	165,54	153,28	0,16	0,53	7,96	16,59
S&P BNY Emergentes	338,03	337,06	327,04	312,75	292,26	0,29	3,36	8,09	15,66
S&P BNY América Latina	213,79	214,53	215,02	225,28	193,22	-0,35	-0,57	-5,10	10,65
S&P BNY Brasil	211,41	213,11	214,40	232,95	193,31	-0,80	-1,39	-9,25	9,36
S&P BNY México	338,01	337,15	342,11	331,67	308,10	0,25	-1,20	1,91	9,71
S&P BNY Argentina	234,01	230,66	211,50	178,27	123,49	1,45	10,64	31,27	89,50
S&P BNY Chile	151,87	151,24	147,40	162,12	171,19	0,41	3,03	-6,32	-11,29
S&P BNY Índia	2.794,15	2.805,07	2.755,62	2.923,01	2.832,86	-0,39	1,40	-4,41	-1,37
S&P BNY Ásia	211,43	210,48	206,96	189,60	173,51	0,45	2,16	11,51	21,86
S&P BNY China	313,31	312,39	306,36	336,11	352,21	0,30	2,27	-6,78	-11,04
S&P BNY África do Sul	235,24	226,29	205,76	199,87	243,29	3,95	14,33	17,70	-3,31
S&P BNY Turquia	25,52	25,51	23,46	22,45	20,77	0,07	8,80	13,67	22,88

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	11/04/24	10/04/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.459,08	38.461,51	-0,01	-3,39	2,04	14,17	32.417,59	39.807,37
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.307,98	18.011,66	1,65	0,29	8,81	41,22	12.725,11	18.339,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.442,20	16.170,36	1,68	0,38	9,53	36,66	11.799,16	16.442,20
EUA	Nova York	S&P 500	5.199,06	5.160,64	0,74	-1,05	9,00	26,53	4.055,99	5.254,35
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.110,11	22.199,13	-0,40	-0,26	5,50	8,27	18.737,39	22.361,78
México	Cidade do México	IPC	56.830,32	56.636,54	0,34	-0,94	-0,97	4,08	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.415,24	1.398,05	1,23	6,17	18,41	15,87	1.046,70	1.415,24
Venezuela	Caracas	IBVC	60.547,92	60.564,84	-0,03	8,86	4,70	109,03	28.114,73	63.455,81
Chile	Santiago	IPSA	6.726,52	6.688,18	0,57	1,25	8,53	26,75	5.226,93	6.726,52
Peru	Lima	S&P/BVL General	27.948,39	27.799,43	0,54	-1,48	7,66	25,43	21.161,78	29.727,98
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.259.303,38	1.233.950,13	2,05	3,78	35,45	384,42	259.963,40	1.316.204,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.518,09	1.524,45	-0,42	-0,54	8,78	10,98	3.425,66	4.057,14
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	17.954,48	18.097,30	-0,79	-2,91	7,18	14,69	14.687,41	18.492,49
França	Paris	CAC-40	8.023,74	8.045,38	-0,27	-2,22	6,37	8,57	6.795,38	8.205,81
Itália	Milão	FTSE MIB	33.713,94	34.039,63	-0,96	-2,98	11,08	22,48	26.051,33	34.759,69
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.836,85	3.831,77	0,13	-0,23	3,48	0,52	3.290,68	3.872,45
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.631,02	2.622,45	0,33	-1,44	15,22	31,62	1.962,58	2.751,08
Espanha	Madri	IBEX-35	10.649,80	10.775,00	-1,16	-3,84	5,42	15,29	8.918,30	11.111,30
Grécia	Atenas	ASE General	1.416,53	1.420,30	-0,27	-0,41	9,54	29,63	1.085,11	1.434,87
Holanda	Amsterdã	AEX	883,79	886,67	-0,32	0,23	12,32	15,78	714,05	886,67
Hungria	Budapeste	BUX	67.205,07	67.271,28	-0,10	2,78	10,86	51,34	42.687,24	67.271,28
Polônia	Varsóvia	WIG	83.492,28	84.406,40	-1,08	0,90	6,41	40,23	59.538,91	84.664,91
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.296,44	6.279,78	0,27	0,25	-1,56	2,61	5.729,40	6.609,90
Rússia	Moscou	RTS*	1.162,36	1.159,39	0,26	2,23	7,28	19,41	969,33	1.163,76
Suécia	Estocolmo	OMX	2.499,70	2.519,05	-0,77	-0,74	4,23	13,05	2.049,65	2.550,50
Suíça	Zurique	SMI	11.465,74	11.495,21	-0,26	-2,26	2,94	1,78	10.323,71	11.790,46
Turquia	Istambul	BIST 100	Feriado	Feriado	-	7,35	31,38	91,52	4.400,76	9.814,19
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.952,96	1.985,57	-1,64	-3,95	4,12	12,27	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	75.303,25	75.520,38	-0,29	1,03	-2,07	-3,45	69.451,97	79.294,76
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	39.442,63	39.581,81	-0,35	-2,30	17,87	41,25	27.923,37	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.074,10	8.109,70	-0,44	-0,98	3,12	7,59	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.721,59	1.720,28	0,08	-1,49	-6,33	-19,53	1.433,10	2.147,16
China	Xangai	SSE Composite	3.034,25	3.027,33	0,23	-0,23	1,99	-8,43	2.702,19	3.395,00
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.706,96	-	0,07	-1,44	1,95	6,24	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.095,03	17.139,17	-0,26	3,35	0,28	-16,55	14.961,18	20.782,45
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	Feriado	75.038,15	-	1,88	3,87	24,15	59.567,80	75.038,15
Indonésia	Jacarta	JCI	Feriado	Feriado	-	-0,03	0,19	6,98	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.396,38	1.408,17	-0,84	1,34	-1,38	-12,57	1.356,54	1.600,41
Taiwan	Taipé	TAIEX	20.753,22	20.763,53	-0,05	2,26	15,74	30,41	15.370,73	20.796,20

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

cpfl transmissão

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 92.715.812/0001-31 - NIRE 43.300.007.693

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 10 de Abril de 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada em 10 (dez) de abril de 2024, às 10:00 (dez horas), na sede social da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("Companhia"), localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Bairro Navegantes, CEP 90230-181, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), em vista da presença da acionista CPFL Comercialização Brasil S.A., representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Karin Regina Luchesi e o Sr. Pedro Vitor Dias Trindade, como secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a realização, pela Companhia, de sua 11ª (décima primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, no valor total de R$ 635.000.000,00 (seiscentos e trinta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública, em rito de registro automático, sem análise prévia, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); **(ii)** a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia, ou seus procuradores, pratique todos os atos necessários para a formalização e efetivação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando a, (a) contratação das instituições intermediárias da Oferta e demais prestadores de serviço para realização da Emissão e da Oferta; e (b) negociação e celebração da Escritura de Emissão (conforme abaixo definido), do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e eventuais aditamentos a estes documentos, incluindo o aditamento à Escritura de Emissão para refletir, dentre outras providências, o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), bem como quaisquer outros documentos necessários para realização da Oferta, dentre outras providências eventualmente necessárias; e **(iii)** a ratificação todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, ou seus procuradores, com relação às deliberações acima. **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos dos presentes, sem quaisquer restrições, após debates e discussões, a acionista da Companhia resolve: **(i)** Aprovar, conforme atribuições previstas no artigo 7º do do Estatuto Social da Companhia, a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características principais: a) Número da Emissão: A Emissão constituirá a 11ª (décima primeira) emissão de debêntures da Companhia. b) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$ 635.000.000,00 (seiscentos e trinta e cinco milhões de reais) a de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo que o valor será alocado entre as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, observado o Volume Mínimo (conforme abaixo definido). c) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será aquela fixada no "*Instrumento Particular de Escritura da 11ª (décima primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T*" a ser celebrado entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas ("Agente Fiduciário"), e a CPFL Energia S.A., na qualidade de fiadora ("Data de Emissão", "Escritura de Emissão" e "Garantidora", respectivamente). d) Procedimento de *Bookbuilding*: O procedimento de coleta de intenções de investimento será organizado pelos Coordenadores, para verificação, junto a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada de tempos em tempos ("Investidores Profissionais"): (i) da quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, conforme o caso, observado o Volume Mínimo; e (ii) da taxa final da remuneração aplicável às Debêntures de cada série ("Procedimento de Bookbuilding"). e) Séries: A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, de acordo com a demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding*. A alocação das Debêntures entre a primeira série e a segunda série será realizada em sistema de vasos comunicantes ("Sistema de Vasos Comunicantes"), observado (i) que a soma das Debêntures alocadas no conjunto das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) e das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) efetivamente emitidas deverá corresponder a, no máximo, 635.000 (seiscentas e trinta e cinco mil) Debêntures; e (ii) o volume mínimo de 127.000 (cento e vinte e sete mil) Debêntures em cada uma das séries ("Volume Mínimo"). De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Debêntures emitida em uma das séries, que não poderá ser menor que o Volume Mínimo, será abatida da quantidade total de Debêntures, e, consequentemente, da quantidade de Debêntures emitida na outra série. Serão levadas em consideração para determinação final da quantidade de Debêntures alocada em cada série, a demanda agregada dos Investidores Profissionais para as Debêntures e a quantidade requerida pelos Investidores Profissionais no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Ressalvadas as menções expressas às Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e às Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"), todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série em conjunto. f) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). g) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme será informada no o anúncio de início de distribuição, nos termos dos artigos 59 e 13 da Resolução CVM 160, a ser divulgado nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo que as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, pelo Valor Nominal Unitário da respectiva série, na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures de cada série, de acordo com as normas aplicáveis à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3" e "Data da Primeira Integralização", respectivamente). Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data da Primeira Integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Atualizado (conforme abaixo definido) da respectiva série acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido) da respectiva série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização, até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas com ágio ou deságio, conforme definido no ato de subscrição das Debêntures da respectiva série, em cada data de integralização, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures da respectiva série integralizadas em uma mesma data. h) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 635.000 (seiscentas e trinta e cinco mil) Debêntures, em 2 (duas) séries, sendo que a quantidade de Debêntures a ser emitida em cada série será definida em Sistema de Vasos Comunicantes, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, observado o Volume Mínimo. i) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme abaixo definido) e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 será expedido extrato em nome do debenturista (cada um "Debenturista" e no plural "Debenturistas"), que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. j) Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. k) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. l) Prazo e Data de Vencimento: Observado o que será disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data de vencimento das Debêntures a ser fixada na Escritura de Emissão, e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 15 (quinze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data de vencimento das Debêntures a ser fixada na Escritura de Emissão, sendo certo que em ambos os casos estão ressalvadas as hipóteses de resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, de Resgates Antecipados Facultativos Totais (conforme abaixo definido), conforme o caso, do resgate a ser previsto na Escritura de Emissão, da Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido) com o cancelamento da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão, se for o caso. m) Enquadramento do Projeto de Investimento: As Debêntures serão emitidas na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431") e do Decreto Presidencial nº 11.964, de 26 de março de 2024 ("Decreto 11.964"), tendo em vista que o Projeto de Investimento (conforme abaixo definido) foi enquadrado como prioritário pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio (i) da Portaria nº 2.637/SNTEP/MME, emitida pelo MME em 09 de outubro de 2023, publicada no "Diário Oficial da União" em 16 de outubro de 2023; e (ii) da Portaria nº 2.681/SNTEP/MME, emitida pelo MME em 08 de novembro de 2023, publicada no "Diário Oficial da União" em 10 de novembro de 2023 ("Portarias MME"). n) Destinação dos Recursos: Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CMN 5.034"), os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão utilizados exclusivamente para: (i) o pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridas a partir da data de integralização da Oferta e relacionados ao projeto a ser descrito na Escritura de Emissão ("Projeto de Investimento"), nos termos da Lei 12.431; e/ou (ii) reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas ao Projeto de Investimento ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da divulgação do anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 76 da Resolução CVM 160. o) Banco Liquidante e Escriturador: O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, CEP 04.344-902, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, atuará como banco liquidante das Debêntures ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder ao Banco Liquidante na prestação dos serviços de banco liquidante previstos na Escritura de Emissão). O escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder ao Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures). p) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: As Debêntures serão depositadas para: **(i)** distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; **(ii)** observado o disposto na Escritura de Emissão, negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento liquidados financeiramente por meio da B3; e **(iii)** custódia eletrônica na B3. Não obstante o descrito acima, as Debêntures (i) poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais; (ii) poderão ser negociadas no mercado secundário entre investidores qualificados, assim definidos nos termos dos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30, somente após decorridos 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea "(a)" da Resolução CVM 160; e (iii) poderão ser negociadas no mercado secundário entre o público em geral somente após decorrido 1 (um) ano da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea "(b)", da Resolução CVM 160. q) Colocação e Plano de Distribuição: As Debêntures serão objeto de oferta pública, em rito de registro automático, sem análise prévia, destinada exclusivamente para Investidores Profissionais, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela distribuição das Debêntures ("Coordenadores", sendo a instituição financeira intermediária líder denominada "Coordenador Líder"), de forma individual e não solidária, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Rito de Registro Automático, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 11ª (décima primeira) Emissão da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T*", a ser celebrado entre a Companhia, a Garantidora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). r) Distribuição Parcial: Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures objeto da Oferta. s) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série) e o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série) será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data do seu respectivo efetivo pagamento (exclusive) ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso ("Valor Nominal Atualizado"), segundo a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. t) Amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série: Salvo na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido), de resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, de resgate a ser previsto na Escritura de Emissão ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão, na Lei 12.431 e nas demais legislações aplicáveis, a amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série será realizada em 3 (três) parcelas anuais consecutivas, conforme datas a serem indicadas na Escritura de Emissão. u) Amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série: Salvo na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido), de resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, de resgate a ser previsto na Escritura de Emissão ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão, na Lei 12.431 e nas demais legislações aplicáveis, a amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série será realizada em 3 (três) parcelas anuais consecutivas, conforme datas a serem indicadas na Escritura de Emissão. v) Remuneração das Debêntures da Primeira Série: Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitados ao que for maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em maio de 2033, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), apurada no fechamento do Dia Útil da data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* ("Data de Apuração"), reduzida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a 0,01% (um centésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (ii) 5,68% (cinco inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (inclusive) imediatamente anterior, conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será aquele previsto na Escritura de Emissão. w) Remuneração das Debêntures da Segunda Série: Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitados ao que for maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em maio de 2035, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), apurada na Data de Apuração, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (ii) 5,77% (cinco inteiros e setenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (inclusive) imediatamente anterior, conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será aquele previsto na Escritura de Emissão. x) Pagamento da Remuneração: Salvo nas hipóteses de vencimento antecipado nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, de Resgates Antecipados Facultativos Totais, do resgate a ser previsto na Escritura de Emissão, da Aquisição Facultativa com o cancelamento da totalidade das Debêntures, ou resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, a Remuneração das Debêntures da respectiva série será paga, semestralmente, em dia e meses a serem previstos na Escritura de Emissão, a partir da Data de Emissão (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), conforme datas a serem indicadas na tabela a ser descrita na Escritura de Emissão. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas aquele que for titular de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. y) Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. z) Tratamento Tributário das Debêntures. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures de qualquer das séries, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Liquidante, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431, como se não gozasse do referido tratamento tributário. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória da sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador, com cópia para a Companhia, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e/ou pelo Escriturador e/ou pela Companhia, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do seu conhecimento e, sempre, no mínimo, com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência de qualquer pagamento a ser realizado pela Companhia. aa) Resgates Antecipados Facultativos Totais: Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431 e da Resolução CMN 4.751, desde que respeitado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data efetiva do resgate antecipado, nos termos do inciso I, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751, e calculado nos termos da Resolução CMN 5.034, a Companhia poderá, desde que não tenha sido declarado o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, observados os termos e condições a seguir, realizar (a) o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série, nos termos da legislação aplicável ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série") e/ou (b) o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série, nos termos da legislação aplicável ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, "Resgates Antecipados Facultativos Totais"). O valor de resgate antecipado a ser pago pela Companhia em relação a cada uma das Debêntures da respectiva série, no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo Total da respectiva série, será equivalente ao valor indicado nos itens "(i)" ou "(ii)" a seguir, entre os dois, o que for maior: (i) Valor Nominal Atualizado das Debêntures da respectiva série, acrescido: (1) da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada, *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até efetiva Data do Resgate Antecipado Facultativo da respectiva série (exclusive); e (2) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se houver; ou (ii) valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da respectiva série, da Remuneração da respectiva série, e dos Encargos Moratórios, se houver, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B - NTN-B) com *duration* aproximada equivalente à *duration* remanescente das Debêntures da respectiva série na respectiva Data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) e conforme apurada no Dia Útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado Facultativo ("NTN-B"), decrescido de uma taxa de 0,20% (vinte centésimos por cento), calculado conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver. Todo e qualquer valor pago a título de Resgate Antecipado Facultativo Total da respectiva série deverá respeitar os limites estabelecidos na Resolução CMN 4.751, em quaisquer resoluções que vierem a substitui-la e nas demais regulamentações do Banco Central do Brasil. Os demais termos e condições dos Resgates Antecipados Facultativos Totais serão previstos na Escritura de Emissão. bb) Oferta de Resgate Antecipado: Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, na forma regulamentada pelo CMN, após o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate antecipado facultativo superar 4 (quatro) anos e observada a Resolução CMN 4.751, ou em prazo inferior, desde que venha a ser legalmente permitido, a Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total (sendo vedada a oferta de resgate antecipado parcial) das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, endereçada a todos os Debenturistas da respectiva série, sem distinção, sendo assegurado aos Debenturistas da respectiva série igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações, a Lei 12.431 e a Resolução CMN nº 5.034 ("Oferta de Resgate Antecipado"). Os valores a serem pagos aos Debenturistas titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou aos Debenturistas titulares das Debêntures da Segunda Série em razão do resgate antecipado deverão ser equivalentes ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures da respectiva série a serem resgatadas, acrescido da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures da respectiva série objeto da Oferta de Resgate Antecipado e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, podendo, ainda, ser oferecido prêmio de resgate antecipado aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo. Observados os termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431 e da regulamentação do CMN, as Debêntures resgatadas pela Companhia, conforme será previsto na Escritura de Emissão, serão obrigatoriamente canceladas. Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado serão previstos na Escritura de Emissão. cc) Vencimento Antecipado: Observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures e todas as obrigações a serem previstas na Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Companhia e/ou da Garantidora, conforme o caso, o pagamento do respectivo Valor Nominal Atualizado, acrescido da respectiva Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, observados os eventuais prazos de cura e respectivos procedimentos, quando aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado"). dd) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Atualização Monetária e da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia e/ou pela Garantidora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia e/ou pela Garantidora ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios"). ee) Garantia Fidejussória: Em garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, incluindo Encargos Moratórios decorrentes das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas ("Fiança"), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos descritos na Escritura de Emissão. ff) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela B3 para as respectivas Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente junto à B3, os seus pagamentos serão realizados pelo Escriturador ou na sede da Companhia, se for o caso. gg) Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação a ser prevista e decorrente da Escritura de Emissão, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, estado de São Paulo e/ou na cidade de Porto Alegre, estado do Rio de Grande do Sul, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Será considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. hh) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, ou antes de tal data, desde que venha a ser legalmente permitido, nos termos da Lei 12.431, da regulamentação do CMN, da Resolução CVM 160 ou de outra legislação ou regulamentação aplicável, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série por: (i) valor igual ou inferior ao seu respectivo Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; ou (ii) por valor superior ao seu Valor Nominal Atualizado, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, incluindo os termos da Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022 ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições de negociação previstas na Resolução CVM 160. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. ii) Amortização Extraordinária Facultativa: As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária facultativa pela Companhia. jj) Desmembramento: Não será admitido desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. kk) Demais Características: As demais características das Debêntures e da Oferta encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos a elas pertinentes. **(ii)** Autorizar a Diretoria da Companhia, ou seus procuradores, a praticar todos os atos necessários para a formalização e efetivação das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando a, (a) contratação dos Coordenadores e demais prestadores de serviço para realização da Oferta; (b) negociação e celebração da Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição e eventuais aditamentos a estes documentos, incluindo o aditamento à Escritura de Emissão para refletir, dentre outras providências, o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, bem como quaisquer outros documentos necessários para realização da Oferta; e **(iii)** Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, ou seus procuradores, com relação às deliberações ora aprovadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada, sendo dela lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. A Sra. **Karin Regina Luchesi**, Presidente da mesa e o Sr. **Pedro Vitor Dias Trindade**, Secretário. Acionista Presente: CPFL Comercialização Brasil S.A., representada pelos Srs. **Ricardo Motoyama de Almeida** e **Flávio Henrique Ribeiro**. Porto Alegre, 10 de abril de 2024. Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Registro de Atas de Assembleia Geral. **Karin Regina Luchesi** - Presidente; **Pedro Vitor Dias Trindade -** Secretário.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
COMPANHIA ABERTA - CVM Nº 2025-7
CNPJ/MF Nº 07.859.971/0001-30 - NIRE 33.3.0027843-5

AVISO AOS DEBENTURISTAS DA 13ª (DÉCIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (B3: TAEE11) ("Taesa" ou "Companhia") comunica os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da 13ª (décima terceira) emissão da Taesa ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente), a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos interesses ("Agente Fiduciário"), o Banco Bradesco S.A., na qualidade de escriturador e banco liquidante da Emissão, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3") e ao mercado em geral que irá realizar, nos termos da Cláusula 6.22 do "*Instrumento Particular de Escritura da 13ª (Décima Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.*", celebrado em 17 de fevereiro de 2023, entre a Taesa e o Agente Fiduciário, o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, em circulação, com código de ativo TAEEA3 e código ISIN BRTAEEDBS0S0 para a totalidade das Debêntures, em 22 de abril de 2024 ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total"). Os termos aqui utilizados, exceto se de outra forma definidos, terão o significado atribuído a eles na Escritura de Emissão.

As Debêntures serão resgatadas na Data do Resgate Antecipado Facultativo Total pelo seu Valor Nominal Unitário (ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), conforme definido na Escritura de Emissão, acrescido **(i)** da Remuneração (conforme definida na Escritura de Emissão), calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização (ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a data do efetivo pagamento; e **(ii)** dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicáveis (sendo que os itens (i) e (ii) acima representarão o "Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"); e **(iii)** acrescido de prêmio correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano multiplicado pelo prazo remanescente, incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, o qual resulta no Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total estimado equivalente a: **R$1.023.436.703,01** (um bilhão, vinte e três milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, setecentos e três reais e um centavo).

Série Única:

Evento	Ativo	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total
Juros	TAEEA3	R$ 20,89661500	1.000.000	R$ 20.896.615,00
Amortização	TAEEA3	R$ 1.000,00000000	1.000.000	R$ 1.000.000.000,00
Prêmio	TAEEA3	R$ 2,54008801	1.000.000	R$ 2.540.088,01
				R$ 1.023.436.703,01

Informamos ainda que a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Décima Terceira Emissão custodiadas eletronicamente no Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, ocorrerá por meio da B3.

Solicitamos que qualquer manifestação de V. Sas. a respeito da presente Notificação seja enviada para o endereço:

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
Avenida das Américas, nº 2.480, Bloco 6, Sala 201
CEP 22.640-101, Rio de Janeiro - RJ
At.: Sra. Luciana Teixeira Soares Ribeiro
Tel.: +55 (21) 2212-6000/6001
Fax: +55 (21) 2212-6040
E-mail: luciana.ribeiro@taesa.com.br

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024.

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF n° 00.776.574/0006-60 - NIRE 3330029074-5
Companhia Aberta

Edital de Convocação. Assembleia Geral Extraordinária. Ficam convidados os Srs. acionistas da **Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada no dia 10 de maio de 2024, às 10 horas, **de forma exclusivamente digital**, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/22"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) Aprovar o grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 100 ações ordinárias para 1 ação da mesma espécie; (ii) Aprovar o aumento do limite do capital autorizado, que passa a ter o limite de 435.084.497 ações ordinárias; (iii) Aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações tomadas nos itens (i) e (ii); (iv) Aprovar o aumento de capital social da Companhia, no valor de, no mínimo R$12.409.824.722,10, e, no máximo, R$41.201.988.542,00, com a emissão de, no mínimo 9.546.019.017, e, no máximo, 31.693.837.340 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R$1,30 por ação, bem como a emissão de, no mínimo, 3.182.006.339, e, no máximo, 10.564.612.447 bônus de subscrição, atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações, na proporção de 1 (um) bônus de subscrição para cada grupo de 3 (três) ações subscritas. Nos termos da Proposta da Administração, os montantes do aumento de capital propostos acima serão atualizados pelo IPCA até o dia útil anterior à assembleia que deliberar sobre o aumento de capital, ajustando consequentemente o número de ações a serem efetivamente emitidas; e (v) Autorizar a administração da Companhia a tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à implementação das deliberações tomadas em Assembleia, bem como ratificar todos os atos tomados até esta data com relação ao aumento de capital. **Informações Gerais:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e no Manual para Participação na Assembleia divulgados pela Companhia nesta mesma data e disponível aos senhores Acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.americanas.io), e nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico deverão **impreterivelmente até às 23:59 do dia 8 de maio de 2024**, realizar o seu cadastro no sistema eletrônico por meio do link https://assembleia.ten.com.br/607151724 e fornecer todas as informações e documentos obrigatórios, conforme indicados no Manual para Participação na Assembleia. Os acionistas também poderão participar da Assembleia preenchendo o boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, o qual poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador, ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Manual para Participação na Assembleia. A Companhia informa, ainda, que o envio do boletim de voto a distância por meio de agentes de custódia ou do escriturador dispensa a necessidade de credenciamento prévio do acionista com a Companhia. Alternativamente, os acionistas poderão exercer o seu direito de voto mediante o preenchimento de boletim de voto a distância digital diretamente na plataforma digital Ten Meetings. Neste caso, para que o boletim de voto a distância seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados como parte integrante do quórum da Assembleia, o acionista deverá (i) acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/607151724; (ii) se cadastrar na plataforma Ten Meetings com a documentação necessária, descrita no Manual para Participação na Assembleia; (iii) preencher devidamente todos os campos; e (iv) ao final, confirmar seu voto. Nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/22, não será admitido o acesso ao sistema eletrônico dos acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários **até às 23:59 do dia 8 de maio de 2024**. A Companhia, portanto, recomenda que os acionistas ou procuradores realizem o cadastramento no sistema eletrônico e o envio dos documentos obrigatórios com 3 dias de antecedência do encerramento do prazo indicado acima, de modo a ter tempo hábil para sanar eventuais pendências dentro do prazo. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3 que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante. Os documentos e informações referentes às matérias constantes da Ordem do Dia bem como aqueles previstos nas Resoluções editadas pela CVM foram apresentados à CVM, por meio do Sistema de Informações Periódicas e Eventuais (IPE), nos termos do art. 7º da Resolução CVM nº 81/22, bem como foram disponibilizados aos acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.americanas.io), e nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Eventuais esclarecimentos, inclusive sobre o acesso e utilização do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia aos seus acionistas, poderão ser obtidos no site de Relações com Investidores (ri.americanas.io), ou por intermédio do endereço eletrônico ri@americanas.io. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2024. **Eduardo Saggioro Garcia** - Presidente do Conselho de Administração.

INÊS 249

Companhia Piratininga de Força e Luz

CNPJ nº 04.172.213/0001-51 - NIRE 35.300.182.383 - Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 10 de Abril de 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada em 10 (dez) de abril de 2024, às 10:00 (dez horas), na sede social da Companhia Piratininga de Força e Luz (“Companhia”), localizada na cidade de Campinas, estado de São Paulo, na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632, Parte, Bairro Jardim Professora Tarcília, CEP 13.087-397. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), em vista da presença da acionista CPFL Energia S.A., representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Luis Henrique Ferreira Pinto e o Sr. Pedro Vitor Dias Trindade, como secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a realização, pela Companhia, de sua 17ª (décima sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, no valor total de R$ 293.000.000,00 (duzentos e noventa e três milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública, em rito de registro automático, sem análise prévia, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta”); **(ii)** a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia, ou seus procuradores, pratique todos os atos necessários para a formalização e efetivação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando a, (a) contratação das instituições intermediárias da Oferta e demais prestadores de serviço para realização da Emissão e da Oferta; e (b) negociação e celebração da Escritura de Emissão (conforme abaixo definido), do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e eventuais aditamentos a estes documentos, incluindo o aditamento à Escritura de Emissão para refletir, dentre outras providências, o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), bem como quaisquer outros documentos necessários para realização da Oferta, dentre outras providências eventualmente necessárias; e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, ou seus procuradores, com relação às deliberações acima. **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos dos presentes, sem quaisquer restrições, após debates e discussões, a acionista da Companhia resolve: **(i)** Aprovar, conforme atribuições previstas no artigo 7º e no item (g) do artigo 11, ambos do Estatuto Social da Companhia, a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características principais: a) Número da Emissão: A Emissão constituirá a 17ª (décima sétima) emissão de debêntures da Companhia. b) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$ 293.000.000,00 (duzentos e noventa e três milhões de reais) na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”), sendo que o valor será alocado entre as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, observado o Volume Mínimo. c) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será aquela fixada no “*Instrumento Particular de Escritura da 17ª (décima sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Companhia Piratininga de Força e Luz*” a ser celebrado entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas (“Agente Fiduciário”), e a CPFL Energia S.A., na qualidade de fiadora (“Data de Emissão”, “Escritura de Emissão” e “Garantidora”, respectivamente). d) Procedimento de *Bookbuilding*: O procedimento de coleta de intenções de investimento será organizado pelos Coordenadores, para verificação, junto a Investidores Profissionais: (i) da quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, conforme o caso, observado o Volume Mínimo; e (ii) da taxa final da remuneração aplicável às Debêntures de cada série (“Procedimento de *Bookbuilding*”). e) Séries: A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, de acordo com a demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding*. A alocação das Debêntures entre a primeira série e a segunda série será realizada em sistema de vasos comunicantes (“Sistema de Vasos Comunicantes”), observado (i) que a soma das Debêntures alocadas no conjunto das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) e das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) efetivamente emitidas deverá corresponder a, no máximo, 293.000 (duzentas e noventa e três mil) Debêntures; e (ii) o volume mínimo de 58.600 (cinquenta e oito mil e seiscentas) Debêntures em cada uma das séries (“Volume Mínimo”). De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Debêntures emitida em uma das séries, que não poderá ser menor que o Volume Mínimo, será abatida da quantidade total de Debêntures, e, consequentemente, da quantidade de Debêntures emitida na outra série. Serão levadas em consideração para determinação final da quantidade de Debêntures alocada em cada série, a demanda agregada dos Investidores Profissionais para as Debêntures e a quantidade requerida pelos Investidores Profissionais no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Ressalvadas as menções expressas às Debêntures da primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e às Debêntures da segunda série (“Debêntures da Segunda Série”), todas as referências às “Debêntures” devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série em conjunto. f) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$ 1.000,00 (mil reais) (“Valor Nominal Unitário”). g) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme será informada no anúncio de início de distribuição, nos termos dos artigos 59 e 13 da Resolução CVM 160, a ser divulgado nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo que as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, pelo Valor Nominal Unitário da respectiva série, na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures de cada série, de acordo com as normas aplicáveis à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 (“B3” e “Data da Primeira Integralização”, respectivamente). Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data da Primeira Integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Atualizado (conforme abaixo definido) da respectiva série acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido) da respectiva série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização, até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas com ágio ou deságio, conforme definido no ato de subscrição das Debêntures da respectiva série, em cada data de integralização, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures da respectiva série integralizadas em uma mesma data. h) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 293.000 (duzentas e noventa e três mil) Debêntures, em 2 (duas) séries, sendo que a quantidade de Debêntures a ser emitida em cada série será definida em Sistema de Vasos Comunicantes, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, observado o Volume Mínimo. i) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme abaixo definido) e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 será expedido extrato em nome do debenturista (cada um “Debenturista” e no plural “Debenturistas”), que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. j) Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. k) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. l) Prazo e Data de Vencimento: Observado o que será disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data de vencimento das Debêntures a ser fixada na Escritura de Emissão, e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 15 (quinze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data de vencimento das Debêntures a ser fixada na Escritura de Emissão, sendo certo que em ambos os casos estão ressalvadas as hipóteses de resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, de Resgates Antecipados Facultativos Totais (conforme abaixo definido), conforme o caso, do resgate a ser previsto na Escritura de Emissão, da Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido) com o cancelamento da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão, se for o caso. m) Enquadramento do Projeto de Investimento: As Debêntures serão emitidas na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”) e do Decreto Presidencial nº 11.964, de 26 de março de 2024 (“Decreto 11.964”), tendo em vista que o Projeto de Investimento (conforme abaixo definido) foi enquadrado como prioritário pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”), por meio (i) da Portaria nº 748, emitida pelo MME em 18 de junho de 2021, publicada no “Diário Oficial da União” em 21 de junho de 2021; e (ii) da Portaria nº 1.526/SPE/MME, emitida pelo MME em 3 de agosto de 2022, publicada no “Diário Oficial da União” em 5 de agosto de 2022 (“Portarias MME”). n) Destinação dos Recursos: Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 5.034, de 21 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CMN 5.034”), os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão utilizados exclusivamente para reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas ao projeto a ser descrito na Escritura de Emissão (“Projeto de Investimento”), ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da divulgação do anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 76 da Resolução CVM 160. o) Banco Liquidante e Escriturador: O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, CEP 04.344-902, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, atuará como banco liquidante das Debêntures (“Banco Liquidante”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder ao Banco Liquidante na prestação dos serviços de banco liquidante previstos na Escritura de Emissão). O escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder ao Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures). p) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: As Debêntures serão depositadas para: **(i)** distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; **(ii)** observado o disposto na Escritura de Emissão, negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento liquidados financeiramente por meio da B3; e **(iii)** custódia eletrônica na B3. Não obstante o descrito acima, as Debêntures (i) poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais; (ii) poderão ser negociadas no mercado secundário entre investidores qualificados, assim definidos nos termos dos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30, somente após decorridos 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea “(a)” da Resolução CVM 160; e (iii) poderão ser negociadas no mercado secundário entre o público em geral somente após decorrido 1 (um) ano da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea “(b)”, da Resolução CVM 160. q) Colocação e Plano de Distribuição: As Debêntures serão objeto de oferta pública, em rito de registro automático, sem análise prévia, destinada exclusivamente para Investidores Profissionais, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela distribuição das Debêntures (“Coordenadores”, sendo a instituição financeira intermediária líder denominada “Coordenador Líder”), de forma individual e não solidária, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Rito de Registro Automático, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 17ª (décima sétima) Emissão da Companhia Piratininga de Força e Luz*”, a ser celebrado entre a Companhia, a Garantidora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”). r) Distribuição Parcial: Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures objeto da Oferta. s) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série) e o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série) será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data do seu respectivo efetivo pagamento (exclusive) (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso (“Valor Nominal Atualizado”), segundo a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. t) Amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série: Salvo na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido), de resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, de resgate a ser previsto na Escritura de Emissão ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão, na Lei 12.431 e nas demais legislações aplicáveis, a amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série será realizada em 3 (três) parcelas anuais consecutivas, conforme datas a serem indicadas na Escritura de Emissão. u) Amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série: Salvo na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido), de resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, de resgate a ser previsto na Escritura de Emissão ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão, na Lei 12.431 e nas demais legislações aplicáveis, a amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série será realizada em 3 (três) parcelas anuais consecutivas, conforme datas a serem indicadas na Escritura de Emissão. v) Remuneração das Debêntures da Primeira Série: Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitados ao que for maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em maio de 2033, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), apurada no fechamento do Dia Útil da data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* (“Data de Apuração”), reduzida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a 0,01% (um centésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (ii) 5,68% (cinco inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da Primeira Série”). A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (inclusive) imediatamente anterior, conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será aquele previsto na Escritura de Emissão. w) Remuneração das Debêntures da Segunda Série: Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitados ao que for maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em maio de 2035, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), apurada na Data de Apuração, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (ii) 5,77% (cinco inteiros e setenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com Remuneração das Debêntures da Primeira Série, “Remuneração”). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (inclusive) imediatamente anterior, conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será aquele previsto na Escritura de Emissão. x) Pagamento da Remuneração: Salvo na hipótese de vencimento antecipado nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, de Resgates Antecipados Facultativos Totais, do resgate a ser previsto na Escritura de Emissão, da Aquisição Facultativa com o cancelamento da totalidade das Debêntures, ou resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, a Remuneração das Debêntures da respectiva série, será paga, semestralmente, em dia e meses a serem previstos na Escritura de Emissão, a partir da Data de Emissão (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”), conforme datas a serem indicadas na tabela a ser descrita na Escritura de Emissão. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas aquele que for titular de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. y) Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. z) Tratamento Tributário das Debêntures: As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures de qualquer das séries, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Liquidante, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431, como se não gozasse do referido tratamento tributário. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador, com cópia para a Companhia, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e/ou pelo Escriturador e/ou pela Companhia, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do seu conhecimento e, sempre, no mínimo, com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência de qualquer pagamento a ser realizado pela Companhia. aa) Resgates Antecipados Facultativos Totais: Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, e da Resolução CMN 4.751, desde que respeitado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data efetiva do resgate antecipado, nos termos do inciso I, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751, e calculado nos termos da Resolução CMN 5.034, a Companhia poderá, desde que não tenha sido declarado o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, observados os termos e condições a seguir, realizar (a) o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série, nos termos da legislação aplicável (“Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série”); e/ou (b) o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série, nos termos da legislação aplicável (“Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, “Resgates Antecipados Facultativos Totais”). O valor de resgate antecipado a ser pago pela Companhia em relação a cada uma das Debêntures da respectiva série, no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo Total da respectiva série, será equivalente ao valor indicado nos itens “(i)” ou “(ii)” a seguir, entre os dois, o que for maior: (i) Valor Nominal Atualizado das Debêntures da respectiva série, acrescido: (1) da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada, *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até efetiva Data do Resgate Antecipado Facultativo da respectiva série (exclusive); e (2) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se houver; ou (ii) valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da respectiva série, da Remuneração da respectiva série, e dos Encargos Moratórios, se houver, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B - NTN-B) com *duration* aproximada equivalente à *duration* remanescente das Debêntures da respectiva série na respectiva Data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) e conforme apurada no Dia Útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado Facultativo (“NTN-B”), decrescido de uma taxa de 0,20% (vinte centésimos por cento), calculado conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver. Todo e qualquer valor pago a título de Resgate Antecipado Facultativo Total da respectiva série deverá respeitar os limites estabelecidos na Resolução CMN 4.751, em quaisquer resoluções que vierem a substituí-la e nas demais regulamentações do Banco Central do Brasil. Os demais termos e condições dos Resgates Antecipados Facultativos Totais serão previstos na Escritura de Emissão. bb) Oferta de Resgate Antecipado: Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, na forma regulamentada pelo CMN, após o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate antecipado facultativo superar 4 (quatro) anos e observada a Resolução CMN 4.751, ou em prazo inferior, desde que venha a ser legalmente permitido, a Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total (sendo vedada a oferta de resgate antecipado parcial) das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, endereçada a todos os Debenturistas da respectiva série, sem distinção, sendo assegurado aos Debenturistas da respectiva série igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações, a Lei 12.431 e a Resolução CMN nº 5.034 (“Oferta de Resgate Antecipado”). Os valores a serem pagos aos Debenturistas titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou aos Debenturistas titulares das Debêntures da Segunda Série em razão do resgate antecipado deverão ser equivalentes ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures da respectiva série a serem resgatadas, acrescido da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures da respectiva série objeto da Oferta de Resgate Antecipado e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, podendo, ainda, ser oferecido prêmio de resgate antecipado aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo. Observados os termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431 e da regulamentação do CMN, as Debêntures resgatadas pela Companhia, conforme será previsto na Escritura de Emissão, serão obrigatoriamente canceladas. Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado serão previstos na Escritura de Emissão. cc) Vencimento Antecipado: Observados os termos e condições [illegible]

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 339ª E 340ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21E0611276/21E0611378) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 29 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 339ª e 340ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 339ª e 340ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 14 de maio de 2021, (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **06 de maio de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **29 de maio de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 339ª Série da 1ª Emissão - (IF 21E0611276/21E0611378), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na [illegible]

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 239ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0907949) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 29 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

[illegible]

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 310ª, 326ª, 327ª E 328ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21C0710497/21C0710683/21C0710827/21C0710881) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 29 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

[illegible]

RGE Sul — Uma empresa CPFL Energia

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

C.N.P.J./MF nº 02.016.440/0001-62 - NIRE 43.300.036.146 - Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 10 de Abril de 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada em 10 (dez) de abril de 2024, às 10:00 (dez horas), na sede social da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida São Borja, nº 2.801, Bairro Fazenda São Borja, na cidade de São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul, CEP 93032-525. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), em vista da presença das acionistas CPFL Energia S.A. e CPFL Comercialização Brasil S.A., representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Luis Henrique Ferreira Pinto e o Sr. Pedro Vitor Dias Trindade, como secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a realização, pela Companhia, de sua 17ª (décima sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, no valor total de R$ 696.000.000,00 (seiscentos e noventa e seis milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública, em rito de registro automático, sem análise prévia, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); **(ii)** a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia, ou seus procuradores, pratique todos os atos necessários para a formalização e efetivação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando a, (a) contratação das instituições intermediárias da Oferta e demais prestadores de serviço para realização da Emissão e da Oferta; e (b) negociação e celebração da Escritura de Emissão (conforme abaixo definido), do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e eventuais aditamentos a estes documentos, incluindo o aditamento à Escritura de Emissão para refletir, dentre outras providências, o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), bem como quaisquer outros documentos necessários para realização da Oferta, dentre outras providências eventualmente necessárias; e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, ou seus procuradores, com relação às deliberações acima. **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos dos presentes, sem quaisquer restrições, após debates e discussões, a acionista da Companhia resolve: **(i)** Aprovar, conforme atribuições previstas no artigo 7º e no item (g) do artigo 11, ambos do Estatuto Social da Companhia, a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características principais: a) Número da Emissão: A Emissão constituirá a 17ª (décima sétima) emissão de debêntures da Companhia. b) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$ 696.000.000,00 (seiscentos e noventa e seis milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo que o valor será alocado entre as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, observado o Volume Mínimo (conforme abaixo definido). c) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será aquela fixada no "*Instrumento Particular de Escritura da 17ª (décima sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.*" a ser celebrado entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas ("Agente Fiduciário"), e a CPFL Energia S.A., na qualidade de fiadora ("Data de Emissão", "Escritura de Emissão" e "Garantidora", respectivamente). d) Procedimento de *Bookbuilding*: O procedimento de coleta de intenções de investimento será organizado pelos Coordenadores (conforme definido abaixo), para verificação, junto a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada de tempos em tempos ("Investidores Profissionais"): (i) da quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, conforme o caso, observado o Volume Mínimo; e (ii) da taxa final da remuneração aplicável às Debêntures de cada série ("Procedimento de *Bookbuilding*"). e) Séries: A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, de acordo com a demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding*. A alocação das Debêntures entre a primeira série e a segunda série será realizada em sistema de vasos comunicantes ("Sistema de Vasos Comunicantes"), observado (i) que a soma das Debêntures alocadas no conjunto das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) e das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) efetivamente emitidas deverá corresponder a, no máximo, 696.000 (seiscentas e noventa e seis mil) Debêntures; e (ii) o volume mínimo de 139.200 (cento e trinta e nove mil e duzentas) Debêntures em cada uma das séries ("Volume Mínimo"). De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Debêntures emitida em uma das séries, que não poderá ser menor que o Volume Mínimo, será abatida da quantidade total de Debêntures, e, consequentemente, da quantidade de Debêntures emitida na outra série. Serão levadas em consideração para determinação final da quantidade de Debêntures alocada em cada série, a demanda agregada dos Investidores Profissionais para as Debêntures e a quantidade requerida pelos Investidores Profissionais no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Ressalvadas as menções expressas às Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e às Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"), todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série em conjunto. f) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). g) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme será informada no anúncio de início de distribuição, nos termos dos artigos 59 e 13 da Resolução CVM 160, a ser divulgado nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo que as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, pelo Valor Nominal Unitário da respectiva série, na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures de cada série, de acordo com as normas aplicáveis à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3" e "Data da Primeira Integralização", respectivamente). Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data da Primeira Integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Atualizado (conforme abaixo definido) da respectiva série acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido) da respectiva série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização, até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas com ágio ou deságio, conforme definido no ato de subscrição das Debêntures da respectiva série, em cada data de integralização, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures da respectiva série integralizadas em uma mesma data. h) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 696.000 (seiscentas e noventa e seis mil) Debêntures, em 2 (duas) séries, sendo que a quantidade de Debêntures a ser emitida em cada série será definida em Sistema de Vasos Comunicantes, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, observado o Volume Mínimo. i) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme abaixo definido) e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 será expedido extrato em nome do debenturista (cada um "Debenturista" e no plural "Debenturistas"), que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. j) Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. k) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. l) Prazo e Data de Vencimento: Observado o que será disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data de vencimento das Debêntures a ser fixada na Escritura de Emissão, e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 15 (quinze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data de vencimento das Debêntures a ser fixada na Escritura de Emissão, sendo certo que em ambos os casos estão ressalvadas as hipóteses de resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, de Resgates Antecipados Facultativos Totais (conforme abaixo definido), conforme o caso, do resgate a ser previsto na Escritura de Emissão, da Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido) com o cancelamento da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão, se for o caso. m) Enquadramento do Projeto de Investimento: As Debêntures serão emitidas na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431") e do Decreto Presidencial nº 11.964, de 26 de março de 2024 ("Decreto 11.964"), tendo em vista que o Projeto de Investimento (conforme abaixo definido) foi enquadrado como prioritário pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio (i) da Portaria nº 747, emitida pelo MME em 18 de junho de 2021, publicada no "Diário Oficial da União" em 21 de junho de 2021; e (ii) da Portaria nº 1.539/SPE/MME, emitida pelo MME em 9 de agosto de 2022, publicada no "Diário Oficial da União" em 11 de agosto de 2022 ("Portarias MME"). n) Destinação dos Recursos: Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CMN 5.034"), os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão utilizados exclusivamente para reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas ao projeto a ser descrito na Escritura de Emissão ("**Projeto de Investimento**") ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da divulgação do anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 76 da Resolução CVM 160. o) Banco Liquidante e Escriturador: O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, CEP 04.344-902, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, atuará como banco liquidante das Debêntures ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder ao Banco Liquidante na prestação dos serviços de banco liquidante previstos na Escritura de Emissão). O escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder ao Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures). p) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: As Debêntures serão depositadas para: **(i)** distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; **(ii)** observado o disposto na Escritura de Emissão, negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento liquidados financeiramente por meio da B3; e **(iii)** custódia eletrônica na B3. Não obstante o descrito acima, as Debêntures (i) poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais; (ii) poderão ser negociadas no mercado secundário entre investidores qualificados, assim definidos nos termos dos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30, somente após decorridos 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea "(a)" da Resolução CVM 160; e (iii) poderão ser negociadas no mercado secundário entre o público em geral somente após decorrido 1 (um) ano da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea "(b)", da Resolução CVM 160. q) Colocação e Plano de Distribuição: As Debêntures serão objeto de oferta pública, em rito de registro automático, sem análise prévia, destinada exclusivamente para Investidores Profissionais, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela distribuição das Debêntures ("Coordenadores", sendo a instituição financeira intermediária líder denominada "Coordenador Líder"), de forma individual e não solidária, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Rito de Registro Automático, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 17ª (décima sétima) Emissão da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, a Garantidora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). r) Distribuição Parcial: Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures objeto da Oferta. s) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série) e o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série) será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data do seu respectivo efetivo pagamento (exclusive) ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso ("Valor Nominal Atualizado"), segundo a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. t) Amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série: Salvo na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido), de resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, de resgate a ser previsto na Escritura de Emissão ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão, na Lei 12.431 e nas demais legislações aplicáveis, a amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série será realizada em 3 (três) parcelas anuais consecutivas, conforme datas a serem indicadas na Escritura de Emissão. u) Amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série: Salvo na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido), de resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, de resgate a ser previsto na Escritura de Emissão ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme será previsto na Escritura de Emissão, na Lei 12.431 e nas demais legislações aplicáveis, a amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série será realizada em 3 (três) parcelas anuais consecutivas, conforme datas a serem indicadas na Escritura de Emissão. v) Remuneração das Debêntures da Primeira Série: Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitados ao que for maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em maio de 2033, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), apurada no fechamento do Dia Útil da data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* ("Data de Apuração"), reduzida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a 0,01% (um centésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (ii) 5,68% (cinco inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (inclusive) imediatamente anterior, conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será aquele previsto na Escritura de Emissão. w) Remuneração das Debêntures da Segunda Série: Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitados ao que for maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em maio de 2035, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), apurada na Data de Apuração, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (ii) 5,77% (cinco inteiros e setenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (inclusive) imediatamente anterior, conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será aquele previsto na Escritura de Emissão. x) Pagamento da Remuneração: Salvo na hipótese de vencimento antecipado nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, de Resgates Antecipados Facultativos Totais, do resgate a ser previsto na Escritura de Emissão, da Aquisição Facultativa com o cancelamento da totalidade das Debêntures, ou resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, a Remuneração das Debêntures da respectiva série será paga, semestralmente, em dia e meses a serem previstos na Escritura de Emissão, a partir da Data de Emissão (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), conforme datas a serem indicadas na tabela a ser descrita na Escritura de Emissão. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas aquele que for titular de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. y) Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. z) Tratamento Tributário das Debêntures: As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures de qualquer das séries, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Liquidante, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431, como se não gozasse do referido tratamento tributário. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador, com cópia para a Companhia, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e/ou pelo Escriturador e/ou pela Companhia, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do seu conhecimento e, sempre, no mínimo, com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência de qualquer pagamento a ser realizado pela Companhia. aa) Resgates Antecipados Facultativos Totais: Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, e da Resolução CMN 4.751, desde que respeitado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data efetiva do resgate antecipado, nos termos do inciso I, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751, e calculado nos termos da Resolução CMN 5.034, a Companhia poderá, desde que não tenha sido declarado o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, observados os termos e condições a seguir, realizar (a) o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série, nos termos da legislação aplicável ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série"); e/ou (b) o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série, nos termos da legislação aplicável ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, "Resgates Antecipados Facultativos Totais"). O valor de resgate antecipado a ser pago pela Companhia em relação a cada uma das Debêntures da respectiva série, no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo Total da respectiva série, será equivalente ao valor indicado nos itens "(i)" ou "(ii)" a seguir, entre os dois, o que for maior: (i) Valor Nominal Atualizado das Debêntures da respectiva série, acrescido: (1) da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada, *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até efetiva Data do Resgate Antecipado Facultativo da respectiva série (exclusive); e (2) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se houver; ou (ii) valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da respectiva série, da Remuneração da respectiva série, e dos Encargos Moratórios, se houver, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B - NTN-B) com *duration* aproximada equivalente à *duration* remanescente das Debêntures da respectiva série na respectiva Data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) e conforme apurada no Dia Útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado Facultativo ("NTN-B"), decrescido de uma taxa de 0,20% (vinte centésimos por cento), calculado conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver. Todo e qualquer valor pago a título de Resgate Antecipado Facultativo Total da respectiva série deverá respeitar os limites estabelecidos na Resolução CMN 4.751, em quaisquer resoluções que vierem a substitui-la e nas demais regulamentações do Banco Central do Brasil. Os demais termos e condições dos Resgates Antecipados Facultativos Totais serão previstos na Escritura de Emissão. bb) Oferta de Resgate Antecipado: Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431, na forma regulamentada pelo CMN, após o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate antecipado facultativo superar 4 (quatro) anos e observada a Resolução CMN 4.751, ou em prazo inferior, desde que venha a ser legalmente permitido, a Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total (sendo vedada a oferta de resgate antecipado parcial) das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, endereçada a todos os Debenturistas da respectiva série, sem distinção, sendo assegurado aos Debenturistas da respectiva série igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações, a Lei 12.431 e a Resolução CMN nº 5.034 ("Oferta de Resgate Antecipado"). Os valores a serem pagos aos Debenturistas titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou aos Debenturistas titulares das Debêntures da Segunda Série em razão do resgate antecipado deverão ser equivalentes ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures da respectiva série a serem resgatadas, acrescido da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures da respectiva série objeto da Oferta de Resgate Antecipado e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, podendo, ainda, ser oferecido prêmio de resgate antecipado aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo. Observados os termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431 e da regulamentação do CMN, as Debêntures resgatadas pela Companhia, conforme será previsto na Escritura de Emissão, serão obrigatoriamente canceladas. Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado serão previstos na Escritura de Emissão. cc) Vencimento Antecipado: Observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures e todas as obrigações a serem previstas na Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Companhia e/ou da Garantidora, conforme o caso, o pagamento do respectivo Valor Nominal Atualizado, acrescido da respectiva Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, observados os eventuais prazos de cura e respectivos procedimentos, quando aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado"). dd) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Atualização Monetária e da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia e/ou pela Garantidora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia e/ou pela Garantidora ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios"). ee) Garantia Fidejussória: Em garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, incluindo Encargos Moratórios decorrentes das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas ("Fiança"), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos descritos na Escritura de Emissão. ff) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela B3 para as respectivas Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. Caso as respectivas Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente junto à B3, os seus pagamentos serão realizados pelo Escriturador ou na sede da Companhia, se for o caso. gg) Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação a ser prevista e decorrente da Escritura de Emissão, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, estado de São Paulo e/ou na cidade de São Leopoldo, estado do Rio Grande do Sul, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. Será considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional. hh) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, ou antes de tal data, desde que venha a ser legalmente permitido, nos termos da Lei 12.431, da regulamentação do CMN, da Resolução CVM 160 ou de outra legislação ou regulamentação aplicável, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série por: (i) valor igual ou inferior ao seu respectivo Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; ou (ii) por valor superior ao seu Valor Nominal Atualizado, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, incluindo os termos da Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022 ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições de negociação previstas na Resolução CVM 160. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. ii) Amortização Extraordinária Facultativa: As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária facultativa pela Companhia. jj) Desmembramento: Não será admitido desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. kk) Demais Características: As demais características das Debêntures e da Oferta encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos a elas pertinentes. **(ii)** Autorizar a Diretoria da Companhia, ou seus procuradores, a praticar todos os atos necessários para a formalização e efetivação das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando a, (a) contratar os Coordenadores e demais prestadores de serviço para realização da Oferta; (b) negociar e celebrar a Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição e eventuais aditamentos a estes documentos, incluindo o aditamento à Escritura de Emissão para refletir, dentre outras providências, o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, bem como quaisquer outros documentos necessários para realização da Oferta; e **(iii)** Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, ou seus procuradores, com relação às deliberações ora aprovadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada, sendo dela lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. O Sr. **Luis Henrique Ferreira Pinto,** Presidente da mesa e Sr. **Pedro Vitor Dias Trindade,** Secretário. Acionista Presente: CPFL Energia S.A., representada pelos Srs. **Luis Henrique Ferreira Pinto** e **Flávio Henrique Ribeiro,** e CPFL Comercialização Brasil S.A., representada pelos Srs. **Ricardo Motoyama de Almeida** e **Flávio Henrique Ribeiro.** São Leopoldo, 10 de abril de 2024. Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Registro de Atas de Assembleia Geral. **Luis Henrique Ferreira Pinto -** Presidente; **Pedro Vitor Dias Trindade -** Secretário.

INÊS 249

Demonstrações Financeiras & Relatório da Administração 2023

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletropar em 2023

PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE FORMA RESUMIDA

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

valor.globo.com | eletrobraspar.com.br | sistemas.cvm.gov.br | b3.com.br

As indicações para as notas explicativas, constantes nesta publicação, são referentes às demonstrações financeiras completas.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO DE 2023 E DE DEZEMBRO DE 2022

(em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	107	267
Títulos e valores mobiliários	5	61.268	63.346
Remuneração de participações societárias	6	8.994	7.278
Contas a Receber com Partes Relacionadas	7	1.710	1.728
Impostos e contribuições	8	3.334	1.870
Imposto de renda e contribuição social		26	144
Outros		437	29
		75.876	**74.662**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Imposto de renda e contribuição social diferido		0	3.766
		0	**3.766**
INVESTIMENTOS	9		
Avaliados por equivalência patrimonial		127.811	120.974
Mantidos a valor justo		25.331	62.227
		153.142	**183.201**
IMOBILIZADO		30	39
		153.172	**187.006**
TOTAL DO ATIVO		**229.047**	**261.668**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Contas a pagar	10	731	24.121
Impostos e contribuições		641	778
Imposto de renda e contribuição social			
Remuneração aos acionistas		728	444
Dividendos a pagar		4.543	6.448
Outros		375	530
		7.018	**32.321**
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	4.808	9.327
		4.808	**9.327**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital social		118.055	118.055
Reserva retenção de lucros		68.234	38.506
Reserva legal		10.739	9.782
Reservas de lucros a realizar		14.790	14.790
Dividendo adicional proposto		–	21.416
Ajustes de avaliação patrimonial		5.403	17.471
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**217.221**	**220.020**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**229.047**	**261.668**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(em milhares de Reais)

	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
RECEITAS OPERACIONAIS			
Dividendos e Juros sobre Capital próprio		2.870	8.039
Equivalência Patrimonial		22.437	17.838
Outras receitas		932	394
Receita operacional		**26.239**	**26.271**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal e Honorários		(1.768)	(1.821)
Serviços de terceiros		(3.438)	(2.755)
Tributos e contribuições		(1.486)	(87)
Provisões operacionais		(658)	(616)
Outras despesas		(67)	2.728
		(7.417)	**(2.551)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**18.822**	**23.720**
RESULTADO FINANCEIRO		**4.628**	**4.130**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		**23.450**	**27.850**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.320)	(700)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	13	**19.130**	**27.150**
Resultado por ação - básico (ON)		1,62602	2,30769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do período	**19.130**	**27.150**
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA, líquido de impostos	7.471	(929)
Outros resultados abrangentes -coligadas	(3.442)	3.818
Total do resultado abrangente do exercício	**23.160**	**30.039**
Parcela atribuída aos controladores		
Parcela atribuída aos não controladores		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS (DESPESAS)	932	394
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.452)	(46)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.520)	348
RETENÇÕES	–	(2)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(2.520)	346
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	31.216	33.099
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	28.695	33.445
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
REMUNERAÇÃO DIRETA	1.768	1.821
IMPOSTOS E TAXAS	5.806	787
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	1.991	3.687
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	19.130	27.150
	28.695	33.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais	**(19.083)**	**5.723**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	**(27.864)**	**(18.929)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	**46.787**	**9.662**
Acréscimo (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(160)**	**(3.544)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	267	3.811
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	107	267
	(160)	**(3.544)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

›››

ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A - ELETROPAR

CNPJ 01.104.937/0001-70
COMPANHIA ABERTA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(em milhares de Reais)

				RESERVAS DE LUCROS					
		CAPITAL SOCIAL	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS A REALIZAR	LUCRO/PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2021		**118.055**	**18.338**	**8.425**	**38.506**	**14.790**	–	**14.581**	**212.695**
				–	–	–	–	–	–
Pagamento de dividendos		–	(18.338)	–	–	–	–	–	**(18.338)**
IR/CS diferido		–	–	–	–	–	–	478	**478**
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros		–	–	–	–	–	–	(1.406)	**(1.406)**
Outros Resultados abrangentes -Coligadas		–	–	–	–	–	–	4.060	**4.060**
Ajuste de ORA na venda de investimento em 2021		–	–	–	–	–	242	(242)	–
Dividendos prescritos		–	–	–	–	–	1829	–	1829
Lucro líquido do período		–	–	1.357	–	–	27.150	–	**27.150**
Constituição de Reserva Legal		–	–	–	–	–	(1.357)	–	–
Dividendo adcional proposto		–	21.416	–	–	–	(21.416)	–	–
Dividendo mínimo obrigatório		–	–	–	–	–	(6.448)	–	**(6.448)**
Em 31 de dezembro de 2022		**118.055**	**21.416**	**9.782**	**38.506**	**14.790**	–	**17.471**	**220.020**
Realização da reserva de retenção de lucros pela aquisição da TAESA		–	–	–	(12.113)	–	12.113	–	–
Lucro na venda da Energias do Brasil	**17.b**	–	–	–	–	–	21.110	(21.110)	–
IR/CS na venda da Energias do Brasil	**17.b**	–	–	–	–	–	(5.012)	5.012	–
Dividendos pagos		–	(21.416)	–	–	–		–	**(21.416)**
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros		–	–	–	–	–		7.471	**7.471**
Outros Resultados abrangentes -Coligadas		–	–	–	–	–		(3.442)	**(3.442)**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	19.130	–	**19.130**
Dividendos mínimos		–	–	–	–	–	(4.543)	–	**(4.543)**
Constituição de reservas		–	–	957	41.841	–	(42.798)	–	
		–	–	–	–	–	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2023		**118.055**	–	**10.739**	**68.234**	**14.790**	–	**5.403**	**217.221**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR ("ELETROPAR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, com sede na Rua São Bento, nº 1, sala 902, Centro, Rio de Janeiro - CEP.20.090-010, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com ações negociadas na bolsa de valores B3 sob o código LIPR3.

Controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, a ELETROPAR foi criada em 29 de janeiro de 1996 pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A., tendo por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A - TAESA, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica e, também, na Eletronet S.A. - Eletronet, sociedade que oferece serviços de transporte de dados e trânsito IP de alta velocidade em longa distância para operadoras de telecomunicações e provedores de serviços de valor agregado. A questão da participação societária da ELETROPAR na Eletronet está detalhada na Nota Explicativa 7.

Com a conclusão do processo de desestatização da ELETROBRAS, a partir de 17 de junho de 2022, a ELETROPAR passou a reunir as condições necessárias para atuar, integralmente, sob o regime do direito privado, mantida a sua condição de sociedade anônima aberta controlada pela ELETROBRAS.

A emissão destas demonstrações contábeis anuais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2024.

NOTA 2 - DESTAQUES DE 2023

A Companhia veio a público, através de Comunicado ao Mercado datado de 11 de julho 2023, informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que alienou, naquela data, a totalidade das 1.892.432 ações ON da empresa EDP - Energias do Brasil S.A (ticker: ENBR3), que detinha em sua titularidade, na forma do processo de Oferta Pública de Aquisição das Ações Ordinárias (OPA) promovida pelos controladores desta empresa (ver Nota Explicativa 17).

A Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, conforme divulgado por meio de Fato Relevante, em 11 de agosto 2023, disponível no endereço eletrônico da Companhia, que o seu Conselho de Administração, em reunião realizada naquela data, aprovou o início dos trabalhos para a avaliação da possibilidade da incorporação da ELETROPAR pela ELETROBRAS. Para tal, e em atendimento ao Parecer de Orientação CVM n° 35, de 1° de setembro de 2008, foi criado o comitê especial independente para negociar e submeter suas recomendações ao Conselho de Administração da Companhia acerca da incorporação da Companhia pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, conforme Comunicado ao Mercado datado de 21 de setembro de 2023.

NOTA 3 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS®"(IFRS® *Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumarizadas nas notas explicativas.

3.2 Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico corresponde aos custos incorridos na aquisição ou elaboração de ativos e o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir passivos. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

3.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas a seguir.

3.4.1 - Adoção de novas normas e interpretações vigentes

As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

Norma revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 8/CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	As emendas introduziram a definição de estimativas contábeis e incluíram outras alterações para auxiliar as Companhias e distinguirem as mudanças nas estimativas contábeis de mudanças nas políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 1/CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras	As emendas introduziram a substituição da divulgação de "políticas contábeis significativas" pela divulgação de "políticas contábeis materiais" e a orientação para auxiliar as entidades na aplicação da definição de "material" ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis materiais.	01/01/2023
IAS 12/CPC 32: Tributos sobre o Lucro	As emendas introduziram o requerimento do reconhecimento de um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido quando um a única transação gera diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis no mesmo momento.	01/01/2023

3.4.2 - Novas normas e interpretações não vigentes

A Companhia não espera impactos materiais nas suas demonstrações contábeis quanto às aplicações das alterações normativas emitidas abaixo, as quais têm sua adoção aplicável para o exercício iniciado em 2024:

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis para outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

Norma revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas determinam que um passivo deve ser classificado como circulante se a entidade não puder adiar a liquidação por pelo menos doze meses após o período de reporte. A classificação é impactada apenas por covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do final do período de reporte, visando proporcionar orientações sobre a classificação de passivos com cláusulas contratuais.	01/01/2024
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecido como receita de venda - e retro arrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ('Reverse factoring'), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura a capital da Companhia.	01/01/2024

NOTA 4 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 - Fatores de Risco Financeiro

I Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui, em sua carteira de investimentos, participações societárias com cotação em bolsa de valores, o risco de mercado surge da volatilidade nos preços das ações dessas companhias investidas.

II Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras em renda fixa da Companhia são representadas pelo investimento em CDB Bradesco e nos Fundos Extramercado mantidos no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, instituições financeiras de primeira linha e que apresentam boa avaliação de *rating de risco*.

III Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras nos Fundos Extramercado mantidas no Banco do Brasil, Bradesco e na CEF são lastreadas em títulos federais e privados, sendo remuneradas pela taxa média da SELIC. O risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Os ativos financeiros que compõem a carteira dos Fundos sujeitam-se, em especial, aos seguintes riscos:

a) Risco de Taxa de Juros - A rentabilidade do Fundo pode ser impactada pela flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Fundo, ocasionadas pela variação das taxas de juros praticadas no mercado.

b) Risco de descasamento - O desempenho do Fundo pode não refletir integralmente o desempenho do seu *benchmark*, visto que a implementação do objetivo de investimento do Fundo está sujeita a uma série de limitações regulatórias. Ademais, o risco de não-aderência ao *benchmark* pode ser incrementado em função da maior flexibilização na gestão da Carteira do Fundo.

c) Risco de vinculação a um *benchmark* - O *benchmark* do Fundo poderá ter resultados negativos, resultando em perdas para o Fundo.

d) Risco de juros pós-fixados (CDI, TMS) - os preços dos ativos podem variar em virtude dos *spreads* praticados nos ativos indexados ao CDI ou à TMS (Taxa Média Selic).

e) Risco de liquidez - Consiste no risco de o Fundo, mesmo em situação de estabilidade dos mercados, não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento, pagamentos relativos a resgates de cotas, em decorrência do grande volume de solicitações de resgate e/ou outros fatores que acarretem falta de liquidez dos mercados nos quais os ativos financeiros integrantes da Carteira são negociados, podendo tal situação perdurar por período indeterminado.

A falta de liquidez poderá provocar a venda de ativos com taxas de descontos superiores àquelas observadas em mercados líquidos.

f) Risco de mercado - Refere-se à possibilidade de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições, que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do SFN. Este risco é não diversificável.

g) Risco regulatório - a eventual interferência no mercado de órgãos reguladores, como o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pode impactar os preços dos ativos ou os resultados das posições assumidas.

Sensibilidade do rendimento de aplicações financeiras para a Selic

	Cenário base	Cenário Provável	Cenário Remoto	Cenário Possível
	10,75%	10,47%	12,04%	8,90%
Rendimento das Aplicações Financeiras	5.909	5.754	6.795	4.368

**Taxa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.*

Para análise de sensibilidade foi considerado como cenário-base a média da taxa Selic atual de 10,75% a.a. e, como provável, a projeção da taxa de 10,47% a.a., sendo considerado como cenários remoto e possível a variação de 15% para cima e 15% para baixo em relação ao cenário provável, respectivamente. A tabela acima traz uma estimativa do impacto de cada um desses cenários no rendimento das aplicações financeiras da Companhia.

IV Risco de crédito das operações com a Eletronet

Desde fevereiro de 2020 a Eletronet passou a pagar, regularmente, dentro dos prazos de vencimento, a remuneração referente ao direito de uso das fibras óticas (ROW - *Right of Way*). Porém, considerando a situação financeira atual des-

›››

ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A - ELETROPAR

CNPJ 01.104.937/0001-70
COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ta investida, cujo passivo a descoberto é no valor de R$ 148.618, conforme registrado na DF 2023 desta companhia, a ELETROPAR reconhece, nas suas demonstrações contábeis intermediárias, provisão quanto à totalidade dos créditos vencidos e a vencer registrados contra a Eletronet.

4.2 - Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, através dos seus representantes no Conselho de Administração, é quem orienta a política plurianual de investimentos da Companhia. A ELETROPAR possui um Comitê de Investimentos que tem a responsabilidade de sugerir e operacionalizar a alocação dos seus investimentos, mantendo a Administração informada. O capital da Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar os seus acionistas, bem como amortizar o seu custeio e realizar novos investimentos.

4.3 - Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços associados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimentos.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente semelhante (apreçamento por múltiplos), de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento por opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca livre e com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

	31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJM ORA			
Investimentos	25.331	–	–
Ativos financeiras ao valor justo por meio de resultado - VJM R:			
Títulos e valores mobiliários	–	61.268	–
	25.331	**61.268**	–

	31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJM ORA			
Investimentos	62.227	–	–
Ativos financeiras ao valor justo por meio de resultado - VJM R:			
Títulos e valores mobiliários	–	63.346	–
	62.227	**63.346**	–

Prática contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Eletropar, ou uma de suas controladas, for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado - VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes - VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento defluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os fornecedores e outras contam a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

NOTA 5 - DESTINAÇÃO DO RESULTADO

	Valores em R$ na base 31/12/2023	
Lucro líquido do exercício	19.130.017,59	
(-) Reserva legal	-956.500,88	
Lucro líquido ajustado	18.173.516,71	
		R$ por ação:
Dividendo mínimo	4.543.379,18	0,38618121919
DIVIDENDOS A PAGAR	**4.543.379,18**	**0,38618121919**

DIRETORIA

Raul Balbi Sollero
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

CONTADOR

Ronaldo Borges Andrade
CRC-RJ 1-051927/O-8

PRINCIPAIS INDICADORES - R$ milhares de reais

	2023	2022
Receitas Operacionais	26.239	26.271
Receitas Financeiras	5.909	7.222
Receita Total	32.148	33.493
Resultado Abrangente	23.160	30.039
EBITDA (R$ Mil)	18.822	23.719
Lucro Líquido (R$ Mil)	19.130	27.150
Margem EBITDA	71,73%	90,29%
Margem Líquida	72,90%	103,35%
Lucro Por Ação - Básico e Diluído (R$)	1,62602	2,30769

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR, em cumprimento ao disposto nos incisos II e VII, do Artigo 163, da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em reunião realizada nesta data, examinaram: **(i)** a Proposta da Administração, inclusive em relação à destinação do Lucro líquido, Orçamento de capital e retenção de lucros; **(ii)** a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras; **(iii)** a Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes; **(iv)** o Balanço Patrimonial; **(v)** a Demonstração do Resultado do Exercício; **(vi)** a Demonstração do Resultado Abrangente; a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido; **(vii)** a Demonstração dos Fluxos de Caixa; **(viii)** a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, tudo relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e aprovados pelo Conselho de Administração, de acordo com a Ata nº 2 da Reunião do Conselho de Administração da Eletropar, realizada nesta data. Foi examinado também o Relatório do Auditor Independente PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda., datado de 21 de março de 2024, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2024

Luiz Eduardo dos Santos Monteiro
Presidente do Conselho Fiscal

Bruna Reis Arantes
Conselheira Fiscal

Jorge José Teles Rodrigues
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE RESUMIDO

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://eletrobraspar.com.br/Paginas/Informacoes-Financeiras.aspx. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2024, sem modificações.

Investimentos Gestores preveem aumento de custos com nova taxa de resgate, que entra em vigor em outubro, para produtos que contêm títulos de dívida privada

SEC pode inviabilizar US$ 220 bi de fundo de curto prazo com nova regra

Harriet Clarfelt e Brooke Masters
Financial Times, de Nova York

Os fundos de investimento do mercado monetário que incluem dívida privada de primeira linha ("prime"), segmento que movimenta US$ 674 bilhões, deverá encolher pelo menos um terço este ano nos EUA. Isso porque as grandes gestoras de investimentos estão fechando alguns desses veículos com objetivo de não pagar pelas atualizações necessárias para cumprir os novos regulamentos.

Gestoras de recursos como Federated Hermes, Capital Group e Vanguard afirmam que pretendem fechar esses fundos, num montante de mais de US$ 220 bilhões em ativos, ou convertê-los em outros produtos antes da entrada em vigor das regras da Securities and Exchange Commission (SEC, a CVM americana) no começo de outubro, que imporão o pagamento de uma taxa obrigatória sobre grandes resgates.

Outros gestores afirmam que ainda estão decidindo o que fazer, mas analistas do Bank of America (BofA) e executivos do setor preveem fechamentos e conversões adicionais à medida que o prazo final for se aproximando.

Diferentemente dos fundos do mercado monetário centrados na dívida pública, os fundos prime são capazes de manter "commercial papers" de prazos curtos, incluindo dívida bancária. Sob as novas regras, os fundos prime institucionais terão de impor uma taxa sobre as saídas sempre que os resgates líquidos superarem 5% dos ativos líquidos em um único dia.

As novas normas visam evitar debandadas de investidores como as vistas no começo da pandemia em 2020, quando grandes resgates levaram os fundos de primeira linha a vender ativos com descontos e infligir perdas aos investidores que permaneceram na aplicação.

Mas vários grandes gestores vêm optando por fechar os fundos prime ou convertê-los em veículos voltados para a dívida pública, que não estarão sujeitos às novas regras. Eles afirmam que os critérios constituem um fardo "operacionalmente difícil" e "altamente prescritivo" que irá elevar os custos e complicar as estruturas dos fundos.

AL DRAGO/BLOOMBERG

Gary Gensler, presidente da SEC, insiste em taxa de resgate para fundos sob argumento de não prejudicar cotistas

As novas exigências visam proteger especificamente os investidores dos fundos de primeira linha, que oferecem retornos maiores que os chamados fundos monetários "governamentais".

> "Nos ameaçaram de morte com uma grande flutuação de preços e agora querem nos afogar com taxas de resgate"
> *Chris Donahue*

No entanto, alguns participantes do mercado alertam que a diminuição do número de fundos institucionais de primeira linha reduzirá a diversificação das carteiras dos investidores e encolherá o conjunto de compradores da classe de ativos dos commercial papers, que movimenta US$ 1,3 trilhão. No fim de janeiro, os fundos prime mantinham mais de US$ 310 bilhões em commercial papers não securitizados e lastreados em ativos, ou cerca de um quarto de todo o mercado, segundo o Federal Reserve (Fed, banco central americano).

"Será uma luta realmente árdua demonstrar que o fardo adicional vale o custo de vários pontos-base que teríamos preservado com a sua manutenção no formato original", diz John Croke, chefe de renda fixa ativa da Vanguard. A casa está convertendo um fundo interno de US$ 89 bilhões, usado pelos cotistas para fazer gestão de caixa, de um veículo composto por títulos de primeira linha para dívida soberana.

A Capital Group está fazendo a mesma coisa com seu fundo de US$ 135 bilhões. O interesse continua firme nos fundos de varejo de primeira linha, que não serão afetados pelas novas taxas de liquidez da SEC. Os ativos líquidos desses fundos aumentaram 48% em março, sobre o mesmo período do ano passado, para US$ 750 bilhões, segundo a Crane Data.

Mas os gestores de fundos estão preocupados com a demanda institucional reduzida. Companhias que dependem dos commercial papers ainda "serão capazes de obter financiamento, mas a que preços e com que prazos?", pergunta Chris Donahue, presidente-executivo da Federated Hermes, que fechou um de seus fundos de primeira linha e fundiu dois outros produtos.

A SEC continua comprometida com as novas taxas. "Como disse o presidente Gensler, os fundos institucionais de primeira linha e os institucionais isentos de taxas, que representam apenas 10% do espaço do mercado monetário, enfrentaram os maiores saques nos últimos períodos de estresse", disse um porta-voz da SEC. "As taxas de liquidez que fazem parte das regras finais para os fundos do mercado monetário ajudarão a gerir os riscos em tempos de turbulências, para proteger os investidores."

O setor também vem criticando a maneira como as taxas de liquidez foram impostas. A SEC propôs inicialmente um método diferente para lidar com os grandes resgates, conhecido como "swing pricing" (flutuação de preços), que exigiria que os gestores incluíssem o impacto dos saques no cálculo do valor líquido dos ativos de seus fundos. Mas depois da resistência dos gestores de recursos, a SEC optou pelas taxas de liquidez obrigatórias, sem oferecer um período adicional de consulta.

Muitas gestoras ainda estão tentando "descobrir" como implementar a regra, diz Eric Pan, presidente-executivo do Investment Company Institute (ICI), observando que há demanda para os fundos do mercado monetário de primeira linha e que vários provedores "farão o máximo para tentar atender essa demanda".

Ainda assim, "a regra deveria ter sido proposta novamente", diz Pan, acrescentando que "a SEC claramente não entendeu as complexidades e as dificuldades de se implementar uma taxa de liquidez obrigatória".

Donahue, da Federated, diz: "Eles nos ameaçaram de morte com uma grande flutuação de preços e então nos afogaram com as taxas de liquidez. E quando você acorda do afogamento simulado e vê que não está morto, você deveria se sentir feliz. Esse não é um bom padrão de regulamentação".

BRB amplia acordo com Flamengo e vê 're-IPO'

Álvaro Campos
De São Paulo

O Banco de Brasília (BRB) ampliou a parceria com o Flamengo e planeja fazer uma nova oferta de ações na bolsa. O banco registrou lucro recorrente de R$ 200 milhões em 2023, com alta de 24,4% em relação a 2022. A base de clientes cresceu 13,3%, para 7,6 milhões.

A carteira de crédito teve aumento de 17,7%, a R$ 35,8 bilhões. Em pessoa física a alta foi bem menor, de 1,6%, para R$ 18,0 bilhões. A expansão foi puxada pelo crédito pessoal, enquanto o consignado, que responde por R$ 13,7 bilhões, caiu 4,2%. Em pessoa jurídica a expansão foi de 36,5%, a R$ 4,9 bilhões. A inadimplência terminou dezembro em 2,25%, de 2,12% no ano anterior.

"Os investimentos em tecnologia, inovação e expansão feitos pelo banco nos últimos cinco anos têm mostrado resultados, mas agora estamos entrando em um novo momento, de consolidação", diz o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa.

Ele aponta que em cinco anos o banco saiu de 650 mil para 7,6 milhões de clientes; de R$ 15,2 bilhões para R$ 49,3 bilhões em ativo totais; de R$ 9,1 bilhões para R$ 35,8 bilhões em carteira de crédito.

O Nação BRB Fla, banco digital em parceria com o Flamengo, atingiu 3,5 milhões de contas abertas e 1 milhão de cartões ativados. Na semana passada, o banco divulgou que está reformulando a parceria, com a criação de uma nova empresa, na qual o Flamengo terá uma opção de compra de até 45%.

"Concluímos a negociação com o Flamengo e isso limpa o caminho para que possamos encontrar um novo sócio estratégico para essa operação", diz o CEO do BRB.

Em janeiro, o banco contratou BTG, XP e Citi para coordenar uma eventual oferta subsequente de ações ("follow-on"), que no caso do BRB seria mais um "re-IPO", já que seus papéis têm uma liquidez muito baixa. Segundo Costa, o banco quer estar pronto para ir a mercado, se e quando a "janela" de oportunidade se abrir. "O cenário mudou um bocado, em função da dinâmica de juros no Brasil e no exterior", comenta.

O executivo explica que essa nova injeção de capital seria necessária para o banco entrar em um novo ciclo de crescimento acelerado, após a fase atual de consolidação.

Dólar: qual a cotação de equilíbrio?

Palavra do gestor

José Dutra Vieira Sobrinho

O Brasil passou por graves crises econômicas e financeiras nos últimos 40 anos, algumas delas sem justificativas convincentes. Qualquer economista ou pessoa atuante no mundo econômico não teria muita dificuldade para explicar o fracasso dos planos Cruzado e Collor, mas explicar o sucesso do Plano Real não é tarefa fácil. Em todos esses planos, uma das variáveis mais importantes para explicar seu fracasso ou sucesso seguramente foi o câmbio.

Não o câmbio representado pelas cotações nominais do dólar em relação à nossa moeda, o real, e sim pelas cotações reais do dólar, ou seja, deflacionadas pela inflação. Acompanho esse fato desde 1º de janeiro de 1991. O gráfico ao lado mostra essas cotações mensais desde aquela data até dezembro de 2023, com destaque dos fatos relevantes em cada momento de maior oscilação. Pode-se observar que o comportamento das cotações mensais do dólar em relação ao real foi bastante irregular nesse longo período.

Para comparar a evolução das cotações reais da nossa moeda com as de outras nações, constituí uma amostragem composta por mais 11 divisas: cinco da América Latina (Argentina, Chile, Peru, Colômbia e México) e seis de outras regiões: China, Índia, África do Sul, Japão, Reino Unido e Zona do Euro.

Considerei apenas as cotações anuais e reduzi o período de análise, considerando o ano de 2004 até o de 2023. As cotações anuais do dólar referem-se ao último dia útil de dezembro de cada ano. Quanto às taxas anuais para deflacionar as cotações nominais do dólar em cada país foram utilizados os índices de preços ao consumidor (IPC) de cada um.

Para viabilizar a comparação, representei a evolução das cotações em forma de índices. A razão é simples: as cotações são apresentadas, na sua parte inteira, por algo entre um e quatro dígitos. Exemplo: no último dia útil de dezembro de 2023, o valor de US$ 1 equivalia a R$ 4,84, a 807,97 pesos argentinos, 3.873,0 pesos colombianos, 0,90 euro, 0,79 libras esterlinas e 141,47 ienes. A solução foi traduzi-las em forma de índices, representando por 1 as cotações de todas no último dia útil de cada ano. O gráfico abaixo mostra o resumo deste estudo.

Evolução da cotação real do dólar
Divisas de países e regiões representadas em índices

Fonte: J Dutra Consultoria

A curva na cor cinza representa a média aritmética dos índices de cotação real das moedas correspondente aos países da amostra, excluída a do Brasil; a azul se refere à média dos países da América Latina, também excluída a do Brasil. O índice referente à evolução da cotação real do dólar correspondente à nossa moeda está em verde; nosso índice apresenta o comportamento mais irregular entre todos os componentes da amostra, fruto de improvisações, acertos e equívocos cometidos desde a implantação do Plano Real, em julho de 1994, como evidenciado no primeiro gráfico.

Destaco no segundo gráfico o índice referente à moeda chinesa, o renminbi, apresentada em vermelho. A sua evolução demonstra claramente que as cotações da moeda vêm sendo administradas pelo governo chinês. Mesmo em uma análise visual simples percebe-se que o comportamento do índice se aproxima de uma reta decrescente, comportamento que não acontece por acaso.

Mas, afinal, qual a cotação ideal do dólar no Brasil atualmente? Definir esse valor é tarefa das mais complexas, que não depende somente das condições políticas e econômicas do país, mas também das de outros países, principalmente daqueles com os quais o Brasil mantém relações comerciais.

Entendo que, do ponto de vista econômico, a cotação ideal — cotação de equilíbrio — é aquela que favorece o desenvolvimento sustentável da economia de um país, ponderada pelas condições atuais de inflação, taxa de juros, nível de investimentos, nível de emprego e saldo da balança comercial e de serviços.

Tomando-se como base os índices apresentados para os diversos países, pode-se afirmar que a cotação do dólar no valor de R$ 4,84 no último dia útil do ano de 2023 estava relativamente abaixo da "cotação ideal"; se balizado pela média dos índices dos países da América Latina, a cotação ideal do real seria em torno de R$ 5,45. Admitindo-se como normal uma variação de 5%, a cotação ideal estaria dentro do intervalo de R$ 5,18 a R$ 5,72.

Assim, tomando-se como base este estudo, não se pode atribuir ao câmbio a responsabilidade pelos aumentos de preços registrados nos últimos anos. Esse argumento não se justifica. As causas seguramente foram outras.

Comportamento do câmbio no Brasil
Cotação do dólar em termos reais

Fonte: J Dutra Consultoria

José Dutra Vieira Sobrinho é professor de matemática financeira e sócio da J Dutra Consultoria
E-mail jdvs@terra.com.br

Para mudar o mundo

Ciência O 'Manifesto' de Marcelo Gleiser para que nos reinventemos como espécie. Por *Norma Couri*, para o Valor, de São Paulo

Marcelo Gleiser se atribuiu a missão nada simples de reorientar o destino da nossa espécie. Na sua visão de astrofísico, ele vê a humanidade à beira de uma grande transformação. Em qual direção iremos, o bem comum ou o desespero coletivo?

Ele acaba de lançar "O despertar do universo consciente" (Record, 252 págs., R$ 69,90). Gleiser já ganhou três Jabutis com obras anteriores, e em 2019 foi o primeiro latino-americano a receber o prêmio Templeton, nos Estados Unidos, no valor de US$ 1,4 milhão, por sua contribuição para a dimensão espiritual da vida.

Gleiser destrincha no livro a vida de heróis da ciência. Muitos pagaram com a vida para provar que a Terra não era o centro do universo e girava como outros planetas em torno do Sol; que nosso universo não era único; e que talvez Deus não fosse o arquiteto de tudo isso. Eram os filósofos pré-socráticos, Platão, Epicuro, Copérnico, Giordano Bruno, Galileu, os iluministas, Newton, Einstein, Darwin e Einstein.

No meio do caminho cita poetas como Lucrécio (c.94-c.55 a.C.), "Por que a morte nos aflige com tanta pressa?". Artistas como Rembrandt e seu autorretrato rindo como o filósofo Demócrito que se livrou da crença dos deuses e dos medos. Beethoven alinhando sua Sinfonia "Pastoral", a Sexta, à beleza da natureza. O satirista Voltaire descrevendo num conto a visita de extraterrestres, zombando da prepotência humana.

Gleiser também condena a prepotência dos humanos ao desprezar a sabedoria indígena e depredar a terra da qual se julgam donos.

"Como a terra perdeu seu encantamento?" é uma de suas perguntas.

Gleiser, 65 anos, mora no meio de uma floresta em Hanover, no estado americano de New Hampshire, e é professor de filosofia, física e astronomia na Faculdade de Dartmouth, além de maratonista de 100 km e ativo no Instagram e no seu canal Papo Astral. A seguir, trechos de sua entrevista ao **Valor**:

Valor: *O sr. comprou uma vila na Toscana com o objetivo de mudar o olhar das pessoas para o universo. Como pretende fazer isso?*

Marcelo Gleiser: Nossa primeira casa é o planeta, que nos permite existir. Vários líderes religiosos, de Buda e Lao Tsé a Jesus, nos alertaram para o perigo do materialismo excessivo. Não ouvimos. Então resolvi colocar em prática um projeto de décadas de pensamento, estudo e trabalho: comprei há dois anos essa vila do século XVI, 1590, com uma igreja com capacidade para 50 pessoas que seria uma incubadora para transcender as limitações humanas.

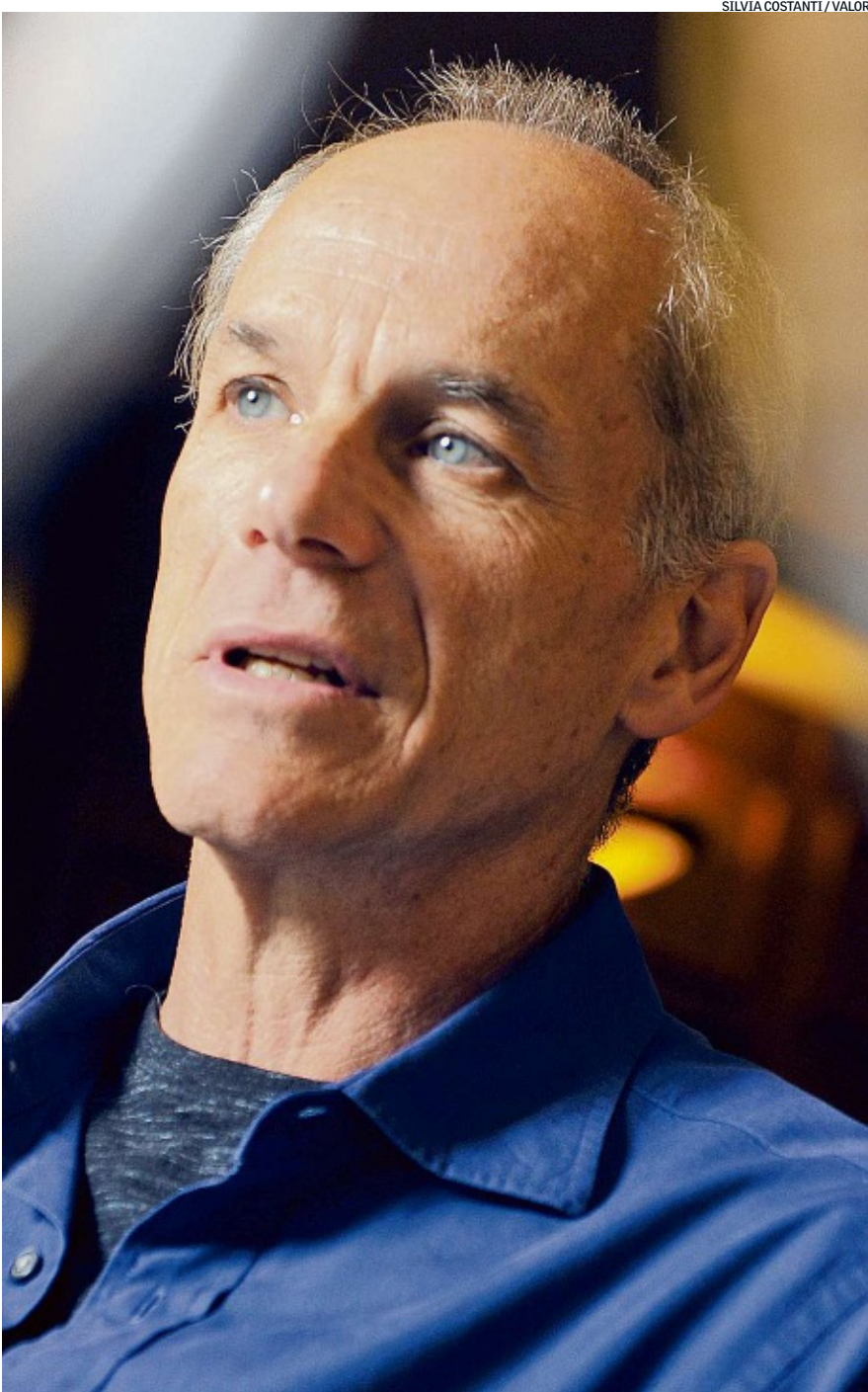
Valor: *O sr. não é judeu? Numa igreja?*

Gleiser: Sim, meu pobre avô deve estar dando voltas... mas foi com ele que esse projeto começou. A casa dele em Teresópolis, desde criança, era o meu templo. Fungos, animais, plantas, coleções de besouros, borboletas, aranhas, meu pai com a podadeira no bolso cavucando a terra ["não seria eu sem você", ele agradece ao pai no livro]. Era minha conexão com o mundo. A casa foi vendida, e quando voltei lá os novos donos tinham cortado os pinheiros, magnólias e um pedaço do meu coração. Daí a igreja na Toscana, um centro sagrado.

Valor: *Como funcionará a incubadeira?*

Gleiser: Convidei empresários para um retiro de imersão de quatro, cinco dias, um retreinamento ético de liderança corporativa, mudando o pensamento sistêmico. Uma reorientação no mindset para sair da bolha. Eles são o elo que pode mudar o processo. Quando entenderem que está tudo conectado e sua atitude afeta a comunidade, o consumidor vira um parceiro. Chega de campanhas militaristas de dominação para "atingir o alvo".

Valor: *Quem são eles?*

Gleiser: Sofia Esteves, rainha do RH no Brasil, reuniu 15 líderes corporativos em São Paulo na sede da Meta. Convidei o RH da Meta, do WhatsApp, da GM, da Johnson & Johnson, da Volkswagen. Adoraram, vão para a Toscana em outubro dar início ao projeto. E tomar vinho. Vem o visionário Lourenço Bustani, da consultoria de inovação Mandalah, o economista americano líder em educação corporativa John Fullerton, e tudo se encaixa. A igreja é um ponto de peregrinação desde o século XIII, lugar de transformação, encontro com

SILVIA COSTANTI / VALOR

> "Inocente é ficar como está e achar que tudo se arranja. O planeta está acabando"
> *Marcelo Gleiser*

Deus. Minha mulher, Kate, americana e psicoterapeuta, vai se ocupar de resgatar a humanidade nos mais resistentes.

Valor: *Projeto um tanto revolucionário...*

Gleiser: Não tem nada de revolucionário. Vamos dar ferramentas técnicas, filosóficas e emocionais, equipar os agentes de transformação. Deixá-los loucos para mudar o mundo e impactar muita gente. Noutra etapa trazemos acadêmicos, políticos, artistas com as grandes perguntas que afligem a sociedade para um think tank.

Valor: *Por onde começa a transformação?*

Gleiser: Na minha inspiração numa corporação B, o B Corp, numa visão sistêmica alinhada à sustentabilidade, ESG, e no pertencimento à natureza.

Valor: *Não é inocente achar que pode mudar tudo num retiro?*

Gleiser: Inocente é ficar como está e achar que tudo se arranja. O planeta está acabando.

Valor: *A capa da revista "Nature" decretou que em 2050 a Amazônia colapsa, o climatologista Carlos Nobre vê um ponto de não retorno.*

Gleiser: É agora ou nunca, está na hora de nos reinventarmos como espécie. O Brasil insiste na monocultura de soja, café, em colônias de extrativismo e exploração do meio ambiente. No massacre da natureza com fazendas agropecuárias para a produção absurda de carne bovina e suína que gera detritos tóxicos ambientais. É uma cultura controlada pela ganância, não pela compaixão.

Valor: *É preciso alimentar o mundo...*

Gleiser: Sim, nos últimos 100 anos a humanidade passou de 2 para 8 bilhões de pessoas, mas o alimento não precisa vir com agrotóxicos banidos dos Estados Unidos e Europa. Pode-se alimentar sem envenenar. Essa mentalidade está começando a mudar em pessoas de nível de educação mais elevado.

Valor: *Quando o Brasil, com deficiência educacional e desigualdade econômica, vai atingir esse patamar?*

Gleiser: Se ficarmos esperando tudo mudar, o mundo acaba e não fazemos nada. Temos que começar pela educação, introduzir filosofia e história do universo nos currículos. Aprender quantas revoluções aconteceram até aqui, e pensar diferente.

Valor: *O sr., carioca, acha que o Rio de Janeiro seria o lugar natural para a conexão com a natureza?*

Gleiser: O Rio faz meu coração bater mais rápido. Mas é uma devastação ecológica. Uma natureza privilegiada entre o mar e a montanha, mas descuidada, não há carinho pela Mata Atlântica, pelo ar bucólico que ainda sobrou, ao contrário de grandes megalópoles com seus cânceres de concreto. Toda estrutura de concreto esconde uma tristeza profunda. Vou voltar lá em agosto para encontrar empresários na Rio Innovation Week e terei um palco para atrair lideranças cariocas. A presidente do Clube de Roma, Sandrini Dickson Decleve, alinhada com a ideia de Earth for Everyone, vai estar lá. Não estão preocupados em salvar essa joia rara. Falta uma liderança visionária...

Valor: *...Para cultivar áreas verdes, como em Nova York?*

Gleiser: Por que não? Nova York e outras cidades fazem ecologia urbana, florestas no alto dos prédios com verduras, plantações nos galpões, ao sol.

Valor: *Faz parte do seu Manifesto para o Futuro da Humanidade?*

Gleiser: Para o meu manifesto li até o do Marx para aprender a mobilizar as massas a mudar a mentalidade de consumo. Comer menos carne, produzir menos lixo, gastar menos luz e água. Analisar o que comem, se o produto vem de uma empresa ética e sustentável. Consumidores têm o poder de influenciar práticas empresariais. Consumidores do mundo, uni-vos.

Valor: *O sr. é vegetariano?*

Gleiser: Eu, minha mulher, meus filhos mais velhos, os menores de 12 e 17 ainda comem carne duas vezes por semana. É possível substituir a carne por proteínas vegetais. Arnold Schwarzenegger, que é fisiculturista, tornou-se vegano, veja o documentário "The Game Changers".

Valor: *Como cientista, o sr. anda preocupado com a inteligência artificial?*

Gleiser: Não com medo, naquele cenário distópico do Yuval Harari. Mas temos problemas maiores. São 10 mil anos de civilização agrária, industrialização com queima desenfreada de combustíveis fósseis. A prosperidade é nutrida pela exploração das entranhas da terra, petróleo, gás natural, carvão. Temos de parar. Construir uma consciência planetária. E nos maravilhar com o privilégio de estar vivos.

Erudição astrofísica com laivos românticos

José Eli da Veiga
Para o Valor, de São Paulo

Este lançamento da editora Record só pode ser um dos mais cativantes na categoria "divulgação científica". Porém, está tão embebido de outro propósito que certamente desagradará aos menos afeitos às crenças que dariam vitalidade e significado aos eventos da vida. Isto é: a tal "espiritualidade", neste caso, incitada pelo monge budista vietnamita Thich Nhat Hanh (1926-2022).

O livro é uma clara mescla da pujante e invejável erudição astrofísica e astrobiológica do autor com excessivos laivos de franco pendor romântico. Quase sempre associado a uma ingenuidade típica de rudimentar conhecimento em ciências humanas.

Quem não se irritar com tal liga provavelmente chegará ao sétimo capítulo. Aí ficará bem surpreso e aprenderá bastante com belíssimas exposições sobre o que teriam sido as quatro eras da história universal: a física, a química, a biológica e a cognitiva. Esta, ainda bem curtinha, pois teria começado há uns 40 milênios a transição à criatividade artística, exclusividade dos humanos. Só três quartos de um segundo antes da meia-noite, caso os 4,5 bilhões de anos da história universal fossem comprimidos em um dia.

Deve-se perguntar, contudo, o que poderia ter inclinado o autor a garantir aos leitores que, doravante, "o universo desperta". Qual o sentido de atribuir despertares ao universo? Mais: poderia mesmo ser extrapolado para todo o universo o esplêndido oásis da evolução humana em direção ao discernimento? Não estaríamos, aqui, diante de uma operação das mais animistas?

A boa notícia é que será relativamente fácil separar passagens mais poéticas, do gênero, da sóbria ciência contida nos principais argumentos. Na contramão do conselho contido numa "breve nota ao leitor", será melhor não pular nada em tão bem-vindas aulas de história da ciência. Desde esclarecimentos sobre a cosmologia de atomistas e estoicos, até o chamado "espectro de absorção", passando por ótimos esclarecimentos sobre cianobactérias e mitocôndrias ou pelas incríveis lições de Vulcan e de Marte.

Ainda assim, o maior problema é que as deficiências — pouco frequentes no denso miolo científico da obra — são preponderantes em suas duas cascas, a introdutória e a conclusiva. Por exemplo: sem nunca dizer no que consistiria um suposto "nosso projeto de civilização", tal expressão surge 12 vezes, principalmente nas primeiras 21 páginas e nas 13 últimas.

Seguindo a ordem das menções, este "nosso projeto" estaria em "situação crítica"; não seria "distópico ou utópico"; seria "insaciável" ao consumir "o planeta"; só será "viável quando nos identificarmos como membros de uma única tribo"; teria "longevidade" assegurada por "novo imperativo moral"; "sobreviverá" graças a "uma revolução sem soldados, onde a humanidade, como um todo, luta pela mesma causa".

Continuando, o "nosso projeto de civilização depende das decisões que tomarmos agora"; será preservado se uma "encruzilhada moral" for "confrontada com a maior urgência"; tem sido mantido pelo consumo das "entranhas do planeta, o petróleo, o gás e o carvão"; precisa ser reorientado "em uma direção que garanta o seu futuro" e pode ser assegurado se vier a ser aceita a "proposta" do autor.

Só que o pior nem está em tamanha overdose de especulações sobre o espectral "nosso projeto de civilização". Está, ainda mais, na desatenção à atualidade do debate sobre "o processo civilizador", aberto por Norbert Elias (1897-1990), há 85 anos. Que agora leva a nata dos historiadores a apontar a tese de Elias como o principal álibi teórico do pressuposto unívoco de que a história caminhe no sentido do progresso.

Não se trata de saber quem tem razão, se o saudoso Elias ou os contestadores 17 professores de história das melhores universidades do mundo, liderados por Philip Dwyer e Mark S. Micale. O que interessa é que nenhum dos dois campos aventa a hipótese de que civilizações tenham projetos.

> O que poderia ter inclinado o autor a garantir aos leitores que, doravante, 'o universo desperta'?

De resto, mesmo que se aceite a ideia de que as pouquíssimas civilizações selecionadas em cinco milênios estejam agora se mesclando numa única civilização global — o que já é bem discutível —, nada permite pensar que tenha(m) ou venha(m) a ter algum "projeto".

Tanta falta de conexão do autor com as humanidades científicas atrapalha demais a sua ambição de passar uma mensagem que é tão correta quanto oportuna: nada pode ser mais importante do que a valorização da vida. Afinal, quem diria, até a própria SBPC anda se referindo a "uma utopia com base científica, para a humanidade e o planeta", em vez de para a vida e a humanidade.

Aliás, as raríssimas alusões de Gleiser à ideia de utopia indicam que só lhe ocorra seu sentido vulgar, relativo a sonho, quimera ou fantasia. Parece desconhecer que — nas humanidades — utopia quer dizer uma visão de futuro na qual alguma coletividade procure embutir suas melhores esperanças.

O livro está tão distante de tal entendimento que carrega o estranho subtítulo "Um manifesto para o futuro da humanidade". Se já é quase impossível levar a sério qualquer manifesto assinado por um único indivíduo, será que alguma declaração do gênero poderia mesmo contribuir para que a humanidade venha a melhorar? Nem teria ocorrido a tão louvável cientista a ideia de conversar com seus pares para verificar quantos topariam participar da elaboração de documento tão importante?

Boa resposta a tal pergunta talvez esteja em observação oral do próprio autor, logo no início do prazeroso lançamento de seu livro. Foi no programa "Roda Viva", da TV Cultura, no último 11 de março. Logo no quinto minuto ele "confessa" ter pensado em imitar o Manifesto Comunista.

Mais uma vez, um deslize resultante de desconhecimento histórico. Pois Marx e Engels nunca tiveram tanta pretensão. Eles foram incumbidos de redigir o manifesto que rebatizou a Liga dos Justos (1836-1847), a maior organização de alemães exilados no oeste europeu. Em vez da anterior inclinação ao idealismo socialista de Babeuf, a nova — e mais internacional — Liga Comunista (1848-1852) deu preferência ao materialismo histórico da dupla revolucionária, apegada à esquerda jacobina.

É preciso torcer para que, muito em breve, quando Marcelo Gleiser puder se dedicar um pouco às humanidades científicas, seu talento possa ser bem aproveitado na redação da próxima edição do manifesto da primeira utopia do Antropoceno. Isto é, o documento sobre desenvolvimento sustentável que deverá substituir a atual "Agenda 2030", com seus 17 objetivos.

Finalmente, uma triste nota de pesar pela ganância que fez a Editora Record amputar o índice remissivo. Além de aconselhável para qualquer obra de não ficção, é absolutamente indispensável a livros de divulgação científica, como bem testemunha a edição original da HarperOne.

José Eli da Veiga é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP: www.zeeli.pro.br